

RAQUEL MEISTER KO. FREITAG

**A EXPRESSÃO DO PASSADO IMPERFECTIVO NO PORTUGUÊS:
VARIAÇÃO/GRAMATICALIZAÇÃO E MUDANÇA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Lingüística.

Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Edair Gorski.

FLORIANÓPOLIS, 2007

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 5 |
| INTRODUÇÃO: O FENÔMENO EM ESTUDO | 7 |
| 1 VARIÇÃO PARA ALÉM DA FONOLOGIA | 13 |
| 1.1 NÍVEIS DE ANÁLISE DA VARIAÇÃO..... | 13 |
| 1.1.1 <i>A frequência</i> | 15 |
| 1.1.2 <i>Equivalência semântica</i> | 17 |
| 1.1.3 <i>Interface teórica</i> | 19 |
| 1.2 VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E (SÓCIO)LINGÜÍSTICA | 21 |
| 1.3 A ABORDAGEM EVOLUTIVA DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA | 22 |
| 1.3.1 <i>O modelo evolutivo</i> | 22 |
| 1.3.2 <i>Biolingüística</i> | 28 |
| 1.3.3 <i>Confluência sócio-biolingüística</i> | 30 |
| 1.3.4 <i>O domínio funcional complexo tempo-aspecto-modalidade</i> | 33 |
| 1.3.5 <i>O princípio da marcação</i> | 33 |
| 1.4 GRAMATICALIZAÇÃO, VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA | 34 |
| 1.4.1 <i>O paradigma funcional da gramaticalização</i> | 35 |
| 1.4.2 <i>Relações entre gramaticalização/mudança e variação no âmbito evolutivo e da sócio-biolingüística</i> | 39 |
| 2 O DOMÍNIO TEMPORAL-ASPECTUAL NA EXPRESSÃO DO PASSADO IMPERFECTIVO | 42 |
| 2.1 O PARADIGMA VERBAL DO PORTUGUÊS..... | 42 |
| 2.2 TEMPO: TAM..... | 45 |
| 2.2.1 <i>Simultaneidade</i> | 47 |
| 2.2.2 <i>Referência</i> | 48 |
| 2.3 ASPECTO: TAM..... | 50 |
| 2.3.1 <i>O aspecto imperfectivo</i> | 51 |
| 2.3.2 <i>Aspecto inerente</i> | 58 |
| 2.3.3 <i>Leitura composicional</i> | 62 |
| 2.3.4 <i>Imperfectivo vs. habitual</i> | 65 |
| 2.4 PASSADO IMPERFECTIVO: TAM | 66 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DA VARIAÇÃO NA EXPRESSÃO DO PASSADO IMPERFECTIVO | 69 |
| 3.1 PROCEDIMENTOS (E DECISÕES) METODOLÓGICOS | 69 |
| 3.1.1 <i>O banco de dados VARSUL</i> | 69 |
| 3.1.2 <i>A entrevista sociolingüística</i> | 70 |
| 3.1.3 <i>Unidade de análise: da narrativa ao episódio</i> | 71 |
| 3.1.4 <i>Restrição de dados e fatores controlados</i> | 73 |
| 3.2 FATORES CONTROLADOS | 75 |
| 3.2.1 <i>Fatores sociais</i> | 75 |
| 3.2.1.1 <i>Indivíduo</i> | 75 |
| 3.2.1.2 <i>Faixa etária</i> | 75 |
| 3.2.1.3 <i>Tempo de escolarização</i> | 75 |
| 3.2.1.4 <i>Sexo</i> | 75 |
| 3.2.2 <i>Fatores lingüísticos</i> | 76 |
| 3.2.2.1 <i>Aspecto inerente</i> | 76 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 3.2.2.2 | Tipo semântico-cognitivo do verbo | 76 |
| 3.2.2.3 | Extensão da situação | 76 |
| 3.2.2.4 | Polaridade | 77 |
| 3.2.2.5 | Tipo de referência | 77 |
| 3.2.2.6 | Tipo de oração da situação..... | 77 |
| 3.2.2.7 | Tipo de oração da referência..... | 77 |
| 3.2.2.8 | Modificadores aspectuais..... | 78 |
| 3.2.2.9 | Continuidade da situação..... | 78 |
| 3.2.2.10 | Tipo de seqüência discursiva | 78 |
| 3.2.2.11 | Tipo de episódio | 79 |
| 3.3 | ANÁLISE ESTATÍSTICA E RESULTADOS | 79 |
| 4 | MOTIVAÇÕES SEMÂNTICO-COGNITIVAS | 85 |
| 4.1 | VALORES ASPECTUAIS DO IMPERFECTIVO PASSADO..... | 85 |
| 4.1.1 | <i>Gramaticalização dos valores aspectuais</i> | 85 |
| 4.1.2 | <i>Valores do passado imperfectivo</i> | 87 |
| 4.1.3 | <i>Trajетórias de gramaticalização</i> | 87 |
| 4.1.3.1 | Do aspecto estrito ao aspecto genérico..... | 88 |
| 4.1.3.2 | Da modalidade ao aspecto | 88 |
| 4.1.4 | <i>Variação e gramaticalização no passado imperfectivo</i> | 93 |
| 4.2 | MOTIVAÇÕES NO PLANO DO LÉXICO CONCEITUAL | 95 |
| 4.2.1 | <i>Aspecto inerente</i> | 95 |
| 4.2.1.1 | Aspecto na perspectiva de Vendler (1967) | 96 |
| 4.2.1.2 | Aspecto na perspectiva de Bertinetto (2001)..... | 98 |
| 4.2.1.3 | Aspecto, variação/mudança e marcação..... | 101 |
| 4.2.2 | <i>Tipo semântico-cognitivo do verbo</i> | 104 |
| 4.2.2.1 | O controle do tipo do verbo..... | 104 |
| 4.2.2.2 | Tipo do verbo e dinamismo na expressão do passado imperfectivo..... | 107 |
| 4.3 | MOTIVAÇÕES NO PLANO DA CODIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO GRAMATICAL | 109 |
| 4.3.1 | <i>Extensão da situação</i> | 109 |
| 4.3.2 | <i>Polaridade</i> | 113 |
| 4.3.3 | <i>Tipo de ponto de referência</i> | 114 |
| 4.3.3.1 | Ponto de referência textual..... | 114 |
| 4.3.3.2 | Ponto de referência discursivo | 118 |
| 4.3.3.3 | Primeiros resultados | 119 |
| 4.3.3.4 | Ponto de referência quanto à estrutura sintática..... | 120 |
| 4.3.3.5 | Ponto de referência quanto à perspectiva | 120 |
| 4.3.3.6 | Valores aspectuais do passado imperfectivo quanto ao tipo de ponto de referência 122 | |
| 4.4 | A CONFIGURAÇÃO SEMÂNTICO-COGNITIVA DA VARIAÇÃO ENTRE IMP E PPROG NA EXPRESSÃO DO PASSADO IMPERFECTIVO | 123 |
| 4.4.1 | <i>Efeitos do princípio da persistência</i> | 124 |
| 4.4.2 | <i>Efeitos do princípio da marcação</i> | 125 |
| 4.4.3 | <i>Interação entre marcação e persistência: direcional para a trajetória de mudança</i> | 126 |
| 5 | MOTIVAÇÕES SOCIAIS | 127 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 5.1 | RELATIVIZAÇÃO DOS RESULTADOS | 127 |
| 5.2 | IDADE E MUDANÇA LINGÜÍSTICA | 128 |
| 5.3 | A ESCOLARIDADE | 134 |
| 6 | A GRAMATICALIZAÇÃO COMO DIRECIONAL DA VARIAÇÃO NOS NÍVEIS GRAMATICAIS MAIS ALTOS..... | 142 |
| 6.1 | RESULTADOS DE ANÁLISES VARIACIONISTAS COMO INDÍCIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO | 143 |
| 6.2 | TRAJETÓRIAS DE GRAMATICALIZAÇÃO COMO DIRECIONAIS DA VARIAÇÃO | 145 |
| 6.3 | RUMO À DIACRONIA | 146 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 149 |
| | REFERÊNCIAS | 151 |

Apresentação

Esta tese está vinculada ao projeto *Descrição de categorias verbais*, coordenado pela Profa. Edair Gorski, na linha de pesquisa *Variação, mudança e ensino*, da área de *Sociolinguística* do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Os resultados do projeto, dentre outras coisas, apontam evidências da redução do paradigma modo-temporal no português falado na região sul do Brasil, mais especificamente Florianópolis. Vinculam-se ao projeto as teses

- As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente (Coan, 2003);
- Atos de fala não-declarativos de comando na expressão do imperativo a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista (Reis, 2003);
- A dimensão sincrônica do pretérito imperfeito do subjuntivo numa perspectiva sociofuncionalista (Back, em curso).

e as seguintes dissertações de mestrado

- Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de co-temporalidade a um ponto de referência passado (Domingos, 2004);
- A expressão do futuro na língua falada em Florianópolis: variação e gramaticalização (Gibbon, 2000);
- Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática (Pimpão, 1999);
- A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis (Silva, 1998);
- Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que) perfeito (Coan, 1997).

Em linhas gerais, os resultados apontam o predomínio do uso da forma perifrástica para codificar o tempo futuro do presente, forma do pretérito imperfeito para representar o tempo futuro do pretérito, forma do pretérito perfeito para representar o tempo pretérito mais-que-perfeito, e forma do presente do modo indicativo em contextos normatizados como de modo subjuntivo (Gorski *et al.*, 2002). Considerando os resultados já obtidos, este estudo tem dois objetivos gerais. O primeiro é contribuir para a descrição do português falado na região sul do Brasil – meta do Projeto VARSUL, ao qual o projeto *Descrição de categorias verbais* está vinculado – verificando se as mudanças no paradigma modo-temporal levam ao desenvolvimento de uma forma composta para o pretérito imperfeito do indicativo. E o segundo é se, assim como no mais-que-perfeito, a forma simples de pretérito imperfeito do indicativo e a forma composta podem ser consideradas como tendo o mesmo valor referencial, funcionando como variantes de uma mesma variável linguística, no contexto em que expressam passado imperfectivo.

Sobre a imperfectividade, cabe ressaltar que este domínio aspectual é escorregadio, controverso e ainda incipiente na área dos estudos linguísticos. No âmbito do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, o tema do aspecto imperfectivo tem sido recorrente, especialmente nos trabalhos orientados pela Profa. Roberta Pires de Oliveira, como as teses:

- “Die kann nun nich’, die is’ beim treppenputzen!”: o progressivo no alemão de Pomerode-SC (Emmel, 2005);

- Imperfectividade e morfologia verbal. (Gonçalves, 2007).

e a dissertação

- O progressivo: comparando o PB e o Francês. (Gallotti, 2004).

Ainda no âmbito do Programa, o domínio temporal também foi objeto de exploração acadêmica, com a tese orientada pela Profa. Maria Cristina Figueredo Silva:

- O sistema temporal do português brasileiro (Silvério, 2001).

As discussões provenientes do estudo da expressão do passado imperfectivo visam não só contribuir com a descrição do português falado na região sul do Brasil, mas também fornecer subsídios descritivos para o estudo teórico da imperfectividade nas línguas.

Introdução: O fenômeno em estudo

O objetivo deste trabalho é prover uma análise para descrever a alternância entre as formas verbais como as destacadas em (1).

(1)

Depois me aborreci, não era o tipo de serviço que eu *estava querendo*, aí passei a ser funcionário do Banco Econômico, *trabalhava* no setor de transporte de malote. (SC FLP MAP 02)¹

Em (1), *estava querendo*, forma perifrástica constituída por *estar*IMP + *Vndo* (PPROG),² e *trabalhava*, pretérito imperfeito do indicativo (IMP),³ são situações passadas que são apresen-

tadas como em curso (continuativas), função semântico-discursiva denominada de “passado imperfeito”, detalhada mais à frente. Aparentemente, as formas podem ser intercambiadas sem que haja mudança no valor de uso, como em (2).

(2)

Depois me aborreci, não era o tipo de serviço que eu *queria*, aí passei a ser funcionário do Banco Econômico, *estava trabalhando* no setor de transporte de malote.

A abordagem proposta para esse fenômeno é funcionalista, pois parte-se de uma função de “passado imperfeito”. Entretanto, um dos pressupostos do funcionalismo é que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência, isto é, a estrutura do mundo, incluindo a perspectiva imposta ao mundo pelo falante. Decorre deste pressuposto a relação natural

¹ A sigla refere-se à identificação da entrevista de onde foram coletadas as ocorrências. O corpus é constituído por 36 entrevistas de Florianópolis, uma das cidades do Banco de Dados VARSUL, estratificadas quanto ao sexo, três faixas etárias, e três faixas de escolarização. As duas primeiras letras referem-se ao estado (Santa Catarina), as três letras seguintes referem-se à cidade (Florianópolis) e o número é o número do informante. A sigla seguinte informa o sexo do falante (F para feminino e M para masculino), a faixa etária (J para 15 a 21 anos, A para 25 a 49 anos e B para mais de 50 anos) e o tempo de escolarização (P para 2 a 4 anos, G para 5 a 8 anos e C para 9 a 11 anos). A caracterização e a constituição do corpus de análise são detalhadas na parte dos procedimentos metodológicos, seção 3.1.1.

² A escolha da sigla PPROG bem como IMP foi influenciada pelo trabalho de Molendijk (2005), que discute as propriedades semânticas do *imparfait* francês (IMP) e do *past progressive* inglês (PPROG). Em linhas gerais, Molendijk conclui que IMP e PPROG são usados para expressar simultaneidade em relação a um ponto de referência passado. Porém, o escopo de atuação do IMP é muito mais amplo do que o do PPROG, recobrando valores como a habitualidade.

³ O procedimento adotado para a análise do pretérito imperfeito do indicativo é da *forma* > *função* e da *função* >

forma. Primeiramente, foram recortadas as formas IMP e PPROG do paradigma verbal do português, as quais desempenham diferentes funções temporais, aspectuais e de modalidade. E, no segundo momento, foram selecionadas as funções em que IMP e PPROG se superpõem no paradigma verbal, as quais podem ser vistas como diferentes graus da expressão do passado imperfeito: progressivo, iterativo e habitual. Formalmente, por pretérito imperfeito do indicativo entende-se a desinência modo-temporal: *-va*, recorrente em todos os verbos regulares da 1ª conjugação (terminados em *-ar*), como em *cantava*, *brincavam*, *amávamos*; *-ia*, recorrente nos verbos regulares da 2ª e da 3ª conjugações (terminados em *-er* e *-ir*), como em *faziam*, *comia*, *saíam*; e as alomorfas dos verbos irregulares, como o verbo *ser*, ao qual não se pode afixar *-ia* para formar o pretérito imperfeito do indicativo, pois há o alomorfe *era*. O mesmo ocorre com o verbo *ter* e derivados (*manter*, *deter*, etc.), *pôr* e derivados (*compor*, *repor*, etc.) e demais verbos irregulares.

entre forma e função, denominada de iconicidade (Bolinger, 1977, Givón, 1995). A relação de um-para-um entre forma e função, no entanto, é o que se denomina versão forte do princípio da iconicidade. Na versão mais branda, admite-se que pode haver opacização entre codificação e função desempenhada, ou seja, perda de transparência, abrindo uma brecha para a variação.

Para Givón (1995), a correlação idealizada entre forma e função é “super-estendida”, ou seja, aplicada além do escopo. É preciso admitir a existência de arbitrariedade na codificação lingüística, uma vez que a iconicidade do código lingüístico está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas tanto na forma (código/estrutura) quanto na função (mensagem). O código sofre constante erosão provocada pelo atrito fonológico, e a mensagem sofre alterações em virtude da elaboração criativa do falante. Essas pressões geram ambigüidades: quanto ao código, verifica-se a correlação entre uma forma e várias funções (polissemia); quanto à mensagem, observa-se a correlação entre várias formas e uma função (variação). Para lidar com o fato de IMP e P-PROG, potencialmente poderem desempenhar a mesma função, é preciso ainda considerar: i) a noção laboviana de “mesmo significado” (Labov, 1972), discutida nas seções 1.1.2 e 1.2; ii) a noção de “domínio funcional” (Givón, 1984), discutida na seção 1.3.4; e iii) o controle de fatores/matizes semântico-pragmáticos via variável independente, discutido na seção 3.2.2. Assim, na versão forte, IMP e P-PROG não podem desempenhar a mesma função semântico-discursiva de expressão de passado imperfectivo. Entretanto, na versão branda, que é a adotada, admite-se a perda de transparência – decorrente de um processo de gramaticalização – e a possibilidade de variação.

Além da intercambialidade, possibilidade ilustrada no par (1)-(2), há outros dois indícios de que essas formas estejam passando por um processo de variação. O primeiro indício são constatações de alguns estudos no português sobre o uso das formas como estratégia para resolver ambigüidade aspectual.

Ao analisar os valores assumidos pelo pretérito imperfecto do indicativo no português, Matos (1996) afirma que, em alguns contextos, a

forma gera ambigüidade aspectual. Uma frase como

- (3) O Rui trabalhava muito.

pode remeter a uma leitura habitual, que pode ser parafraseada por “*O Zé sempre foi um preguiçoso. O Rui trabalhava muito*” ou remeter a uma leitura de continuidade no passado, parafraseável por “*No ano passado, o Rui trabalhava muito*”. (op. cit., p. 441). Travaglia (1981) também verifica a ambigüidade do pretérito imperfecto do indicativo, pois em alguns contextos a forma pode assumir leitura continuativa, ou seja, expressar uma situação passada vista com continuidade, ou leitura habitual, o que torna uma frase como (4) ambígua.

- (4) Ele falava às 10h.

A frase pode ter tanto uma leitura continuativa, parafraseada em (5), como habitual, parafraseada em (6).

- (5) Ele estava falando às 10h.

- (6) Ele sempre falava às 10h.

Travaglia sugere que, no português, em (4), a leitura mais intuitiva para o falante é a habitual, uma situação que ocorreu mais de uma vez no passado, e que pode vir a continuar ocorrendo no momento presente e no futuro. Caso fosse intenção do falante marcar a continuidade da situação, ou seja, apresentar uma única situação passada vista como em andamento em relação à especificação temporal, utilizaria uma forma perifrástica, como (5). A tendência de uso de uma forma perifrástica para desfazer a ambigüidade do IMP é apontada por Epiphanyo Dias ([1918]1970):

querendo-se designar explicitamente o que se estava passando no momento em que uma causa aconteceu, de modo que não haja confusão com a designação do que costumava acontecer, emprega-se a conjugação periphrastrica [sic] – composta com o verbo estar com o particípio em –ndo, ou com o infinitivo presente precedido de a: não lhe falei porque estava a jantar/ estava jantando. (op. cit., p. 186).

A intuição de Epiphanyo Dias em identificar uma estratégia – o uso de uma forma perifrástica – para diferenciar a expressão de continuidade

da de habitualidade no tempo passado não está em uma gramática normativa atual; trata-se da *Syntaxe histórica portuguesa*, registrada em textos de autores dos séculos XIII a XVII, sugerindo que a tendência à especialização de usos teve origens mais anteriores; e, curiosamente, não é mencionada nas gramáticas normativas da língua portuguesa atuais.⁴ Na fala, porém, a tendência não parece ser seguida sistematicamente.

⁴ As gramáticas normativas da língua portuguesa atribuem ao IMP uma vasta gama de significados e funções. No período arcaico, João de Barros (1540, p. 29) identifica no português cinco tempos verbais, como os latinos, dos quais três tempos passados: o *passado por acabar*, o *passado acabado* e o *passado mais que acabado*. A gramática filosófica da língua portuguesa de Barbosa (1830), nos moldes da gramática de Port-Royal de Arnaud e Lancelot (1992), também divide não só o passado, mas todos os tempos, em *imperfeitos* ou *periódicos*, e *perfeitos* ou *momentâneos*. Segundo Barbosa (1830), os tempos imperfeitos exprimiriam durações não-acabadas: *estava ontem, estava agora, estarei agora, estarei amanhã contigo*; ao passo que os tempos perfeitos exprimiriam uma existência acabada, impossibilitando de se dizer: *tinha sido, terei sido*, no lugar de *tenho sido*. O motivo, segundo ele, é porque esses tempos são momentâneos.

Mais recentemente, Cunha (1972, p. 432) assinala que o IMP designa, fundamentalmente, um fato passado, mas não concluído. Encerra, pois, uma idéia de continuidade, de duração do processo verbal mais acentuada do que os outros tempos pretéritos, razão pela qual se presta a descrições e narrações de tempos passados. A definição apresentada por Cunha evidencia a nuance aspetual do IMP, decorrente da origem latina (o IMP é um tempo derivado do *infectum* latino – passado por acabar). A idéia de que a função primeira do IMP seja a de duração e incompletude é compartilhada por outros autores. Para Luft (1978, 1986), o que diferencia *comprava* de *comprei* e *comprara* é o aspecto inacabado para o primeiro e acabado para os dois últimos. Também Cunha e Cintra (1985) destacam que o valor fundamental de IMP consiste em designar um fato passado, mas não concluído.

Os empregos do IMP, de acordo com Bechara (2003, p. 278), são:

- transportar mentalmente a uma época passada para a descrição do que então era presente;
- nos pedidos e solicitações em que há dúvida quanto à realização do fato ou expressão de um desejo feito com modéstia;
- pode substituir, principalmente na conversação, o futuro do pretérito, quando se quer exprimir futuro categórico ou a segurança do falante;
- emprega-se no IMP o verbo *dever* (devia) ao invés do pretérito perfeito (deveu): Ela devia (e não

(7) Na época que eu mais precisei dele, que eu mais precisava de um apoio, foi quando a minha mãe morreu. (SC FLP FAP 03)

(8) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente estava precisando economizar pra começar nossa vida. (SC FLP FAP 01)

A forma destacada na frase (7) expressa uma situação passada continuativa e, de acordo com Travaglia (1981) e Epiphanyo Dias ([1918]1970), seria esperado o uso de PPROG, como em (8). Se há uma diretriz gramatical, que motivos haveria para que as formas IMP e PPROG se alternassem na expressão do mesmo valor de verdade, neste caso, expressando a mesma função semântico-discursiva de passado imperfeito?

O passado imperfeito é um valor semântico-discursivo que se caracteriza por expressar uma situação que apresenta as seguintes propriedades:

- é anterior ao momento da enunciação;
- é concomitante a outra situação que se torna seu ponto de referência;
- apresenta-se como em andamento em relação ao ponto de referência.

Para, inicialmente, entender as propriedades caracterizadoras do passado imperfeito, é preciso considerar a teoria de tempos verbais de Reichenbach (1947) e a noção de aspecto perfeito e imperfeito de Comrie (1976). Reichenbach (1947) propõe um modelo de estruturação temporal baseado na ordenação de três pontos: o momento de fala, o momento da situação e o ponto de referência. Temporalmente, o passado imperfeito está relacionado com uma situação que ocorreu anteriormente ao momento de fala e

deveu) ser (ou ter sido) mais atenciosa para contigo ontem.

- aparece em lugar do futuro do pretérito para denotar um fato certo como consequência de outro que não se deu;
- ainda em referência ao futuro, entra no pretérito chamado *prelúdico* ou *imperfeito de jogos*.

Exceto em Epiphanyo Dias ([1918]1970), nas gramáticas consultadas não há referência à possibilidade de alternância entre IMP e PPROG. Aliás, é justo mencionar que as intuições gramaticais de Epiphanyo Dias têm se mostrado premonitórias para vários fenômenos do português hodierno; Menon (2006), por exemplo, aponta a explicação dada por Epiphanyo para o futuro perifrástico e o dativo ético.

simultaneamente a um ponto de referência (também passado).

Quanto ao aspecto, de acordo com Comrie (1976), o *imperfectivo* está relacionado à impossibilidade de se determinar os pontos inicial ou final da situação, com foco voltado ao seu desenvolvimento, em contraponto ao *perfectivo*, que enfatiza os pontos inicial ou final da situação. O passado *imperfectivo* é *imperfectivo* justamente porque apresenta a situação como em andamento, em relação a um ponto de referência passado.

Em (7), a situação *precisava* é anterior ao momento de fala e ocorre concomitantemente a um ponto de referência, estabelecido pela oração subordinada adverbial temporal “*quando a minha mãe morreu*”. A situação, apesar de já ter ocorrido, é apresentada como em andamento em relação ao ponto de referência; na oração anterior “*Na época que eu mais precisei dele*”, o mesmo item lexical é apresentado como *perfectivo*, valor associado à forma de pretérito perfeito (PP). Em (8), a situação *estava precisando* também se refere a uma situação passada – anterior ao momento de fala – e concomitante a um ponto de referência, também passado: “*Aí também foi na época que a gente voltou*”. Observe-se que com o mesmo item lexical, no mesmo contexto, com o mesmo tipo de ponto de referência (oração temporal), duas formas para expressar passado *imperfectivo* podem ser utilizadas: IMP e PPROG.

No capítulo 2, os conceitos de tempo e de aspecto associados ao passado *imperfectivo* são abordados com maior aprofundamento. A possibilidade de variação entre as formas IMP e PPROG na expressão dos valores de continuidade e de habitualidade no passado é um fenômeno que, por enquanto, será convencionado como *passado imperfectivo*.

Talvez o fenômeno não merecesse tanta atenção se ocorresse apenas no português. O segundo argumento de que IMP e PPROG passam por processo de variação quando expressam situações passadas *imperfectivas* são evidências *translingüísticas*. Fenômeno semelhante ao que ocorre com o pretérito imperfeito no português também pode ocorrer com o *imperfetto* italiano, em (9), conforme aponta Bonomi (1998), e com

o *imperfecto* espanhol, em (10), de acordo com Givón (2001).

(9) Nel 1870 quando si *sposavano*, c'era un grande casino nella piazza.
Nel 1987 quando si *stavano sposando* c'era un grande casino nella piazza.
'Em 1870, enquanto eles *estavam se casando/se casavam*, havia uma grande festa no parque.'

(10) La banda y yo *tocábamos* en un bar cuando llegó la policía.
La banda y yo *estábamos tocando* en un bar cuando llegó la policía.
'A banda e eu *tocávamos/estávamos tocando* em um bar quando chegou a polícia.'

As evidências *translingüísticas* sugerem que a motivação para a alternância entre as formas pode estar mais longe, na origem das línguas românicas. Ainda na perspectiva *translingüística*, a possibilidade de variação entre as formas também causa confusão quando considerada a tradução para o inglês, principalmente as situações passadas *continuativas* que, em uma língua românica como o francês são codificadas por IMP, no inglês tanto podem ser codificadas por *simple past* ou *progressive past*, como aponta Molen-dijk (2005, p. 119), em (11).

(11) Quand Pierre entra, 9 heures *sonnait*.
When Peter came in, the clock **strinked/was strinking* 9.
'Quando Pedro entrou, *tocava/estava tocando* 9 horas.'

Quand Pierre entra, 1 heure *sonnait*.
When Peter came in, the clock *strinked/* was strinking*.
'Quando Pedro entrou, *tocava/estava tocando* uma hora.'

As evidências de estudos do português e a possibilidade de variação no plano *translingüístico* apontam para a necessidade de um estudo mais detalhado sobre o fenômeno, com vistas a responder, basicamente, às seguintes questões:

- IMP e PPROG funcionam como variantes de uma variável *lingüística*? Se sim, qual a variável?
- Que contextos específicos permitem que as formas funcionem como variantes?
- E, considerando o comportamento *sincrônico* das formas, como fica o paradigma verbal do português?

A abordagem adotada para o fenômeno é *evolutiva* (Croft, 2000, 2002), lidando com a mudança *lingüística* em duas dimensões: a da

inovação e a da *propagação*. No plano da propagação, a investigação segue os pressupostos da sociolinguística variacionista, mais especificamente, da teoria de variação e mudança linguística (Weinreich *et al.* 1968, Labov, 1972a, 1972b, 1978, 1994, 2001). No plano da inovação, é assumida a proposta biolinguística de Givón (2001, 2002). A confluência das duas perspectivas teóricas adotadas resulta no modelo sócio-biolinguístico, que considera a replicação alterada (mudança na perspectiva funcional, via gramaticalização) como base para a variação, estado que se resolve com a seleção social de uma forma (mudança na perspectiva sociolinguística).

A língua, nesse modelo, é vista como um produto da adaptação biológica nas funções de representação e comunicação do conhecimento. A gramática é, ao mesmo tempo, *resultado* e *processo*; resultado porque, em um recorte, uma estrutura gramatical pode ser determinada; processo porque o uso faz com que a gramática agilize e automatize as relações comunicativas mediadas pelo contexto. Quanto mais frequentemente rotinizada uma relação comunicativa, presumivelmente mais relevante do ponto de vista adaptativo, e, por isso, mais tende a ser gramaticalizada, na forma de uma implicatura convencional ou categoria gramatical. Uma vez em vias de gramaticalização, a forma é objeto de avaliação social, que pode ser funcionalmente motivada, por evidências translinguísticas e históricas.

A análise da expressão variável do passado imperfectivo no português por IMP e PPROG tem como objetivo teórico defender que, no modelo sócio-biolinguístico,

- i) a mudança leva à variação (e não o contrário);
- ii) a seleção social das formas é funcionalmente motivada.

A abordagem evolutiva considera a mudança linguística em duas dimensões: a mudança como *inovação* e a mudança como *propagação*. Para que haja *propagação*, é preciso haver *inovação*, por isso, a mudança precede a variação. Mudanças no paradigma verbal do português abrem brecha para a emergência de uma nova forma para a expressão do valor de passado imperfectivo, PPROG, constituída por *estar*IMP + *Vndo*, a

qual passa a concorrer com a forma IMP nesse contexto. O passado imperfectivo é uma interseção do domínio funcional complexo tempo-aspecto-modalidade – TAM – (Givón, 1984), e matizes de cada um desses componentes interagem entre si e apresentam-se mais ou menos salientes em função do contexto de uso das formas. A investigação de modelos semânticos de tempo e aspecto aponta que o passado imperfectivo, temporalmente, está relacionado à sobreposição e ordenação temporal, situado anteriormente ao momento de fala e simultaneamente a um ponto de referência, e aspectualmente, está relacionado com a inclusão do ponto/intervalo de referência no intervalo da situação.

A interseção de IMP e PPROG no domínio do passado imperfectivo fornece pistas da trajetória de gramaticalização das formas: PPROG parte de um valor aspectual imperfectivo estrito (o progressivo) ao imperfectivo genérico (Torres Cacoullous, 2001); IMP parte das relações de distanciamento/afastamento da realidade (instância de modalidade) à expressão aspectual da imperfectividade (Fleischman, 1995). A trajetória de gramaticalização das formas tem reflexo nas suas distribuições na fatia sincrônica analisada, o que respalda a hipótese de que a seleção social é funcionalmente motivada.

A base de dados da investigação é a amostra de fala de Florianópolis, uma das cidades que compõem o Banco de Dados VARSUL. A escolha deve-se ao fato de essa ser atualmente a única cidade pertencente ao banco que dispõe de três faixas etárias, o que permite uma análise da variação na expressão do passado imperfectivo em tempo aparente (Labov, 1994): a distribuição escalar das faixas etárias permite virtualmente constituir uma sucessão de fatias temporais, como se houvesse progressão temporal (por isso o termo “aparente”), embora não garanta fidedignidade nos resultados. Foram consideradas 36 entrevistas, divididas quanto ao sexo, faixa etária e tempo de escolarização. As ocorrências de passado imperfectivo expresso por IMP e por PPROG foram coletadas, analisadas, cotejadas aos fatores de natureza social e linguística, codificadas e submetidas à análise estatística.

No universo de dados analisados, a expressão da habitualidade é categoricamente associada à forma IMP. Na análise variacionista, os resulta-

dos obtidos apontam para a especialização das formas em certos domínios aspectuais do passado imperfeito: IMP/iterativo e P-PROG/progressivo. Entretanto, no domínio do aspecto durativo/continuativo, IMP e PPROG encontram-se em disputa pelo estatuto de aplicação da regra, e a distribuição em tempo aparente quanto à atuação da seleção social no processo de mudança aponta para dois panoramas futuros:

- Especialização da forma PPROG na expressão do passado imperfeito durativo no português;
- Gramaticalização da extensão temporal na expressão do passado imperfeito, com a especialização das formas (IMP/extensão longa e PPROG/extensão curta ou instantânea).

Considerando as evidências translingüísticas e históricas, uma investigação diacrônica é sugerida para respaldar as constatações sincrônicas.

A organização textual dos seis capítulos que compõem esta tese segue a ordem das questões

inicialmente propostas. No primeiro capítulo, é construído o modelo teórico sócio-biolingüístico para respaldar a análise, considerando a idéia de variação e mudança na língua em uso. O segundo capítulo faz uma incursão no domínio funcional TAM para caracterizar a variável lingüística que recobre o fenômeno de variação entre IMP e PPROG na expressão do *passado imperfeito*. O terceiro capítulo dá os encaminhamentos metodológicos para a análise variacionista. Os capítulos 4 e 5 apresentam evidências de fatores lingüísticos e sociais que influenciam o fenômeno; no quarto capítulo, são discutidas as evidências da replicação alterada e uma trajetória de gramaticalização das formas com base na distribuição dos dados; e, no quinto, são analisadas as pistas da seleção social. O sexto capítulo revê aspectos do modelo teórico sócio-biolingüístico em função das evidências obtidas na análise.

1 Variação para além da fonologia

À primeira vista, discutir a pertinência de análises variacionistas nos níveis mais altos da estrutura gramatical pode parecer um retrocesso na construção do modelo teórico da sociolinguística. A partir dos estudos de apagamento de verbo cópula no *African American English* (AAEE), calorosos debates foram travados nas décadas de 1970 e 1980, com contribuições de Weiner e Labov ([1977] 1983), Lavandera (1978), Labov (1978), Romaine (1981), entre outros. A questão, no entanto, não está encerrada; estudos como os de Milroy e Gordon (2003) e de Cheshire, Kerswill e Williams (2005) retomam o debate, evidenciando a existência de um ponto a descoberto no modelo variacionista.

Assim como no AAEE, a análise da variação nos níveis gramaticais mais altos é bastante produtiva no âmbito da pesquisa sociolinguística no Brasil. O estudo da variação entre IMP e P-PROG fomenta algumas reflexões acerca do modelo teórico, partindo do pressuposto de que o estudo da variação linguística é mais do que simplesmente quantificar ocorrências. Neste capítulo, são discutidas questões como: qual o nível de análise em que se enquadra a expressão do passado imperfectivo no português? Como decorrência teórica, como lidar com os problemas teóricos e metodológicos decorrentes da ampliação do escopo de análise para além da fonologia? E, qual o referencial teórico adequado para lidar com o fenômeno?

1.1 Níveis de análise da variação

Para o estudo da variação entre IMP e P-PROG, é necessário, primeiramente, delimitar o escopo da análise, ou seja, quais os limites da variação. Definitivamente, a variação entre IMP e P-PROG não se dá no plano da fonologia. Porém, a possibilidade de variação para além da fonologia não é aparentemente consensual para todos os estudiosos da área. Faz-se necessária uma reflexão mais aprofundada para justificar a expansão do limite da variação para os níveis gramaticais mais altos.

Assim como na fonologia, nos níveis gramaticais mais altos, uma variável linguística costuma ser definida classicamente como “os diferentes meios de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto” (Labov, 1972, p. 164). Ampliando o escopo da definição de variável para além da fonologia, faz-se necessária uma teoria de gramática ampla, que envolva os componentes fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico e discursivo. As fronteiras não são discretas, e, em muitos casos, há sobreposição, originando um novo nível, como o morfossintático ou o semântico-discursivo.

Milroy e Gordon (2003, p. 169-179) enumeram alguns dos principais problemas encontrados no estudo de fenômenos de variação para além da fonologia:

- nem sempre é claro como o conceito de variável sociolinguística pode ser aplicado a esses fenômenos;

- também nem sempre é fácil especificar que fatores atuam na determinação das variantes para uma variável lingüística escolhida nesses planos;
- e, ainda, nem sempre é claro de que modo variantes sintáticas e discursivas podem ser consideradas como semanticamente equivalentes.

O primeiro passo no estudo da variação entre IMP e PPROG é tentar definir qual o seu tipo: morfossintática ou semântico-discursiva. A expressão de passado imperfectivo, no português, pode ser feita por duas formas, IMP e PPROG. Aparentemente, é um caso semelhante à variação entre *was* e *were* no inglês (Tagliamonte, 1998), em que a escolha morfológica tem efeitos no paradigma da concordância verbal no tempo passado, como em (1).

(1)

I got the job when I *was* younger.
I *were* broke on a Monday. (Tagliamonte, 1998, p. 155)

No português, as duas variantes para a expressão do *passado imperfectivo* apresentam diferenças estruturais: IMP é uma forma verbal simples, com o morfema modo-temporal de pretérito imperfeito do indicativo, e PPROG é uma forma verbal constituída por verbo auxiliar *estar* flexionado com o morfema modo-temporal de pretérito imperfeito do indicativo e verbo principal no gerúndio. A escolha entre IMP e PPROG tem motivações e conseqüências que podem ser observadas no limite morfológico, o que licencia uma análise da expressão de *passado imperfectivo* por IMP e PPROG no âmbito da variação morfossintática.

Mas também existe a possibilidade de enquadrar o fenômeno em outro nível gramatical. Nos casos de variação morfossintática do inglês, as variantes estão no mesmo paradigma (*was/were* são formas do paradigma verbal do *simple past* e a concordância no *simple present* refere-se à expressão número-pessoal, mas ainda no mesmo paradigma). No caso do IMP e PPROG, as formas ainda não estão no mesmo paradigma, assim como não estão outros casos de alternância de formas verbais no português: presente do indicativo vs. presente do subjuntivo (Pimpão, 1999), a expressão da anterioridade a um ponto de referência passado, com as variantes pretérito mais-que-perfeito composto e pretérito perfeito (Coan, 1998, 2003), a expressão de futuridade, com as

variantes presente simples, futuro do presente e a forma *ir* + infinitivo (Gibbon, 2000), presente simples e progressivo presente (Silvério, 2001), entre outros. Categorias verbais estão intimamente relacionadas à expressão de tempo, aspecto e modalidade, domínios funcionais complexos, que têm suas funções determinadas pela interação de fatores de natureza diversa: estruturais, semânticos, cognitivos e discursivos.¹ Atuam na motivação da escolha entre as variantes não apenas a estrutura, mas também fatores discursivos e contextuais. E, neste caso, a variação está no plano discursivo. Também se enquadram como variação discursiva a variação no uso de marcadores discursivos (Valle, 2001, Rost, 2002, Freitag e Gorski, 2006), evidenciais (Freitag, 2003) e quotativos (Buchstaller, 2006), entre muitos tantos outros.

A definição do nível de análise de um fenômeno variável depende do enfoque dado pelo analista. Na variação entre *ter* + participio e *estar* + gerúndio na expressão de tempo presente e aspectos durativo e iterativo, Mendes (2005), por exemplo, considera apenas fatores semântico-estruturais, tais como o aspecto verbal, o tipo semântico do verbo principal, adjuntos adverbiais, número do sujeito e dos argumentos internos. Mas poderiam ter sido considerados fatores de natureza discursivo-contextual, como o tipo da situação comunicativa, a complexidade do assunto, referência para o verbo, tipo de seqüência discursiva, entre outros.

Partindo da premissa de que o analista tem a prerrogativa de definir o enfoque a ser dado ao tratamento do fenômeno, a expressão variável do passado imperfectivo por IMP e PPROG pode ser situada no âmbito morfossintático e serem consideradas, além das variáveis relacionadas a este nível, também variáveis semântico-discursivas, ou pode ser também situada no âmbito semântico-discursivo, dado que a expressão da categoria TAM dá-se, em última instância, nesse nível de análise, e serem consideradas também variáveis morfossintáticas.

A escolha do âmbito da análise para a expressão do passado imperfectivo recai para o âmbito

¹ O domínio funcional é o escopo de atuação de uma dada função desempenhada por uma dada forma em uma dada língua. O conceito é retomado na seção 1.3.3.

semântico-discursivo, alinhando-se aos estudos de Gibbon (2000), sobre a expressão de futuro, de Coan (1997, 2003), sobre a expressão do passado anterior e de Pimpão (1999), sobre a variação entre presente subjuntivo e indicativo.² Porém, independentemente do nível de análise em que o fenômeno é enquadrado, o estudo da alternância entre IMP e PPROG na expressão de *passado imperfectivo* precisa considerar três virtuais problemas em fenômenos de variação para além da fonologia: a frequência, a restrição contextual e a necessidade de suporte teórico. O modo como esses problemas são contornados em cada nível de análise variacionista pode dar pistas do nível em que se situa a variação entre IMP e PPROG na expressão de *passado imperfectivo*. Mas, partindo da premissa de que indivíduos usam a língua, tanto na modalidade falada como na modalidade escrita, para uma série de propósitos e todos esses usos podem ser analisados, em última instância, situada no nível do discurso, a variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo está no nível do discurso. O estudo da variação no discurso é focado para buscar padrões de uso da língua que a caracterizem dentro de um grupo definido por uma configuração específica (Macaulay, 2005, p. 284). O passado imperfectivo, como apresentado no capítulo 2, tem uma configuração específica, embora não tão saliente.

1.1.1 A frequência

A mudança lingüística é um processo complexo, que envolve fatores sociais, geográficos, lingüísticos, cognitivos e pragmáticos. O reflexo mensurável é que o vernáculo da comunidade muda. O sistema lingüístico é regido por regras categóricas, estruturais e por *regras variáveis*, inerentes a ele. As regras variáveis podem ser mais ou menos aplicadas, dependendo do ambiente lingüístico e/ou social, o que define a natureza do sistema como probabilística e pressupõe o emprego de técnicas quantitativas para a ob-

servação das regularidades que o regem. Uma mudança é desencadeada em ambientes mais favorecedores, tanto do ponto de vista lingüístico como social, e é disseminada para ambientes menos favorecedores. Esse percurso é gradual e manifesta-se empiricamente na distribuição das frequências de aplicação da regra em cada um dos contextos considerados. A mudança lingüística é uma questão de frequência de uso, de aplicação das regras (Labov, 1994, p. 25).

No modelo variacionista, o aumento da frequência de uso de uma variante, aliado a outras pistas, pode indicar mudança. Fenômenos variáveis semântico-discursivos e discursivo-pragmáticos são menos frequentes do que fenômenos fonológicos e morfossintáticos. No plano fonológico, o falante faz uso de um conjunto definido, limitado e previsível de elementos, que ocorrem com relativa frequência em uma amostra de fala extraída de uma entrevista sociolingüística. Já fenômenos sintáticos e discursivos não costumam ser previsíveis nem limitados, são mais propensos a inovações do falante, como estratégia estilística, e não costumam apresentar alta frequência em uma amostra de fala.

Além disso, ocorrem em contextos específicos, nem sempre previstos nos roteiros de entrevistas sociolingüísticas. Por exemplo, para codificar a expressão de situações hipotéticas no português, o falante pode utilizar o morfema modo-temporal de futuro do pretérito (-ria), o morfema de pretérito imperfeito do indicativo (-va) e ainda a forma perifrástica *ia* + infinitivo (Costa, 1997, Karam, 2000), e também o morfema modo-temporal do imperfeito do subjuntivo (-sse) e o do mais-que-perfeito do subjuntivo (Back, em curso). Porém, a expressão de situações hipotéticas se dá em contextos semântico-pragmáticos específicos, como em resposta a uma pergunta sobre “o que fazer se ganhasse na loteria”, tal como em (1).

(1)

Tá, ganhando na loteria, eu *ia conhecer* primeiro era o Pantanal. *ia* conhecer era Pantanal e essa *seria* um dos meus sonhos é ir no Pantanal. Depois, conhecer o Rio, conhecer a Bahia, lá em cima, no Nordeste. Depois conhecer um pouquinho aqui do Brasil, né? eu *preferia*, né? *ia* para o exterior. (SC FLP FBG 10)

As entrevistas sociolingüísticas costumam ser realizadas de acordo com um roteiro pré-

² O fato de o fenômeno ser situado no âmbito semântico-discursivo não significa que fatores lexicais e morfossintáticos não sejam influentes.

estabelecido, que visa diminuir os efeitos do paradoxo do observador (Labov, 1972a), e não direcionadas à pesquisa de um fenômeno de variação específico. Nem sempre um fenômeno sintático ou discursivo apresenta uma frequência significativa para subsidiar uma análise variacionista.

Ainda dentre os fenômenos morfossintáticos e discursivos, é preciso distinguir aqueles que são “obrigatórios” daqueles que são “opcionais”. Esta classificação tem a ver com o quão o fenômeno está relacionado com o nível da codificação da informação gramatical ou com o nível do léxico conceitual. Variação na ordem e na concordância, por exemplo, são fenômenos “obrigatórios”, na medida em que são a representação de regras de organização da gramática: no português, a ordenação dos constituintes da oração pode ser de dois modos: verbo-sujeito ou sujeito-verbo (Naro e Votre, 1989; Berlinck, 1988), mas obrigatoriamente toda oração obedece ao critério da ordem (ou seja, tem que haver manifestação da ordem). Já os fenômenos “opcionais” são aqueles referentes às escolhas, em última instância, no léxico conceitual. É o caso das categorias verbais. O falante, para codificar a informação proposicional, faz escolhas de conceitos no léxico e que interagem com o componente gramatical, de acordo com sua intenção estilística.³ Tome-se o caso do português; o falante dispõe de duas possibilidades para expressar uma situação passada no português: como perfectiva (fechada, como um todo pontual) – conceito associado à forma de pretérito perfeito – ou imperfectiva (estendida, em andamento) – conceito associado à forma de pretérito imperfeito – pode optar, primariamente, por uma ou por outra. É uma escolha que vai depender da sua intenção estilística e interage na construção do discurso multi-proposicional. Apenas se optar pela imperfecti-

³ A variação estilística parte do pressuposto de que os falantes variam seu modo de falar conforme a situação em que se encontram: o interlocutor (faixa etária, sexo, escolaridade, profissão, tipo de relação sociopessoal com o falante), o lugar (mais ou menos formal, no trabalho, no bar, na família) e o tópico temático (ciência, política, fofoca) exercem pressões sobre a escolha da variante de um fenômeno linguístico, de modo tal que a heterogeneidade linguística passa a ser tratada de modo sistemático e previsível.

vidade é que o falante passa a dispor de duas formas – IMP e PPROG –, o que reduz as possibilidades de ocorrência de cada uma das formas e, conseqüentemente, influencia a frequência global da expressão de passado imperfectivo.

A frequência não é o primeiro critério de análise da sociolingüística variacionista.⁴ O primeiro passo para a análise é determinar uma amostra sociolingüística, que deve ser representativa de uma comunidade de fala. A extensão de uma comunidade de fala é representada pela escolha aleatória de falantes constituintes da comunidade de fala.⁵ Para Labov (2001, p. 38), uma amostra verdadeiramente representativa de uma comunidade de fala precisa tomar como base uma coleta aleatória em que cada um dos muitos falantes que a constituem tenha a mesma chance de ser selecionado. Se na amostra não há frequência o suficiente para subsidiar uma análise estatística segura, é porque o fenômeno não é bem representado (ou recorrente na amostra), requerendo coleta complementar ou apenas tratamento qualitativo. Realizar uma coleta nos moldes variacionistas direcionada a um fenômeno variável específico é relativamente mais fácil se o fenômeno for fonológico do que se for de um nível gramatical mais alto.

Para compensar a baixa frequência de dados, é possível fazer uso de amostras complementares, como a observação do pesquisador, aplica-

⁴ Entretanto, é o primeiro critério de análise da lingüística de corpus, que lida diretamente com frequências, e o critério de medida da amostra é o tamanho em extensão de palavras. Berber Sardinha (2004) propõe uma tabela de classificação de corpora em função do número de palavras: um corpus com menos de 80 mil palavras é considerado pequeno; entre 80-250 mil palavras, pequeno-médio; entre 250 mil a 1 milhão, médio; entre 1-10 milhões, grande; e com mais de 10 milhões, um corpus pode ser considerado muito grande. Biber (1993) sugere um cálculo para medir a frequência de elementos em corpora diversificados, comparando a razão de recorrência do elemento em função do número total de palavras do corpus. Já o corpus da sociolingüística é “medido” em função da representatividade. O corpus do Banco de Dados Varsul relativo à Florianópolis, com 36 entrevistas, contabiliza cerca de 400 mil palavras. Quanto à representatividade, a discussão é retomada no capítulo 5.

⁵ O conceito de comunidade fala é retomando na seção 1.2, já que o termo tem valores diferentes para Labov e para Croft (2000).

ção de testes de atitude, busca em corpus eletrônico e em textos da literatura, mas esses tipos de estratégias de coleta de dados não permitem a realização de uma análise para desvendar o comportamento social da variação, variação sócio-lingüística.

Mesmo que um fenômeno variável de um nível gramatical mais alto apresente relativa frequência em entrevistas sociolingüísticas, há que se considerar a possibilidade de concentração dos dados em poucos indivíduos da amostra, como se o uso fosse uma marca estilística própria do falante. Valle (2001, p.7), por exemplo, ao analisar a função de *requisitar apoio discursivo* na fala de Florianópolis, considerou apenas as formas *sabe? não tem? e entende?*; a forma *viu?*, em (2), apesar de contabilizar 17 ocorrências, foi excluída, pois é utilizada por apenas um informante da amostra.⁶

(2)

Então aquilo ali era lindo porque a gente morava naquela casa do Mercado. Então naquela casa de noite tu sentias o barulho do mar, *viu?* no meio, bem embaixo da ponte Colombo Sales, tinha a Ilha do Carvão. (SC FLP 24 FBC)

Quanto à expressão do passado imperfeito, o corpus do Banco de Dados VARSUL apresenta um número de ocorrências de IMP e PPROG suficiente para subsidiar uma análise variacionista – pelo menos do ponto de vista estatístico –, embora em contextos específicos, fazendo com que seja necessária uma discussão mais aprofun-

dada sobre contexto e unidades de análise do contexto, o que será feito no capítulo 2.

1.1.2 Equivalência semântica

A definição de variantes como duas ou mais formas de dizer a mesma coisa no mesmo contexto é facilmente aplicável no nível da fonologia, em que o conjunto de elementos é relativamente definido, limitado e previsível. Nos níveis gramaticais mais altos, as escolhas gramaticais são influenciadas por fatores morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Mas isso não significa que não se possa lidar com a noção de variáveis, variantes e variação (só fica um pouquinho mais complicado!).

Nos anos 1980, as decorrências da definição de variantes aplicadas para além da fonologia foram discutidas por William Labov e Beatriz Lavandera, em uma série de textos. Lavandera (1978) questiona a regra variável de Weiner e Labov ([1977]1983), em que a passiva sem agente (*the closet was broken into*) e a ativa com sujeito genérico (*they broke into the closet*) poderiam ser consideradas variantes sintáticas no *AEE*. Lavandera sugere que a condição de *mesmo significado* seja ampliada para o que chama de *comparabilidade funcional* (1978, p. 181), em que as estruturas, apesar de terem a mesma função comunicativa, não têm necessariamente o mesmo significado. Labov (1978) reafirma o princípio da equivalência semântica: dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade. A função referencial predomina na identificação das variantes.

Porém, em fenômenos como a alternância entre *nós* e *a gente* na expressão pronominal de primeira pessoa do plural, a ordem de estruturas causais (causa-conseqüência/conseqüência-causa), e a regência do verbo *ir*, de acordo com Naro e Scherre (2006), “há distinção semântica parcialmente significativa entre formas alternativas. Assim, do ponto de vista da sociolingüística laboviana, não estamos lidando com casos de variação clássica, nos quais se pressupõe equivalência semântica das formas variantes em todos os contextos.” (*op. cit.*, p. 242). Funcionam co-

⁶ Apesar de não estar diretamente relacionado com a variação entre IMP e PPROG, o princípio da contabilidade (*accountability*) precisa ser considerado na análise de fenômenos variáveis nos níveis gramaticais mais altos. De acordo com Labov (1982, p. 30), “todas as ocorrências de uma dada variante são computadas; e quando é possível definir a variável como um conjunto fechado de variantes, são computadas também todas as não-ocorrências da variante em circunstâncias relevantes”. Tavares (1999) faz reflexões sobre a inviabilidade de aplicação desse princípio à expressão da conexão retroativo-propulsora, com as variantes *e*, *então*, *ai* e *daí*. Entre outros argumentos, ela aponta: (i) “como diferenciar os \emptyset (contextos possíveis de realização que não foram preenchidos) de *e* dos \emptyset de *ai*, e dos \emptyset de *então* e de *daí*?”; (ii) “a inclusão do \emptyset na análise demandaria o tratamento de um número imenso de dados (os contextos \emptyset) difíceis de serem delimitados: como especificar todos os lugares em que poderia ter havido um seqüenciador e não houve?” (*op. cit.*, p. 69).

mo equivalentes mas não são variantes; como solucionar a questão?

Na interface funcionalista, tem sido considerada a definição de Nichols (1984) para o termo *função/significado*,⁷ expandindo a definição de variantes de Labov (1978), de ‘mesmo significado’ para ‘mesma função’, remetendo ao papel discursivo das variáveis. Não são formas que desempenham funções ou codificam significados, mas é a função/significado das formas que é apreendida do contexto (Gorski *et al.*, 2003, p. 120). Esta é uma tendência bastante produtiva e promissora na sociolinguística brasileira. Ao analisar os resultados obtidos pelos estudos do PEUL (Programa de estudo sobre o uso da língua), Paiva e Scherre, discutindo o alargamento dos domínios da variação, afirmam que

A incorporação de aspectos discursivos e de processamento na análise variacionista, que alinha o grupo a paradigmas funcionalistas de estudo da linguagem, constitui uma tentativa de transpor o plano descritivo da variação, buscando a razão de ser da coexistência de duas ou mais formas de dizer a mesma coisa. Esse avanço se torna possível porque o grupo trabalha com uma noção estrita de significado, requerendo, na caracterização das variantes, apenas a equivalência de significado referencial. Outros tipos de significado, e mesmo nuances de significado referencial, são tomados como variáveis

⁷ Nichols (1984) discute cinco significados, não-excluentes, para o termo função em linguística, dos quais três são pertinentes ao estudo de categorias verbais: *função/fim*, *função/contexto* e *função/significado*. *Função/fim* refere-se ao uso da língua para determinada finalidade. Fazer uma pergunta, dar uma ordem ou informar são funções que podem ser desempenhadas por determinados mecanismos linguísticos, como o uso da entonação, a escolha de certas formas verbais (modo imperativo ou indicativo), por exemplo. *Função/contexto* refere-se ao uso das estruturas linguísticas como o reflexo do contexto do ato de fala. O contexto do ato de fala pode ser considerado no plano da situação e, neste caso, as categorias funcionais relacionadas à situação indexam os papéis da fala e o estatuto dos participantes: o uso de formas verbais de polidez reflete as relações sociais existentes entre os participantes. O contexto também pode ser considerado no plano textual/discursivo, em que as categorias funcionais indexam a organização discursiva, manifestando-se por meio de estratégias coesivas do texto. A definição *função/significado* é a mais ampla, abarcando inclusive aspectos de função/fim e função/contexto.

independentes. (Paiva e Scherre, 1999, p. 210)

A noção de *mesmo significado* é estendida para *mesma função*. Os matizes semânticos que caracterizam as formas são controlados como uma variável independente, com a premissa de que não são relevantes para o falante/ouvinte naquele contexto. A evidência para este procedimento são os casos de ambigüidade, como o apresentado por Mendes (2005). No domínio da expressão do aspecto verbal, as perífrases *estar + gerúndio* e *ter + particípio* podem ser consideradas variantes de uma variável, quando se referem ao tempo presente e aspectos *durativo* e *iterativo* (tipos de aspecto imperfectivo), como nos casos (1)-(4) a seguir (*op. cit.*, p. 30).

- (1) João *tem trabalhado* pela modernização da área. (durativo)
- (2) João *está trabalhando* pela modernização da área. (durativo)
- (3) João *tem viajado* de carro. (iterativo)
- (4) João *está viajando* de carro (iterativo)

O aspecto durativo é caracterizado pela propriedade de expressar uma situação como contínua, com duração, dentro do intervalo da estrutura temporal. Já o aspecto iterativo, pela propriedade de expressar a repetição/intermitência de situação dentro do intervalo da estrutura temporal. Porém, existem contextos em que não é possível verificar a oposição continuidade/intermitência, ou não é relevante no tópico comunicativo distinguir o valor aspectual, gerando casos de ambigüidade, como o apresentado por Mendes (*op. cit.*), em (5).

- (5) Atualmente pensa-se em quantidade... abre-se faculdades à vontade mas um outro campo também que eu vejo aí e que esta que seria mais um campo dos administradores e economistas... *estão sendo invadidos* e são pelos engenheiros. (D2 SP 62) (*op. cit.*, p. 43)

Em (5), a idéia de iteratividade da invasão é difusa ao ponto de se aproximar da continuidade, tanto que a presença de um adjunto adverbial iterativo não parece adequada (*é um campo que está sendo repetidas vezes invadido pelos engenheiros*). Ou seja, a especificidade do aspecto

imperfectivo expresso nesta situação não parece ser relevante nem para o falante, nem para o ouvinte; trata-se de um caso ambíguo. Assumindo as premissas do paradigma funcional da gramaticalização, discutido a seguir na seção 1.4, a ambigüidade é uma consequência de um processo de mudança, estado em que os usos não se encaixam nas categorias prototípicas. O caso de (5) não é prototipicamente iterativo, nem prototipicamente continuativo, é um híbrido das categorias – já que a linha demarcatória das fronteiras não é clara nem precisa – cujo valor não parece ser relevante, neste contexto. Prototipicamente, as formas *estar* + gerúndio e *ter* + particípio podem ser consideradas como associadas à expressão dos aspectos *iterativo* e *continuativo* do imperfectivo. Existe, e é reconhecido, esse matiz semântico. Porém, no contexto de uso, a distinção entre os valores aspectuais do imperfectivo perde a relevância, que é atestada pela existência de casos ambíguos, como (5). Os matizes aspectuais são controlados como um grupo de fatores nas variáveis independentes. Os resultados estatísticos de Mendes (*op. cit.*, p. 123-24) apontam que, prototipicamente, a forma *ter* + *participio* está associada à expressão do aspecto iterativo, enquanto *estar* + *gerúndio* está associada à expressão de aspecto continuativo. Porém, ao cruzar os dados da categoria aspectual com a faixa etária dos informantes analisados, o autor constata que a polarização prototípica se verifica nas faixas etárias mais elevadas, enquanto o uso das faixas etárias mais jovens é predominantemente ambíguo. A análise de Mendes (*op. cit.*) apresenta evidências de mudança em curso, no que se refere à expressão dos aspectos iterativo e continuativo.

A variável lingüística para além da fonologia pode ser definida em termos de forma e de função. No primeiro caso, formas são o ponto de partida a partir do qual são investigadas as suas funções. Por exemplo, quais as funções que a forma IMP pode desempenhar no português? A expressão do passado imperfectivo é *uma* delas, juntamente com o IMP de cortesia, o IMP com valor de futuro do pretérito, hipocorístico, situação de faz-de-conta (Travaglia, 1987).⁸ E, no segundo caso, o ponto de partida são *funções comuni-*

cativas: quais são as potenciais formas de que um falante pode se valer para realizar determinada função comunicativa? Como os falantes utilizam-nas na interação (recurso estilístico)? A função de expressar passado imperfectivo no português pode ser atribuída a (pelo menos) duas formas: IMP e PPROG.

O mapeamento das potenciais formas para realizar determinada função comunicativa é o primeiro passo nos estudos de variação nos níveis gramaticais mais altos. O segundo passo é a análise dos contextos de ocorrência, em geral, muito específicos. Com IMP e PPROG, os contextos em que as formas ocorrem nas entrevistas sociolingüísticas do Banco de Dados do projeto VARSUL expressando *passado imperfectivo* são aqueles em que existe delimitação espaço-temporal das situações. A delimitação espaço-temporal é um requisito para existência da unidade discursiva denominada *narrativa* (Labov e Waletzky, [1979] 2003), que é detalhada na seção 2.2.3.

1.1.3 Interface teórica

No nível fonológico, a variação pode ser explorada em termos ‘sócio’, por relações de preconceito e estigma.⁹ Mais um problema que se interpõe à análise de variação nos níveis gramaticais mais altos é a necessidade de um suporte teórico auxiliar. Nem sempre novos usos atraem a atenção prescritivista, atribuindo o rótulo de “certo e errado” às formas e construções pertencen-

⁸ Essas funções são retomadas na seção 4.1.2.

⁹ Isso não significa que no nível fonológico explicações teóricas sejam dispensáveis, mas que, porque neste nível a variação é mais saliente, é mais passível de julgamentos de valor acerca de estatuto social, região, origem étnica; é o caso do apagamento do /r/ em Nova York (Labov, 1972a), a realização dos róticos em português (Reinecke, 2006) ou da palatalização de /t/ no português (Matzenauer, 2006), por exemplo. Com base na realização de /r/ e de /t/ no português, muitas hipóteses sociais podem ser formuladas sobre o falante, o que subsidia uma análise sociolingüística, nos moldes da análise de Labov sobre o apagamento do /r/ nas lojas de departamento. Salvo raras exceções, nos níveis gramaticais mais altos as explicações estritamente sociais para um fenômeno não são tão salientes como no nível fonológico.

centes aos níveis gramaticais mais altos. E também é preciso pensar em formas que co-ocorrem estavelmente há algum tempo. Na expressão de *passado imperfectivo*, qual a forma inovadora? Ou qual forma é estigmatizada? Na impossibilidade de uma explicação estritamente variacionista, é preciso buscar um paradigma teórico que dê pistas de como interpretar os achados quantitativos e que também possibilite uma análise qualitativa integrada. Alguns fenômenos são mais bem explicados com um dado modelo teórico do que com outro. Fenômenos contínuos podem ser mais adequadamente explicados por modelos funcionais, que pressupõem o processo de variação como a sobreposição de funções em um contínuo de mudança. Fenômenos discretos podem ser mais adequadamente explicados por modelos formais, que pressupõem a substituição e a competição entre estruturas.

A variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo no português, apesar de ser aparentemente um fenômeno discreto – na medida em que duas formas competem pelo desempenho da mesma função –, não pode ser explicada por uma abordagem que considere apenas o nível da estrutura gramatical. Categorias verbais costumam ser associadas à codificação de tempo, aspecto e modalidade, conhecimentos que são relacionados com a experiência do indivíduo (Bybee *et al*, 1994; Givón, 1979; 1995, 2001, 2002). A dimensão do tempo (o que é presente, passado, futuro; o que é remoto e o que é recente), do aspecto (acabado, inacabado, andamento, pontualidade) e modalidade (juízos de valor sobre epistemicidade e deonticidade) é construída com base nas experiências do falante. As categorias verbais não são apenas informações gramaticais, mas refletem como a gramática codifica informações que são sensíveis ao contexto e principalmente ao modo como o falante absorve, armazena e codifica as experiências. O modelo funcional de Givón (2001, 2002) parece ser o mais adequado para lidar com as influências semântico-discursivas que podem estar envolvidas em fenômenos de variação em domínios funcionais complexos, como é o domínio tempo-aspecto-modalidade (TAM), retomado na seção 1.3.3.

Porém, outras interfaces teóricas são possíveis. Ainda na linha funcional, há a interface

entre a abordagem variacionista e a abordagem da *gramaticalização* focalizando as relações entre funções e formas, decorrentes de pressões lingüísticas e sociais, com destaque para a história e a coexistência de diferentes formas, situação de *estratificação/variação* (Hopper, 1991). Esta interface tem sido denominada de *sociofuncionalismo* (Tavares, 2003).¹⁰ Resumidamente, na abordagem sociofuncionalista, as funções gramaticais são determinadas pelo uso. A gramática é emergente, sujeita a constantes mudanças decorrentes do uso dos falantes.¹¹ E a existência de estágios de gramaticalização pressupõe que a estratificação/variação decorra do percurso de gramaticalização. A variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo parece ser fortemente influenciada pela gramaticalização de PPROG no domínio aspectual; os efeitos da persistência (Hopper, 1991) podem indicar uma relação de distribuição complementar entre as formas e os contextos de uso. A abordagem da gramaticalização, convergente com o modelo funcional de Givón (2001, 2002), também é considerada como perspectiva de interface com os resultados variacionistas.

A interface com a perspectiva formal também abre caminhos para a interpretação dos resultados variacionistas, como a hipótese das *gramáticas em competição* (Kroch, 2001), ou a *variação paramétrica* (Tarallo e Kato, 1989, Ramos, 1999).¹²

¹⁰ Embora existam vários estudos já desenvolvidos dentro desta proposta, é em Tavares (2003) que se encontram reflexões mais aprofundadas acerca desta perspectiva de estudo, discutindo os encaixes e desencaixes do acoplamento.

¹¹ Para Hopper (1987), a gramática é emergente e por isso as estruturas lingüísticas não podem ser aprioristicamente definidas, nem fixas. A estrutura da língua é moldada pelo discurso: assim, quanto mais utilizada uma construção, mais ela tende a se tornar estruturada. Estudos recentes compilados por Bybee e Hopper (2000) ressaltam a importância do papel da frequência de uso na formação da gramática.

¹² Quanto à proposta de análise da língua por uma junção da teoria dos princípios e parâmetros e da sociolingüística variacionista, Zilles e Faraco (2006, p. 39) afirmam que “fica-se, muitas vezes, com a impressão de que o caráter *sociolingüístico* destes estudos se reduz a ter uma amostra de fala da qual se possa extrair o *corpus* de dados a serem estudados por intermédio da me-

Existe ainda uma outra possibilidade, a abordagem evolutiva, com a confluência do modelo biolinguístico, nos termos de Givón (2002), com o modelo sociolinguístico, a qual é explorada na seção 1.3. Independentemente da perspectiva adotada, a interface teórica é necessária para que o estudo variacionista não se limite à simples contagem de ocorrências.

1.2 Variação lingüística e (sócio)lingüística

Além da equivalência semântica, o debate entre William Labov e Beatriz Lavandera focaliza a dimensão social da variação lingüística. O estudo de Weiner e Labov ([1977]1983) sobre a variação entre a passiva sem agente e a ativa com sujeito genérico no AAEE não apresentou fatores sociais que influenciassem a alternância entre as formas. Seria ainda um estudo no escopo da Sociolinguística? Um retrospecto do estado da arte da Teoria da Variação e Mudança Lingüística ajuda a esclarecer esta questão.

A heterogeneidade e a variabilidade são características inerentes da língua. Este é o pressuposto de Weinreich, Labov e Herzog (1968) em *Empirical foundations of the language change*, estudo pioneiro na área da variação lingüística, que se insere no cenário teórico da Lingüística como uma proposta de reação ao caráter imutável e homogêneo da língua difundido pelas teorias de base estruturalista. A grande questão norteadora do seu estudo é “por que as línguas mudam?”: possíveis mudanças podem ocorrer em determinada estrutura lingüística devido a possíveis condicionamentos lingüísticos e sociais. Weinreich *et al.* (*op. cit.*) postulam alguns princípios para subsidiar o estudo do processo da mudança lingüística a partir de três pontos:

- o falante aprende uma forma alternante para uma variável lingüística;

- o tempo em que as duas formas coexistem; e
- o tempo em que uma das formas torna-se obsoleta.

Para que haja a mudança, necessariamente duas ou mais formas concorreram durante um tempo; a mudança pressupõe a existência de um período de variação. A mudança não é caótica, pressupõe que haja variação, embora variação não implique mudança e, além disso, a extensão da mudança não é instantânea nem uniforme. Para os autores, o uso lingüístico está diretamente relacionado às pressões sociais.

A comprovação empírica dos princípios formulados por Weinreich *et al.* (*op. cit.*) para o estudo da mudança lingüística é efetivada com os clássicos trabalhos de William Labov sobre a elevação dos ditongos /aw/ e /ey/ na ilha de Martha's Vineyard e da realização do /r/ em lojas de departamento na cidade de Nova York. Com o objetivo de demonstrar as motivações sociais para a mudança dos sons (os ditongos /aw/ e /ey/), Labov (1972a) procura abordar a origem, difusão e regularidade das mudanças lingüísticas, concluindo que pressões sociais estão continuamente operando sobre a linguagem. No estudo sobre a realização do /r/ em lojas de departamento na cidade de Nova York, Labov (*op. cit.*) constata que a variável lingüística é um diferenciador social em todos os níveis de fala na cidade de Nova York.

Ao analisar a contração e o apagamento da cópula verbal no AAEE, Labov (1972b) desloca o foco da discussão, centrada na correlação entre usos lingüísticos e estrutura social, para a necessidade de uma análise estatística no tratamento da variação lingüística. Posteriormente, Weiner e Labov ([1977]1983) analisam a variação entre passivas sem agente e ativas com agente genérico em AAEE, e constatam que os fatores sociais não são significativos na escolha de uma ou de outra forma, ou seja, como já visto na seção 1.1.2, as construções passiva sem agente e ativa com sujeito genérico são formas equivalentes para o falante dizer a mesma coisa ou, ainda, ativa/passiva são formas semanticamente equivalentes, cuja diferença de uso social não é significativa. Os resultados obtidos no caso da ativa/passiva levam à adaptação dos pressupostos levantados por Weinreich *et al.* (1968): o estudo

todologia quantitativa (desenvolvida no âmbito da sociolinguística variacionista) com a finalidade central de testar a validade das asserções da teoria gerativa. Neste sentido, pode-se indagar se de fato se trata de um ‘casamento’ de teorias ou mais bem de uma teoria e uma metodologia de análises de dados.”

da variação pode detectar a mudança considerando os fatores internos, relativos ao funcionamento da gramática.

O fato de fatores sociais não serem significativos no condicionamento da variação detona uma discussão a respeito do que é uma variável sociolingüística e o que é a Sociolingüística. E aqui voltamos para o ponto que abre este capítulo. A definição de Labov (1978) para variantes de uma mesma variável é duas ou mais formas que necessariamente têm o mesmo valor de verdade no mesmo contexto. No campo da fonologia essa distinção é clara. Ao ampliar o campo para a sintaxe, nem sempre há consenso quanto ao valor de verdade. Lavandera (1978) questiona não só a possibilidade de variação fora dos limites da fonologia como também a não influência dos fatores sociais na variação. Na sua argumentação, a Sociolingüística deve necessariamente estudar a influência dos fatores sociais sobre a língua, fato que é treplicado por Labov (1978), ao defender que o que está em jogo nos fenômenos de variação não são somente os fatores sociais – que podem, mas não necessariamente devem influenciar no condicionamento de fenômenos de variação. O objeto de estudo da Lingüística, segundo Labov, é a língua, portanto, todo lingüista é sociolingüista porque a língua não existe se não estiver em uso, é um objeto inerentemente social. Se as coisas não forem deste modo, os sociolingüistas seriam alguma coisa à parte da lingüística? (Labov, 1972a, p. 183).

Dadas as dimensões da discussão travada entre Labov e Lavandera, os fundamentos empíricos são revisados, especialmente no que se refere à definição da *variável (sócio)-lingüística*. De acordo com Labov (1982), o caráter heterogêneo de uma comunidade de fala consiste no fato de que há muitas maneiras semanticamente equivalentes de se dizer “a mesma coisa”. Portanto, as variantes estão frequentemente associadas a traços de natureza interna da língua e, possivelmente, também a características externas do falante e da situação (registro, classe social, etnia, sexo, idade). A mudança não é o resultado de um processo de substituição de elementos lingüísticos em sistemas homogêneos; é o próprio processo, que expõe o caráter heterogêneo dos sistemas lingüísticos.

Como já visto na seção 1.1.3, os estudos de interface funcionalista expandem a definição de variantes de Labov (1978), de *mesmo significado* para *mesma função*, remetendo ao papel discursivo dos elementos lingüísticos.

1.3 A abordagem evolutiva da mudança lingüística

Considerando a necessidade de um modelo teórico para dar suporte à análise variacionista, nesta seção, é apresentado e discutido o modelo da biolingüística, nos termos propostos por Givón (2002), que apresenta pontos de confluência com o modelo de variação e mudança lingüística. A articulação entre os dois modelos resulta em uma análise sócio-biolingüística, decorrente de uma abordagem evolutiva da mudança lingüística. O termo ‘evolução’, aqui, é tomado no sentido darwiniano, conforme a proposta de Croft (2000, 2002) e de Dahl (2004).

1.3.1 O modelo evolutivo

Evolução é uma palavra que costuma ser associada à mudança “para melhor”, aperfeiçoamento. E a língua melhor, aperfeiçoa-se, adapta-se às pressões comunicativas do contexto. Por isso, a adoção de uma abordagem evolutiva para a língua é pertinente.

“Na ‘Origem das Espécies’, Darwin passa grande parte do livro discursando sobre as técnicas dos criadores de pombos, cachorros e outros animais domésticos, mostrando como a reprodução controlada fixa características desejadas na prole, um fato mundano ao qual ninguém pode se opor. Darwin então mostra que, mesmo se não forçadas pelos criadores, mudanças ocorrem por si mesmas a partir da variação natural entre os indivíduos de uma dada população; o ambiente faria o papel da mão humana, selecionando certos traços. Para ele, a incrível variação da vida é consequência essencialmente de dois fatores: intervalos de tempo geológicos, muito além dos que contemplamos nos 70 ou 80 anos que vivemos, e mudanças que podem ser passadas de geração em geração. Darwin não conhecia as

mutações genéticas, mas sua teoria antevê o mecanismo básico das transformações entre animais responsável pela diversidade da vida. O projeto darwiniano é explicar a imensa variedade da vida a partir de apenas alguns padrões fundamentais. É essa a função de qualquer teoria científica, seja ela em física, química ou biologia: descrever o maior número de fenômenos ou observações do mundo natural a partir do menor número de princípios sem qualquer intervenção de entidades sobrenaturais. Todas as respostas para os mistérios da natureza, da origem das espécies à formação do Sol e dos planetas, podem ser encontradas na própria natureza. O estilo de Darwin é o da insistência, a famosa frase latina *'guta cavat lapidem'* (água mole em pedra dura), exaustivamente anestesiando qualquer possibilidade de resistência por parte do leitor." (Gleizer, 2006, p. 15)

A tentativa de aproximação entre o modelo da evolução biológica e da evolução linguística não é uma abordagem inovadora. É possível traçar paralelos entre evolução biológica e evolução linguística, considerando as alterações no mecanismo das línguas, seu sistema de sons e categorias gramaticais. Labov (2001) salienta que as transformações evolutivas das espécies foram demonstradas antes na linguística, com os estudos das famílias linguísticas, especialmente do Indo-europeu, e reconstituições de línguas (proto), a ponto de gerar afirmações do tipo "Fui um darwinista antes de Darwin" [Max Müller, 1861]. Darwin sumariza a situação em *The descent of man* (1871),¹³ em que faz um tratamento dos paralelos entre a evolução linguística e biológica. Seu argumento é que a formação de diferentes línguas e de espécies distintas – e a prova de que ambas têm se desenvolvido em decorrência de um processo gradual – são, curiosamente, paralelas.

Darwin encontra quinze similaridades entre os dois processos: "encontram-se em diferentes línguas surpreendentes confirmações travadas com as comunidades descendentes"; "e analogi-

as travadas com um processo de formação similar"; "o modo como certas letras ou sons mudam quando ocorrem outras mudanças é muito recorrente"; "em ambos os casos, ocorre duplicação de partes"; "ocorrem efeitos do uso contínuo prolongado"; "a freqüente presença de rudimentos, nas línguas e nas espécies, é ainda mais saliente"; "línguas, assim como seres orgânicos, podem ser classificadas em grupos e mais grupos"; "ambos podem ser classificados naturalmente, de acordo com a descendência, ou artificialmente, por outros critérios"; "línguas e dialetos dominantes se expandem vastamente"; "e podem levar à extinção gradual de outros"; "uma língua, como uma espécie, uma vez extinta... nunca mais"; "uma mesma língua jamais tem dois lugares de origem"; "diferentes línguas podem ser misturadas ou cruzadas entre si"; "existe variabilidade em toda língua, e novas palavras são continuamente criadas"; "palavras únicas, assim como a sua língua, gradualmente tornam-se extintas" (Labov, 2001, p. 7-8).

Darwin conclui que a sobrevivência ou preservação de determinadas palavras favorecidas na luta pela sobrevivência é seleção natural. Mas, para Labov (op. cit.), as línguas não mostram um padrão evolutivo no sentido de adaptação progressiva às necessidades comunicativas. Porém, não é meramente a ausência de evidência para a adaptação evolutiva que corre contra o argumento de Darwin para a seleção natural. De acordo com Labov, a maior parte da visão universal da linguística se dá ao contrário: o maior agente da mudança linguística – a mudança sonora – é, atualmente, maldapatativa, no sentido da perda de informação que a forma original era designada a carregar. O mecanismo de mudança de sons é disfuncional. A mudança linguística é vista como uma força destrutiva. O exemplo discutido por Labov é a simplificação dos clusters finais com /t/ e /d/ no inglês, levando a casos de perda de informação; Labov argumenta que há situações em que o falante precisa soletrar CANT ou CAN'T porque a seqüência de sons gera ambigüidade. A mudança é disfuncional porque pode levar à perda de significado. Afinal, a mudança leva à evolução ou à involução? Apesar das críticas, Labov não desconsidera o modelo evolutivo, apenas reformula a premissa de Darwin, nomeada agora de paradoxo darwinia-

¹³ A Universidade de Cambridge disponibiliza on-line alguns dos trabalhos de Charles Darwin: a 1ª edição do "Journal of Researches" (1839) – também conhecido como "Voyage of the Beagle" –, "The Descent of Man" (1871), "The Zoology of the Voyage of HMS Beagle" (1838-43) e a 2ª, 3ª, 4ª e 5ª edições do "On the Origin of Species". Há ainda uma biblioteca com cerca de 40.000 imagens <<http://www.darwin-online.org.uk>>.

no: a evolução das espécies e a evolução das línguas são idênticas na forma, apesar de o mecanismo fundamental da formação ser ausente na última (Labov, 2001, p, 15).

Porém, a mudança não pode ser vista isoladamente; a aparente perda de informação no sistema tende a se regular; o efeito dominó da mudança prossegue e o sistema volta ao equilíbrio. Tome-se o caso do português: o paradigma verbal número-pessoal, caracterizado pela especificidade de formas para cada valor número-pessoal vem se mostrando cada vez mais reduzido em número de formas, chegando ao extremo da oposição entre 1ª pessoa do singular e as demais (*eu* falo vs. *tu/você/ele/a gente/nós/vocês/elas* fala). Há perda de informação no nível morfológico, mas a informação perdida é compensada por outras maneiras de codificação, como codificação sintática por meio de preenchimento obrigatório da posição de sujeito (Duarte, 2003). Uma análise tomando apenas o nível mais estrito, o do som, obviamente vai se deparar com “perda de informação”. Para manter a coerência com o modelo evolutivo, é preciso tomar a língua como um todo, em seu contexto, uma *análise no discurso* (Naro e Votre, 1989), para assim compreender como o sistema se auto-regula. Em suma, o paradoxo darwiniano apontado por Labov (2001) talvez se dê apenas no nível da fonologia; a expansão da análise para os níveis gramaticais mais altos pode trazer evidências da auto-regulação do sistema.

A adoção de um modelo evolutivo para a mudança lingüística, inspirado no modelo de Darwin, parte do pressuposto de que a evolução se dá por seleção natural. Ou seja, a diversidade das espécies decorre da variação entre os indivíduos, que surge ao acaso, e apenas as variantes das espécies mais adaptadas ao ambiente são selecionadas. No curso do processo, os indivíduos transmitem as características bem sucedidas da adaptação aos seus descendentes. É um modelo de replicação: uma variante da espécie desenvolve uma característica que a torna mais adaptada ao ambiente, característica que é replicada nos descendentes da variante, tornando, com o passar do tempo, a espécie como um todo mais adaptada.

Considerando que é uma teoria de mudança por replicação, a evolução pode, por hipótese,

ser aplicada a qualquer fenômeno que muda por replicação. A origem do modelo ocorreu na biologia, partindo do pressuposto de que a replicação ocorre através da reprodução pelos organismos. E, de acordo com Croft (2000, 2002), o mesmo se aplicaria à língua.

Croft parte da perspectiva histórica (tradicional e sócio-histórica) para justificar o que ele chama de “darwinização da lingüística”. A lingüística sócio-histórica (que, segundo o autor, recobre a variação sociolingüística ou micro-sociolingüística) examina a variação lingüística em comunidades de fala contemporâneas, particularmente a variação que representa mudança lingüística em progresso. É empiricamente baseada em uma amostra de língua em uso e focada no estudo do progresso da mudança lingüística, ou seja, como se dá a propagação de uma nova variante em uma comunidade de fala. A lingüística sócio-histórica é a maior contribuição para a darwinização da lingüística, e tem considerável suporte empírico. Porém, para Croft, o maior furo no processo de darwinização é a inexistência de uma teoria adequada de como a mudança lingüística se origina, ou seja, como surge uma nova variante. Este problema foi batizado como “problema da atuação” no trabalho seminal de Weinreich *et al.* (1968), e tem sido ignorado, apesar de sua significância ser reconhecida. Croft conclui que, como uma teoria de mudança lingüística, a teoria sócio-histórica é incompleta (Croft, 2000, p. 54-55).

A lingüística histórica tradicional examina a *inovação*, a criação de novas variantes. De tradição filológica, a lingüística histórica examina textos históricos existentes que documentam uma língua em diferentes estágios no passado e presente; conseqüentemente, observa inovações, mas normalmente não tem uma amostra de textos suficientemente grande ou representativa para ser capaz de caracterizar a *propagação* em uma comunidade de fala. Ao contrário, existem apenas especulações sobre as causas da inovação.

Como resultado, há uma divisão no estudo de lingüística histórica, entre a lingüística histórica tradicional e a lingüística sócio-histórica. Vista de uma perspectiva evolutiva, a divisão pode ser analisada como uma divisão entre o estudo da criação de uma nova variante na população (ino-

vação) e a sua propagação dentro a comunidade de fala. Croft aponta que é freqüente a confusão entre esses dois processos, pois ambos são nomeados de “mudança lingüística”, tanto na perspectiva tradicional, como na sócio-histórica.

A proposta de Croft é, com base nos fundamentos da lingüística sócio-histórica, criar um paradigma genuinamente evolutivo para a língua. Esse empreendimento requer uma abordagem da inovação e da propagação das variantes lingüísticas, e também uma revisão de como o conhecimento do falante sobre a sua língua é armazenado.

A variação lingüística ocorre em populações, logo, é necessário definir que unidades lingüísticas ocorrem em populações e como as populações são definidas. Croft admite que a unidade básica dos estudos de linguagem são os enunciados, os falantes e os contextos de interação social. Falantes de uma língua são seres humanos, logo ao referir a falantes, estão incluídos os conhecimentos dos falantes acerca de sua própria língua, o que usualmente é chamado de ‘gramática’. Os contextos de interação social são as situações em que um falante é levado a produzir um enunciado a um ouvinte, e incluem dois componentes maiores: o conteúdo que o falante quer transmitir ao ouvinte (seus objetivos e intenções comunicativas), e a matriz social em que falante e ouvinte coexistem: seu estatuto na sociedade e sua relação com cada um dos membros.

Croft adota a nomenclatura da biologia evolutiva. Por isso, a população básica para ser definida é o equivalente lingüístico para as populações de espécies, ou seja, a comunidade de fala. Na perspectiva de Croft (2000, p. 16-19), uma *comunidade de fala* é uma população comunicativamente isolada de falantes que interagem entre si; é espaço-temporalmente definida e única.¹⁴ Assim como uma espécie é definida em

termos de isolamento reprodutivo (ou seja, um conjunto de indivíduos que podem cruzar entre si, gerando descendentes viáveis, que podem gerar seus próprios descendentes), a propriedade definidora de uma comunidade de fala é a de isolamento comunicativo (ou seja, um conjunto de indivíduos que estabelecem comunicação entre si).¹⁵ Também como o isolamento reprodutivo, a propriedade definidora de comunidade de fala – comunicação – envolve a replicação de replicadores, ou seja, a replicação de estruturas lingüísticas de enunciação. Na realidade, a estrutura da população de falantes é muito mais complexa e permeável do que a estrutura da população de espécies biológicas.

Com base no conceito de comunidade de fala – população de falantes – Croft define outras populações relacionadas. Uma *língua* é uma população de enunciados produzidos por uma comunidade de fala. Essa definição de língua se assemelha à definição de língua na teoria formalista: língua como um conjunto de sentenças. Porém, no modelo formal, o conjunto de sentenças é possível, e não atual e infinito como no modelo evolutivo. Uma língua em sentido evolutivo não é nada além de uma unidade espaço-temporalmente delimitada constituída por enunciados atuais.

Cada enunciado consiste em ocorrências (*tokens*) da estrutura lingüística: sons, palavras, afixos e construções gramaticais. Essas ocorrências da estrutura lingüística são os *replicadores*. Cada vez que um falante produz um enunciado, ele replica ocorrências da estrutura lingüística. Tal replicação pode ser (em grande parte) exata, ou seja, replicação idêntica, normal. Ou então, a replicação pode alterar a estrutura em algum ponto: a vogal pode ser um pouco mais alta, a palavra é contraída, a construção é modificada. Nesses casos, trata-se de uma *replicação alterada*.

Croft denomina as ocorrências da estrutura lingüística de *lingüemas* (segundo o autor, esse termo é inspirado na terminologia da lingüística – fonema, morfema, lexema – e na terminologia de Daw-

¹⁴ Difere da concepção de comunidade de fala de Labov, que considera como fator determinante para a constituição do grupo ‘comunidade de fala’ o compartilhamento de atitudes sociais. A comunidade de fala é definida pela participação em um conjunto de normas compartilhadas, observáveis pela uniformidade de padrões abstratos de variação, que são invariáveis no que se refere aos níveis particulares de uso. A observação deste comportamento lingüístico possibilita o estudo detalhado da

estrutura da estratificação social em uma dada comunidade.

¹⁵ Mas o isolamento comunicativo, assim como o isolamento reprodutivo, não é completo.

kin – ‘mema’).¹⁶ O termo *lingüema*, como o termo *gene*, é um termo tecnicamente ambíguo entre uma leitura de *lingüema* como ocorrência (*token*) e uma leitura como categoria (*type*).¹⁷

A leitura de *lingüema* como ocorrência refere-se a uma estrutura lingüística particular, em um enunciado particular. A leitura como categoria refere-se à estrutura hereditária em uma linhagem de *lingüemas* replicados, como a estrutura hereditária em uma linhagem de genes replicados. Croft convencionou a denominação *lingüema* para se referir a uma ocorrência de uma estrutura lingüística. A população de enunciados define uma população de *lingüemas*, um grupo de *lingüemas* (*lingueme pool*, no original). Os estudos sociolingüísticos lidam com grupos de *lingüemas*: freqüências de *lingüemas* variantes em uma amostra de fala de uma comunidade de fala.

Croft assume a premissa de que todas as populações – comunidade de fala, língua e o grupo de *lingüemas* – têm variação:

- o grupo de *lingüemas* possui variantes de uma variável lingüística, os equivalentes lingüísticos para, na biologia, diferentes alelos em um mesmo único lugar, ou ainda, segundo Weinreich *et al.* “dois meios de dizer a ‘mesma coisa’ (op. cit., 1968, p. 162).
- a língua – população de enunciados – também contém variação: *lingüemas* variantes, e *lingüemas* recombinados em novos meios de dizer a mesma coisa. Essa é uma maneira de como os enunciados são inovadores: a replicação envolve uma nova combinação de *lingüemas*.
- por fim, há variação na comunidade de fala. O conhecimento individual de cada falante sobre a sua língua é ligeiramente diferente do conhecimento individual dos demais, uma vez que cada indivíduo está exposto a diferentes subconjuntos da população de enunciados durante a aquisição e uso de sua língua (por essa razão, Croft prefere definir gramática do falante como

o conhecimento *sobre* a sua língua e não *da* sua língua (Croft, 2002, p. 79, grifos do autor)).

Essas populações interagem de tal maneira que a evolução – replicação e seleção – toma lugar; e este é o curso da mudança lingüística. Croft aplica a teoria generalizada de seleção de Hull (1988) à língua:

- “replicador – uma entidade que mantém sua estrutura relativamente intacta em sucessivas replicações”
- “interador – uma entidade que interage como um todo coeso com seu ambiente de tal modo que essa interação causa replicação para ser diferenciada”
- “seleção – um processo pelo qual a extinção e proliferação de interadores diferenciados causa a perpetuação dos diferenciados nas replicações relevantes”
- “linhagem – uma entidade que persiste indefinidamente ao mesmo tempo em que outra entidade alterada como um resultado da replicação.”

Os replicadores são os *lingüemas*: *lingüemas* são replicados em todos os momentos em que um falante produz um enunciado. O falante faz a replicação de replicadores na comunicação, e essa replicação pode ser idêntica ou alterada. Os interadores são os *falantes*, e o ambiente, o *contexto social da interação*.

Um falante escolhe um *lingüema* variante, em parte para expressar aquilo que ele pretende/tenciona comunicar, e em parte para contextualizar o estatuto social de usuário do *lingüema*. Segundo Croft, o fator primário identificado pelos sociolingüistas na escolha das variantes do *lingüema* e, conseqüentemente, na mudança lingüística, é a identidade social que o falante deseja projetar na situação comunicativa: a escolha das variantes de um *lingüema*, ou da língua em uma situação multilíngüe, é um ato de identidade. Assim, a replicação diferenciada de replicadores é uma conseqüência das ações do falante nos contextos interacionais sociais, ou seja, o contexto de um evento comunicativo.

A definição de Hull fala de ‘proliferação e extinção diferenciada de interadores’. Isso pode ser melhor entendido em termos da crença de Croft (e de outros lingüistas e cientistas cognitivistas) de que o conhecimento sobre a língua está armazenado no cérebro. O conhecimento é armazenado como padrões em uma rede de ativação (*network*). O armazenamento do conhecimento no

¹⁶ ‘Mema’ (‘meme’, no original) é um padrão cognitivo ou comportamental que pode ser transmitido de um indivíduo a outro (Dawkins, 1976).

¹⁷ É necessário distinguir os dois tipos de freqüência que podem ser identificados na língua: freqüência *type* e freqüência *token*. A freqüência *token* é a freqüência de ocorrência de uma unidade, palavra ou morfema, em um texto corrido. Já a freqüência *type* é a freqüência de dicionário de um padrão particular, tempo, afixo, etc. Por exemplo, IMP é a freqüência *token*; *-va*, *-ia* e as realizações irregulares são a freqüência *type*.

cérebro é uma função de frequência de ativação. O incremento do uso de um lingüema será seguido do incremento do armazenamento, o qual facilitará a replicação diferenciada positiva de lingüemas. Ao contrário, o decréscimo do uso de um lingüema tem como consequência um decréscimo no armazenamento, o que facilita a replicação alterada negativa de lingüemas, que, em caso extremo, levará à sua extinção.

Lingüemas são produtos da convenção lingüística. Convenção é o emprego de um padrão regular de comportamento (tal como uma emissão de uma cadeia específica de sons ou uma construção sintática), ou seja, é um acordo comum da comunidade de fala para a solução de um problema de coordenação (denotando alguma entidade ou algum estado de coisas a ser comunicado). A convenção é central para entender as línguas e a mudança lingüística. A replicação normal se dá em conformidade com a convenção. A replicação alterada é uma modificação (violação) de uma convenção. A seleção (replicação diferenciada) é a adoção ou abandono de uma convenção.

O paradigma de instanciação da seleção na biologia tem um organismo como interador e o gene como um replicador. Croft traça um paralelo à língua: o paradigma de instanciação da seleção na língua tem o falante como o interador e o lingüema como replicador, que o autor denomina de *Teoria de Seleção da Enunciação* (Croft, 2000, p. 25-30).

A teoria generalizada de seleção de Hull (1988) não especifica o que causa a replicação, particularmente a replicação alterada, nem a seleção. Croft sugere que os mecanismos de replicação alterada e seleção são distintos. O mecanismo para a replicação alterada – inovação – na mudança lingüística é ‘funcional’, no sentido deste termo na lingüística. Ou seja, a replicação alterada na mudança gramatical envolve a reanálise do mapeamento entre a forma gramatical e o sentido codificado, e a replicação alterada na mudança sonora envolve a reanálise do mapeamento entre a forma fonológica (a representação da estrutura do som) e a realização fonética. Este é o foco de interesse da chamada lingüística histórica tradicional. O mecanismo de seleção – propagação – na mudança lingüística é social. Ou seja, a replicação diferenciada das

variantes do lingüema é dirigida pelas variáveis sociais. E este é o foco de interesse da lingüística sócio-histórica.

Croft conclui que o paradigma evolutivo da língua pode ser descrito como o que provê uma síntese evolutiva para a lingüística histórica, integrando a perspectiva tradicional e as teorias lingüísticas sócio-históricas.

Dahl (2004, p. 71) retoma o trabalho de Croft (2000) e tece críticas à distinção fundamental de Croft entre inovação e propagação. Embora essa distinção possa parecer indissociável, Dahl questiona se ela pode ser sustentada na prática, elencando casos problemáticos, mas, segundo ele, típicos:

- uma mudança pode consistir em uma forma tornando-se mais freqüente e obrigatória, ou, ao contrário, menos freqüente e obsoleta. A forma pode ter se mantido na língua por séculos antes da mudança acontecer;
- quando uma forma é emprestada de uma outra língua (ou variedade), é visto como inovação do ponto de vista do empréstimo lingüístico, ou como propagação se olharmos por ambos os lados. De fato, a inovação original pode ter tomado lugar em uma língua muito distante no tempo/espaco.

Dahl argumenta que a distinção entre inovação/propagação pode ser relativamente clara na genética, onde a inovação pode ser identificada como mutação e a propagação como a disseminação dos genes mutados. Mas a mutação de genes difere da mudança cultural, incluindo a trajetória, como sendo randômica. Ainda segundo Dahl, Croft (2000), com lingüemas e replicadores, faz uma analogia obscura para genótipo/fenótipo, competência/performance.

Para Dahl (2004), é relevante à Lingüística pensar em analogias entre a lingüística e a biologia. A primeira analogia data do século 19, com a tese de August Schleicher. Hoje, a língua comparada a um organismo vivo é vista com ceticismo, mas segundo Dahl, este não é o único modo. Atualmente, a analogia mais produtiva é entre o genoma de um indivíduo e sua língua nativa como exemplo de informação herdada, pois há similaridades entre genética e evolução cultural, e genética e transmissão de informação cultural, o que motiva uma análise darwiniana evolutiva. Dahl assume a premissa de que as línguas não são sistemas geneticamente herda-

dos. As línguas diferem dos demais contextos culturais porque são fortemente candidatas a terem um mecanismo específico de transmissão que, em última instância, é parcialmente pré-programado: as línguas oferecem uma oportunidade de se estudar a interação entre herança genética e não genética.

Apesar das divergências quanto ao modo como é implementado, Dahl e Croft concordam que a abordagem darwiniana evolutiva é a mais adequada. De acordo com Kuhn (1962), o desenvolvimento científico se dá mediante a interação de estruturas teóricas – paradigmas – que guiam o conjunto de atividades promovidas pela ciência normal. O paradigma se mantém à medida que vai resolvendo problemas de modo eficiente, mas entra em crise quando passa sistematicamente a falhar, ou quando surgem anomalias que geram descobertas. Então novas propostas pré-paradigmáticas surgem, e caso alguma se mostre suficientemente mais promissora, vai ganhando adeptos, se expandindo e consolidando até superar o paradigma anterior. A teoria da evolução darwiniana pode ser considerada um paradigma. Um paradigma é uma teoria geral goza de aceitação geral na comunidade científica. O paradigma unifica as diversas especialidades que se constituem na comunidade científica e guia a pesquisa em todas elas. Zoólogos, botânicos, geneticistas, biólogos moleculares, paleontólogos – e também os lingüistas! – desenvolvem suas pesquisas objetivando o preenchimento dos detalhes do paradigma darwiniano. As contribuições de Croft (2000) e Dahl (2004) no âmbito da Lingüística parecem pertinentes na manutenção do paradigma evolutivo de Darwin.

1.3.2 Biolingüística¹⁸

Quando a língua é vista como um fenômeno biológico, o estudo da diversidade, – seja dentro do falante individual, na comunidade de fala ou entre as línguas – torna-se altamente relevante (Givón, 2002, p. xvi). Como operacionalizar a análise da diversidade dentro do domínio da língua? A diversidade lingüística, por hipótese, decorre de mudança. A associação entre o modelo biolingüístico e o modelo da variação e mudança pode aumentar o poder explanatório de ambos os modelos.

Na perspectiva funcional/cognitiva, especificamente no modelo de Givón (2002), a linguagem humana tem primariamente duas funções: a representação e a comunicação do conhecimento (experiência). Para dar conta dessas funções, dois subsistemas se articulam:

- o sistema de representação cognitiva;
- o sistema de codificação comunicativa.

O sistema de representação cognitiva é composto pelo *léxico conceitual*, pela *informação proposicional* e pelo *discurso multiproposicional*.

O *léxico conceitual* é o repositório de conceitos relativamente estável, temporal e socialmente compartilhado e codificado. Tomado como um todo, o léxico conceitual constitui um mapa cognitivo do universo experimental humano. No plano biológico, o léxico conceitual associa-se à memória semântica permanente.¹⁹

¹⁸ Historicamente, o rótulo biolingüística tem sido empregado como sinônimo de gerativismo (Jenkins, 2000) – sobre a biolingüística na perspectiva gerativa, ver Anderson e Ligthfoot (2002, 2006), Everett (2005, 2006), entre outros. Porém, por detrás deste rótulo, ou seja, o estudo da linguagem como um órgão mental, não se inclui somente a gramática gerativa, mas também a lingüística funcional/cognitiva, que parte do pressuposto de que a natureza humana impõe propriedades e características aos sistemas de conhecimento que adquirimos e usamos.

¹⁹ A memória episódica armazena e acessa informações em um contexto espaço-temporal (por exemplo, o que foi feito ontem); a memória semântica armazena conhecimentos gerais – fatos, conceitos, significados – descontextualizados (por exemplo, regras gramaticais, tabuada).

Conceitos (palavras) são combinados em *informação proposicional* (orações) sobre situações em que entidades participam. Este nível relaciona-se, no plano biológico, com a memória episódica declarativa. Orações isoladas que codificam situações combinam-se para constituir um discurso coerente. O discurso humano é predominantemente *multiproposicional*, ou seja, a coerência transcende os limites da oração. O discurso multiproposicional também é armazenado e processado pela memória episódica declarativa.

A codificação comunicativa compreende os códigos sensorio-motores periféricos e o *código gramatical*. Os códigos sensorio-motores periféricos referem-se à fonética, fonologia e morfologia, componentes responsáveis pela codificação e decodificação, que atuam articuladamente com o léxico conceitual.

O código gramatical, em sentido amplo, refere-se à gramática. Com base em argumentos ontogenéticos, Givón afirma que “o código gramatical é provavelmente o último adicional evolutivo no arsenal comunicativo humano” (*op. cit.*, p. 11). A gramática codifica simultaneamente a semântica proposicional e a coerência discursiva. A coerência discursiva é uma entidade mental que pode ser considerada em duas dimensões: como um artefato observável no texto (perspectiva heurística) e/ou como um fenômeno cognitivo na mente do falante e do ouvinte. No texto, se manifesta pela recorrência de alguns elementos: temporalidade, modalidade, aspectualidade, localização espacial, ação/script.

O escopo de atuação da gramática não é a informação proposicional, restrita à oração. A atuação da gramática é predominante nas relações de coerência entre o nível proposicional e sua projeção discursiva.

A gramática é um componente da codificação comunicativa adaptativamente motivado e não-arbitrário.²⁰ A naturalidade da gramática é rotulada de iconicidade: “a intuição por trás da iconicidade é que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência humana” (Croft, 2003, p. 102). A iconicidade refere-se ao

modo como a gramática se organiza, por meio de princípios icônicos, atestados em pidgins pré-gramaticais. Os princípios icônicos de organização gramatical são denominados regras da proto-gramática.

A proto-gramática é uma forma preliminar no processo evolutivo da língua, com regras icônicas, cognitivamente transparentes, não-arbitrárias, expressas nos vários princípios e sub-princípios da iconicidade, enquanto a gramática resultante é arbitrária e simbólica.²¹ A proto-gramática tem evidências nas fases pré-gramaticais infantis, nos pidgins e em casos de afasias que afetam a estrutura gramatical. Basicamente, as regras da proto-gramática são:

- Regra da *quantidade* : quanto maior, mais imprevisível e saliente for um conteúdo, maior também é a quantidade de forma adotada para sua representação.
- Regra da *proximidade*: quanto mais próximos estiverem dois conteúdos, conceptual e cognitivamente, mais próximas também devem ser as formas que os representam.
- Regra da *ordenação linear*: quanto mais importante, previsível e temático for um conteúdo, mais sua forma correspondente tende a se localizar na parte primeira do enunciado, em posição de destaque.

O conceito de gramática de Givón (2002) permite uma explicação mais abrangente para o fenômeno de variação no domínio da expressão de passado imperfectivo no português, que não pode ser explicada por uma abordagem que considere apenas o nível da estrutura gramatical. Categorias verbais são associadas à codificação de tempo, aspecto e modalidade, conhecimentos que são relacionados com a experiência do falante. Como já foi dito, a dimensão do tempo (o que é presente, passado, futuro; o que é remoto e o que é recente), do aspecto (acabado, inacabado, andamento, pontualidade) e da modalidade (juízos de valor sobre epistemicidade e deonticidade) é construída com base nas experiências do falante. As categorias verbais são informações gramaticais, processáveis pelos códigos sensorio-motores periféricos em termos de fonemas, morfemas e conceitos, refletem o modo como a gramática codifica informações que são sensi-

²⁰ Essa concepção de gramática também está presente em Leiss (1992, 2000) (Ina Emmel, comunicação pessoal).

²¹ Segundo Dahl (2004), os estágios pré-gramaticais (proto-gramática para Givón) são o “Jardim do Éden” dos estágios das línguas.

veis ao contexto e, principalmente, o modo como o falante absorve, armazena e codifica as experiências.

Por conta da sua atuação no nível do discurso multiproposicional, a gramática precisa ser vista como uma estrutura convencional e automatizada: são as inferências dirigidas pelo contexto (implicaturas conversacionais) que tornam a comunicação humana possível. Inferências e implicaturas, por sua natureza pragmática, não são, *a priori*, convencionalizadas. Quando passam à automatização, as implicaturas deixam de ser conversacionais e passam a ser convencionais, e são incorporadas pelo componente gramatical. As inferências dependem:

- do contexto compartilhado na situação de fala;
- do conhecimento cultural genérico compartilhado;
- do discurso compartilhado.

A gramática agiliza e automatiza o processo, focando a atenção em categorias do contexto que são mais *frequentemente acessadas* e, por isso, presumivelmente mais *adaptativamente relevantes*. Quanto mais freqüente um contexto comunicativo, mais tende a ser gramaticalizado (e é nesse ponto que o paradigma funcional da gramaticalização é requisitado, na seção 1.4). A gramaticalização é, ao mesmo tempo, processo e resultado, uma vez que a convencionalização e a adaptação fazem parte da dinâmica do processo. Assim, estendendo aos níveis gramaticais mais altos, a abordagem biolingüística da linha de Talmy Givón define a língua como um produto da adaptação biológica, no sentido proposto por Charles Darwin (cf. Givón, 2002).

1.3.3 Confluência sócio-biolingüística

A articulação entre o modelo evolutivo de Croft (2000) e o biolingüístico de Givón (2001, 2002) conflui num modelo que chamo de *sócio-biolingüístico*.²²

Uma língua, por conta do uso, tem seus lingüemas replicados a todo o momento, a cada situação comunicativa, em todos os lugares. Cada uso lingüístico é uma replicação, que pode ser normal ou alterada. Quando ocorre uma replicação alterada, a mudança ocorre. Primeiro se dá a replicação alterada dos lingüemas, mudança como inovação, e posteriormente, se dá a seleção dos lingüemas variantes, mudança por propagação.

O modelo sociolingüístico lida com a seleção, ou mudança como propagação; nesse sentido, ‘mudança lingüística’ é o que propõem Weinreich *et al.* (1968):

- a ocorrência de forma alternante para uma variável lingüística;
- a coexistência das duas formas;
- a degeneração de uma das formas.

Porém, o modelo sociolingüístico não lida com a mudança como inovação, ou seja, a replicação alterada. O modelo evolutivo concebe a mudança como um processo de duas etapas: a replicação alterada e a seleção. A replicação alterada deve ser entendida como *funcional* e a seleção como *social*. Segundo Croft (2006), funcional no sentido mais familiar aos funcionalistas, e social no sentido mais familiar à sociolingüística.

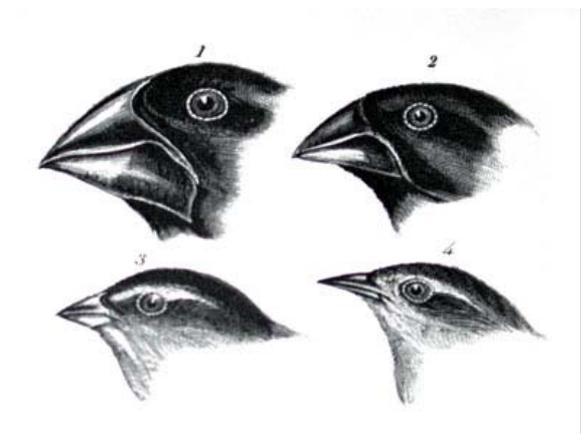
A replicação alterada é motivada funcionalmente, dirigida e em processo unidirecional, ou seja, a replicação alterada é mais comum ocorrer em uma direção motivada funcionalmente. Assim como as 14 espécies de tentilhões de Darwin tinham bicos especializados para melhor desempenhar suas funções pesqueiras em cada ambiente de Galápagos, ilustrado na figura 1, as mudanças na língua ocorrem em direção à adaptatividade funcional. Um exemplo é a tendência direcionada de mudança, conhecida como “lei fonética”, que apregoa que toda consoante surda tende a se tornar sonora, e as consoantes sonoras tendem a ser assimiladas. Efeitos desta tendência são verificáveis nas línguas românicas desde o latim. É por causa dela que o morfema de gerúndio do português tem uma replicação alterada reduzida: *falando* > *falano*. A fisiologia do aparelho fonador – ponto e modo de articulação e

²² A adoção de uma nova nomenclatura tem por objetivo diferenciar a concepção teórica aqui desenvolvida da aceção mais comum de biolingüística, como equivalente à gramática gerativa. “Sociobiologia” é o termo cunhado para

a aplicação da teoria darwiniana ao espectro social (Wilson, 1975, Dawkin, 1982).

vozeamento – propicia que ocorra a assimilação da consoante sonora ápico-alveolar no segmento (Clark e Yallop, 1995). No morfema de gerúndio, ocorre assimilação consonantal, total, progressiva: o fonema assimilado /d/ se torna igual ao assimilador /n/.²³ Os fonemas /n/ e /d/ realizam-se no mesmo ponto de articulação; a força da assimilação faz com que o /n/ exerça influência sobre o /d/: -nd- > -nn- > -n-.

Figura 1: Os tentilhões de Galápagos, com bicos adaptados às necessidades dos ambientes das ilhas (Natural History Museum on-line)



Na língua, a seleção da replicação alterada é um processo social, em princípio funcionalmente neutro, mas cujas redes poderiam ser funcionalmente motivadas pela mudança histórica e pela variação translingüística existente. Retomando o caso do morfema de gerúndio, as duas formas -ndo e -no são passíveis da avaliação/julgamento social dos falantes: à replicação inovadora, no Brasil, são associados os valores de “menos escolarização”, “errado”, “incorreto”, “variedade não-padrão”, “estigma”. A avaliação social refreia a forma inovadora, o que gera, segundo Paiva e Scherre (1999, p. 205) “a estabilidade da supressão de /d/ na seqüência -ndo (andan-

do/andano, bebendo/bebendo) e a significativa restrição do processo ao sufixo de gerúndio”. Entretanto, conforme Bagno (2000), “até mesmo os falantes escolarizados em situação informal e ambiente descontraído, ou numa fala mais acelerada costumam pronunciar os verbos no gerúndio com a terminação -no no lugar da -ndo”.

A estabilidade da situação do gerúndio apontada por Paiva e Scherre (*op. cit.*) pode ser explicada pela mudança histórica. Analisando a trajetória do latim ao português, a atuação da assimilação foi responsável pela replicação alterada, por exemplo, de *persona* > *pessoa*; *captare* > *cattar* > *catar*; *auro* > *ouro* (Coutinho, 1979). A tendência funcional, verificada pela perspectiva histórica, é refreada pela avaliação social. Mas poderia haver confluência. Examine-se o caso do futuro, das línguas românicas ao português.

A formação do futuro e do condicional nas línguas românicas é derivada das formas perifrásticas latinas formadas pelo auxiliar *habere* e verbo principal no infinitivo.

- *cantare habeo* > *chanterai* (francês)/*cantaré* (espanhol)/*cantarei* (português);
- *cantare habebam* > *chanterais* (francês)/*cantaria* (espanhol)/*cantaria* (português)

No latim, o futuro imperfeito simples (*amabo*) coexistia com o perifrástico (*amare habeo*) que originou nas línguas românicas o futuro do presente. A perífrase formada pelo infinitivo e pretérito imperfeito deu origem ao futuro do pretérito românico (*amare habebam*). Na passagem do latim ao português, primeiro deu-se a fixação da ordem da combinação [*habere* + infinitivo] latina, que resultou na inversão [infinitivo + *habere*] nas línguas românicas, seguindo a afixação do auxiliar já no português, que, por reanálise, foi reinterpretado como morfema modo-temporal (futuro do presente e futuro do pretérito, no português). As formas perifrásticas latinas passaram para o português como formas simples; o futuro do presente simples, na fala informal, pode ser considerado uma forma arcaica do português (Gibbon, 2000). A expressão de futuridade é realizada pela perífrase constituída pelo auxiliar *ir* (*presente*) + infinitivo, ocorrendo com o presente simples (*Eu vou cantar amanhã* vs. *Eu canto amanhã*). O futuro do pretérito ainda não é uma forma arcaica, mas

²³ A assimilação é a aproximação ou perfeita identidade de dois fonemas, resultante da influência que um exerce sobre outro. A assimilação pode ser vocálica ou consonantal, se o fonema que se assimila é vogal ou consoante, respectivamente; total ou parcial, se há perfeita identidade ou simplesmente semelhança entre o fonema assimilado e o assimilador, respectivamente; e progressiva ou regressiva, se o fonema assimilador está antes ou depois do assimilado, respectivamente. (Coutinho, 1979)

vem perdendo lugar para o pretérito imperfeito e para a perífrase *ir* (pretérito imperfeito) + infinitivo (Silva, 1999).

O surgimento das formas perifrásticas de futuro do presente e futuro do pretérito está relacionado à interação entre os domínios do aspecto e da modalidade (Fleishman, 1985). O verbo ‘*ir*’ é um forte candidato a assumir sentidos futuros (incluindo futuro do pretérito) quando ocorre com aspecto imperfectivo. Se substituído pela forma perfectiva, somente a leitura de movimento é possível, não a de futuro do pretérito: *Eu ia fazer o serviço vs. Fui fazer eu mesmo*.

A auxiliarização de um verbo de movimento não é uma exclusividade do português: Poplack e Turpin (1999) analisam a variação entre futuro do presente, presente do indicativo e forma perifrástica [*aller* + infinitivo], no francês de Ottawa, para a expressão de futuridade. E, no inglês, a construção *be going to* é reanalisada como um marcador de futuro, uma nova forma se insere no paradigma temporal de expressão de futuro, uma variante para *will*, no inglês, ou futuro do pretérito, no português.

As evidências históricas e translingüísticas apontam para a direção da avaliação social da forma *ir* + infinitivo na expressão de futuridade no português. Gibbon (2000) conclui, em seu estudo da variação na expressão de futuridade na fala de Florianópolis, que o uso da forma perifrástica é produtivo, revelando que, de fato, o fenômeno em estudo não é estigmatizado pela comunidade de fala: os resultados percentuais e a observação informal levam a acreditar que nenhuma das formas variantes é particularmente estigmatizada. Entretanto, a autora constata que “existe um contexto categórico inibidor da forma perifrástica: a ocorrência de verbo *ir*. A explicação mais evidente é a estigmatização que a forma *vou ir* sofre em Florianópolis, pois o falante acredita que *vou ir* é redundante e, uma vez que o movimento já estaria expresso no primeiro verbo, porque repeti-lo? É que o verbo *ir*, nesses casos, acreditamos, ainda mantém fortemente seu traço aspectual e sua carga semântica inicial (verbo de movimento)” (*op. cit.* p. 117).

Porém, uma outra forma inovadora de expressão de futuro no português costuma ser avaliada negativamente pelos falantes, e que depen-

dendo da avaliação social, pode tornar-se uma *involução* (evolução negativa, ou seja, uma forma a caminho da extinção). É o caso das construções com auxiliar *ir* + *estar* + gerúndio, como em (1).

(1)

Por favor, aguarde um momento. Em um minuto vou *estar transferindo* sua ligação. (Menon, 2006, p. 158)

Apesar de sua formação estar em conformidade com os direcionais funcionais da língua, a construção – uma forma de expressar futuro no português – é vista por alguns como uma anomalia da língua, chamada de vício, *gerundismo*. A replicação inovadora, apesar de adaptativa, não é vista deste modo pela comunidade de fala. É como se um dos tentilhões desenvolvesse um bico, extremamente funcional para a atividade pesqueira, mas avaliado como antiestético pelos demais indivíduos da espécie. Por conta do estigma social, ele não arrumaria uma parceira, não transmitiria sua característica aos descendentes e sua linhagem definharia.

A interação entre a biolingüística e a teoria da variação e mudança apresenta pontos de confluência que, de acordo com Croft (2006), torna-se uma poderosa teoria lingüística, a *sócio-biolingüística*.

Na confluência teórica traçada, há que se considerar o distanciamento e a proximidade entre evolução biológica e mudança lingüística. O distanciamento se dá porque, na biologia, os replicadores são genes, enquanto na língua os replicadores são lingüemas.

A aproximação se dá porque, na biologia, existe um interador, uma entidade cujo comportamento causa variação e seleção de replicadores. Na mudança lingüística, o interador é o falante, ou seja, um ser humano, um organismo, que também é um interador na evolução biológica. Em ambos os casos, de acordo com Givón (2002), o comportamento humano dirige a mudança evolutiva, ou seja, a mudança por replicação.

A expressão do passado imperfectivo é um fenômeno muito propício para a análise sob a perspectiva da sócio-biolingüística, pois atuam fatores translingüísticos e históricos, que funcionalmente direcionam a deriva social, a seleção da replicação alterada.

1.3.4 O domínio funcional complexo tempo-aspecto-modalidade

Domínio funcional é o escopo de atuação de uma dada função desempenhada por uma (ou mais) dada forma em uma dada língua. O termo domínio funcional foi postulado por Givón (1984), e costuma ser evocado freqüentemente em estudos funcionalistas da língua. Hopper (1991, p. 22-23), ao tratar de gramaticalização, -define o termo como alguma área funcional (tempo, aspecto, modalidade, caso, referência) que freqüentemente se torna gramaticalizada (no sentido de entrar na gramática da língua).

Tempo, aspecto e modalidade são domínios funcionais direta ou indiretamente ligados a verbos. A complexidade desses domínios funcionais decorre do fato de as categorias verbais serem elementos gramaticais fortemente dependentes do contexto e as fronteiras nem sempre serem claras e precisas, impossibilitando a dissociação de um domínio do outro.

Não é o morfema IMP ou a construção P-PROG que expressam o valor imperfeito; o contexto determina a leitura, que considera também a atuação de adjuntos adverbiais, traços do próprio item lexical verbal ao qual o morfema (ou a construção) se associa, a extensão da situação, a configuração sintático-semântica da referência, entre outros fatores. A recorrência do arranjo dos traços pode vir a ser convencionalizada e associada à forma, via gramaticalização.

O domínio funcional do tempo, aspecto e modalidade aplicado à expressão do passado imperfeito no português é detalhado no capítulo 2.

1.3.5 O princípio da marcação

Na concepção funcionalista de Givón (1995), o princípio da marcação fundamenta a gramática das línguas, por estar associado com a tendência comunicativa à ordem cognitiva do processamento das informações. Givón (*op. cit.*, p. 28) propõe que a marcação seja tratada a partir de três critérios, que definem o que é e o que não é marcado:

- *complexidade estrutural*: a forma marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a correspondente não marcada, ou seja, a estrutura não-marcada tem menor número de morfemas, ou menos massa fônica, em relação à marcada;
- *distribuição de freqüência*: a forma marcada tende a ser menos freqüente e, por isso, mais saliente cognitivamente, que a correspondente não marcada;
- *complexidade cognitiva*: a forma marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de esforço mental, demanda de atenção ou tempo de processamento, que a não marcada.

Embora os critérios da marcação possam sugerir uma implicação direta (por que é mais complexo cognitivamente é mais complexo estruturalmente e, por isso, menos freqüente), eles devem ser considerados independentemente e, a partir da confluência dos critérios, se estabelece, então, um gradiente de marcação. Deve-se observar que a complexidade cognitiva de uma construção é, de fato, verificada virtualmente mediante o princípio meta-icônico da marcação, segundo o qual “categorias que são estruturalmente mais marcadas tendem também a ser substantivamente mais marcadas” (Givón, 1995, p. 25).

A atuação do princípio da marcação impõe restrições de uso às formas, o que pode levar aos direcionais de mudança. Formas que coexistem no mesmo domínio funcional são analisadas/implementadas na gramática dos falantes como mais ou menos complexas, resultando em distribuições diferenciadas. Ou seja, o fato de uma forma ser menos ou mais marcada correlaciona-se à probabilidade maior ou menor de sua ocorrência em certos contextos, em detrimento de outras formas que desempenham a mesma função. Na variação entre IMP e PPROG para a expressão do passado imperfeito, o princípio da marcação pode ter influência na escolha entre as formas, dado que a forma IMP, morfema modo-temporal, é menos complexa estrutural/cognitivamente do que PPROG, perífrase *estar*IMP + *Vndo*. A freqüência de uso pode convergir com a marcação estrutural/cognitiva ou não, fato que somente com a análise quantitativa, implementada pelo modelo sociolinguístico, pode ser confirmado.

Como princípio de organização gramatical, a marcação não pode ser vista como uma constan-

te, mas dependente do contexto: uma certa forma é marcada em relação a outra em determinado contexto (na mudança de contexto, a forma marcada pode vir a ser outra), uma dada estrutura pode ser marcada em textos acadêmicos e não-marcada na comunicação face-a-face, ou vice-versa. Como consequência da dependência do contexto, a marcação só pode ser explorada em contextos específicos, pois os correlatos cognitivos, comunicativos, socioculturais e biológicos podem variar de um domínio ao outro (Givón, 2001, p. 39). Logo, a forma marcada para a expressão do passado imperfeito na fala, mais especificamente em narrativas, pode ser uma, diferente da forma marcada na escrita, por exemplo.

Na prática, o princípio da marcação pode atuar em dois sentidos. O primeiro deles diz respeito ao paralelismo, ou “marcas levam a marcas”: contextos definidos como mais marcados atraem as formas mais marcadas, e contextos definidos como menos marcados favorecem formas menos marcadas. É o que advoga Tavares (2003, p. 286) para a seqüenciação retroativo-propulsora expressa por *e*, *aí*, *daí* e *então*: “é esperado que os fatores definidos como mais marcados atraiam com mais frequência os conectores mais marcados, e os fatores definidos como menos marcados favoreçam os conectores menos marcados”.

A marcação também pode atuar no sentido de estabelecer o equilíbrio cognitivo contextual: formas marcadas tendem a ocorrer em contextos menos marcados, e formas menos marcadas são atraídas por contextos mais marcados. Essa tendência à polarização tem sido descrita como *marcação expressiva* ou *princípio da expressividade* (Dubois e Votre, 1994), e atua no sentido de equilibrar o esforço de codificação decorrente de aspectos de um fenômeno semântico-discursivo. O princípio da expressividade foi proposto como uma reformulação do princípio de marcação. Segundo Votre e Dubois, “é preciso repensar o princípio de marcação, também, no que concerne à complexidade cognitiva, no sentido de que não é qualquer aumento de cadeia que vai implicar naturalmente um aumento das tarefas de decodificação.” (*op. cit.*, 1994, p. 12).

O princípio da marcação não atua sozinho: é uma motivação que pode competir ou comple-

mentar outras motivações baseadas em princípios, tal como a da persistência (Hopper, 1991). Na expressão de passado no português, em contextos narrativos, o princípio da marcação atua restringindo o imperfeito, aspecto marcado. Como se dá a atuação do princípio da marcação dentro do domínio do passado imperfeito? Eis uma questão que pode ser elucidada com o controle de fatores semântico-cognitivos que atuam na variação entre as formas, discutidos no capítulo 3.

1.4 Gramaticalização, variação e mudança lingüística

A abordagem evolutiva considera a mudança lingüística em duas dimensões: a dimensão *inovadora*, que trata de como surgem novas variantes e a dimensão *propagadora*, que trata de como as novas variantes se integram ao sistema lingüístico e social. O modelo teórico da sociolingüística lida adequadamente com a propagação da mudança lingüística. Para lidar com a inovação, a emergência de novas variantes no sistema, o paradigma funcional da gramaticalização é evocado.

Gramaticalização é um termo cunhado originalmente pelo gramático comparativista Antoine Meillet, no início do século passado, para explicar a formação de novas palavras em uma língua: por analogia ou por *gramaticalização*, definida pelo autor como “a atribuição de característica gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” ([1912]1965, p. 130-131). Existem outras acepções para gramaticalização. Uma construção é *gramaticalizada* em uma língua quando se torna fixa e obrigatória. No inglês, por exemplo, a ordem SVO; no francês, o preenchimento obrigatório da posição de sujeito. Quando um determinado significado é expresso por um elemento gramatical, é *gramaticalizado* na língua; a noção de tempo é gramaticalizada nas línguas como tempo verbal.

A acepção meilletiana, por sua vez, pode ser compreendida como o processo pelo qual itens se tornam mais gramaticais no decorrer do tempo, ou como *abordagem/paradigma*, tratando de como as formas e construções gramaticais sur-

gem, como são usadas e como modelam a língua, conforme apontam Hopper e Traugott (1993, p. 1-2), a qual é também denominada *paradigma funcional da gramaticalização* ou *teoria da gramaticalização*, e aborda questões como fronteiras entre categorias; a interdependência entre estrutura e uso, o que é fixo e menos fixo na língua. Evidencia a tensão entre a estrutura lexical, relativamente livre, e a estrutura sintática, morfossintática e morfológica, mais restrita. Após um período de ‘amnésia’, como sugere Lehmann (1982), estudos dessa natureza ganharam espaço na literatura lingüística a partir do final da década de 1970, explodindo na década de 1990.²⁴

As seções a seguir são destinadas à apresentação dos pressupostos do paradigma funcional da gramaticalização e a relação entre gramaticalização e sócio-biolingüística.

1.4.1 O paradigma funcional da gramaticalização

A gramaticalização, como proposta por Meillet (*op. cit.*), refere-se à passagem de uma palavra autônoma ao papel de elemento gramatical. Por exemplo, *suis* (1ª pessoa do presente do verbo *être*, no francês), é uma palavra autônoma em uma frase como *Je suis celui qui suis*. Em uma frase como *Je suis chez moi*, é uma palavra relativamente autônoma. Já em *Je suis malade* ou *Je suis maudit*, *suis* é quase um elemento gramatical. E, em *Je suis parti* ou *Je suis allé*, *suis* não é mais 1ª pessoa do presente do verbo *être*, mas sim uma parte integrante do *passé composé*. A forma, em todos os casos, é a mesma, mas as funções e o grau de abstração são diferentes. Esta é uma das concepções de gramaticalização dentro do paradigma funcional da gramaticalização, a partir da qual derivam outras:

- Para Heine *et al.* (1991, p. 2), há gramaticalização quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical, ou

quando uma unidade gramatical assume uma função mais gramatical.

- Hopper e Traugott (1993, p. xv) consideram a gramaticalização como o processo por meio do qual itens e construções lexicais em um certo contexto lingüístico desempenham funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.
- Para Traugott e Heine (1991, p. 4), gramaticalização é um tipo de mudança lingüística, sujeita a certos processos gerais e mecanismos de mudanças, e caracterizada por determinadas conseqüências, como a mudança na gramática.
- Gramaticalização, para Lichtenberk (1991, p. 38), é um processo histórico, um tipo de mudança que tem determinadas conseqüências para as categorias morfossintáticas de uma língua e para a gramática desta mesma língua.
- De acordo com Bybee e Hopper (2001, p. 13), a gramaticalização é o mecanismo pelo qual estruturas emergem a partir da língua em uso.

É comum às definições a noção de *processo e mudança de estado da gramática*, mas sem aprofundamento sobre o que é a gramática, ou as gramáticas, já que há mudança. A última concepção, de Bybee e Hopper, faz alusão à gramática emergente: não há gramática, mas gramaticalização, ou seja, ‘movimento em direção à gramática’, que nunca chega a se completar. Para Hopper (1987), a gramática é emergente e por isso as estruturas lingüísticas não podem ser aprioristicamente definidas, nem fixas. A estrutura da língua é moldada pelo discurso: assim, quanto mais utilizada uma construção, mais ela tende a se tornar estruturada. Estudos recentes compilados por Bybee e Hopper (2000) ressaltam a importância do papel da *freqüência de uso* na formação da gramática.

Também parece ser consenso entre os teóricos da gramaticalização que o movimento em direção à gramática é unidirecional. A unidirecionalidade da gramaticalização pode se dar tanto em termos de trajetória de abstração [*pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade*]²⁵ (Heine *et al.*, 1991), como em termos de delimitação de fronteira, *item lexical > morfema; discurso > morfossintaxe*. O movi-

²⁴ No rol das acepções de gramaticalização não estão incluídos os estudos de gramaticalização na perspectiva formal, como Roberts e Roussou (2003), que tomam gramaticalização como a reanálise de material lexical em material gramatical.

²⁵ O corpo humano, por exemplo, é conceito-origem para muitos conceitos “menos concretos”: *pé da mesa, costas da cadeira*, etc.

mento em direção à gramática não ocorre por si só; atuam alguns mecanismos de mudança linguística tais como a metáfora (e analogia) e a metonímia (e reanálise). A reanálise e a analogia fazem com que a mudança seja possível, mas nenhum mecanismo está restrito à gramaticalização, e todos são independentes da unidirecionalidade (Traugott e Heine, 1991, p. 7).

Há outros ‘diagnósticos’ para a gramaticalização. Heine e Reh (1984 apud Heine et al. 1991), ao analisarem línguas africanas, constatam que, quanto mais gramaticalizada uma forma:

- menor complexidade semântica, significância funcional e/ou valor expressivo;
- menor valor pragmático e maior valor sintático;
- mais reduzido o número de elementos pertencentes ao mesmo paradigma sintático;
- menor mobilidade sintática;
- mais seu uso torna-se obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros;
- maior coalescência semântica, morfossintática e fonética com outras unidades;
- maior perda de massa fônica.

Lehmann ([1982] 2002) propõe seis parâmetros para medir o grau de gramaticalização de uma forma – *integridade*, *paradigmaticidade*, *variabilidade paradigmática*, *escopo*, *vinculação*, e *variabilidade sintagmática* – que estão relacionados à atuação dos mecanismos de mudança.

Mas, dado que os mecanismos de mudança atuantes na gramaticalização podem atuar em outros tipos de mudança que não a gramaticalização, cabe questionar então como diferenciar essas atuações da gramaticalização propriamente. Hopper (1991, p. 22-23) propõe cinco princípios para a caracterização de um processo inicial de gramaticalização.

- *Estratificação*: dentro de um domínio funcional, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas velhas não são necessariamente descartadas, mas podem coexistir e interagir com as camadas novas.
- *Divergência*: quando uma forma lexical se gramaticaliza em clítico ou afixo, a forma lexical original permanece autônoma e suscetível a sofrer as mesmas mudanças que os itens lexicais comuns.
- *Especialização*: dentro de um domínio funcional, em um estágio, é possível coexistir uma variedade de formas com diferentes

nuanças semânticas. Com a gramaticalização, a possibilidade de escolha diminui e um número menor de formas assume sentidos gramaticais mais gerais.

- *Persistência*: quando uma forma sofre gramaticalização passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem se refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical.
- *Decategorização*: a gramaticalização sempre envolve a perda de categoria e prossegue na seguinte direção: nome e verbo > outra categoria, não o contrário.

Os princípios de Hopper sugerem que, com o surgimento de novas camadas dentro de um domínio funcional, as camadas (ou formas) velhas não são necessariamente descartadas, podem coexistir e interagir com as camadas novas, que retêm vestígios de um sentido lexical antigo. A forma lexical original permanece autônoma e sofre as mesmas mudanças que outros itens lexicais. E o morfema ou a construção que sofre gramaticalização migra de uma categoria menos gramatical para outra, mais gramatical. Hopper ressalta que esses princípios são gerais e aplicáveis a *qualquer processo de mudança linguística*, e não exclusivamente à gramaticalização.

Outro aspecto relevante para a gramaticalização é a frequência de uso. Meillet ([1912]1965) já salientava o papel da repetição na evolução das formas gramaticais, que direciona à habituação: (i) a cada vez que um item linguístico é empregado, seu valor expressivo diminui; e (ii) uma palavra não é entendida duas vezes com a mesma intensidade. Dos estudos pioneiros até o final da década de 1990, pouca atenção foi dada à análise quantitativa dos fenômenos de gramaticalização, inclusive as próprias definições de gramaticalização não previam o papel da repetição e do aumento da frequência de uso. Na concepção de gramaticalização proposta por Bybee (2003b), a repetição tem papel fundamental no processo, pois uma seqüência de morfemas ou palavras freqüentemente usada torna-se automatizada como uma única unidade no processamento. As conseqüências da repetição originam as propriedades que comumente são associadas à gramaticalização.

- A frequência de uso leva ao enfraquecimento semântico por habituação, processo pelo qual um organismo cessa de respon-

der no mesmo nível a um estímulo repetido;

- Mudanças fonológicas - redução e fusão de construções que estão passando por gramaticalização são condicionadas pela sua frequência alta;
- O aumento da frequência condiciona um aumento da autonomia da construção, ou seja, os elementos que compõem a construção enfraquecem semanticamente ou perdem a sua associação com outros elementos do mesmo item;
- A perda da transparência semântica de construções em gramaticalização leva à ampliação do contexto de uso, ampliando a possibilidade de novas associações pragmáticas;
- A autonomia de uma expressão frequente cristalizada na língua condiciona a preservação de características morfossintáticas obsoletas.

Seguindo a tendência de associar a repetição e frequência à gramaticalização, alguns estudos enfatizam que a gramaticalização é um processo de automatização de seqüências de elementos lingüísticos que ocorrem freqüentemente (Haiman, 1994 *apud* Bybee, 2003b). Com a repetição, seqüências de unidades que são independentes podem ser processadas como uma única unidade, formando um bloco único de informação. Esse 'reempacotamento' da informação tem duas conseqüências:

- a identidade dos componentes individuais é gradualmente perdida (esvaziamento semântico);
- o bloco único de informação tende a reduzir sua forma (redução fonética).

A repetição de construções em gramaticalização leva à habitualização. Automatização e habitualização estão presentes em todas as línguas e em todos os tempos; ou seja, elas são universalmente presentes quando pessoas usam uma língua.

O ressurgimento e proliferação de estudos sobre gramaticalização na década de 1990 abrem espaço para questionamentos e contestações sobre os conceitos, princípios e pressupostos do modelo. Em 2001, uma série de artigos publicados na revista *Language Sciences*, nº 23 (Campbell, 2001) coloca em xeque o paradigma funcional da gramaticalização, apontando fortes argumentos de que a gramaticalização não tem estatuto por si só, trata-se na verdade de um *epifenômeno* – um rótulo para a conjunção de certos tipos de mudanças lingüísticas que podem ocorrer

independentemente. A gramaticalização não teria estatuto por si só, pois envolve outros tipos de mudança que são conhecidos e que não são limitados à gramaticalização, como mudanças fonética e semântica e a reanálise. A continuidade e a unidirecionalidade do processo também são questionáveis.²⁶ Traugott (2001) propõe uma revisão do conceito de gramaticalização, de modo a complementar e revisar os principais pontos fracos apontados.

- Gramaticalização é um tipo de mudança na qual itens lexicais e construções desempenham, em determinados contextos lingüísticos, funções gramaticais, ou itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais. (*op. cit.*, p. 1)

O êxito deste conceito depende da definição do que seja *item lexical*, *construção* e *função gramatical*. Traugott (*op. cit.*, p. 4) aponta:

- *item lexical*: unidades de uma língua específica que são tipicamente raízes e afixos (freqüentemente, mas nem sempre, unidades independentes, classes abertas).
- *construções*: unidades básicas de uma língua específica por meio das quais as orações são construídas, incluindo classes gramaticais abertas e fechadas, como preposição e auxiliares.
- *função gramatical*: itens de classe gramatical relativamente fechada, como SUJ, OBJ, T, Asp, C, por meio dos quais compreendemos quem faz o que, para quem, quando, qual o ato declarativo e o estatuto informacional.

A reformulação do conceito para gramaticalização proposta por Traugott (*op. cit.*) não incorpora a noção de unidirecionalidade, livrando da ciclicidade/circularidade do processo. Roncarati (2003, p. 159) sintetiza a polêmica da unidirecionalidade na gramaticalização com o seguinte questionamento: quão crucial é o princípio da unidirecionalidade para a gramaticalização? Há duas hipóteses para a questão: ou a unidirecionalidade é uma propriedade inerente ou é uma propriedade definidora de gramaticalização.

Conforme discute Roncarati, assumindo a definição de gramaticalização como mudança *léxico* > *gramática*, ou *menos gramatical* > *mais gramatical*, não existirão jamais contra-exemplos à unidirecionalidade, pois a definição barra qualquer mudança que não seja no sentido

²⁶ Para uma explicação detalhada, ver os artigos de Janda (2001), Newmeyer (2001), Campbell (2001).

léxico > *gramática*, ou *menos gramatical* > *mais gramatical*. Mudanças que não seguem a trajetória *léxico* > *gramática*, ou *menos gramatical* > *mais gramatical* são automaticamente excluídas do escopo analítico do paradigma funcional da gramaticalização e, nessa concepção, a hipótese da unidirecionalidade é uma propriedade inerente à gramaticalização. Já se a unidirecionalidade é considerada como uma propriedade definidora de gramaticalização, um caso de mudança que não segue a trajetória *léxico* > *gramática*, ou *menos gramatical* > *mais gramatical* não é um caso de gramaticalização, novamente por definição. Ao deixar de fora da definição de gramaticalização o termo unidirecionalidade, Traugott (2001) descompromete-se da polêmica.

A unidirecionalidade do processo está intrinsecamente relacionada com a oposição diacronia/sincronia. Traugott e Heine (1991) apontam que, se tomada da perspectiva diacrônica, é possível postular um contínuo de unidirecionalidade na gramaticalização: é possível estabelecer, para determinado item, uma trajetória cujas instâncias de mudança são limitadas por um número de estruturas que são minimamente diferentes das anteriores. Já para Dahl (2004), a gramaticalização no sentido tradicional é vista como uma parte integrada do estudo dos ciclos de vida de construções ou padrões gramaticais. O que é tradicionalmente chamado de gramaticalização são processos diacrônicos que se aplicam a elementos lingüísticos que foram recrutados como partes fixas (marcadores gramaticais) de uma construção, e pelos quais eles gradualmente perdem sua integridade, tornando-se expoentes de categorias morfológicas, mais do que palavras independentes. O estudo dos processos de gramaticalização sugere que muitos padrões sincrônicos na língua encontram sua explicação na diacronia.

Uma posição radicalmente diversa à idéia de trajetória evocada nos estudos de gramaticalização é a apresentada por Votre (2002), que postula o *princípio da extensão imagética instantânea*, segundo o qual

“as tendências presentes num dado momento da história da língua teriam atuado em fases anteriores e continuarão a atuar da mesma forma, indefinidamente. A facilidade metafórica da linguagem é assumida como pancrônica, no sentido de que, quando

uma nova forma se apresenta ao uso, as suas virtualidades e potencialidades semânticas se tornam disponíveis na mente de pessoas que interagem na comunidade discursiva, ancoradas no contexto situacional de cada interação. Portanto, não há derivação de sentido, e, sim, relações entre diferentes níveis de abstração dos sentidos, sem que se possa garantir qual resultou de qual. A absoluta maioria dos sentidos e grande parte das formas disponíveis na língua já estavam gramaticalizadas, quer no português quinhentista, quer no latim.” (Votre, 2002, p. 136).

Sentidos não surgem derivados de outros; eles já estão latentes.²⁷ Como exemplo, Votre traz o caso de *aflar/achar*: “o fato de *aflar* ocorrer no latim e em português contemporâneo com o sentido de soprar não garante, por si só, que não teria existido, simultaneamente, em latim, o sentido de procurar e localizar objetos físicos e mentais, nos espaços físicos e mentais; temos ocorrências do sentido concreto, mas isso não nos autoriza a descartar o sentido abstrato” (*op. cit.*, p. 149). Embora o autor sugira uma dimensão qualitativa para a investigação, pode-se pensar em uma construção de trajetória delineada em função da distribuição, ou seja, em função da frequência de uso. Assim, os sentidos de uma forma podem estar latentes no português arcaico, no latim, no indo-europeu, e na língua que o antecedeu. A sucessão de frequências de uso de cada sentido em cada fatia temporal é que permite a visualização de uma trajetória. A frequência de uso, nessa perspectiva, é determinada pela seleção social, já que a mudança virtualmente não ocorre. A idéia de trajetória derivada do princípio da extensão imagética instantânea não tem efeitos em uma análise que considera apenas uma fatia temporal. Entretanto, parece pertinente testá-la, em um estudo que aborde mais de uma fatia temporal (ver os encaminhamentos delineados no capítulo 6).

O viés cognitivo da gramaticalização também é evidenciado por Bybee (2003a, b). Considerando a unidirecionalidade e a recorrência, as trajetórias de gramaticalização podem evidenciar a existência de um componente cognitivo uni-

²⁷ Em Votre (2006, p. 141-143) há uma explicação procedural de como se dá a extensão imagética instantânea em uma comunidade discursiva.

versal (a trajetória do imperfeito, do futuro, por exemplo), que, de acordo com Bybee (2003a), deve ser incorporado ao rol dos universais da mudança. Bybee (*op. cit.*) argumenta que, assim como existem universais de mudanças fonéticas, existem também universais de mudanças semântico-discursivas. A manifestação do componente cognitivo, na forma de trajetórias de gramaticalização pode se dar sincrônica ou diacronicamente. No plano sincrônico, a unidirecionalidade é verificada por meio da coexistência das camadas na mesma fatia temporal; no plano diacrônico, a unidirecionalidade é verificada pelas frequências de cada camada nas fatias temporais sucessivas.

Sobre a existência de contra-exemplos da unidirecionalidade, Lass (2000) defende que, se a gramaticalização for considerada como uma teoria forte, permitindo explicitar predições como a possibilidade de falha, os contra-exemplos podem contribuir e ajudar a modificar a teoria, pois devem ser explicáveis. Já, por outro lado, se a gramaticalização for tomada como uma teoria fraca, apenas baseada em generalizações indutivas, por mera observação, os contra-exemplos não são considerados, apenas os dados positivos.

O paradigma funcional da gramaticalização vem se consolidando como um modelo teórico forte, dispensando atenção aos contra-exemplos na tentativa de enquadrá-los no modelo, e buscando as motivações exteriores para as mudanças internas. A sugestão de Janda (2001), de buscar motivações sociolingüísticas para a gramaticalização, também tem sido incluída nas investigações.

1.4.2 Relações entre gramaticalização/mudança e variação no âmbito evolutivo e da sócio-biolingüística

No âmbito evolutivo, a aproximação entre a teoria da variação e mudança e o paradigma funcional da gramaticalização se dá em mão dupla. Os pressupostos da gramaticalização podem auxiliar a teoria variacionista a explicar as motivações inerentes ao sistema, que propiciam o desencadeamento de um processo de variação que pode vir a culminar em mudança, enquanto

os pressupostos da teoria variacionista podem elucidar o modo como o processo se instaura e se consolida em uma dada comunidade lingüística.

Partindo da premissa de que a gramaticalização não pode ser considerada como um processo à parte dos indivíduos, Janda (2001) sugere que a tendência persistente de gramaticalização ao longo de gerações pode ser mais bem analisada a partir de um modelo que focaliza as relações entre gerações em uma comunidade de fala. Uma vez que dada forma é inicialmente gramaticalizada, devido às mudanças semântica e fonética e à reanálise, sua generalização pode ser parcialmente dinamizada pela função social do grupo etário. A generalização é motivada sociolingüisticamente por gerações sucessivas, o que permite ao fenômeno da gramaticalização evidenciar uma gradualidade aparente e uma direcionalidade predominante, apesar da transmissão descontínua ao longo do tempo.

No modelo variacionista, essa abordagem se aproxima do que Labov (1994) denomina de *mudança geracional*, na qual falantes individuais entram na comunidade de fala com uma frequência característica para uma variável particular, mantida ao longo de suas vidas, incrementada por gerações, mas aumentos regulares nos valores adotados pelos indivíduos sucessivamente mais jovens, freqüentemente incrementados por gerações, levam à mudança lingüística na comunidade.

Seguindo a hipótese de Bybee (2003a), as trajetórias universais de mudança apontam para a possível existência de um componente cognitivo, subjacente às línguas, que direciona as mudanças em certos domínios funcionais. E essas trajetórias não são apenas trajetórias de gramaticalização, mas sim universais lingüísticos. Se o modelo variacionista aceita os universais de mudança fonética, como evidenciam os estudos pioneiros de Labov, e se é possível estender a noção de *mesmo significado* para mesma *função*, as trajetórias universais de mudanças semântico-discursivas também podem ser aceitas pelo modelo variacionista. Nesse sentido, a gramaticalização é um processo de mudança sociolingüística. A existência de uma trajetória universal de mudança não garante, por si só, que a mudança de fato ocorra. Faz-se necessário

também identificar as pressões sociais que desencadeiam a mudança cognitivamente latente.

A possibilidade de aproximação entre a abordagem variacionista e a gramaticalização foi alentada por William Labov. No primeiro volume de *Principles of linguistic change*, Labov (1994, p. 1) arrola a gramaticalização como um dos temas a ser tratado no volume 3, destinado aos fatores cognitivos: o efeito da mudança na compreensão dentro e além dos dialetos; a aquisição e transmissão das regras variáveis; os princípios de mudança sintática e gramaticalização; as formas das regras variáveis e o seu lugar na gramática. Porém, na introdução do volume 2, Labov (2001, p. xiv) reformula a proposta de trabalho para os fatores cognitivos atuantes/desencadeadores da mudança lingüística e elimina a referência à gramaticalização. Como o volume destinado aos fatores cognitivos ainda não foi publicado, resta esperar o posicionamento de Labov acerca da gramaticalização em relação à sociolingüística.

A aproximação entre a abordagem variacionista e a gramaticalização vem sendo discutida na análise de fenômenos que têm comportamento variável nos níveis gramaticais mais altos. O *sociofuncionalismo* é uma proposta de acoplamento de postulados da sociolingüística variacionista e dos estudos de gramaticalização. Resumidamente, na abordagem sociofuncionalista, as funções gramaticais são determinadas pelo uso dos falantes. A gramática é emergente, sujeita a constantes mudanças decorrentes do uso dos falantes. O enfoque da abordagem está nas relações entre funções e formas, resultantes de pressões lingüísticas e sociais, com destaque para a história e a coexistência de diferentes formas, situação de *estratificação/variação* (Hopper, 1991). Existem *estágios de gramaticalização*, pressupondo que a estratificação/variação decorre do percurso de gramaticalização.

Um ponto ainda a ser descoberto na abordagem sociofuncionalista é o modo de como tratar o fator *freqüência de uso*. O estudo de fenômenos de variação/mudança lingüística na perspectiva laboviana costuma estar pautado em resultados estatísticos, tanto que essa linha de pesquisa também é conhecida como sociolingüística quantitativa (Tarallo, 1985). Os estudos de gramaticalização que adotam a perspectiva socio-

funcionalista não costumam considerar a freqüência de uso para o estabelecimento de trajetórias diacrônicas.

Outro problema refere-se ao modelo estatístico adotado. Estudos de fenômenos ditos em gramaticalização que adotam a perspectiva sociofuncionalista se valem, inclusive, do modelo de regressão logística adotado na sociolingüística variacionista, que considera uma variável dependente discreta. No entanto, estudos de gramaticalização nem sempre lidam com variáveis discretas; ao contrário, a gradualidade pressupõe continuidade, tanto no plano semântico-discursivo quanto no plano formal. O uso de um modelo estatístico inadequado pode levar a interpretações equivocadas. Além disso, a freqüência de uso só é utilizada como fator explanatório para a fatia sincrônica, momento da variação. Já outros estudos limitam-se a encontrar ocorrências que evidenciem a hipótese de gramaticalização.²⁸

A questão a ser discutida no modelo sociofuncionalista é se uma ocorrência de uma dada função pode ser considerada indício de gramaticalização incipiente. O mesmo paralelo pode ser traçado com a sociolingüística. Uma ocorrência de uma variante não é indício de variação. Se o sociofuncionalismo pretende ser coerente com as teorias-mães, deve considerar a freqüência de uso da função (dimensão quantitativa), e não a ocorrência (dimensão qualitativa). Estudos de gramaticalização fazem o caminho diacrônico da forma/função em processo de gramaticalização para evidenciar a trajetória. Qual o critério para o estabelecimento da trajetória? A ocorrência ou a recorrência? Uma ocorrência de uma dada função não significa que aquela função exis-

²⁸ Para definir a trajetória de mudança semântico-pragmática e sintática percorrida por *e, aí, daí e então*, Tavares (2003, p.140) não considera dados quantitativos, enfatizando que o objetivo não é quantificar ocorrências, mas sim mapear funções. Para contraponto, trago a opinião de Nevalainen (2004), que distingue dois tipos de gramaticalização: a) tipo dinâmico, que envolve mudança diacrônica e resulta em alterações drásticas nas freqüências da construção em questão no discurso; e b) tipo estático, que é melhor descrito como uso ocasional de material lexical e não é freqüente. Apenas o mapeamento de funções não permite a distinção entre gramaticalização *dinâmica* (processo) e *estática*. Faz-se necessária uma análise quantitativa.

te/existia e a frequência de uso deve ser adotada como critério definidor de função.

No âmbito da sócio-biolingüística, a gramaticalização toma lugar no momento evolutivo em que ocorre a replicação, com caráter inovador, e que subsidia a variação, *layering* na terminologia de Hopper (1991), camadas coexistentes. A evolução no modelo darwiniano é uma proposta linear, uma seqüência contínua de ancestrais e descendentes. Gould (1992) compara-a a um modelo de ‘escada’. Porém, as análises de fósseis do *Homo sapiens* feitas por Gould sugerem a visão de um modelo em ‘arbusto’, com o argumento de que três linhagens de homínidos coexistiram e que, portanto, a evolução não ocorre de forma linear e sim com ramificações laterais. Há cerca de 100 mil anos, havia três humanidades: o *Homo sapiens* em grandes áreas da África e da Ásia, na Europa o *Homo neanderthal* e os *Homo erectus* remanescentes em Java. O *Homo sapiens* foi o vencedor, no final.

Transpondo ao plano da língua, a ocorrência de camadas (estratificação) e a possibilidade de diferentes trajetórias para um mesmo item (divergência) – o que alguns autores denominam de *poligramaticalização* – são evidências do modelo evolutivo.

De acordo com o modelo evolutivo de Croft (2000), a seleção é social, mas a replicação alterada é motivada funcionalmente, respondendo ao critério da unidirecionalidade, ou seja, a replicação alterada dá-se em uma direção motivada funcionalmente, em termos do concreto ao abstrato, do menos ao mais gramatical. Apesar de ser um processo predominantemente social, a seleção pode ser funcionalmente motivada pela mudança histórica e pela variação translingüísti-

ca existente, o que leva a *universais de mudança lingüística* (Bybee, 2003a).

Recuperando a discussão deste capítulo, a expressão variável do passado imperfeito no português:

- É um fenômeno semântico-discursivo cujas motivações pretendem ser buscadas no nível lexical, morfossintático e discursivo. O estudo da variação nos níveis gramaticais mais altos se depara com problemas relacionados à frequência, equivalência semântica e necessidade de interface teórica.
- Encontra respaldo analítico em uma explicação funcional que concebe a língua como um produto da adaptação biológica, no sentido darwiniano, cuja interação com o modelo da variação e mudança resulta em uma abordagem evolutiva, aqui denominada de *sócio-biolingüística*, na qual a replicação alterada (surgimento de novas formas) é motivada funcionalmente e a seleção das variantes ocorre no âmbito social.
- É decorrente do processo de gramaticalização das formas IMP e PPROG cujas trajetórias (semelhantes às demais trajetórias do imperfeito), em dado momento, se superpõem originando polissemia, ambigüidade e a variação.

Para encaminhamento da análise, no capítulo 2, o domínio TAM é explorado para enquadrar a expressão do passado imperfeito. No capítulo 3, os passos metodológicos para a análise sociolingüística do fenômeno são explicitados. No capítulo 4, os fatores semântico-cognitivos que atuam na escolha entre as formas são analisados, com ênfase para as determinações históricas e translingüísticas. A força da seleção social na variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito é discutida no capítulo 5. Finalizando, no capítulo 6, a expressão do passado imperfeito motiva reflexões sobre a abordagem sócio-biolingüística, com base nos resultados do estudo variacionista.

2 O domínio temporal-aspectual na expressão do passado imperfectivo

Considerando a proposta de abordagem sócio-biolingüística para o fenômeno da expressão variável do passado imperfectivo por IMP e PPROG, o objetivo específico para este capítulo é o enquadramento do fenômeno como uma variável lingüística, ou seja, definir a função semântico-discursiva em que as formas funcionam como variantes de uma mesma variável lingüística.

Na prática, é impossível dissociar os domínios funcionais do tempo, aspecto e da modalidade. A expressão destes valores frequentemente se sobrepõe, pois uma mesma forma, seja item lexical ou gramatical, pode ser responsável pela codificação de tempo, aspecto ou modalidade, sem ser possível dissociar um domínio do outro. Observe-se o caso do IMP: de acordo com as gramáticas normativas da língua portuguesa, *-va* é a desinência modo-temporal de verbos regulares da 1ª conjugação; não é possível dizer que *-v-* é responsável pelo tempo e *-a* pelo modo. O conjunto é que assume valores de tempo, modo e aspecto, que interagem entre si. Por isso, por opção metodológica, os domínios funcionais são isolados, e os valores de IMP e PPROG são considerados no plano temporal e no plano aspectual: TAm.¹

¹ A modalidade não é um valor saliente na expressão do passado imperfectivo. Considerando a oposição *realis/irrealis* de Givón (1991) e a proposta de classificação de Heine (1995), o traço *factualidade da situação* apresenta três possibilidades:

(i) *situação é fato;*

Primeiramente, a discussão é encaminhada para a busca de um nicho no paradigma verbal do português onde as formas IMP e PPROG se inserem para expressar o passado imperfectivo. Depois, os domínios do tempo e do aspecto são explorados com a finalidade de descrever as propriedades que IMP e PPROG assumem quando funcionam como variantes na expressão do passado imperfectivo.

Um esclarecimento preliminar é necessário: apesar de ser um valor aspectual do imperfectivo, a habitualidade fica excluída do recorte da variável *expressão do passado imperfectivo*; as motivações para a exclusão são detalhadas na seção 2.3.4.

2.1 O paradigma verbal do português

Os verbos do português do Brasil, conforme aponta a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB, 1958), quanto à formação, são classifica-

(ii) *situação não é fato, mas tem grande probabilidade de sê-lo;*

(iii) *situação não é fato, e nunca vai sê-lo.*

Quando IMP e PPROG expressam passado imperfectivo assumem o valor de modalidade *realis*, factual. Entretanto, IMP pode assumir outros valores de modalidade factual, em certos contextos varia com outras formas verbais em que a expressão da modalidade é mais saliente, como o futuro do pretérito e pretérito imperfecto do subjuntivo (Silva, 1999, Domingos, 2004).

dos em simples e compostos. As gramáticas normativas da língua portuguesa posteriores à NGB consideram como formas compostas as locuções verbais constituídas pelos auxiliares *ter* e *haver*, seguidos pelo verbo principal no particípio (quadro 1).

Quadro 1: Conjugações simples e compostas do modo indicativo, voz ativa

| | | | |
|-----------|-------------------|-----------------|-------------|
| Presente | | <i>simples</i> | amo |
| | imperfeito | <i>simples</i> | amava |
| Pretérito | | <i>composto</i> | |
| | perfeito | <i>simples</i> | amei |
| | | <i>composto</i> | tenho amado |
| | mais-que-perfeito | <i>simples</i> | amara |
| | | <i>composto</i> | tinha amado |
| Futuro | do presente | <i>simples</i> | amarei |
| | | <i>composto</i> | terei amado |
| | do pretérito | <i>simples</i> | amaria |
| | | <i>composto</i> | teria amado |

No modo indicativo, todos os tempos verbais têm forma composta, exceto o presente e o pretérito imperfeito, tempos que na forma simples entram na formação do pretérito perfeito e do mais-que-perfeito compostos, respectivamente.

O paradigma verbal delineado no quadro 1 está de acordo com o que apresentam as gramáticas normativas da língua. O paradigma verbal do vernáculo é diferente, e duas tendências, aparentemente conflitantes, parecem influenciar a sua constituição: a redução e a emergência de formas.² As formas verbais compostas constituídas por construções de particípio não têm se mostrado produtivas atualmente. Nem mesmo a forma composta do pretérito mais-que-perfeito, que suplantou a forma simples, e que, por sua vez, vem perdendo forças em relação à forma de pretérito perfeito (Coan, 2003).

Por outro lado, construções de infinitivo e de gerúndio têm emergido.³ As construções de infi-

nitivo selecionam o verbo auxiliar *ir* para expressar o futuro do presente do indicativo (*ir*-PRES + *Vinfinitivo*), forma que já suplanta a forma simples: *Ele fará* → *Ele vai fazer* (Gibbon, 2000). As construções de gerúndio, bastante recorrentes na língua em uso atualmente, embora já constassem em gramáticas do século XVIII, não são contempladas pela classificação verbal da NGB.⁴ Destas, as mais produtivas são as formadas pelo auxiliar *estar*, no presente e no pretérito imperfeito (Mendes, 1999).

As novas formas que surgem não são reconhecidas pelas gramáticas normativas como formas compostas. Alguns gramáticos as denominam de *locuções*, outros, *perífrases*. Locução, forma composta e perífrástica são termos que geram controvérsia, algumas vezes sendo usados como equivalentes. A locução verbal costuma designar construções formadas por dois ou mais verbos para exprimir um único fato verbal. O primeiro verbo é o auxiliar e o último é o principal, em uma das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio). Dentre as locuções verbais, as formadas pelos auxiliares *ter* e *haver* e verbo principal no particípio são rotuladas pelas gramáticas normativas como formas (ou conju-

no domínio temporal e aspectual do português falado no Brasil.

⁴ Historicamente, outras locuções verbais, constituídas pelos auxiliares *ser* e *estar*, eram consideradas formas compostas, como atesta a gramática de Said Ali (1971), ou mais anteriormente, as tábuas de conjugação de Baccalar (1783) (cf. Menon, 2005). Hoje, as gramáticas normativas rotulam essas locuções como conjugações perífrásticas. De acordo com Viaro, a aversão às formas analíticas é resultado das imposições normativas (norma culta) e da escrita: “Sendo o latim clássico uma língua com maior sintetismo do que as românicas, concentrada mais em terminações casuais e desinências verbais do que na sintaxe, parece natural entender que os estudos sintáticos tenham sido vistos como um componente menor nos estudos gramaticais e lingüísticos. Esse panorama epistemológico desenvolveu todo tipo de conseqüências. Por exemplo, as construções analíticas ou perífrásticas dos verbos não têm nome tradicional: construções como *estava fazendo* não dispõem de nome independente do Pretérito Imperfeito do Indicativo *fazia*. Além disso, novas construções e até mesmo alterações do sistema não são levadas em conta pela Gramática: quando se diz que *cantarei* está sendo substituído por *vou cantar*, falta um nome a esse “substituto” do Futuro do Presente do Indicativo.” (Viaro, 2003, p. 167).

² Esta comparação toma por base os resultados obtidos nas análises do português falado em Florianópolis. Para mais detalhes, ver Gorski *et al.* (2002), Pimpão (1999), Silva (1998), Coan (1997, 2003), Gibbon (2000), Domingos (2004).

³ Cardoso e Pereira (2003), Longo e Campos (2003), entre outros, fazem uma análise descritiva apresentando a emergência das construções de particípio e de gerúndio

gações) compostas. E as demais locuções seriam formas (ou conjugações) perifrásticas.

Por convenção, denominem-se formas perifrásticas as construções com verbo auxiliar e forma nominal, não importando as prescrições da gramática normativa (*tinha amado* é uma perífrase, assim como *estava amando*).

O quadro 2 apresenta as formas simples e perifrásticas que constituem o paradigma verbal do português falado (modo indicativo), construído com base nos resultados das investigações de Coan (1997), Gibbon (2000) e Silva (1998). As formas perifrásticas canônicas são as previstas nas gramáticas normativas, e que aparecem no quadro 1 com o rótulo de ‘formas compostas’. As formas perifrásticas emergentes são construções com verbo auxiliar e forma nominal que podem ser consideradas gramaticalizadas (Gibbon, 2000; Mendes, 1999), no sentido de serem regulares, ou seja, constarem na gramática de usos do falante, do mesmo modo que as formas canônicas.

Quadro 2: Paradigma verbal do português falado atual

| Tempo verbal | Forma simples | | Forma perifrástica | |
|------------------|--------------------------|--------|--------------------|---------------|
| | | | Canônica | Emergente |
| <i>Presente</i> | | amo | | estou amando |
| | <i>imperfecto</i> | amava | | estava amando |
| <i>Pretérito</i> | <i>perfeito</i> | amei | tenho amado | estive amando |
| | <i>mais-que-perfeito</i> | amara | tinha amado | |
| | <i>do presente</i> | amarei | terei amado | vou amar |
| <i>Futuro</i> | <i>do pretérito</i> | amaria | teria amado | ia amar |

As formas do quadro 2 que estão taxadas – formas simples de pretérito mais-que-perfeito e de futuro do presente – são pouco produtivas, e podem ser consideradas em desuso no português atual.⁵ Diferentemente do espanhol, língua em

cujas gramáticas tradicionalmente as formas verbais compostas têm valor temporal de anterioridade em relação às simples,⁶ no português não existe uma característica de uso que agrupe as formas simples e compostas. Tomem-se os dois tempos do passado que têm uma forma composta canônica, o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito. Na oposição *fez/tem feito*, o pretérito perfeito simples tem uso relacionado à expressão de situações passadas vistas como um todo, já o pretérito perfeito composto parece ter uma nuance relacionada à frequência e continuidade de situações passadas, que podem se estender ao momento da enunciação. Já no caso do mais-que-perfeito, o par *fizera/tinha feito*, pelo menos no plano das prescrições gramaticais, parece ter equivalência semântica (Coan, 1997), apesar de os usos da forma simples terem se deslocado para o plano da modalidade.

Com a entrada das construções emergentes, os critérios ficam mais difíceis de serem determinados. Há ainda que se considerar que formas verbais prototípicas de um dado domínio assumem funções prototípicas de outro domínio, como acontece com o presente do indicativo, que assume valores característicos do futuro do presente, e do pretérito perfeito, que assume valores característicos do pretérito mais-que-perfeito (Camara Jr., 1967; Coan, 1997).

Na fala, é recorrente encontrar usos da perífrase de gerúndio – formada pelo verbo *estar* flexionado no pretérito imperfecto do indicativo e o verbo principal no gerúndio, nomeada aqui PPROG –, funcionando em certos contextos como equivalente ao IMP. A possibilidade de intercâmbio entre as formas sugere a possibilidade de equivalência semântica, motivando a hipótese de considerar as formas como variantes na expressão do passado imperfectivo. Observem-se (1) e (2), ocorrências da fala de Florianópolis, representadas aqui.

(1)

Na época que eu mais precisei dele, que eu mais precisava de um apoio, foi quando a minha mãe morreu. (SC FLP FAP 03)

sim “Ah, me dizes com quem andas, que te direi quem és.” (SC FLP FBG 16). Analisando o mesmo corpus, Coan (1997) não encontrou ocorrências da forma simples do pretérito mais-que-perfeito.

⁶ Essa distinção foi apontada inicialmente por Bello (1847).

⁵ Segundo Gibbon (2000, p.72), o futuro do presente é um tempo verbal que está em declínio na fala de Florianópolis, contabilizando apenas 10 das 743 ocorrências de formas verbais que expressam futuridade (presente do indicativo, futuro do presente simples e composto, perífrase *ir + gerúndio*). Destas, três delas referem-se ao mesmo contexto de futuridade. E outra ocorrência é uma citação, um provérbio popular: *Porque dizem as-*

- (2) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *estava precisando* economizar pra começar nossa vida. (SC FLP FAP 01)

As ocorrências têm a mesma base lexical, o verbo *precisar*, e aparentemente, tanto em (1) como em (2), é possível trocar a forma simples pela composta, sem perda ou distanciamento semântico, como em (3) e (4).

- (3) Na época que eu mais precisei dele, que eu mais *estava precisando* de um apoio, foi quando a minha mãe morreu.

- (4) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *precisava* economizar pra começar nossa vida.

Para investigar a possibilidade de as formas funcionarem como variantes, é preciso antes determinar a qual variável as variantes pertencem. Ou seja, definir o que significa o passado imperfectivo no português. Para tanto, incursões no domínio funcional complexo tempo-aspecto-modalidade são necessárias. As seções a seguir discutem teorias de tempo e de aspecto – valores mais salientes no passado imperfectivo – a fim de delimitar a variável lingüística.

2.2 Tempo: *Tam*

Tradicionalmente, os estudos de categorias verbais costumam inspirar-se na proposta do lógico Hans Reichenbach (1947) para definir as relações temporais. Aplicações para o português podem ser observadas nos estudos de Corôa (2005), Ilari (1997), Gorski *et al.* (2002), entre outros. Nesta seção, são discutidos os modelos de Reichenbach (1947), Mateus *et al.* (1983) e Comrie (1985).

Para Reichenbach (1947), os tempos verbais são determinados pela ordenação do momento da situação em relação ao momento de referência e ao momento do ato de fala de um dado enunciado.⁷ Denomine-se momento da fala ao

momento da enunciação. A partir da definição desse ponto, é possível estabelecer três relações temporais básicas: antes do momento de fala, simultâneo ao momento da fala e posterior ao momento da fala. A fixação de apenas um momento fornece somente três relações temporais. Na proposta de Reichenbach, a expressão do tempo verbal está relacionada a mais dois parâmetros, cujas posições podem ser determinadas a partir do momento da fala: o momento da situação e o momento da referência. O momento da situação é o momento em que a situação ocorre; o momento da referência é um momento que serve como parâmetro – uma referência temporal – para determinar o momento da situação, estabelecido em relação momento da fala. Quando não há referência temporal contextualmente explícita, o momento da fala torna-se o momento da referência.

Reichenbach toma o momento/instante como unidade de codificação lingüística do tempo. Mateus *et al.* (1983) assumem a hipótese de três momentos de Reichenbach, porém estendida à unidade intervalo. Nos termos de Mateus *et al.*, a categoria lingüística tempo exprime a ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito (I_i) em relação ao intervalo da sua enunciação (I_e). Os tempos ditos ‘naturais’ do português são o passado, o presente e o futuro, estabelecidos pela ordenação de (I_i), que pode ser anterior ($I_i < I_e$), simultâneo ($I_i = I_e$) ou posterior ($I_i > I_e$) em relação a (I_e). Em situações que envolvem mais de um estado de coisas, a ordenação temporal é mais complexa, pois os intervalos são ordenados relativamente a (I_e) e relativamente uns aos outros.

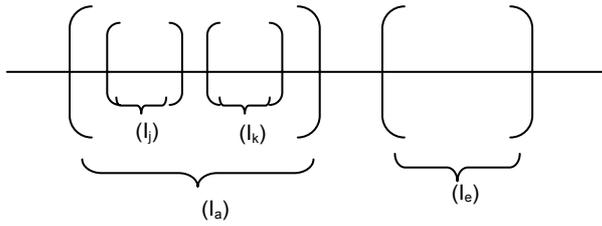
- (1) Disseram-nos que o João voltava ontem.

Em (1), os dois estados de coisas descritos, (I_j) e (I_k), estão localizados dentro do intervalo (I_a); *o João voltar* (I_k) ocorre em subintervalo de (I_a) que é posterior ao subintervalo *dizer-nos* (I_j) de (I_a). Esquematicamente, as relações temporais da frase são as expressas na figura 2, que podem ser resumidas pela fórmula $I_j \wedge I_k \subset I_a, I_j > I_k, I_a > I_e$.

⁷ No original, consta *speech point* e *event point*. Preferi traduzir *point* por momento, seguindo os demais trabalhos que tomam por base Reichenbach (cf. Coan, 1997, 2003; Gibbon, 1998) e optei pela denominação *situação* à evento, de acordo com a proposta de Comrie (1974),

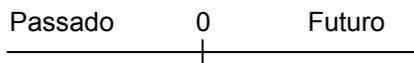
para quem situação é um rótulo mais amplo, que recobre eventos, estados e processos.

Figura 2: Estruturação temporal de intervalos (Mateus et al., 1983, p. 106)



Comrie (1985) também postula uma teoria para o tempo verbal, inspirado no modelo de Reichenbach, mas com algumas modificações. Para Comrie (*op. cit.*, p. 36), o sistema temporal que toma entidades como *momento de referência* é denominado sistema dêitico, em contraponto ao modelo anafórico de Reichenbach (1947), que é estruturado a partir de um momento de referência, ainda que coincidente com o momento da fala ou o momento da situação. Os tempos verbais, na classificação de Comrie (1985), podem ser absolutos, relativos ou relativo-absolutos. A partir do centro dêitico, há três tempos, chamados tempos absolutos, presente, passado e futuro.

Figura 3: Representação do tempo Comrie (1985, p. 2)



Os tempos absolutos tomam o momento presente como centro dêitico de orientação do sistema temporal, que costuma ser relacionado ao momento de fala (e, por isso, abreviado por F). Segundo Comrie, o presente é escolhido como eixo das orientações porque desempenha papel principal nos sistemas temporais das línguas. A definição de tempo absoluto, na verdade, é uma impropriedade, pois em senso estrito, não existe tempo absoluto, já que os sistemas sempre são estabelecidos a partir da localização relativa ao tempo do momento. O intervalo ou momento da situação é representado por S (de situação). Há três relações possíveis (simultaneidade, anterioridade e posterioridade) que podem ser estabelecidas entre F e S:

| | | | | |
|-----------|---|--------------|-----|---|
| Presente: | S | simultânea a | (|) |
| F | | | | |
| Passado: | S | anterior a | (<) | |
| F | | | | |
| Futuro: | S | posterior a | (>) | |
| F | | | | |

Tempos relativos são aqueles que localizam a situação anterior, simultânea ou posteriormente a uma referência estabelecida pelo contexto. Comrie (*op. cit.*, p. 56) ilustra o contraste entre tempos relativos e absolutos comparando advérbios de tempo. Alguns advérbios são específicos para localizar uma situação em relação ao momento presente, como *hoje* (o dia que inclui o momento presente), *ontem* (o dia que precede o dia que inclui o momento presente), *amanhã* (o dia que segue o dia que inclui o momento presente); no sistema temporal, estes advérbios são análogos aos tempos absolutos. Por outro lado, há advérbios que localizam a situação relativamente a algum ponto de referência dado pelo contexto, como *neste mesmo dia*, *no dia anterior*, *no próximo dia*.

Para esquematizar os tempos relativos, é necessário estabelecer um outro momento, nomeado de momento de referência (R), a partir do qual as situações podem ser:

| | |
|--------------------|-------|
| Presente relativo: | S , R |
| Passado relativo: | S < R |
| Futuro relativo: | S > R |

O momento de referência dos tempos relativos não é ancorado, ou seja, o ponto de referência não está vinculado ao centro dêitico, como o momento presente. Como exemplo de tempo relativo, Comrie (1985, p. 57) cita, no inglês, o particípio (equivalente, em português, ao gerúndio) em orações relativas: “*Os passageiros aguardando o voo 26 dirigiram-se ao portão de embarque 5*”.

O momento de referência de *aguardando* é o mesmo que o de *dirigiram-se*; sendo o momento de referência de *dirigiram-se* passado, o momento de referência de *aguardando* é simultâneo a este momento passado. Tempos relativos podem tomar como momentos de referência formas verbais não-finitas ou finitas. Quando tomam formas verbais não-finitas, há o que se chama de tempo relativo puro; quando tomam como referência formas verbais finitas, há tempos relativo-absolutos. Os tempos relativo-absolutos tomam um momento de referência estabelecido em relação ao momento presente, e a situação é locali-

zada em relação a esse ponto de referência. Para esquematizar os tempos relativo-absolutos, são necessários os três pontos S, F, R. O exemplo clássico de tempo relativo-absoluto é o pretérito mais-que-perfeito, que localiza uma situação anteriormente a uma referência que, por sua vez, é anterior ao momento de fala ($S < R < F$).⁸

Das propostas de sistematização da categoria tempo apresentadas, a noção de intervalo, em contraponto à de momento, é pertinente, uma vez que IMP e PPROG são formas relacionadas à expressão de duração/extensão, noções que embora sejam tradicionalmente associadas à categoria aspecto, também são relevantes no domínio temporal.⁹

Considerando a noção de intervalo, temporalmente, IMP e PPROG expressam um *intervalo temporal anterior ao momento da fala simultâneo ao momento/intervalo de referência*, cuja esquematização é $S,R < F$.

O valor de anterioridade ao momento de fala é facilmente verificável. Porém, a simultaneidade e a referência nem sempre são evidentes como o caráter temporal de anterioridade. Nas seções a seguir, estes conceitos são explorados,

⁸ Alguns usos do IMP também têm essa diagramação temporal (Coan, 1997, Matos, 1996).

⁹ A teoria de Reichenbach (1947) foi proposta com base na língua inglesa e considera o arranjo de três momentos na linha temporal. O inglês não tem distinção entre o valor temporal de pretérito perfeito e de IMP do português: ambas as formas são equivalentes ao simple past. A fórmula temporal para o simple past é $S,R < F$. Porém, Reichenbach estende sua análise ao francês e discute a diferença entre passé défini e imparfait, oposição que pode ser considerada equivalente ao pretérito perfeito e o IMP no português. Para captar a distinção, Reichenbach incorpora ao seu sistema a noção de tempo estendido, de forma que no imparfait (e também no IMP), S não denota um momento, mas um intervalo temporal. A adoção do conceito de intervalo (Mateus et al., 1983) soluciona o problema dos tempos estendidos de Reichenbach (1947). A inclusão da noção de tempo estendido à teoria de Reichenbach indica, ainda que implicitamente, que o aspecto é um valor significativo na distinção entre o pretérito perfeito e o IMP, uma vez que o contraste entre momento e intervalo tem relação com a percepção da constituição interna da situação. Gorski et al. (2002, p. 226) apresentam outra ordenação para os momentos de Reichenbach, diferenciando no plano temporal o pretérito perfeito ($S < R,F$) do IMP ($S,R < F$).

visando a explicar o funcionamento de IMP e PPROG no português.

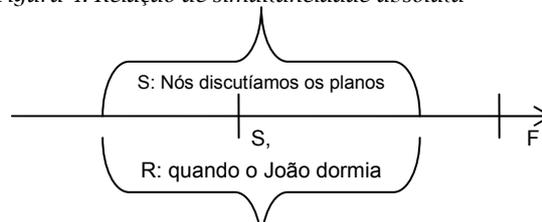
2.2.1 Simultaneidade

Na literatura, tanto IMP como PPROG costumam estar associados à expressão temporal de simultaneidade, ou coincidência, com uma referência passada. A noção de simultaneidade/coincidência, no entanto, não é a mais apropriada para expressar a relação temporal entre a situação e a referência. Uma situação é simultânea a outra quando ocorrem ao mesmo tempo. Brucart (2003, p. 8) apresenta uma explicação didática para mostrar que o IMP (e por extensão, PPROG) não é simultâneo. Tome-se (1):

- (1) Luis e María coincidieron en el cine.
'Luis e Maria coincidiram no cinema'

O verbo *coincidir* indica que houve algum momento ou intervalo de tempo em que Luis e María estiveram juntos no cinema, e só. Não significa que a estada de Luis no cinema tenha durado exatamente o mesmo que a estada de María, de modo que não podemos inferir se ambos chegaram juntos ao cinema ou o deixaram ao mesmo tempo. A mesma explicação vale para a noção de simultaneidade/coincidência de IMP e PPROG, que é mais adequadamente expressa pelo termo *sobreposição temporal*. Há três tipos de sobreposição, que, em termos de simultaneidade, podem ser definidos do seguinte modo: simultaneidade *absoluta*, simultaneidade na perspectiva da *situação* e simultaneidade na perspectiva da *referência*.

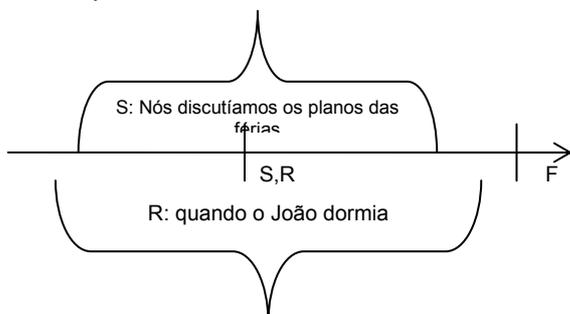
Figura 4: Relação de simultaneidade absoluta



A sobreposição temporal com simultaneidade absoluta, diagramada na figura 4, ocorre quando o intervalo/momento da situação é exatamente da mesma extensão do intervalo/momento da referência. Linguisticamente, a simultaneidade

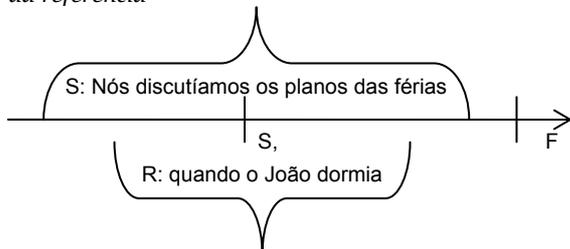
absoluta pode ser marcada pelo conector temporal “enquanto”: *Nós discutíamos os planos de férias enquanto o João dormia.*

Figura 5: Relação de simultaneidade do ponto de vista da situação



A sobreposição temporal com simultaneidade na perspectiva da situação, diagramada na figura 5, ocorre quando o intervalo/momento da situação é menor do que o intervalo/momento de referência, ou parcialmente recoberto pelo intervalo de referência. A situação é vista como simultânea porque por toda sua duração há sobreposição com o intervalo/momento de referência; já o mesmo não pode ser dito da perspectiva da referência: a situação tem duração menor do que a referência.

Figura 6: Relação de simultaneidade do ponto de vista da referência



E a sobreposição temporal com simultaneidade na perspectiva da referência, diagramada na figura 6, ocorre quando o intervalo/momento da referência é menor do que o intervalo da situação.

Para a análise da variação entre IMP e P-PROG na expressão do passado imperfeito, do ponto de vista *temporal*, qualquer sobreposição entre o intervalo ou momento da situação e o intervalo ou momento da referência será considerada como *simultaneidade*. Entretanto, o tipo de sobreposição esperado como mais freqüente na expressão do passado imperfeito é o de sobreposição temporal na perspectiva da refe-

rência, que trava forte relação com a expressão da imperfectividade, como será visto na seção relativa ao aspecto. Porém, enquanto IMP e P-PROG sempre são relacionados à expressão de situações durativas, a referência pode ser classificada quanto à sua extensão, se intervalo ou se momento.¹⁰

2.2.2 Referência

A noção de ‘referência’ nas teorias de tempo verbal costuma ser polissêmica, levando à ambigüidade. Para evitar confusões terminológicas, o termo ‘referência/referente temporal’ considera o componente do contexto ativado no ato da enunciação.¹¹ ‘Referência temporal’ é diferente de ‘ponto de referência’,¹² uma coordenada temporal em função da qual se definem os valores temporal e aspectual de um enunciado. O ponto de referência pode coincidir com o momento da

¹⁰ Quando a referência for considerada intervalo, ou seja, a situação é vista temporalmente como estendida, necessariamente será codificada pela forma IMP ou P-PROG, as formas de expressão da imperfectividade passada no português (a forma de pretérito perfeito apresenta dimensão temporal da situação como fechada, pontual, perfectiva). Logo, será um dado passível de análise. Na oração *Nós discutíamos os planos de férias quando o João dormia*, há dois dados de análise. Uma questão metodológica muito relevante é definir qual ocorrência é situação e qual é referência, o que é discutido na seção a seguir. Na seção 4.3.3, o critério analítico é retomado e discutido com mais detalhes. Entretanto, cabe ressaltar que o IMP *sempre* tem ponto de referência (Matos, 1996).

¹¹ Conforme a Terminologia Lingüística de Ensino Básico e Secundário (TLESB), “partindo do princípio de que a linguagem verbal tem duas funções básicas, a de designar entidades num mundo e a de predicar algo sobre essas entidades, entende-se por referência a relação que une uma expressão lingüística a um objeto do mundo, no quadro de uma situação de enunciação específica” (portaldalinguaportuguesa.org).

¹² ‘Ponto de referência’ será utilizado como equivalente ao ‘momento de referência’ no modelo de Reichenbach (1947). A opção por ‘ponto de referência’ deve-se ao fato de esse termo ser mais recorrente na literatura e também porque a idéia de ‘momento’ não recobre adequadamente os contextos em que há extensão temporal (intervalo).

fala, como em (1) ou ser diferente, como em (2) e (3).

- (1) A Maria está em casa.
- (2) A Maria estava em casa quando eu cheguei.
- (3) A Maria já tinha saído quando eu cheguei.

Em (1), o ponto de referência pode ser parafraseado como “no momento em que estou enunciando essa frase” *A Maria está em casa*, ou seja, o ponto de referência coincide com o momento de fala. Já em (2) e (3), o ponto de referência pode ser parafraseado por “ontem”, “na segunda-feira”, “dia 22/02/2007”, ou seja, um ponto de referência anterior ao momento da fala.

Em um enunciado como *Ontem fui ao cinema*, a referência temporal é o dia anterior ao dia em que a frase foi enunciada, e o ponto de referência é o momento de fala, o momento da enunciação. Em *Ontem Maria estava em casa*, a referência temporal é também o dia anterior ao que a frase foi enunciada, porém, o ponto de referência é o intervalo de referência recoberto pelo adjunto adverbial *ontem*, ou seja, o ponto de referência também é passado.

O IMP, e por extensão, PPROG, são tempos de referência passada que tomam como ponto de referência outra situação concomitante, nos termos de Reichenbach (1947). Vejam-se as explorações de alguns autores sobre a questão. Ikeda (1992) salienta que o IMP não se refere a um processo “passado”, mas marca a coincidência entre uma situação e um ponto de referência que é passado, ou seja, anterior ao momento de fala, o que faz com que o IMP presentifique a situação em relação a uma referência passada, ao mesmo tempo em que o especifica, processo que é denominado de *ancoragem do IMP em um ponto de referência*. O ponto de referência pode ser comum a vários IMPs se eles se referirem a situações presentificáveis em relação a um só ponto de referência.

Campos *et al.* (1993), baseados em Comrie (1985, p. 58), interpretam o IMP – e o mesmo pode ser dito do PPROG, pois este é formado por *estar*IMP + *Vndo* – como um tempo relativo, “porque indica que o ponto de referência para a localização da situação/evento por ele expresso é

um ponto dado pelo contexto, não necessariamente o momento presente.” (Campos *et al.*, 1993, p. 49). Ao tratar do *imparfait* francês e do *past progressive* inglês, Molendijk (2005) conclui que ambas as formas expressam simultaneidade em relação a uma referência anterior ao momento de fala. O mesmo diz Bonomi (1998) acerca do *imperfetto* e da *perifrasi progressiva* no italiano. A análise dos autores acima converge nos seguintes pontos:

- o passado imperfectivo precisa de um ponto de referência; e
- nem sempre o ponto de referência está explícito, muitas vezes sendo dado pelo contexto.

A necessidade de contexto para o estabelecimento do ponto de referência do passado imperfectivo é ressaltada por Matos (1996), para quem o IMP estabelece uma associação com um ponto de referência que precisa ser identificado a partir do contexto situacional ou lingüístico. Considerando a necessidade intrínseca de um ponto de referência ao passado imperfectivo, cabe um questionamento essencial para a definição da variável: o ponto de referência é uma categoria propriamente ou é um sub-componente das categorias de tempo, aspecto e modalidade?

Em termos de economia descritiva, é pertinente considerar a referência como uma categoria, possivelmente não no mesmo nível hierárquico do que as categorias de tempo, aspecto e modalidade, já que nem sempre se manifesta por meio de uma forma específica. Porém, há que se considerar que o conceito de *ponto de referência* já vem embutido no pacote teórico de Reichenbach (1947), ou seja, ao optar por esse modelo para discutir a categoria tempo verbal, a noção de ponto de referência como componente do tempo verbal é assumida. Como apresentado na seção a seguir, o ponto de referência também é adotado para a definição dos valores aspectuais do passado imperfectivo (Godoi, 1992).

Resumindo, temporalmente, o passado imperfectivo é caracterizado pela relação de anterioridade do intervalo da situação ao momento de fala, com a concomitância a um ponto de referência. O modelo de estruturação dos tempos verbais de Reichenbach (*op. cit.*), requisitado para explicar a relação temporal estabelecida pelo passado imperfectivo, também pode ser

usado para explicar as relações aspectuais da função:

- Na categoria tempo a relação estabelecida entre o momento/intervalo da situação e momento de fala é de *ordenação* (ou seja, o passado imperfectivo é caracterizado pela anterioridade do intervalo da situação ao momento de fala) e de *sobreposição* (ou seja, o passado imperfectivo expressa uma situação que se sobrepõe ao ponto de referência);
- Na categoria aspecto, discutida na seção a seguir, a relação é de *inclusão*, ou seja, o passado imperfectivo é caracterizado pela inclusão do ponto de referência no intervalo da situação, com a conseqüente sobreposição entre situação e ponto de referência.

Em suma, temporalmente, o passado imperfectivo é um tempo relativo (ou relativo-absoluto, na definição de Comrie (1985)) cujo ponto de referência trava relação de sobreposição com a situação e é anterior ao momento de fala.

2.3 Aspecto: *tAm*

Enquanto a categoria gramatical tempo é responsável pela constituição temporal externa, uma vez que estabelece relações com o momento de fala e pontos de referência, a categoria gramatical *aspecto* costuma designar os diferentes modos de perceber a constituição temporal *interna* de uma situação (Comrie, 1976).¹³ A marcação de aspecto pode ser considerada como uma escolha estilística, uma vez que o falante opta por marcar ou não o seu enunciado aspectualmente de acordo com a importância que ele atribui à chamada de atenção do ouvinte para a temporalidade interna (Borba Costa, 1990).¹⁴

¹³ É interessante prestar alguns esclarecimentos terminológicos. O termo *situação* recobre a eventos, processos e estados (Comrie, 1985, p.5). Para referir ao mesmo que Comrie, Borba Costa (1990, p. 22) utiliza o termo *fato verbal*. No decorrer do texto, opto por *situação*; mas, nas referências a Borba Costa (1990), utilizo o termo adotado por ela.

¹⁴ Há outra linha de abordagem, na qual o aspecto é a categoria básica e universal, da qual derivam tempo e modalidade (Leiss, 1992, 2000).

Quanto à expressão, o aspecto não é marcado exclusivamente por um elemento gramatical. Existem diferentes tipos de manifestação do aspecto. Há o aspecto inerente ao verbo; há o aspecto codificado pela morfologia verbal e, ainda, o aspecto codificado pelos modificadores adverbiais, todos interagindo entre si e resultando no aspecto da situação. Uma consideração a ser feita é que não há consenso também da existência de aspecto como uma categoria em todas as línguas. As línguas eslavas têm uma categoria aspectual, já que possuem oposição binária aspecto marcado/não-marcado no próprio paradigma verbal. Já as línguas românicas não teriam a categoria aspecto porque não há oposição binária no paradigma verbal. Ilari (1997), entretanto, reconhece no português uma categoria aspectual, relacionada à expressão da duração, que se manifesta na oposição pretérito perfeito/preérito imperfecto (*op. cit.*, p. 38).

O aspecto perfectivo é caracterizado pela perspectiva global da situação, que é expressa fechada, formando uma unidade ou conjunto, do qual não interessa referir a sua constituição interna. Já o aspecto imperfectivo expressa diferentes nuances da temporalidade interna: que se desenrola (cursivo), ou selecionando fases do tempo interno (inicial, medial, final), ou expressando estados resultativos, dentre outras possibilidades.¹⁵ O aspecto imperfectivo não identifica os pontos inicial ou final da situação, mas focaliza o seu desenvolvimento, em contraponto ao perfectivo, que enfatiza os pontos inicial ou final. E a escolha por uma marcação aspectual é influenciada pelo relevo à situação dado pelo falante. Observe-se a situação destacada em (1).

(1)

Eu lembro, eu, durante o período que *estudava*, hoje no local onde é a Imprensa Oficial do Estado, não na Imprensa Oficial, mas onde tem doze salas de aula do Colégio, foram construídas na época do Governador Esperidião Amin, um prédio de dois pavimentos, ali nós tínhamos a nossa horta da Escola. (SC FLP MBC 21)

Independentemente do morfema verbal, o verbo *estudar* codifica uma situação que tem extensão temporal; é o aspecto inerente ao verbo, discutido mais adiante na seção 2.3.2. Em

¹⁵ Para mais detalhes sobre as nuances de imperfectivo, ver Castilho (2003).

(1), uma pista contextual indica que a situação de *estudar* é acabada em relação ao momento de fala: o verbo *lembrar* (só é possível lembrar de algo que está concluído, acabado). No caso, o falante optou reforçar o relevo ao caráter durativo da situação de *estudar*, já desencadeado pelo adverbial *durante*. Mas o falante também poderia ter escolhido o pretérito perfeito, enfatizando o caráter terminativo da situação, como em (2).

(2)

Eu lembro, eu, durante o período que *estudei*, hoje no local onde é a Imprensa Oficial do Estado, não na Imprensa Oficial, mas onde tem doze salas de aula do Colégio, foram construídas na época do Governador Esperidião Amin, um prédio de dois pavimentos, ali nós tínhamos a nossa horta da Escola.

A escolha da perspectiva sob a qual a situação é apresentada é uma questão estilística do falante, negociada na situação comunicativa. Há casos em que o falante não tem clareza sobre qual a melhor perspectiva para apresentar uma situação. Observe-se o excerto (3), em que a falante demonstra dúvida sobre qual propriedade aspectual deveria ser atribuída a *ser pobre*.

(3)

Bom, da minha mãe eu não tenho que dizer nada, né? porque ela toda vida assim me tratou muito bem, me deu muito carinho, tudo o que ela pôde me dar, apesar que a gente *era* toda vida *foi* pobre. (SC FLP FAP 03)

A escolha por *foi*, forma de pretérito perfeito, expressando aspecto perfectivo, enfatiza a delimitação temporal da propriedade; já o uso de *era*, forma de IMP, expressando aspecto imperfectivo, ressalta a extensão da propriedade na estrutura temporal. A propriedade *ser pobre* necessita de uma delimitação temporal (que não pode ser inferida somente a partir do excerto) para determinar se a situação é acabada ou inacabada. O uso do perfectivo ou do imperfectivo não interfere no aspecto acabado/inacabado da situação: *a gente foi pobre (e continua sendo)*; *a gente era pobre (e continua sendo)* ou *a gente foi pobre (e agora não é mais)*; *a gente era pobre (e agora não é mais)*. A associação entre

imperfectividade e aspecto inacabado e perfectividade e aspecto acabado nem sempre é verdadeira, como visto em (1)-(3).

Assim, pretérito perfeito e imperfectivo são formas verbais que podem codificar passado perfectivo e imperfectivo, respectivamente. Na seção a seguir, o aspecto imperfectivo é detalhado.

2.3.1 O aspecto imperfectivo

Assim como a conceituação da categoria aspecto é controversa, também o é a classificação da dimensão imperfectiva. Considerando os contextos de uso em que IMP e PPROG funcionam como equivalentes na expressão do passado imperfectivo, são analisadas três propostas de classificação aspectual, para ao final chegar-se a uma proposta de classificação que dê conta dos dados sob análise. A primeira proposta é a classificação hierárquica de Comrie (1976), que trata do sentido aspectual mais específico do imperfectivo, o progressivo, ao sentido mais amplo, o imperfectivo genérico. A segunda proposta é a sistematização de Wachowicz (2003), que adapta a classificação de Castilho (2003) para recobrir as nuances aspectuais das construções com *estar* + *Vndo*. E a terceira é a proposta de Bertinetto e Delfitto (2000), que lidam com a noção de perspectivização.

Para Comrie (1976), o aspecto imperfectivo contrasta com o perfectivo. Uma situação imperfectiva é aquela em andamento em relação a um ponto de referência específico, seja presente ou passado. O imperfectivo também é uma característica de um período de tempo que inclui o ponto de referência, como uma situação habitual. É usado em situações de fundo, ao contrário do perfectivo, que codifica situações de figura (seqüências de eventos). O imperfectivo é o sentido mais geral e mais abstrato da aspectualidade.

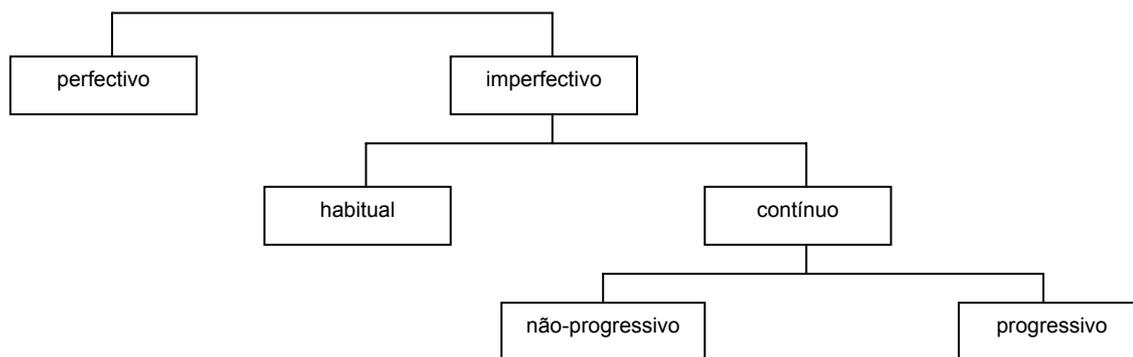


Figura 7: Classificação da oposição aspectual (Comrie, 1976, p. 24-25)

O aspecto habitual recobre uma situação sistematicamente repetida em diferentes ocasiões, presente, passado, ou ambos. A habitualidade pode, ainda, se desdobrar em aspecto iterativo e freqüentativo. O aspecto iterativo codifica uma situação que é repetida em uma ocasião específica. Este tipo de aspecto tem restrições lexicais. Já o aspecto freqüentativo abarca o sentido habitual, mas especifica a freqüência da ação durante o período de tempo.

Uma situação que manifesta aspecto contínuo, seja dinâmica ou estática, caracteriza-se por estar em andamento em relação ao ponto de referência. Já o progressivo codifica uma situação em andamento em relação ao ponto de referência em predicados dinâmicos. A própria posição ocupada na classificação aspectual de Comrie (1976), na figura 7, evidencia que o progressivo é o sentido aspectual mais específico.

O rótulo ‘imperfectivo genérico’, utilizado por Torres Cacoullos (2001),¹ é determinado pelas relações de dominância estabelecidas na proposta de classificação aspectual de Comrie (1976), e pode recobrir qualquer um dos valores aspectuais do imperfectivo. Em caso de ambigüidade entre os valores habitual e contínuo, o único consenso é que se trata de um valor aspectual imperfectivo, daí o rótulo ‘imperfectivo genérico’.

Com base em Castilho (2003) e Verkuyl (1993), a classificação aspectual de Wachowicz (2003) pode ser considerada composicional, em que o aspecto de uma situação é o resultado final decorrente da interação entre o aspecto inerente do verbo, o objeto do verbo, o tipo de comple-

mento adverbial e, por fim, o contexto. A classificação de Wachowicz foi proposta para construções do português formadas por *estar + Vndo*.

Fundamentada ainda nas constatações de Godoi (1997), a autora afirma que a forma do P-PROG e a do IMP estão co-ocorrendo com a mesma função semântica no português (Wachowicz, 2003, p. 214), portanto, a sua proposta de classificação aspectual também deve dar conta dos dados de IMP. Wachowicz toma como ponto de partida a classificação de Castilho (2003) e propõe a classificação do quadro 3.

Na classificação proposta por Wachowicz, os valores aspectuais estão pautados em três estados de coisas: *permansivo*, *operativo* e *resultativo*: o estado permansivo não muda no tempo, sendo incontável; o operativo é um estado de coisas que muda no tempo, podendo ser contado; e o resultativo é um estado de coisas que foca o resultado da ação, e não nela própria.

¹ O imperfectivo genérico é discutido na seção 4.1.2.3.

Quadro 3: Classificação aspectual (Wachowicz, 2003, p. 5)

| Valores aspectuais/exemplos | | | | |
|-------------------------------|-------------|-----------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| Estados de coisas | Permansivo | A árvore está vivendo | | |
| | Operativo | Critério quantitativo | Episódico | João está plantando uma árvore |
| | | | Iterativo | João está plantando três árvores |
| | | Critério qualitativo | Habitual | João está plantando árvores |
| | | | Perfectivo | João plantou uma árvore |
| | Resultativo | Imperfectivo | João está plantando uma árvore | |
| João pôs-se a plantar árvores | | | | |

O estado de coisas permansivo é homogêneo e contínuo dentro da estrutura temporal, é um estado de coisas que ‘permanece’ no tempo. O estado de coisas operativo é subcategorizado em dois critérios: o da qualidade (*imperfectivo e perfectivo*) e o da quantidade (*episódico, habitual e iterativo*).¹ Esses critérios não são excluden-

tes, pois *João plantou uma árvore* pode ter leitura episódica e perfectiva.

O subcritério qualitativo do estado operativo pode ser visto como a relação entre a situação e os pontos extremos da estrutura temporal. O perfectivo é o aspecto que tem os pontos extremos da estrutura temporal envolvidos na leitura aspectual; já o imperfectivo, não, ou seja, não se interpretam os pontos inicial e final da estrutura temporal. Porém, o fato de os pontos extremos da estrutura temporal não serem delimitados não significa que o imperfectivo não tenha determinação. A linguagem formal da teoria dos conjuntos permite melhor compreender a relação entre a situação e o intervalo da estrutura temporal (ponto de referência) que culminam na interpretação imperfectiva.²

Para que um conjunto, ou ponto de referência, não tenha seus pontos extremos interpretados é preciso estar contido totalmente em outro, que tem os pontos extremos interpretados. Ou seja, um intervalo de tempo deve estar totalmente contido em outro. Se denominarmos ao primeiro intervalo de *momento da situação* (S) e ao segundo de *ponto de referência* (R), podemos

¹ Com base no conceito de número verbal proposto por Coseriu (1980 *apud* Borba Costa, 1990), que se refere à repetição ou não do fato verbal (oposição iterativo vs. semelfactivo), Borba Costa (*op. cit.*) exclui o iterativo da categoria de aspecto, pois “a repetição de um fato não pode, a rigor, ser interpretada como pertinente à sua constituição interna”. A autora explica que “no caso da iteração, há fatos verbais idênticos que se repetem no tempo. São, portanto, fatos que se sucedem na linha do tempo, não se fazendo necessariamente referência à constituição temporal interna de cada um deles. Temos aí, portanto, o caso de fatos distribuídos no tempo, e não de tempo interno ao fato.” (*op. cit.*, p.25). Borba Costa também discute se é pertinente considerar a habitualidade no plano do aspecto. Um fato verbal pode tornar-se habitual por continuidade ou por iteratividade. Por continuidade, é consequência de um fato de número singular ser tratado como durativo. Por iteração, é consequência de um fato de número plural, vários fatos verbais que se estendem no tempo, e aí não é aspecto, pois extrapola a constituição interna da situação. Observem-se (1) e (2):

(1) Ele sai de casa às 8h há três anos.

(2) Ele cria gatos há três anos.

Em (1), a situação de sair de casa é habitual por iteração, pois se refere a sucessivas saídas às 8h pelo intervalo de três anos. A situação verbal pode ser fracionada em unidades menores (cada saída). Já (2) criar gatos é uma situação habitual por continuidade, pois se refere a um intervalo contínuo. Não se pode fracionar a situação em unidades menores de criação. Assim, de acordo com Borba Costa, a iteratividade não está no escopo do aspecto, assim como a iminencialidade (o valor iminencial não pode ser considerado aspecto, pois não se refere à estrutura temporal interna do fato, mas sim ao momento anterior: “quando eles iam casar, ele morreu” (*op. cit.*, p. 26). Para que o iterativo e o habitual por iteratividade sejam considerados “aspecto”, ou seja, referi-

rem-se à constituição temporal interna, é preciso que eles façam parte de um fato maior, na forma de fases desse fato. Diversas situações podem ser tomadas em conjunto caracterizando um processo em que cada uma delas pode ser considerada como uma parcela da constituição temporal interna de uma outra situação mais ampla. Neste caso, o escopo do aspecto extrapola o limite da frase e adentra no discurso (*op. cit.*, p. 28). O estatuto (in)aspectual da habitualidade e da iteratividade não será discutido neste trabalho.

² Não se trata de uma discussão formal acerca do aspecto imperfectivo. Os pressupostos da semântica formal são utilizados para compor a relação estabelecida entre situação e referência que determina a leitura aspectual qualitativa (Godoi, 1992; Johnson, 1981; Longo e Campos, 2003; Wachowicz, 2003; 2005).

operar com os conceitos de Reichenbach (1947), já requisitados na categoria tempo, de acordo com as propostas de Johnson (1981) e de Godoi (1992). Segundo Godoi, se existe um ponto de referência e um momento da situação, a relação entre eles determina a leitura aspectual. Assim, o perfectivo é uma relação de inclusão do momento da situação no ponto de referência, cuja formulação é $S \subset R$, em que a situação, contraposta à referência, tem as extremidades, é fechada. Já o imperfectivo é uma relação de inclusão do ponto de referência no momento da situação, cuja formulação é $R \subset S$, em que a situação, contraposta à referência, não tem as extremidades, é aberta.³ As relações entre situação e referência para a perspectiva qualitativa do aspecto estão esquematizadas na figura 8, na página a seguir.

Para entender melhor as relações entre referência e situação, observe-se a esquematização para o excerto (1). A situação, expressando passado imperfectivo, é *a mãe fazia a janta*, e há duas informações textuais que determinam a referência temporal: *era dez da noite* e *quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou*.

(1)

Era dez da noite, a mãe fazia a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou. (SC FLP MBC 23)

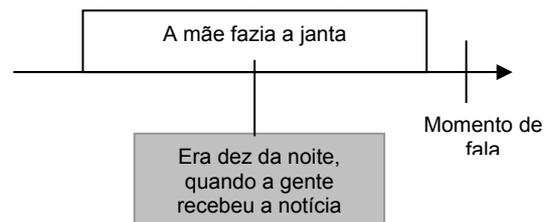
O esquema da relação entre a situação e a referência de (1) (figura 9) deve ser entendido da seguinte maneira:

- o eixo de orientação temporal é a seta horizontal;
- a situação é apresentada como em andamento, estendida (o retângulo branco);
- a referência é apresentada de modo pontual (o traço perpendicular ao eixo de orientação temporal, que marca o ponto de intersecção entre a situação e a referência).

A situação de *fazer a janta* tem, obviamente, um início e um fim. Porém, contraposta à referência, a situação é vista como em andamento, sem comprometimento com a indicação de início ou fim. É preciso ficar claro que a noção de situação em andamento não é marcada exclusivamente pela forma verbal, IMP ou PPROG. A noção de aspecto adotada é composicional, por-

tanto, fatores de outra natureza interagem na determinação do aspecto de uma situação. Retomando, o subcritério qualitativo do aspecto é determinado pela relação entre a situação e a referência. Enquanto na categoria tempo, a relação é de ordenação e sobreposição – IMP e PPROG caracterizam-se pela anterioridade ao momento de fala e sobreposição entre o momento da situação e o ponto de referência –, na categoria aspecto a relação é de inclusão – IMP e PPROG são caracterizados pela inclusão do ponto de referência no momento da situação.

Figura 8: Esquema da relação situação-referência de (1)



Ainda de acordo com a proposta de Wachowicz (2003), o subcritério quantitativo do estado de coisas operativo refere-se à quantidade de vezes que uma situação ocorre no intervalo da estrutura temporal. A ocorrência de uma situação uma única vez no intervalo da estrutura temporal caracteriza a leitura *episódica*. Já a ocorrência de uma situação mais de uma vez dentro da estrutura temporal pode ser *iterativa*, se a estrutura temporal for determinada, ou *habitual*, se a estrutura temporal for indeterminada.

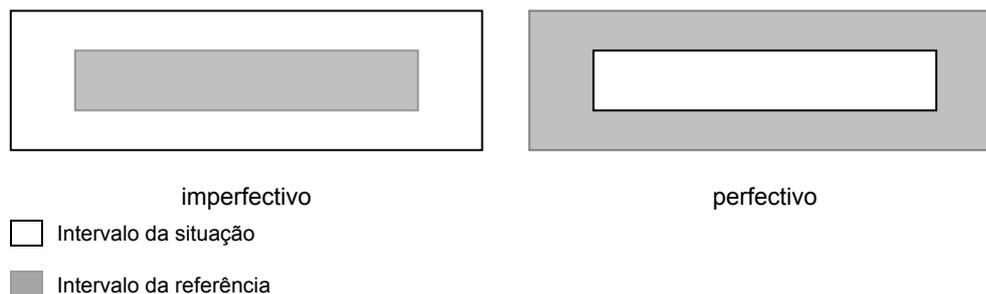
Quadro 4: Esquema básico das relações aspectuais na perspectiva quantitativa

| Recorrência da situação | Intervalo da estrutura temporal | |
|-------------------------|---------------------------------|-----------------|
| | Determinado | Indeterminado |
| Uma vez | <i>Episódica</i> | |
| Mais de uma vez | <i>Iterativa</i> | <i>Habitual</i> |

Castilho (2003) chama de *semelfactivo* e *iterativo* os aspectos operativos qualitativos (ver quadro 3); a distinção entre iterativo e habitual é feita por Wachowicz (2003), embora o autor faça distinção entre iterativo determinado e indeterminado.

³ De acordo com Molendijk (2005), $R \subset S$ se R corresponde a um instante; $R \subset S$ se R corresponde a um intervalo.

Figura 9: Esquema básico das relações aspectuais na perspectiva qualitativa (Godoi, 1992)



Quanto ao critério qualitativo, Castilho (2003) subespecifica o imperfectivo em *inceptivo* (duração em que se destacam os momentos iniciais), *cursivo* (situação em pleno curso, sem referência às fases final ou inicial) e *terminativo* (assinala os momentos finais da duração). Se, na perspectiva qualitativa, o imperfectivo é caracterizado pela relação de inclusão do ponto de referência no momento da situação, parece incompatível pensar em recorrência da situação (perspectiva qualitativa do aspecto, quadro 3) em situações imperfectivas cursivas. Ou seja, se uma situação é imperfectiva cursiva, só pode ocorrer uma única vez, logo, tem que ser *episódica/semelfactiva*.

- (2) Setenta e três. Foi campeão pelo Figueirense. E era Figueirense fanático e do Flamengo. Quando o Flamengo perdia, ele *quebrava* o rádio. (SC FLP MAC 19)
- (3) Antigamente, o ônibus que passa por aqui, o caminho pra ir para os Ingleses é um caminho que vem, era mais pra dentro assim, né? é antes do asfalto. Isso é depois que abriu aquele asfalto ali, porque, né? E é, e era morro. Mas aí depois começaram, né? fizeram aquele asfalto tudo ali tiraram o morro completo ali. Mas era um morro assim bem alto mesmo que no dia de chuva o ônibus *quebrava*, né? que era muita lama, que ainda não era calçado. Então a gente perdia tempo à beça esperando que viesse outro ônibus. O ônibus *quebrava* toda hora, toda hora. Mas era a maior dificuldade, sabe? pra gente se locomover de ônibus. (SC FLP MAC 18)

Retomando (1), a situação de *fazer a janta* tem leitura episódica/semelfactiva, pois o intervalo da estrutura temporal é determinado e a situação ocorreu uma única vez. Em (3), a leitura aspectual da situação de *quebrar o ônibus* é habitual, pois ocorre mais de uma vez, em um intervalo de tempo indeterminado. Já a situação de

(2) é aspectualmente ambígua. Pode-se imaginar um contexto tal que o Flamengo perca recorrentemente durante o Campeonato Brasileiro de 2006 e o sujeito quebrasse o rádio na mesma frequência, teríamos aspecto imperfectivo *iterativo*. Mas, em um contexto tal que se a crise do Flamengo fosse permanente (ou seja, o Flamengo é um time ruim mesmo), o aspecto da situação poderia ser considerado imperfectivo *habitual*.

O aspecto semelfactivo/episódico, dentro da dimensão imperfectiva, pode ser visto como progressivo. Bertinetto (2000) esclarece que o termo ‘progressivo’ é polissêmico, na medida em que recobre uma noção semântica (aspectual) e uma manifestação formal (morfofossintática). Enquanto em línguas como o inglês existe uma forma específica e uma relação regular entre forma e função para expressar esse valor aspectual, nas línguas românicas o progressivo não necessariamente converge em um padrão morfofossintático especializado, gerando polissemias e superposição de formas para a expressão de um mesmo valor semântico. De acordo com a classificação hierárquica de Comrie (1976), o progressivo é o sentido aspectual mais específico, que alimenta as generalizações para os demais valores do domínio aspectual imperfectivo, até ao sentido mais genérico, o *imperfectivo genérico* (Torres Cacoullos, 2001).

Bertinetto, Ebert e De Groot (2000) consideram que há distinção entre dois tipos de progressividade: o *progressivo focalizado* e o *progressivo durativo*, ou multifocal. No primeiro, a situação é vista em seu desenvolvimento a partir de um único ponto temporal (ponto de referência momentâneo), denominado “ponto de focalização”, enquanto no segundo, a situação é avaliada

em relação a um ponto de referência do tipo intervalo (sucessão de “pontos de focalização”) ou ainda uma focalização pontual que denota a idéia de duração, como uma situação incidente. De acordo com Squartini (1998), o progressivo focalizado é o progressivo “puro”, o sentido aspectual mais estrito.

O português parece ser um campo fértil para a análise de um problema – a variação entre IMP e PPROG para expressar aspecto progressivo – que tem sido alvo de estudos, especialmente no plano translingüístico. Bertinetto (2000) toma os dados do projeto EUROTYP¹ para comparar o progressivo nas línguas românicas, em oposição ao progressivo no inglês. Nas línguas românicas, PPROG pode ser empregado, salvo poucas exceções, somente em casos de focalização estrita, em que o falante está concentrado na situação que está em andamento em relação a um ponto temporal específico (*progressivo focalizado*):

(4)

PRQ:3: /Last night at 8 o'clock/ When John came, Ann still WORK. (Bertinetto, 2000)
 Catalão: quan en Joan va venir [PRET], l'Anna encara *estava treballant*. [PPROG]
 Francês: quand Jean est arrivé [COMP. PAST], Anne *travaillait*. [IMP] encore
 Italiano: quando Gianni è arrivato [COMP. PAST], Anna *stava ancora lavorando*. [PPROG]
 Português: quando o João chegou [PRET], a Ana ainda *estava a trabalhar*. [PPROG]
 Romeno: cînd a venit [COMP. PAST] Jon, Ana înca *lucra*. [IMP]
 Espanhol: cuando Juan llegó [PRET], Ana todavía *estaba trabajando*. [PPROG]
 Inglês: when John came, Ann *was still working*. [PPROG]

(5)

PRQ:32: /The pardon arrived/ just when the captain GIVE the sign /to the firing squad/. (Bertinetto, 2000)
 Catalão: justament mentre el capità *estava fent* [PPROG] el senyal ...

Francês: justement au moment où le capitain *donnait* [IMP] le signal ...
 Italiano: proprio mentre il capitano *stava dando* [PPROG] il segnale ...
 Português: exactamente enquanto o capitão *estava a dar* [PPROG] o sinal ...
 Romeno: exact în timp ce *ca%pitantul da%dea* [IMP] semnalul ...
 Espanhol: justo cuando el capitán *estaba dando* [PPROG] la orden ...
 Inglês: just while the captain *was giving* [PPROG] the sign ...

De acordo com os dados do EUROTYP, em (4) e (5), PPROG é a forma predominante na realização de aspecto progressivo focalizado, com exceção do romeno e do francês, que aceitam IMP. Quanto ao português, Bertinetto salienta que a amostra do EUROTYP recobre a variedade de Portugal, onde é mais freqüente a construção de verbo auxiliar estático e a forma de infinitivo, ao contrário do Brasil, em que a forma de gerúndio é predominante. Entretanto, o uso de IMP para a PRQ:32, “exatamente enquanto o capitão *dava* o sinal ...” parece ser verificável na amostra do VARSUL, como em (1), e também em (6).

(6)

E tu já viste algum acidente em outro lugar?

F Já. Não faz nem um mês que eu fui lá no Shopping Itaguaçu, fui eu, meu namorado e a mãe dele. Daí a gente não ficou nem cinco minutos no shopping. Aí na porta a gente viu um monte de gente assim, polícia parada, o corpo de bombeiros, ambulância. Daí a gente parou o carro e atravessou pra ver o que era, né? Tava pegando a Via Expressa, perto do Angeloni. Daí quando a gente viu era um Tempra Turbo capotado, e a moça tinha ido para o hospital, era uma moça e um moço, né? Daí a moça tinha ido para o hospital e o cara morreu. Daí a gente, a hora que a gente *estava olhando*, eles *tiravam* o cara morto ainda. (SC FLP FGJ 06)

No excerto (6) – uma narrativa de experienci-ção de acidente –, a informação temporal “a hora que a gente estava olhando” obviamente não se refere a uma hora, composta por sessenta minutos. Trata-se de uma fração mínima de tempo, o tempo de um olhar (*estava olhando*), um instante. O excerto apresenta o uso das duas formas – IMP e PPROG – para expressar o mesmo valor aspectual, o de progressivo focalizado.

Mas, como argumentam Bertinetto, Ebert e De Groot (2000), o uso de PPROG não é restrito apenas aos contextos de interpretação puramente focada. Na amostra EUROTYP são observadas –

¹ O projeto EUROTYP (Typology of Languages of Europe) se propõe ao estudo de regularidades, padrões e limites de variação em nove áreas temáticas, por meio de coleta de dados com questionários aplicados a falantes de cada grupo lingüístico da Europa. O grupo 6 trata das relações de tempo e aspecto, contando com Joan Bybee, Bernard Comrie, Martin Haspelmath, Ekkehard König, Pier Marco Bertinetto, entre outros, na elaboração do questionário. Os resultados referentes às categorias tempo e aspecto do projeto EUROTYP reúnem-se em Dähl (2000).

embora predominantemente na presença de adjuntos adverbiais durativos – situações que são concebidas como em desenvolvimento sobre uma extensão temporal, ainda que o intervalo seja específico, configurando o uso de PPROG durativo, como em (7).

(7)

PROQ:51: /Moment by moment/ the policeman TAKE NOTES of what the speaker said. (Bertinetto, 2000)

Catalão: el policia *estava prenent nota* [PPROG] del que deia l'orador.

Francês: le policier *notait* [IMP] ce que l'orateur disait.

Italiano: il poliziotto *prendeva nota* [IMP] di ciò che diceva l'oratore.

Português: o polícia *estava a tomar notas* [PPROG] do que o falante disse.

Romeno: *politistul nota* [IMP] ce spunea vorbitorul.

Espanhol: el policia *anotaba* [IMP] lo que decía el que hablaba.

Inglês: the policeman *was taking notes* [PPROG] of what the speaker said.

Nesse uso “menos específico”, nos termos de Squartini (1998), a expressão de progressividade durativa se alterna entre as formas IMP e PPROG, com mais versatilidade: além do romeno e do francês, italiano e espanhol preferem a forma IMP para expressar o valor aspectual progressivo durativo. Quanto ao português, pelo menos na variedade contemplada pela amostra do VARSUL, também é possível intercambiar com IMP para expressar o valor de progressivo durativo:

(8)

Então, hoje, assim, também não escuto sempre mas, de repente eu liguei a televisão, ele *estava falando*. (SC FLP FAC 11)

De acordo com Bertinetto (2000), o progressivo nas línguas românicas ibéricas preserva possibilidades de realização dos valores aspectuais que são barradas no seu cognato italiano, como (9).

(9)

a. Nero was fiddling/when Rome burned.

b. Nerone **stava suonando/suonava* la cetra, mentre Roma bruciava.

Nero *estava tocando/tocava*-3SG-IMP violino enquanto Roma queimava-3SG-IMP

c. Nerone *stava suonando* la cetra, quando Roma bruciò.

Nero *estava tocando* violino quando Roma queimou-3SG-PRET

Em (9) a., a oração principal pode ter duas interpretações: uma leitura simultânea, em que o tocar de violino e o queimar têm (aproximadamente) a mesma duração, e uma leitura inceptiva, de que o início da queima de Roma deu-se em um ponto de tempo em que Nero estava engajado em sua atividade musical. No italiano, Bertinetto (*op. cit.*) afirma que as duas leituras são claramente distintas, como mostram *b.* e *c.*, e PPROG é barrado em *b.* e requisitado em *c.* Mas no português, em *b.*, a alternância entre as formas não parece alterar a leitura simultânea, e em *c.*, IMP pode alternar com PPROG sem alterar a leitura inceptiva. O que determina se a leitura é simultânea ou inceptiva, em português, não é a forma de expressão do valor aspectual (IMP ou PPROG), mas a configuração semântico-discursiva da frase: o tipo de verbo e os adjuntos temporais compõem a leitura aspectual, ressaltando a não-convergência entre forma e função para o progressivo que Bertinetto aponta como característica das línguas românicas.

As constatações de Bertinetto (2000) e de Bertinetto, Ebert e De Groot (2000) evidenciam a importância de considerar o aspecto progressivo em uma classificação aspectual para lidar com as formas IMP e PPROG. Para contemplar o aspecto progressivo focalizado e durativo, a classificação aspectual do quadro 4 precisa ser revista. O critério “intervalo da estrutura temporal” precisa prever a possibilidade de um ponto de focalização, para caracterizar o *progressivo focalizado*, e um intervalo propriamente, para caracterizar o *progressivo durativo*. A relação entre intervalo determinado pontual e iteratividade é barrada, pois a recorrência de uma situação pressupõe extensão temporal. Para simplificar a nomenclatura, lembrando mais uma vez que não há consenso na literatura sobre os rótulos para as categorias aspectuais do imperfectivo, fica convencionado que o progressivo focalizado será denominado *progressivo*, e o progressivo durativo, denominado *durativo*.²

² Cabe ressaltar novamente que a categoria aspecto é repleta de terminologias não consensuais. Para Comrie (1976), aspecto progressivo é um aspecto contínuo que expressa apenas processos; o durativo/contínuo é caracterizado por expressar uma situação em andamento de um estado ou de um evento. Mendes (2005), apoiado em Castilho (2000), adota uma noção de progressivo relacio-

Quadro 5: Esquema básico das relações aspectuais imperfectivas considerando o progressivo

| Recorrência da situação | Intervalo da estrutura temporal | | |
|-------------------------|---------------------------------|------------------|-----------------|
| | Determinado | | Indeterminado |
| | pontual | estendido | * |
| Uma vez | <i>Progressivo</i> | <i>Durativo</i> | |
| Mais de uma vez | * | <i>Iterativa</i> | <i>Habitual</i> |

De acordo com esta classificação, a situação de (1), reescrita em (10), é classificada como *progressiva*. A situação é vista em função de um ponto focal, marcado textualmente pela oração adverbial temporal *era dez da noite*, que marca um instante no intervalo da estrutura temporal.

- (10) Era dez da noite, a mãe *fazia* a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou. (SC FLP MBC 23)

Já (11) denota uma situação classificada como *durativa*, em que a situação é concebida em função de um ponto estendido (multifocal), do intervalo da estrutura temporal.

- (11) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *estava precisando* economizar pra começar nossa vida. (SC FLP FAP 01)

A alternância entre as formas para expressar os valores aspectuais é possível, como atestam (12) e (13), reforçando a idéia de que as formas podem ser tratadas como variantes na expressão de passado imperfectivo.

- (12) Era dez da noite, a mãe *estava fazendo* a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou.

- (13) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *precisava* economizar pra começar nossa vida.

O foco desta seção foi conceituar e determinar os valores aspectuais que podem ser expressos pelas formas IMP e PPROG: *progressivo*, *durativo*, *iterativo* e *habitual*. Tais valores são a manifestação superficial da categoria aspecto, materializando uma série de fatores que levam à

nada com a duração de uma situação até o momento da enunciação, enquanto o durativo/contínuo refere-se apenas à duração concomitante ao momento da referência.

composição da leitura aspectual. Na seção a seguir, o nível mais estrito do aspecto é discutido: o aspecto inerente ao item lexical. Posteriormente, é discutido um roteiro para a leitura aspectual, considerando a interação entre as diferentes estruturas que compõem o aspecto.

2.3.2 Aspecto inerente

O aspecto inerente ao verbo, ou acionalidade, ou *aktionsart*, refere-se não à estrutura temporal interna da situação, mas ao tipo de situação propriamente.³ É um traço próprio do item lexical; uma propriedade oriunda do léxico conceitual, mas que interage com o componente gramatical. Partindo da premissa de que a expressão do aspecto é composicional – ou seja, constituída pela interação entre o traço aspectual oriundo do léxico, o morfema gramatical verbal, adjuntos adverbiais e contexto comunicativo –, o aspecto inerente é o nível mais estrito da aspectualidade. Nesta seção, são discutidos modelos teóricos para o aspecto inerente, com a finalidade de definir o componente aspectual mínimo que é relevante para a expressão do passado imperfectivo.

A primeira proposta de classificação aspectual é a de Vendler (1967), que considera as situações quanto ao desenvolvimento, tempo verbal e as suas relações com os modificadores temporais.

As quatro classes aspectuais de Vendler são: estado (situação não-dinâmica, como *ser feliz* ou *acreditar*), atividade (situação cujo ponto final é aberto, como *correr*, *empurrar um carrinho*), *achievement* (situação momentânea, como *alcançar o topo da montanha*, *vencer a corrida*) e *accomplishment* (situação com ponto final definido, como *desenhar um círculo*, *correr 1 km*). Se alguém corre ou empurra um carrinho, no próximo momento continua correndo ou empurrado um carrinho. Mas se alguém corre um 1 km

³ Há discussões na literatura acerca das semelhanças e diferenças entre aspecto inerente ao verbo, acionalidade, *aktionsart*, bem como profusão de terminologias; não é objetivo entrar na discussão. Para detalhes, Gonçalves (2007).

ou desenha um círculo, no próximo momento não continua desenhando um círculo ou correndo 1 km. Se alguém parar enquanto corre 1 km ou desenha um círculo, não terá corrido 1 km nem desenhado um círculo. Mas se alguém que corre ou empurra um carrinho parar, de fato, correu ou empurrou um carrinho. Empurrar um carrinho não tem um período de tempo especificado para acabar, já desenhando um círculo necessariamente tem um ponto final. A diferença entre *correr* e *correr 1 km* é que *correr*, assim como *empurrar*, é uma atividade; já *correr 1 km*, assim como *desenhar um círculo*, é um *accomplishment*.

Situações como *estar feliz* ou *acreditar* não indicam processo andando no tempo, mas podem ser dadas como verdadeiras ou falsas durante um período de tempo. Algumas podem predicar por um período pontual, outras por um período maior ou menor de tempo. *Vencer uma corrida* ou *reconhecer um amigo*, por exemplo, são situações com momento definido, pontual. Já *acreditar em duendes* ou *amar a natureza* são situações que ocorrem durante um espaço de tempo. As situações apresentam esquemas temporais distintos: no primeiro caso, trata-se de um *achievement*; no segundo caso, estado. Note-se que, mesmo sem tratar explicitamente do assunto, a classificação de Vendler considera o complemento verbal para compor a interpretação aspectual. A noção composicional de aspecto é retomada por Verkuyl (1993), que formaliza a aplicação da classificação aspectual ao sintagma verbal, e não necessariamente ao verbo do léxico. Resumindo, as classes de Vendler são:

- Estado - atribui propriedade ao sujeito: ser brasileiro, acreditar em algo, saber inglês, amar alguém.
- *Achievement* - expressa mudança instantânea de estado de coisas: alcançar o cume da montanha, reconhecer alguém, vencer a corrida.
- Atividade - expressa o desenvolvimento de uma situação homogênea e contínua: correr, cantar, nadar.
- *Accomplishment* - expressa o desenvolvimento de uma situação com delimitação (ponto final): atravessar a rua, escrever uma carta, correr 500 metros.

A segunda proposta de classificação é a de Rothstein (2004, p.12), que desdobra as classes aspectuais de Vendler em duas propriedades, conforme o quadro 6.

- se a situação denotada por um predicado qualquer tem um ponto final natural, ou seja, se possui um *thélos*, um ponto de culminação;
- se a situação pode ser analisada quanto ao seu progresso no tempo, ou seja, se pode ser dividida em fases.

Quadro 6: Propriedades das classes aspectuais (Rothstein, 2004, p. 12)

| | [+/- fases] | [+/- télico] |
|-----------------------|-------------|--------------|
| <i>Estado</i> | - | - |
| <i>Atividade</i> | + | - |
| <i>Achievement</i> | - | + |
| <i>Accomplishment</i> | + | + |

Observe-se que estados e *achievements* são classes aspectuais que, de acordo com esta proposta, não poderiam ocorrer com IMP ou P-PROG quando expressam passado imperfeito. Mas realizações como (1), em que duas situações pertencentes à classe dos estados codificam passado imperfeito, são possíveis.

- (1) A gente, criança e *estava imaginando*, *achava* que ele estava lá. (SC FLP 01)

Já a combinação entre *achievements* e IMP e P-PROG não é possível. Uma situação como a de (2) não pode ser considerada um *achievement* apesar de alcançar o topo da montanha ser um exemplo clássico de *achievement*.

- (2) Darla *alcançava* o topo da montanha quando houve uma avalanche.

É a combinação entre o conteúdo lexical do verbo, a construção que caracteriza aspecto gramatical imperfeito e o argumento interno do predicado que resultam em um *accomplishment*.

De acordo com Rothstein (*op. cit.*), a telicidade, traço inerente do verbo (lexical conceitual), estabelece relações com a perfectividade/imperfectividade, dimensão qualitativa do aspecto gramatical (ver a proposta de Castilho (2003) e de Wachowicz (2003)). Embora as noções de aspecto gramatical e aspecto inerente sejam independentes, parece haver convergência entre aspecto imperfeito e verbos atélcos, e aspecto perfectivo e verbos télcos. Os verbos télcos expressam ações que tendem a um ponto culminante para que a situação realmente ocorra, como *matar*, *morrer*, *cair*, *engolir*, etc. Verbos atélcos expressam uma ação em sua duração,

independente de um ponto culminante para que se considere a existência da situação, como *martigar, viver, escrever, acompanhar*, etc. Verbos télicos tendem a atualizar aspecto perfectivo e verbos atélicos tendem a atualizar aspecto imperfectivo, apesar de flexão, adjuntos e complementos interagirem – dada a noção composicional – e provocarem mudança de uma categoria a outra; é o que acontece com *achievements* que, quando expressam passado, ao serem combinados com a morfologia de aspecto imperfectivo, resultam em *accomplishments*, originando a incongruência aspectual.

Por conta da possibilidade de correlação entre *telicidade* → *perfectividade*, e *atelicidade* → *imperfectividade*, os aspectos inerente e gramatical aparentemente seriam redundantes.

A fim de resolver o problema, Bertinetto (2001, p. 178) apresenta uma proposta que pretende desfazer a aparente redundância da codificação aspectual. Ele retoma a classificação vendleriana e a caracteriza, não por duas – como faz Rothstein (2004) –, mas por três propriedades inter-relacionadas: duratividade, dinamicidade e homogeneidade, as quais são apresentadas no quadro 7.

Quadro 7: Propriedades das classes aspectuais (Bertinetto, 2001)

| | Durativo | Dinâmico | Homogêneo |
|------------------------|----------|----------|-----------|
| <i>Estados</i> | + | - | + |
| <i>Atividades</i> | + | + | + |
| <i>Achievements</i> | - | + | - |
| <i>Accomplishments</i> | + | + | - |

A propriedade da *homogeneidade* refere-se à ausência de um limite interno inerente em uma dada situação, sendo fundamental para a distinção entre telicidade e atelicidade. Situações atélicas – estados e atividades – são definidas como: se uma situação *s* ocorre num intervalo de tempo *I*, então *s* também ocorre em cada subintervalo de *I*. Ou seja, uma situação homogênea é aquela que não muda de natureza. Em contraponto, *accomplishments* e *achievements* não são homogêneos porque são télicos.

A dinamicidade é uma propriedade caracterizada a partir da observação dos estados. Situações de estado são “densas”, não apresentam

nenhum desenvolvimento interno e recebem o traço [-dinâmicas], o que, em tese, justifica o barramento do emprego do imperfectivo progressivo (no caso específico, de passado imperfectivo), do que com os outros tipos de situação. *Achievements, accomplishments* e atividades são situações [+ dinâmicas].

Bertinetto (*op. cit.*) propõe que a seqüência mínima de gestos que instancia uma dada situação dinâmica seja denominada de *átomo dinâmico*, e os estados, compostos por átomos estáticos. Átomos dinâmicos correspondem a granularidade mínima definida pela situação, e, por isso, não são divisíveis indefinidamente. Os átomos estáticos podem ser subdivididos indefinidamente, por isso, os estados não apresentam granularidade. Essa diferenciação subsidia a hipótese de que as situações podem ser vistas como sendo compostas por conjuntos de átomos dinâmicos [-homogêneos] e/ou estáticos [+ homogêneos].

A propriedade da *duratividade* é responsável pela diferenciação entre situações [- durativas], como os *achievements*, constituídos por um único átomo dinâmico seguido de um átomo estático que instancia o ponto de culminação atingido pela realização da situação, e situações [+ durativas] como os *accomplishments*, que envolvem um conjunto de átomos dinâmicos seguidos de um átomo estático. Os *accomplishments* diferenciam-se das atividades – também [+ durativas] e constituídas por um conjunto de átomos dinâmicos – por apresentarem um ponto de culminação estático como resultado da realização da situação, ao contrário das atividades. A duratividade deve ser entendida como estritamente operacional, já que qualquer situação, por mais breve que seja, apresenta certa duração.

A proposta de classificação de Bertinetto para o aspecto inerente ao verbo, ao considerar três propriedades das classes acionais, consegue minimizar os efeitos da aparente convergência aspectual entre *telicidade* → *perfectividade* e *atelicidade* → *imperfectividade*.

O traço de aspecto inerente parece ser determinante para a escolha entre as formas de IMP e PPROG na expressão de passado imperfectivo. Bonomi (1998), no italiano, aponta os efeitos do aspecto inerente na possibilidade de IMP e P-

PROG funcionarem como equivalentes semânticos, como em (3) e (4).

- (3) Quando Miles Davis entrò al Village Vanguard, Bill Evans *suonava* in um trio con Scott La Faro e Paul Motian.
Quando Miles Davis entrò (passado, perfectivo) *no Village Vanguard, Bill Evans jogava* (passado, imperfectivo) *em um trio com Scott La Faro e Paul Motian.*

- (4) Quando Miles Davis entrò al Village Vanguard, Bill Evans *stava suonando* in um trio con Scott La Faro e Paul Motian.
Quando Miles Davis entrò (passado, perfectivo) *no Village Vanguard, Bill Evans estava jogando* (passado, imperfectivo) *em um trio com Scott La Faro e Paul Motian.*

No italiano, IMP e PPROG têm a mesma propriedade semântica quando expressam *passado imperfectivo*?⁴ Funcionariam como equivalentes? Bonomi (*op. cit.*) sugere uma resposta negativa, baseada em uma investigação cuidadosa dos dados. Considerem-se os pares de (5), (6) e (7).

- (5) a. Ieri alle tre Leo *stava correndo* nel parco.
Ontem às três Leo estava correndo no parque.
 b. Ieri alle tre Leo *correva* nel parco.
Ontem às três Leo corria no parque.
- (6) a. Ieri alle tre Leo *stava dimostrando* un teorema.
Ontem às três Leo estava demonstrando um teorema.
 b. Ieri alle tre Leo *dimostrava* un teorema.
Ontem às três Leo demonstrava um teorema.
- (7) a. Ieri alle tre Leo *stava raggiungendi* la vetta Della montagna.
Ontem às três Leo estava alcançando o topo de uma montanha.
 b. Ieri alle tre Leo *raggiungeva* la vetta Della montagna
Ontem às três Leo alcançava o topo de uma montanha.

No par (5), *correre* é um predicado de atividade e as duas frases são equivalentes, expressando passado imperfectivo. A idéia é que a atividade de correr estava em curso às 3h da tarde. Como no italiano, com verbos de atividade, não parece

haver problemas no intercâmbio de IMP e PPROG no português, como ilustram (8) e (9).

- (8) Na época que eu mais precisei dele, que eu mais *precisava* de um apoio, foi quando a minha mãe morreu. (SC FLP 03)
- (9) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *estava precisando* economizar pra começar nossa vida. (SC FLP 01)

O valor de passado imperfectivo com predicados *accomplishment*, como *demonstrar um teorema*, no par (6), com PPROG é perfeitamente natural e espontâneo, mas em (6b), com IMP, é possível, mas não é o mais natural, como é em (6a). Porém, de acordo com Bonomi, ampliando para outros contextos, o valor de passado imperfectivo de verbos do tipo *accomplishment* com IMP é possível, como ilustra o par (10).

- (10) a. Lo studente che *dimostrava* un teorema alla lavagna fu interrotto dalla campanella.
O estudante que demonstrava um teorema no quadro foi interrompido pelo sinal.
 b. L'auto *percorreva* il suo terzo giro quando il motore si ruppe.
O carro corria sua terceira volta quando o motor quebrou.

Considerando que a interpretação de passado imperfectivo do IMP é aceitável com predicados do tipo *accomplishment*, como ilustrado no par (10), a interpretação de (6b) é válida, e IMP e PPROG também podem ser equivalentes. No português, a ocorrência de IMP em predicados do tipo *accomplishment* também é possível, como ilustra (11).

- (11) Era dez da noite, a mãe *fazia* a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou. (SC FLP MBC 23)

Já com o par (7), em que IMP e PPROG ocorrem com verbos do tipo *achievement*, a leitura de passado imperfectivo não é possível, e de acordo com Bonomi (*op. cit.*), no italiano, as formas não podem ser consideradas equivalentes; pode-se dizer o mesmo para o português.⁵

⁴ Bonomi (1998) chama esse valor de leitura progressiva do imperfectivo. Entretanto, a função semântica pode ser considerada como a mesma de passado progressivo, como atestam os excertos do português que ilustram a análise.

⁵ De acordo com Bertinetto, Ebert e De Groot (2000, p.534), a combinação entre predicados do tipo *achievement* e aspecto progressivo resulta em uma leitura aspectual iminencial, sugerindo que o evento pode acon-

Considerando o valor de passado imperfectivo, Bonomi conclui que, com predicados de atividade, IMP e PPROG são intercambiáveis, sem particular variação de sentido; com predicados *accomplishment*, IMP e PPROG podem ser intercambiáveis, dependendo do contexto; e em predicados *achievement*, a interação com IMP e PPROG resulta em *accomplishments*. Aparentemente, predicados de estado não são compatíveis com o valor de passado imperfectivo; Ilari e Mantoanelli (1983), por exemplo, afirmam que a perífrase *estar + Vndo* é compatível apenas com alguns tipos de predicados estativos, e por isso, casos de PPROG com verbos de estado podem ser encontrados.

(12)

Quando eu comecei a parar pra pensar que tipo de vida que eu estava levando, eu *estava achando* assim: “Meu Deus, eu sou tão esquisita”, eu fiquei pensando comigo assim, né? (SC FLP FAP 03)

(13)

A gente, criança e *estava imaginando*, *achava* que ele estava lá. (SC FLP FAP 01)

Em (12), *estava achando* é um predicado de estado e que codifica uma situação passada imperfectiva. O mesmo vale para (13), tanto para o predicado com PPROG como para o predicado com IMP. Atividades, *accomplishments* e estados têm em comum o traço [+ duratividade], de acordo com a classificação de Bertinetto (2001).

O aspecto inerente, que se manifesta pelas classes acionais, é um traço que é associado ao item lexical. Porém, de acordo com Bertinetto (2001), as classes acionais são aplicadas a um predicado considerando que o predicado deve ser visto em sua estrutura argumental. Enquanto *desenhar* é sempre uma atividade [+ dur.; + din.; + hom.], *desenhar um círculo* é um *accomplishment* [+ dur.; + din.; - hom.]. A natureza dos determinantes também é relevante, já que *desenhar [um, três, os círculos]* é um *accomplishment*, mas *desenhar círculos* é novamente uma atividade. Do mesmo modo, *João caiu* é um *achievement* [- dur.; + din.; - hom.], enquanto que *as frutas caíram ao longo da estrada [durante toda a viagem]* é uma atividade [+ dur.; + din.; + hom.]. Um dado predicado pode ser rela-

cionado a mais de uma classe acional, dependendo da sua composição argumental. Em termos de operações em traços de classes acionais, o único traço que não se altera é o [dinamismo]: não existe operação, seja no nível interno da aspectualidade (argumentos) ou no nível externo (aspecto gramatical, adjuntos e contexto) que transforme situações [+ dinâmicas] em situações [- dinâmicas].

O aspecto inerente é o traço aspectual mais específico, que interage com o aspecto gramatical e o contexto, resultando na leitura aspectual da situação, a qual é discutida na seção a seguir.

2.3.3 Leitura composicional

A leitura aspectual das situações não depende exclusivamente da forma verbal (aspecto gramatical), mas sim da sua interação com outros marcadores aspectuais, como o aspecto inerente do verbo e modificadores adverbiais. Considerando a proposta de classificação do aspecto imperfectivo e a de classificação do aspecto inerente, nesta seção, é discutida uma proposta para a leitura composicional do aspecto. O roteiro para a leitura aspectual adotado segue o proposto por Wachowicz (2003), e considera primeiramente as estruturas intransitiva e transitivas, que constituem o nível interno da aspectualidade. Posteriormente, analisam-se as modificações adverbiais, no nível da aspectualidade externa. As aspectualidades interna e externa compõem a aspectualidade da *estrutura*; para além da estrutura, há o *contexto*. A aspectualidade da estrutura é a que pode ser mensurada. Já a influência do contexto, segundo Wachowicz, pode apenas ser observada, por meio de inferências, já que não é possível recuperar o que se passava na mente do falante no momento da enunciação.

O contexto tem um papel fundamental na determinação das leituras aspectuais do imperfectivo. Wachowicz descreve a composição aspectual até o plano da complementação adverbial, deixando o contexto como plano capaz de resolver toda ambigüidade, mas que não foi sistematizado, uma vez que o estudo tomou como limite de análise a sentença. A proposta de análise considera a noção composicional de aspecto (Verkuyt,

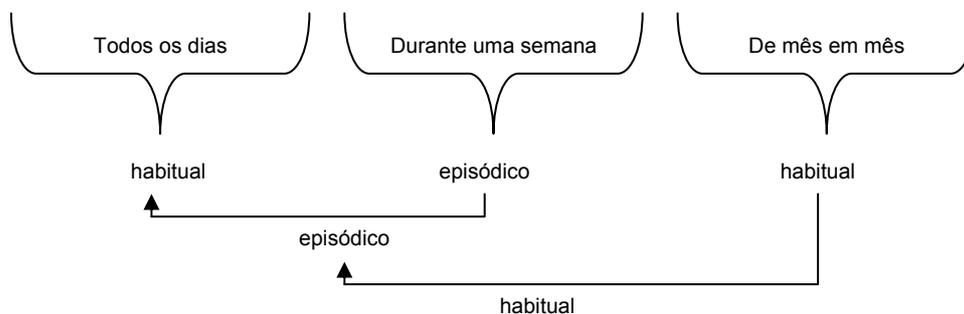
tecer a seguir, mas que no momento de referência ainda não tinha ocorrido.

1993), o que significa que uma frase como *João plantou uma árvore* pode ter leitura episódica no nível da frase, mas no contexto pode ter valor habitual.

No nível da aspectualidade interna, operam o aspecto inerente ao verbo, conforme a proposta de Bertinetto (2001), que define as classes acionais quanto às propriedades de homogeneidade, duratividade e dinamicidade, cujas operações foram discutidas na seção anterior, e o aspecto gramatical expresso pela forma, no caso específico, IMP e PPROG.

No nível da aspectualidade externa, operam os modificadores adverbiais. Advérbios pontuais são relacionados à expressão do valor episódico. Já o valor iterativo é expresso por advérbios quantificados, como *algumas vezes*, *duas vezes*, etc. Wachowicz (2003) afirma que advérbios quantificados são pouco recorrentes no corpus do VARSUL co-ocorrendo com a forma de progressivo. O valor habitual é expresso pelo advérbio *sempre*. Os modificadores ainda operam entre si, determinando outros valores aspectuais. Observem-se as operações entre modificadores na figura 10.

Figura 10: Operações de modificação aspectual



Wachowicz (*op. cit.* p. 58) resume da seguinte maneira a ordem de composição entre os marcadores aspectuais que resulta na leitura aspectual:

- O primeiro valor aspectual é o imperfeito (qualitativo); consenso na literatura, embora haja contra-exemplos, como os verbos inerentemente habituais;
- Quanto ao critério quantitativo, as leituras aspectuais podem ser *episódica*, *habitual* ou *iterativa*;
- *episódica*: em estruturas intransitivas, com verbos dinâmicos; em estruturas transitivas, com o objeto direto constituído por nome que denote entidade com cardinalidade igual a 1, em estruturas com advérbios momentâneos ou aspectualizadores episódicos, ou na atuação do contexto;
- *iterativo* (o que mais apresenta restrições): em estruturas transitivas cujo objeto direto é constituído por nome que denote cardinalidade maior que 1, e com modificadores aspectuais específicos;
- *habitual* (menos restrições): em estruturas intransitivas, com verbos estáticos ou dinâmicos e também com verbos lexicalmente iterativos. Em estruturas transitivas cujo objeto é constituído por entidade cuja cardinalidade não é especificada, em estrutu-

ras com modificações adverbiais aspectualizadoras específicas e também na atuação do contexto.

- O valor permansivo independe do tipo de estrutura argumental: se o verbo tem denotação estática, a leitura tende a ficar reduzida ao valor permansivo.
- O argumento externo (sujeito), por não estar temporalmente ligado ao verbo, não influencia na determinação aspectual.
- Os modificadores adverbiais podem atuar recursivamente nos valores aspectuais quantitativos.
- O contexto é o último nível em que se pode interpretar o aspecto, desambiguando as estruturas.

Estas considerações são baseadas em análise descritiva da forma de progressivo (*estar + gerúndio*) no banco de dados do VARSUL. A metodologia de leitura considerou apenas o nível da frase, ou seja, do ponto ao ponto. Nesse caso, o contexto foi considerado apenas no plano hipotético. Wachowicz ilustra alguns casos em que é preciso postular hipóteses para a desambiguação, dos quais foram recortados especificamente os casos em que ocorre PPROG (*estarIMP + gerúndio*).

rúndio) – cujas explicações podem ser estendidas ao IMP –, apresentados a seguir.

- (1) Nós *estávamos disputando* aquela partida no nosso campo mesmo. (op. cit. p. 56)

A autora sugere que a forma de PPROG pode ser ambígua entre uma leitura episódica e uma leitura habitual. Para determinar a leitura habitual, é preciso construir um mundo em que dois técnicos de futebol estão conversando sobre uma partida decisiva dos campeonatos anuais, um clássico do futebol local: “nesse sentido, *aquela partida* deixa de ter denotação específica e passa a ter uma leitura genérica: todas as partidas decisivas entre os dois times que aconteceram no passado (Nós *estávamos disputando* aquela partida no nosso campo *todos os anos*)”. A base de análise para o estudo de Wachowicz foi o corpus do VARSUL; o excerto analisado pertence à amostra da cidade de Curitiba. Ampliando o contexto, a única leitura possível é a episódica/progressiva:

- (2) E Alguma coisa assim que, tipo assim: “Ah, essa eu nunca mais esqueci”?

F Não, tem uma vez que nós *estávamos disputando* torneio no nosso campo mesmo. Então daí eu tinha um primo, que jogava de zagueiro, e aconteceu do cara chutar uma bola e ele cabeceou ela contra meu gol e eu estava saindo buscar ela num canto e ele me pôe no outro canto. Quase me desmontou, entende? Fiquei quase uma semana com torção nas costas! E Nossa! (PR CRT 01)

- (3) Era dez e pouco, onze da manhã, *estava dormindo* tranqüilo. (op. cit. p. 56)

A autora também busca para o excerto (3) uma leitura habitual: “pode-se imaginar uma criança (ou pré-adolescente?) de 11/12 anos que passou da 4^a série (que funciona em seu colégio no turno da tarde) para a 5^a série (que funciona no turno da manhã). Ao conversar com um amigo, essa criança pode se queixar que agora não dorme tanto quanto antes e que, com a frase, ela relate seus hábitos passados de sono (*Era dez e pouco, onze da manhã, sempre estava dormindo tranqüilo*).” (op. cit. p.56)

- (4) Oito horas da noite, eu *estava fazendo* janta, mas também foi só essa vez só e acabou.

Neste caso, de acordo com Wachowicz (op. cit., p. 57), a expressão dêitica *essa vez* é responsável por definir a leitura episódica da situação, barrando a atuação do contexto para determinar uma leitura habitual. A frase (4) faz referência a uma situação específica, o que é indicado pela expressão dêitica ou informação de data (*Ela estava fazendo janta no dia 25/11/1999, às 20h*).

Não foram encontradas ocorrências de PPROG, na amostra de Florianópolis, com o valor habitual, constatação que leva à escolha metodológica de excluir esse valor da análise, como já anunciado e discutido na seção a seguir.

Como já dito na introdução, a ambigüidade aspectual no domínio do imperfectivo no português é tema de estudo de Travaglia (1981) e Matos (1996), que apontam que, em alguns contextos, o IMP é aspectualmente ambíguo entre o valor episódico (progressivo/durativo) e o valor habitual. Segundo Matos (op. cit.), uma frase como *O Rui trabalhava muito* pode remeter a uma interpretação habitual, imaginando-se o contexto “O Zé sempre foi um preguiçoso, o Rui trabalhava muito”, ou seja, Rui tinha o hábito de trabalhar; ou episódica, com o contexto “No ano passado, o Rui trabalhava muito”. (op. cit., p. 441).

Travaglia (1981) também aponta a ambigüidade aspectual do IMP, pois a forma pode codificar situações episódicas ou habituais, muitas vezes tornando a frase ambígua aspectualmente. Para Travaglia (op. cit.), *Ele falava às 10h* tanto pode ter uma interpretação episódica (*Ele estava falando às 10h*), como habitual (*Ele sempre falava às 10h*). Travaglia sugere que, em *Ele falava às 10h*, a interpretação mais intuitiva para o falante é a habitual; caso o falante deseje marcar o caráter episódico da situação, tende a utilizar a forma de passado progressivo (PPROG), como em (*Ele sempre falava às 10h*). Corôa (2005, p. 84-85) discute a equivalência/ambigüidade de IMP e PPROG.

- (5) Eu *abria* a janela quando o carteiro chegou.

- (6) Eu *estava abrindo* a janela quando o carteiro chegou.

De acordo com Corôa, tanto (5) como (6) podem descrever o mesmo fato objetivo, mas para descrever algo que não era hábito acontecer, (6) é mais adequada do que (5), pois capta mais a coincidência de abrir a janela e chegar o carteiro. Ainda segundo a autora, (5) necessita de um contexto maior, em que são narrados outros acontecimentos, por exemplo; já em (6), as situações se completam sem ser necessário pensar em outro contexto.

Tome-se o seguinte caso:

(7)

E no final do terreno, eu me lembro que morava uma família, então o meu avô dizia que a família não era muito, assim, muito digna, assim, muito assim, né? Que eles eram meio pinéis, assim, porque eles tinham tomado conta da casa e não queriam sair. E o meu avô *estava brigando* com eles, né? Mas diziam que eles não eram bem certos, assim. Ah, pois era pra lá que nós íamos. (SC FLP FAP 01)

A situação de *estar brigando* em (7) pode remeter a duas possibilidades de leitura:

- que ele brigou com um deles de cada vez.
- que ele brigou com os todos juntos ao mesmo tempo.

Considerando que o intervalo temporal da briga é determinado (pode ser inferido que a situação de brigar deu-se no momento da infância da falante), em i), a situação é iterativa, pois pressupõe uma seqüência de micro-situações que compõem a macro-situação, e em ii), a situação é durativa, no sentido que a briga está em desenvolvimento e pressupõe um intervalo temporal com extensão.¹

¹ Vejam-se os resultados da aplicação de um teste de atitude sobre este excerto, em uma turma de Fundamentos Gramaticais (1ª fase/UFSC), com 42 sujeitos. Com base no excerto (7), os sujeitos foram convidados a assinalar, dentre as opções a seguir, aquelas que mais lhe parecessem adequadas:

- a) que ele brigou, uma única vez, com um de cada vez.
- b) que ele brigou, uma única vez, com todos juntos.
- c) que ele brigou, mais de uma vez, com um de cada vez.
- d) que ele brigou, mais de uma vez, com todos juntos.
- e) que ele brigou, e continua brigando, com um de cada vez.
- f) que ele brigou, e continua brigando, com todos juntos.

Primeiramente, foi consenso que a situação de o avô estar brigando se dava com todos juntos, ao mesmo tempo. O

Qual seria o valor aspectual escolhido pelo falante? E qual foi o valor aspectual percebido pelo ouvinte? E o analista, quantos valores aspectuais consegue depreender? Pensando nessa possibilidade, Mendes (2005) sugere que, em certos contextos, não é relevante no tópico comunicativo distinguir o valor aspectual, gerando casos de ambigüidade, como já discutido em 1.1.2.

2.3.4 Imperfectivo vs. habitual

Uma análise preliminar, intuitiva e não-sistemizada nas entrevistas sociolinguísticas de Florianópolis do Banco de Dados do Projeto VARSUL apontou que os usos de IMP habitual e iterativo são os mais frequentes, embora a intercambialidade com PPROG nem sempre seja possível, tanto em termos de frequência, como em termos de possibilidade.

Foram encontradas apenas duas ocorrências de PPROG com valor que pode ser considerado habitual, mas que também pode ser considerado durativo.²

(1)

Correr, como já falei, não corria, não corria. *Estava sempre inventando* coisas, sempre invento, inventava. (SC FLP FAP 01)

(2)

Se tivesse tudo arrumadinho, mas eu *estava sempre arrumando* alguma coisa pra fazer, sempre, sempre. (SC FLP FAP 03)

Uma situação habitual, de acordo com Bertinetto e Delfitto (2000), consiste em uma macro-situação não-terminativa, composta por uma série de micro-situações terminativas. O valor do

número de brigas é que é variável, determinando aspecto durativo (percepção de uma única situação) ou iterativo (recorrência de micro-situações que compõem a macro-situação). E a grande maioria dos analistas interpretou a situação como em andamento (ele brigou e continua brigando até hoje), pois há falta de uma pista discursiva de que a situação está acabada no momento atual.

² Molendijk (2005, p. 122) define PPROG como incompatível com uma situação complexa, ou seja, um quantificador não pode operar sobre a situação, caracterizando a sua natureza não-repetitiva. Entretanto, os contextos com *always* – muito semelhantes a (1) e (2) – constituem exceção.

aspecto habitual reside na indeterminação do número total de ocorrências de micro-situações, e não no caráter de indeterminação da duração de cada ocorrência das micro-situações que compõem a macro-situação. Considerando esta perspectiva de habitualidade, (1) e (2) podem ser consideradas situações habituais. Mas o marcador *sempre* parece ter propriedades semânticas (as quais não consigo exatamente especificar) que tornam o arrumar e o inventar das situações como em desenvolvimento em relação ao intervalo temporal delimitado, que são simultâneos. Dada a ambigüidade aspectual, entre o habitual e o durativo, estes casos foram excluídos da análise quantitativa.

Por conta da profusão de casos de IMP codificando aspecto habitual, sem contraparte de PPROG, por decisão metodológica, o aspecto habitual fica excluído da variável linguística ‘expressão do passado imperfeito’. Apesar de o habitual ser um dos sentidos do imperfeito, a baixa recorrência (ou não-ocorrência) de uma das formas torna o uso da outra forma categórico na expressão do valor, o que traria uma sobrecarga ao modelo estatístico, gerando uma profusão de células vazias e interferindo em resultados.

Assim, o traço que caracteriza a variação na expressão do passado imperfeito no português é a *determinação do intervalo da estrutura temporal*. O número do fato verbal (uma única ocorrência da situação, ou uma macro-situação composta por um número determinado de micro-situações) e a extensão ou pontualidade do intervalo determinado da estrutura temporal se articulam para recobrir os valores *progressivo*, *durativo* e *iterativo*, os quais são abarcados pelo rótulo ‘passado imperfeito’.

2.4 Passado imperfeito: TAm

O propósito deste capítulo é enquadrar o passado imperfeito como uma variável linguística. Recapitulando:

- Existe no paradigma verbal do português um espaço para a forma analítica de IMP, PPROG, e ambas as formas compartilham traços temporais e aspectuais que podem

ser agrupados no rótulo ‘passado imperfeito’;

- Temporalmente, o passado imperfeito é caracterizado pela anterioridade ao momento de fala e pela sobreposição/concomitância a um ponto de referência passado;
- Aspectualmente, o passado imperfeito é caracterizado pela inclusão do ponto de referência no intervalo da situação, com a conseqüente sobreposição entre situação e referência;
- O aspecto é uma categoria composicional, resultante da interação entre aspecto no nível interno (aspecto inerente e aspecto gramatical) e no nível externo (adjuntos adverbiais que atuam como modificadores aspectuais e o contexto comunicativo);
- A relação entre o número de vezes em que a situação ocorre dentro do intervalo da referência e a delimitação/não-delimitação do intervalo da referência resulta nos diferentes valores aspectuais do imperfeito: episódico, iterativo e habitual;
- A habitualidade foi excluída da variável *passado imperfeito* por conta das implicações metodológicas que decorreriam da sua inclusão: é um valor aspectual categoricamente relacionado com a forma IMP, o que inviabiliza uma análise variacionista;
- O valor aspectual imperfeito episódico pode ser desdobrado quanto ao ponto de referência: se a situação é vista em seu desenvolvimento a partir de um único ponto temporal (ponto de referência momentâneo) é progressiva; se a situação é avaliada em relação a um ponto de referência do tipo intervalo (sucessão de “pontos de focalização”), ou denota a ideia de duração, é continuativa;
- Considerando as exclusões e desdobramentos, o rótulo ‘passado imperfeito’ recobre os valores aspectuais progressivo, durativo e iterativo, além de casos ambíguos, aqueles em que não é possível determinar exatamente o valor aspectual em questão.

Quando IMP e PPROG apresentarem os traços discutidos nas seções 2.2 e 2.3, resumidos no quadro 8, podem ser considerados variantes de uma mesma variável linguística: o passado imperfeito.

Quadro 8: Traços caracterizadores da variável passado imperfeito

| | |
|----------------------------|--|
| Ordenação | ▪ Anterioridade (tempo) |
| Inclusão | ▪ Sobreposição (tempo) |
| | ▪ Inclusão do intervalo R em S (aspecto) |
| Número verbal | ▪ Singular (situação ocorre uma única vez) (aspecto) |
| Traço lexical do predicado | ▪ [+ durativo] |

Provavelmente é com esta configuração temporal-aspectual que Castilho (2003) e Wachowicz (2003) sugerem que as formas IMP e P-PROG possam ser consideradas variantes. Ao discutir o estatuto de *estar + gerúndio*, Castilho afirma que a perífrase não pode ser considerada um tipo de “presente composto”, pois indica um estado de coisas que é simultâneo ao momento da fala, o que nem sempre ocorre com o presente do indicativo. Porém, quando se trata de *estar*IMP + *gerúndio*, para Castilho “a correspondência parece quase perfeita” (op. cit., p. 94). A possibilidade de variação é ilustrada por (1), que, segundo o autor, é parafraseável por (2):

(1) meu pai *estava morando* em Piracicaba, (DID-SP-208: 253)

(2) meu pai *morava* em Piracicaba.

Ao concluir seu estudo sobre as leituras aspectuais da forma progressiva, Wachowicz (2003) pondera que:

se, também, a morfologia flexional do verbo pode funcionar como operador sobre a aspectualidade interna, tal como foi defendido aqui em relação à terminação *-ndo* do progressivo na determinação do valor durativo, teríamos motivos para levantar a hipótese de que a morfologia *-va/-ia*, do passado imperfeito, age sob as mesmas condições, visto que *podemos afirmar, com base em Godoi 1992b, que a forma do progressivo e a do passado imperfeito estão co-ocorrendo com a mesma função semântica junto a falantes do português brasileiro.* (op. cit., p. 214, grifo meu),

Possivelmente, a mesma função semântica de IMP e P-PROG a que se refere Godoi seja a de

passado imperfeito. Considerando que a expressão do passado imperfeito seja uma variável lingüística do domínio funcional complexo tempo-aspecto-modalidade, IMP e P-PROG podem funcionar como variantes. Antes de encerrar a seção, cabem alguns comentários sobre a modalidade.

A modalidade não parece, à primeira vista, um valor saliente nos contextos de *passado imperfeito*. Entretanto, Godoi (2002) e Corôa (2005) sugerem uma proposta que atribui a diferença do uso entre a forma simples e a forma composta do passado imperfeito ao plano da modalidade.

Godoi (2002) propõe que a diferença entre a forma progressiva e a não-progressiva não está no plano temporal nem no plano aspectual, mas sim na oposição *evidência/conhecimento*, no domínio da modalidade (Palmer, 1986). Ambas as autoras se inspiram em Woisetschlaeger (1976), que propõe uma distinção entre *descrição fenomenal/evidência* e *descrição estrutural/conhecimento*, correlacionada a progressivo e não-progressivo. O não-progressivo caracteriza o sujeito, em (3), enquanto o progressivo denota o seu comportamento, em (4).

(3) Sam drives a truck for the ABC Company
'Sam dirige um caminhão para a Companhia ABC'

(4) Sam is driving a truck for the ABC Company
'Sam está dirigindo um caminhão para a Companhia ABC'

De acordo com Godoi (2002), (4) fornece uma constatação da evidência dos acontecimentos, enquanto (3) apresenta uma caracterização generalizada (conhecimento) dos fatos, “parece justificado afirmar que a diferença entre as formas *progressivas/simples* está na distinção *evidência/conhecimento*, que permite a inclusão ‘firme’, ‘segura’, relativamente permanente do indivíduo da sentença não-progressiva num determinado conjunto, tendo essa inclusão o caráter transitório no caso de sentenças progressivas” (op. cit., p. 170). Corôa (2005, p. 80) correlaciona a oposição estrutural (*conhecimento/não-progressivo*) e não-estrutural (*evidência/progressivo*) aos verbos *ser* e *estar*, respectivamente.

- (5)
 a. Pedro *é* doente.
 b. Pedro *está* doente

Em (5), *a.* faz uma caracterização sobre o estado de saúde de Pedro; *b.* não caracteriza Pedro, apenas informa sobre suas condições de saúde no momento, e que esta não é sua condição normal, é transitória ou temporária. Considerando IMP e PPROG, Corôa (*op. cit.*, p. 78) ilustra:

- (6)
 Carlinhos *trabalhava* no IBC quando casou.
- (7)
 Carlinhos *estava trabalhando* no IBC quando casou

Considerando (6) e (7) em um contexto mais amplo, no qual se descreve Carlinhos, ou em que se dão notícias sobre Carlinhos, que há tempo não é visto, (6) transmite uma idéia de que o emprego de Carlinhos era estável, duradouro, enquanto (7) transmite uma idéia de que o emprego de Carlinhos é transitório, temporário, não-estável. Em (6), *trabalhar no IBC* caracteriza Carlinhos, está no plano *estrutural/conhecimento*, logo, requisita a forma simples; em (7), *trabalhar no IBC* é uma informação sobre a função de Carlinhos no momento, está no plano *não-estrutural/evidência*, requisitando a forma progressiva.

Em termos de aplicação empírica, a oposição *conhecimento/evidência* necessita de uma invasão à mente do falante para buscar pistas sobre a situação (se transitória, se permanente). Como o ponto de vista do analista, por mais focalizado

que seja, pode ao máximo se aproximar do ponto de vista do ouvinte, a hipótese não pode ser averiguada com os dados disponíveis nas entrevistas dos informantes. Por exemplo, tome-se (8)

- (8)
 E Aí tu já *trabalhavas*, né?
 F Aí eu já *estava trabalhando*. Porque quando a Dona Ana me conheceu, a Dona Ana se lembra que eu tinha a casinha arrumadinha de tudo, não era, Dona Ana? tudo arrumadinho, direitinho. (SC FLP FAP 3)

A entrevistadora indaga à entrevistada sobre o fato de já trabalhar, resposta confirmada por meio de repetição verbal. De acordo com a hipótese de Godoi (2002) e de Corôa (2005), a entrevistadora marcaria a informação com traço de conhecimento, e a entrevistada, com traço de evidência. Para confirmar se a informação de conhecimento/evidência tem seu correspondente no mundo (ou seja, se o fato de trabalhar é transitório para a entrevistada), seria necessária uma inserção no mundo da falante. O valor aspectual de andamento/continuidade também se verifica no excerto, e este não necessita de inserção no mundo do falante para ser asseverado. Diante deste quadro, o matiz de modalidade que, por hipótese, pode direcionar o uso das formas não é controlado.

Apesar da hipótese de Godoi (2002) e de Corôa (2005), acredito que o recorte feito para o passado imperfectivo permite considerá-lo como uma variável lingüística e que IMP e PPROG funcionam como variantes.

3 Procedimentos metodológicos para o estudo da variação na expressão do passado imperfeito

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos analíticos adotados para o estudo da variação entre IMP e PPROG na expressão de *passado imperfeito*. A fala de Florianópolis foi considerada, de acordo com metodologia da sociolinguística variacionista, como *corpus* para a análise do fenômeno.

3.1 Procedimentos (e decisões) metodológicos

O estudo da variação no nível do discurso requer amostras relativamente grandes de língua em uso. Além disso, também requisita muitas decisões metodológicas por parte do analista, que em outros níveis de análise não seriam tão cruciais (Macaulay, 2005). Para a análise da variação entre IMP e PPROG na expressão de *passado imperfeito* foi escolhida como amostra a cidade de Florianópolis, uma das capitais que compõem o Banco de Dados do Projeto VARSUL. Os dados de IMP e PPROG expressando passado imperfeito foram coletados e quantificados, e posteriormente submetidos à análise estatística.

3.1.1 O banco de dados VARSUL

O Banco de Dados VARSUL é resultado do projeto Variação Linguística Urbana na Região

Sul do Brasil, cujos objetivos são o armazenamento e a disponibilização de amostras de fala de habitantes característicos de áreas urbanas representativas de cada um dos três estados da região sul do Brasil. As amostras são armazenadas sob a forma de entrevistas gravadas em fita cassete com aproximadamente 1h de duração, e posteriormente transcritas, de acordo com um sistema de transcrição de três linhas. Na primeira linha, é registrada a sintaxe real da fala do entrevistado; na segunda linha, registram-se aspectos fonéticos variáveis e pausas; e na terceira linha, é feita a classificação morfossintática dos itens lexicais.

A escolha dos informantes para compor a amostra obedece ao perfil:

- falante de português;
- morador da cidade há pelo menos 2/3 da sua vida;
- não ter morado fora da região por mais de um ano no período da aquisição da língua;
- não causar estranheza a outros falantes da região;
- os pais devem ter nascido na cidade.

As cidades que têm amostra de fala no Banco de Dados VARSUL são Porto Alegre, Flores da Cunha (colonização italiana), Panambi (colonização alemã) e São Borja (região de fronteira), no Rio Grande do Sul; Florianópolis, Lages (colonização sulista), Blumenau (colonização alemã) e Chapecó (colonização italiana), em Santa Catarina; e Curitiba, Irati (colonização eslava), Londrina (cidade mais importante da região norte do estado) e Pato Branco (cidade mais importante da região sudoeste do estado), no Paraná.

Cada cidade é representada por um conjunto de 24 entrevistas, correspondentes a 12 perfis sociais (sexo masculino e feminino, três níveis de escolarização e duas faixas etárias) com duas entrevistas. Florianópolis é a única cidade do banco de dados que tem uma faixa etária a mais, totalizando 36 entrevistas, que correspondem a 18 perfis sociais.

Os entrevistados estão estratificados em três níveis de escolarização: de 4 a 5 anos (ou o equivalente à 4ª e 5ª séries do ensino fundamental), com o rótulo de *primário*; 8 a 9 anos (ou o equivalente à 8ª série do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio), com o rótulo de *ginásio*; e 10 a 11 anos (ou 2º e 3º anos do ensino médio), com o rótulo de *colegial*. Quanto às faixas etárias, faixa A (25 a 49 anos, preferencialmente 25 a 45 anos); faixa B (mais de 50 anos, preferencialmente 55 a 75 anos); e somente em Florianópolis, jovens (15 a 24 anos, preferencialmente 15 a 20 anos).

A estratificação social da amostra de Florianópolis considerada no estudo da variação entre IMP e PPROG na expressão de *passado imperfeito* está no quadro 9.

Quadro 9: Estratificação social das entrevistas da cidade de Florianópolis do Banco de dados VARSUL consideradas na análise da variação entre IMP e PPROG na expressão de passado imperfeito.

| | Primário | | Ginásio | | Colegial | |
|-----------------|----------|---|---------|---|----------|---|
| | M | F | M | F | M | F |
| 15 a 21 anos | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| 25 a 49 anos | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Mais de 50 anos | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Total | 36 | | | | | |

3.1.2 A entrevista sociolinguística

De acordo com Schiffrin (1981, p. 45), as narrativas orais são o ambiente ideal para o estudo quantitativo da variação no plano discursivo, já que são unidades naturalmente delimitadas do discurso, com uma estrutura interna regular, o que propicia uma análise controlada e sistemati-

zada dos aspectos formais e funcionais da variação. A amostra para a análise da variação entre IMP e PPROG é constituída por entrevistas sociolinguísticas, que são caracterizadas pela peculiaridade do método, que visa diminuir/evitar o que Labov (1972a) chama de *paradoxo do observador*. O interesse da sociolinguística é analisar o vernáculo de uma comunidade de fala, ou seja, “o estilo em que o mínimo de atenção é dado ao monitoramento da fala” (*op. cit.*, p. 208). O vernáculo de uma comunidade de fala é a língua com que se conversa com os amigos ou se conta uma piada, ou seja, o uso linguístico espontâneo, ou com o menor monitoramento possível.

Para realizar a entrevista, é necessária a presença de um elemento estranho à comunidade, o pesquisador, em uma situação dialógica também estranha (a presença de um microfone e um gravador), gerando o paradoxo do observador: o pesquisador precisa estar presente para coletar uma quantidade de amostra do vernáculo adequada e dirigida aos seus estudos, mas como fazer com que o falante fale espontaneamente o seu vernáculo diante de um pesquisador que o está tomando como material de análise?

Estratégias para tentar minimizar os efeitos do paradoxo do observador costumam ser aplicadas, como o treinamento de um membro da comunidade para a coleta dos dados e a elaboração de um roteiro de entrevista dirigida para determinados temas com os quais o falante se envolva e esqueça-se de que está sendo gravado, como situações de risco de morte, fatos da infância, etc., além de questões dissertativas sobre assunto específico (economia, esporte, política, religião) e questões procedurais (receita, “como chegar em...?”). Ao falar sobre experiências com as quais se envolveu afetivamente, o falante envolve-se com o tema discorrido e se esquece de monitorar a fala. É esse o contexto de análise que interessa à sociolinguística laboviana: o contexto em que o falante fala o seu vernáculo. As entrevistas do projeto VARSUL seguem um roteiro previamente estabelecido, que foi montado com vistas a obter o vernáculo dos entrevistados. Falar sobre fatos da infância, sobre situações familiares complexas, sobre como era a vida na cidade, sobre uma situação de risco de

morte, são alguns dos pontos abordados nas entrevistas.

O roteiro das entrevistas sociolingüísticas – organizado de modo a minimizar os efeitos do paradoxo do observador – funciona como um gatilho e direciona à produção de tipos/seqüências textuais pelo falante, resultando em todo – a entrevista sociolingüística – heterogêneo. É neste contexto que se insere o conceito de *narrativa* (Labov, 2001), detalhado na seção seguinte.

3.1.3 Unidade de análise: da narrativa ao episódio

“Com o objetivo de manter a lingüística e, especialmente a gramática, precisa e imaculada, muitos lingüistas não só preferiram permanecer dentro dos limites aparentemente seguros da sentença, como também, ao mesmo tempo, tentaram desacreditar, tachando de ‘estranhas’ à lingüística ou à gramática, muitas unidades, categorias ou níveis utilizados em várias formas de análise do discurso, admitindo-as, no máximo, dentro de uma teoria do uso da linguagem, da pragmática, da retórica e de outras teorias ou disciplinas exteriores ao seu âmbito de responsabilidade” (Van Dijk, 2004, p. 100)

A análise da variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo está pautada na propriedade semântica de delimitação do intervalo da estrutura temporal. O contexto lingüístico que mais propicia a ocorrência de situações com delimitação de intervalo da estrutura temporal é a *narrativa*, conforme a proposta de Labov (2001; Labov e Waletzky, [1978] 2003). Labov define a *narrativa* como um método de recapitular a experiência passada através do alinhamento entre uma seqüência de proposições¹ e uma seqüência de situações que ocorreram. A narrativa é a verbalização de experiências, um dos muitos meios disponíveis para reportar situações passadas que estão armazenadas na biografia do narrador. A propriedade fundamental para

¹ *Clause*, no original. Há uma profusão de terminologias para traduzir *clause* do inglês: cláusula, oração, frase, proposição. Fiz a opção pela última por julgar a mais adequada para o contexto.

caracterizar uma narrativa é a presença de *juntura temporal*, ou seja, a ordem da seqüência das proposições projeta a ordem da seqüência das situações descritas. Se a alteração da ordem das proposições implicar alteração na seqüência de situações descritas, há uma narrativa, não importando a extensão.

Uma narrativa é construída sobre um *evento mais reportável*, um fato que mereça ser contado, que cativa a audiência, preferencialmente um fato o mais incomum possível e que tenha o máximo de conseqüências para o bem-estar do falante (Labov, 2001, 2006). Basicamente, uma narrativa é constituída pela:

- inserção da narrativa na estrutura conversacional por meio de um *resumo* (*abstract*);
- *orientação* do ouvinte para o lugar, tempo, atores e atividades da narrativa;
- organização temporal da ação de *complicação* por meio da *juntura temporal*;
- *avaliação* diferenciada das ações por meio de justaposição de situações reais ou potenciais pelo uso de predicados *irrealis*;
 - (1) *validação* do evento mais reportável pela credibilidade do testemunho;
 - (2) atribuição de elogio ou culpa em relação ao evento mais reportável, manifesto pela *integração* ou *polarização* dos participantes;
 - (3) *explicação* da narrativa por uma cadeia de relações causais entre o evento mais reportável e a orientação;
 - (4) *transformação* da narrativa aos interesses do narrador por meio de apagamento de eventos objetivos e a inserção de eventos subjetivos;
- término da narrativa trazendo a experiência para o presente, por meio da *coda*.

O conceito de narrativa de Labov trava relações com o de episódio de Van Dijk (2004), que propõe que o episódio seja considerado como uma unidade de análise de discurso, ficando num nível intermediário entre a unidade-oração e a unidade-texto, discurso ou conversação.

Ainda na linha semântico-cognitiva, Tomlin (1987) propõe uma abordagem baseada em episódio/parágrafo temático, articulando uma conexão natural entre duas unidades lingüísticas: o parágrafo e o seu equivalente psicológico, a capacidade limitada da memória de trabalho. Episódio é definido por Tomlin como uma unidade

semântica na organização discursiva consistindo em um conjunto de proposições regidas por uma macroproposição ou nível temático do parágrafo, com os limites cognitivos estabelecidos em termos de mudança de foco de atenção no fluxo da informação. Um episódio prototípico pode ter entre 5 e 8 proposições, mas isso não significa que seja definido em função da sua extensão em proposições.

Pode haver episódios maiores ou menores, desde que seja preservada a unidade temática que o caracteriza. Além disso, entre o episódio e a proposição, existe uma unidade intermediária, o evento. O conceito de evento fica adormecido por alguns parágrafos; é retomado a seguir.

Assumindo a noção de episódio como unidade analítica, Gorski (1994) apresenta uma proposta de vincular os dois níveis de abordagem de tópico – textual/discursivo e frasal – unificando as abordagens, partindo da associação feita por Van Dijk (2004) entre episódio/macroproposição e tópico. Para tanto, concebe a narrativa estruturada em três planos:

- plano semântico-cognitivo: *episódios* e *eventos* (percepção e armazenamento dos fatos).
- plano semântico-discursivo: *tópicos* e *sub-tópicos* (organização das informações no discurso).
- plano sintático-discursivo: *unidades de codificação linguística* (concretização da organização linguística).

Os episódios, nessa concepção, são caracterizados como seqüências coerentes de sentenças de um discurso, linguisticamente marcadas quanto ao início e/ou fim e definidas em termos de uma unidade temática (mesmos participantes, tempo, lugar, situação, ação global). O episódio é uma unidade semântica cuja manifestação superficial ou expressão é o parágrafo, sem que isso signifique que seu limite esteja atrelado ao parágrafo (é complicado falar em parágrafos em entrevistas orais; a divisão é feita através do critério subjetivo do transcritor). De acordo com Van Dijk (*op. cit.*), conceber o episódio como uma unidade semântica significa reconhecer sua relevância psicológica – como unidade em um modelo cognitivo do processamento do discurso –, e sua relevância processual na leitura, processamento e memorização do discurso.

Com a adoção de uma unidade como a *narrativa*, os contextos que favorecem o uso de aspecto imperfectivo habitual são barrados – descrições de vida (Macedo e Oliveira e Silva, 1996), por exemplo –, o que além de agilizar a coleta dos dados também garante a existência de uma âncora temporal que permita determinar o intervalo da estrutura temporal das situações recobertas por passado imperfectivo sob análise.

A noção de episódio (e evento), tal como sugerido por Van Dijk (2004), pode ser expandida para além do tipo textual tradicionalmente denominado de narrativa. Ou seja, o episódio não é um componente da narrativa, mas é uma unidade analítica que perpassa o tipo textual. Em um relato de opinião, por exemplo, o falante pode valer-se de um episódio para introduzir um fato à sua argumentação, ou mesmo em uma descrição de vida, o falante pode ilustrar um fato corriqueiro do seu cotidiano evocando um episódio.

A unidade de análise para o estudo do passado imperfectivo considera a noção de narrativa laboviana e episódio de Van Dijk, além das considerações dos trabalhos de Tomlin (1987) e Gorski (1994) e, para evitar confusões terminológicas, será denominada de *narrativa episódica*. O conceito de narrativa episódica adotado para esta análise não está, portanto, vinculado à narrativa, embora considere suas características para definição:

- *Narrativa episódica* é uma unidade semântico-discursiva, com delimitação espaço-temporal, formada por um conjunto de eventos causalmente relacionados delimitados por um tópico.
- *Evento* é uma unidade semântico-discursiva, constitutiva do episódio, que corresponde a uma unidade de ação, com mudança entre os estados-de-coisas inicial e final, constituído por situações.
- *Situação*, ou fato verbal, é uma unidade sintático-semântica, composta de um predicado mais os seus argumentos, cujo conteúdo é uma verdade factual. O limite de uma situação não está condicionado ao limite da frase; uma frase pode ter uma ou mais situações.

A narrativa episódica ‘herda’ da narrativa algumas características constituintes, tais como a delimitação espaço-temporal (as unidades têm uma delimitação temporal explicitada e ocorrem em um local específico); uma mudança de estado-de-coisas; a delimitação tópica (as unidades

têm pelo menos uma linha tópica que as une, sendo que obrigatoriamente há um sujeito-ator, animado ou inanimado, agente ou paciente. O rompimento desta linha significa mudança de episódio); e a relação de causalidade entre os eventos. Na verdade, a narrativa episódica é uma micro-narrativa, inserida dentro de um bloco textual maior (como o relato de opinião e a descrição de vida), que pode ser inclusive a narrativa propriamente. Nem sempre a narrativa episódica apresenta todos os constituintes da narrativa laboviana bem demarcados. Uma única frase pode ser considerada uma narrativa episódica (e ao mesmo tempo, evento e situação), desde que apresente as características definidas. Vejamos a seguir a aplicação da noção de narrativa episódica, evento e situação a excertos das entrevistas sociolinguísticas. A convenção para as indicações dos constituintes é a seguinte:

- O sublinhado indica os pontos de referência temporal e espacial dados textualmente;
- O índice subscripto (sub) indica a delimitação e o número de ordem do evento;
- O índice sobrescrito (sup) indica a delimitação e o número de ordem da situação;
- O *italico* identifica as situações (foram consideradas apenas as que codificam dados de análise - IMP e PPROG).

E Alguma vez, assim, teve alguma tragédia que tivesse alguma coisa, assim, algum perigo grave que tu achaste que ia te acontecer alguma coisa?

F Ah, aconteceu sim. Nós fomos, eu me lembro que nós fomos pra uma praia, é Caieira. Conheces essa praia? Pois é, é aqui, né? Aliás, como pra variar, né? a gente começou, assim, a andar pela estrada, foi, foi, foi.¹ Aí chegou num determinado ponto, a gente *queria*¹ voltar pela praia, pelas pedras, né? Porque tinha uma parte que *adentrava*² no mar e *voltava*³ pelas pedras, né? E era bem perigoso. E a gente foi.² Aí eu disse: “Meu Deus do céu”, foi um desespero, foi um desespero! Não *dava*¹ pra voltar. Chega uma determinada hora que não dá mais pra voltar. E o mar *estava subindo*.² Foi uma coisa horrível, sabes?³ Ali, não sei, ali na hora, eu fiquei com medo porque eu *achava*¹ que a gente não ia conseguir mais voltar, né? Tu vias a praia, tudo, mas não tinham condições. As pedras, chegando nesse ponto, eram muito, *ficavam*² muito dentro da água, porque a maré *estava subindo*.³ Então não *dava*.⁴ Nesses dias, essa época aí, esse dia, né? não seria época, dia, foi uma coisa que me marcou muito. Eu tive bastante medo. Na época, não era mais uma brincadeira, não era como a gente fazia de escuro, de pular dentro do buraco Não era mais uma brincadeira, aí

era uma coisa verdadeira mesmo. É que estava todo mundo ali e não *tinha*¹ ninguém pra ajudar a gente, né? Aí eu lembro que a gente, assim, se deu as mãos e a gente rezou muito, muito, muito. Aí depois disso, acho que, né? depois da prece que a gente fez, a gente, daí, conseguiu passar. Mas foi, assim, uma coisa assustante, pra gente, porque a gente era pequena, uma coisa assustadora. A gente era pequena. Então foi bem, isso me marcou bastante.⁶ (SC FLP 01 FAP)

O excerto atende aos critérios determinados para a caracterização de narrativa episódica. A narrativa episódica ‘situação de perigo’, desencadeado pela pergunta-gatilho da entrevistadora, está situado temporal e espacialmente. O ponto de referência temporal é determinado a partir da fala da entrevistadora, que pergunta se alguma vez a falante enfrentou um perigo grave ou tragédia. A falante responde afirmativamente e detalha a delimitação espacial: a praia de Caieira, e o ponto de referência temporal é dado e retomado no decorrer da narrativa (“aconteceu”, “nesse dia aí”), no processo de ancoragem. Existe um tópico temático, já determinado pela pergunta da entrevistadora (enfrentamento de um perigo ou tragédia). E ocorre mudança de cenário, o que é evidenciado pela sucessão de eventos constituintes da narrativa episódica.

Para fins desta investigação, considerando os pressupostos de Labov (2003 [1979]; 2006) e Van Dijk (2003), a unidade de análise deixa de ser a narrativa e passa a ser a *narrativa episódica*. A adoção da narrativa episódica como unidade analítica possibilita a desvinculação do tipo de texto e facilita a determinação do ponto de referência – elemento fundamental para a caracterização do passado imperfectivo no português.

3.1.4 Restrição de dados e fatores controlados

Nas análises variacionistas nos níveis gramaticais mais altos, é natural encontrarmos casos problemáticos e duvidosos quanto à inclusão ou não na variável linguística. Os critérios aspectuais definidos na delimitação da variável “expressão do passado imperfectivo” precisam se articular com critérios formais para filtrar com uma

margem razoável de segurança os dados para a análise variacionista.

Existem outras perífrases formadas por auxiliar no IMP e verbo principal no gerúndio que potencialmente poderiam variar com IMP na expressão de passado imperfeito. No corpus analisado, foram quantificadas 22 ocorrências de *ficar*IMP + *Vndo*, como em (1) e (2), 14 ocorrências de *ir*IMP + *Vndo*, como em (3), e uma ocorrência de cada uma das construções: *continuar*IMP + *Vndo*, *acabar*IMP + *Vndo* e *voltar*IMP + *Vndo*.

- (1) Eu devia ter uns três, quatro anos. Mas isso eu me lembro que todo mundo *ficava cantando/cantava* aquelas aulinhas de versinho, né? (SC FLP MJG 07)
- (2) O médico que estava falando comigo esses dias que eu fui na perícia, ele conversando comigo e eu *ficava olhando/olhava* assim, para as paredes assim, eles assim: “Ô, meu filho!” (SC FLP MJC 10)
- (3) Então ele começa a chamar e os outros vêm, vêm a comida dentro do alçapão, e onde é que ele caía no alçapão, a gente *ia pegando/pegava*. (SC FLP MAG 10)

Comparadas à forma *estar*IMP+ *Vndo* – que contabiliza 336 ocorrências –, as outras formas perifrásticas não apresentam ocorrência significativa, além de terem uma especificidade aspectual inerente ao verbo auxiliar (movimento, para *ir*; iteração, para *ficar*) que é neutralizada pela forma simples, motivos pelos quais foram excluídas da análise.

A perífrase *estar*IMP + *Vndo* também passou por restrições de natureza formal. Com o verbo principal *estar* (estava estando) não há ocorrências. Foram contabilizadas apenas duas ocorrências com o verbo principal *ser*, em construções de voz passiva:

- (4) A Mauro Ramos ainda *estava sendo construída*, então a gente ficava escutando o pessoal tocando violão, fazendo serenata. (SC FLP FAP 03)
- (5) Depende a pessoa, né? Porque esse problema geralmente *estava sendo estudado* na escola. (SC FLP MJC 13)

Diante dessas restrições de ocorrência da forma de PPROG, as ocorrências da forma IMP dos verbos *ser* e *estar* foram desconsideradas da

análise. Entretanto, cabe o registro de que elas merecem um estudo à parte, dada a sua alta recorrência – pelo menos 2.000 ocorrências de verbo *ser*, e mais um número considerável de *estar*.

Além disso, as formas devem passar pelo teste da substituição, ou seja, pelo intercâmbio de uma forma pela outra, preservando os valores temporal-aspectuais que caracterizam a variável linguística “expressão do passado imperfeito”.

Merece uma observação a recorrência do verbo *querer*. Na forma PPROG, há quatro ocorrências:

- (6) Apesar de que esse fez uma coisa muito errada: em vez de tocar a mão no dinheiro do grande, ele pegou aquele coitadinho, que tinha uma poupança de cento e cinquenta mil, que *estava querendo* comprar um terreninho, e confiscou. (SC FLP MAP 02)
- (7) E eu vi que ele *estava querendo* passar a mão na minha bolsa, sabe? (SC FLP FBG 15)
- (8) Daí então em setenta e três eu cheguei para o eu pai, meu pai é aposentado da guarda de trânsito, eu disse pra ele “Eu *estava querendo* tirar a carteira”. (SC FLP MAP 02)
- (9) Depois saí, me aborreci, não era o tipo de serviço que eu *estava querendo*, aí passei a ser funcionário do Banco Econômico, tava trabalhando no setor de malote. (SC FLP MAP 02)

Esses quatro casos apresentam os traços semânticos requisitados para a variável. A forma IMP apresenta alta recorrência do verbo *querer*, embora a maioria dos casos sejam relacionados à expressão do valor de futuro do pretérito (Silva, 1998, Karam, 2000). Porém, há casos em que *querer*IMP expressa passado imperfeito, como (10). O verbo *querer* foi contabilizado na análise.

- (10) Então ele *queria* a bola pra jogar um pouco, aí o meu primo não quis dar, aí eles estavam soltando pipa, aí o meu primo foi lá, rasgou a pipa dele toda, aí começo, né? a briga assim. (SC FLP MJC 13)

3.2 Fatores controlados

Feitas as restrições de coleta de dados, a fim de verificar o ambiente em que ocorrem IMP e PPROG quando expressam passado imperfectivo, as ocorrências foram correlacionadas a fatores sociais e lingüísticos.

3.2.1 Fatores sociais

Os fatores sociais elencados para a análise da expressão do passado imperfectivo são *faixa etária, tempo de escolarização, sexo e indivíduo*, os quais são previstos na constituição do banco de dados VARSUL.

3.2.1.1 Indivíduo

Nos trabalhos mais recentes desenvolvidos com base nos *corpora* do banco de dados do Projeto VARSUL, o indivíduo é controlado, com resultados bastante significativos no delineamento de casos de variação e mudança, especialmente para determinar se trata-se de um caso de variação na comunidade ou variação no indivíduo (Labov, 1994) e também para evidenciar os indivíduos vetores/disseminadores da mudança (Labov, 2000).

3.2.1.2 Faixa etária

A relação entre a frequência de uso de uma forma e a sua distribuição quanto às faixas etárias dos informantes pode ajudar a evidenciar se a expressão do passado imperfectivo é um caso de variação estável ou se há indícios de mudança em tempo aparente.

O *corpus* de Florianópolis do VARSUL tem três estratificações etárias: de 15 a 24 anos, de 25 a 49 anos, e mais de 50 anos. A distribuição das frequências em função da escalaridade das faixas etárias pode apontar padrões de comportamento da mudança. Uma distribuição linear aponta para mudança em progresso: a sucessão de indivíduos representa a sucessão de fatias temporais, levando à ilusão de que há progressão

temporal; é o método chamado de análise da mudança em tempo aparente.

Já uma distribuição curvilínea, com pico na faixa etária intermediária leva à *hipótese do padrão curvilínea* (Labov, 2001, p. 32-33). Os primeiros estudos variacionistas tinham por hipótese que a inovação seria oriunda do topo da hierarquia social. Ou seja, seriam indivíduos das classes superiores na hierarquia social os líderes, desencadeadores, de um dado fenômeno de variação e mudança. Porém, os estudos realizados por Labov em Martha's Vineyard e em Nova Iorque, e outros estudos, não apontaram esse padrão. Ao contrário, mostraram que em fenômenos sociolingüísticos estáveis, uma distribuição escalar na faixa etária está relacionada com um padrão curvilínea na hierarquia social (é preciso salientar que há casos em que idade e classe social comportam-se igualmente, já outros só a idade apresenta comportamento curvilínea). Labov ilustra a hipótese do padrão curvilínea com dados do processo de lenição de (*ch*) na cidade do Panamá: enquanto a faixa etária delineia um padrão escalar, aumentando quanto mais jovem for o indivíduo, a classe social dominante delineia um padrão curvilínea.

3.2.1.3 Tempo de escolarização

O controle do tempo de escolarização em fenômenos de variação e mudança em categorias verbais não tem apresentado resultados significativos, embora sempre se considere a hipótese da influência da escola quanto à estigmatização de formas verbais marcadas/não-previstas nas gramáticas. O *corpus* de Florianópolis do VARSUL-SC está estratificado em três níveis de escolarização: de 4 a 5 anos (ou o equivalente à 4ª e 5ª séries do ensino fundamental); 8 a 9 anos (ou o equivalente à 8ª série do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio); e 10 a 11 anos (ou 2º e 3º anos do ensino médio).

3.2.1.4 Sexo

A literatura sociolingüística tem mostrado a influência do sexo do indivíduo na propagação da mudança lingüística. De maneira geral, nota-

se a preferência das mulheres na escolha por variantes lingüísticas mais prestigiadas socialmente, o que sugere a maior sensibilidade feminina ao prestígio social das formas lingüísticas. Um exemplo é dado por Labov (1972a) no estudo da realização do /r/ pós-vocálico nas lojas de departamento na cidade de Nova York, em que mulheres tendiam a escolher a pronúncia retroflexa do /r/, a variante de maior prestígio social. Já quando as variantes são socialmente desprestigiadas, as mulheres tendem a assumir uma atitude conservadora, deixando aos homens o papel de liderar o processo, nesses casos. Evidentemente, as explicações para as diferenças lingüísticas entre homens e mulheres devem ser relativizadas em função do grupo social considerado.

Nos níveis gramaticais mais altos, a valoração das variantes não costuma ser tão perceptível dentre os grupos sociais, e nesse caso, a variável sexo nem sempre se mostra influente na propagação da variação.

O banco de dados VARSUL está estratificado quanto ao sexo do informante, com dois indivíduos masculinos e dois femininos para cada célula social. Uma vez que a estratificação social do banco prevê a variável sexo, esta será controlada na análise da expressão do passado imperfectivo, entretanto, não há expectativa quanto à sua significância.

3.2.2 Fatores lingüísticos

Foram controlados fatores de natureza formal, cognitiva e discursiva. No capítulo 4, são retomados os fatores que apresentaram significância estatística. Os fatores e as motivações para o seu controle são apresentados a seguir. No capítulo 4, os resultados são retomados pontualmente para respaldar a discussão sobre as motivações que atuam no processo de variação/gramaticalização das formas.

3.2.2.1 Aspecto inerente

O controle do aspecto inerente segue a proposta de classificação de Bertinetto (2001), segundo a qual o aspecto de uma situação decorre

do arranjo dos traços de *duratividade*, *dinamismo* e *homogeneidade*, já apresentados e discutidos na seção 2.3.2. O aspecto inerente composto por traços é, por hipótese, atribuído ao léxico conceitual. Portanto, o controle desse grupo de fatores tem como objetivo verificar se e como elementos do léxico conceitual atuam na composição do aspecto imperfectivo e na variação entre as formas IMP e PPROG expressando passado imperfectivo em português.

3.2.2.2 Tipo semântico-cognitivo do verbo

O tipo semântico-cognitivo do verbo é controlado com base na entrada lexical do verbo e segue a proposta de classificação de Schlesinger (1995), a qual é discutida em 4.2.2.1. Não há hipóteses específicas para o controle do tipo semântico do verbo, porém, a distribuição dos resultados em relação às nuances genéricas, concretas e abstrata/complexas existentes na categorização dos tipos semânticos verbais pode contribuir na definição dos contextos de gramaticalização e variação.

3.2.2.3 Extensão da situação

A extensão da situação é um fator que se mostrou significativo na variação entre *estar* + gerúndio e *ter* + particípio na expressão dos aspectos iterativo e durativo, conforme aponta o estudo de Mendes (2005). As situações, quanto à extensão, são classificadas em instantâneas, curtas, longas e muito longas (na seção 4.3.1 são apresentados exemplos de cada uma das classificações).

Com o controle da extensão da situação, espera-se encontrar correlações entre o fator e o uso de IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo, considerando a atuação dos princípios da marcação (Givón, 1995, 2001) e da especialização (Hopper, 1991).

3.2.2.4 Polaridade

Este grupo de fatores tem por objetivo verificar se a situação sob o escopo da polaridade (positiva ou negativa) pode influenciar a escolha de uma forma para a expressão do passado imperfectivo no português. O princípio da marcação (Givón, 1995, 2001) é evocado para respaldar a análise, apresentada na seção 4.3.2.

3.2.2.5 Tipo de referência

A necessidade de um ponto de referência anterior ao momento de fala e que estabeleça relação de sobreposição com a situação é uma das características definidoras do passado imperfectivo no português. Este grupo de fatores tem como objetivo averiguar o tipo de ponto de referência requisitado pelas formas IMP e PPROG (ilustrados na seção 4.3.3), procurando estabelecer relações entre tipos e formas a fim de desvendar as motivações para a variação e estabelecer trajetórias de gramaticalização.

3.2.2.6 Tipo de oração da situação

O controle do tipo de oração em que ocorre a situação tem por objetivo averiguar a possibilidade de correlação entre determinada configuração sintático-semântica e uma forma para a expressão de passado imperfectivo. Esse grupo de fatores foi controlado por Coan (2003), mostrando-se relevante na variação entre pretérito mais-que-perfeito e pretérito perfeito. Os contextos considerados foram:

- *Completção*, representado por orações objetivas;
- (1) Pelo que eu sei *ela tinha três filhos, né?* se são dele, se não são, não sei. Só sei que *ela tinha três filhos*. (SC FLP 03)
- *Especificação*, representado por orações relativas explicativas;
- (2) Aquela mocinha que esteve aqui agora, *que morava com ela*, que é *neta dela*, e *ajudava a dar banho nela*, *que ela já estava com oitenta e poucos anos*. (SC FLP 03)
- *Condição*, representado por orações condicionais;

- (3) E Depois ficou grávida de outro.
F Sim, quer dizer, resultado: ficou grávida de outro, *se ela já não tinha condições de criar três*, já estavam tudo rolando que nem cachorro, não fosse arrumar mais uma. (SC FLP 03)
- *Restrição*, representado por orações adverbais e relativas restritivas;
- (4) Nós brincávamos de ônibus, nós cercávamos de cordão, cordinha, fazia o motorista, o cobrador, as meninas eram os passageiros, ou meninos. *Mas era uma brincadeira sadia entre todos os colegas às vezes, de aula ou vizinhos mesmo*. SC (FLP 04)
- *Causalidade/conseqüência*, representado por orações causais e consecutivas
- (5) Depois de catorze anos, quer dizer, uns dois anos e pouco as coisas começaram a ficar ruins entre eu e ele, foi indo, foi indo que até acabou. E aí eu não quis mais viver com ele *porque não estava mais dando certo*. (SC FLP 03)
- *Temporalidade*, representado por orações temporais e orações justapostas;
- (6) Eu, por exemplo, sessenta e dois, sessenta e três, *quando eu morava aqui na Jerônimo Coelho*, que tinha, eu fui talvez o décimo, mas não foi um número muito grande, não, que conseguiu comprar uma televisão, tá? (SC FLP 23)
- *Seqüencialidade*, representado por orações coordenadas
- (7) Eu estragava o cigarro dentro do copo d'água, não é? Dentro daqueles copos com água. Pegava o cigarro, espatifava ele todo, botava dentro do copo d'água, aquela água ficava amarela. (SC FLP 04)

3.2.2.7 Tipo de oração da referência

O controle do tipo de oração da referência segue o mesmo critério adotado para o controle do tipo de oração da situação e também tem como objetivo averiguar a possibilidade de correlação entre determinada configuração sintático-semântica às formas de passado imperfectivo. Porém, é necessário salientar que esse traço só pode ser controlado quando o ponto de referência do passado imperfectivo for de natureza textual.

3.2.2.8 Modificadores aspectuais

O passado imperfectivo está relacionado à expressão de progressividade, *continuidade* e iteratividade, mas a forma (IMP e PPROG) não é exclusivamente responsável pela codificação desses valores. Considerando a composicionalidade do aspecto, os adjuntos adverbiais que funcionam como modificadores aspectuais fornecem indícios para determinar a leitura aspectual do passado imperfectivo. O controle deste grupo de fatores considera a proposta de Mendes (2005). Além da ausência da marca, há:

- adjuntos *durativos*, que expressam duração, progressão e localização: *ultimamente, de uns tempos pra cá, hoje em dia, em muitos anos*;
- adjuntos *quantificadores*, que expressam a quantidade de vezes (frequência): *muito, muitas vezes, quase todo dia*.

3.2.2.9 Continuidade da situação

O controle do completamento/continuidade da situação em relação ao intervalo de referência visa averiguar se existe tendência à especialização de formas para a expressão do passado imperfectivo. Em relação à referência, uma situação pode ser *incompleta*, como em (1), *completa*, como em (2), ou *indeterminada*, como em (3).

(1)

E: Quais eram os que tu preferias? [falando sobre gibis e desenhos animados da infância]

F: Ah, tipo Mônica, Pantera Cor-de-rosa, adorava esses filminhos. Todos filminhos de televisão da Pantera Cor-de-rosa, *amava*, como continuo amando até hoje.

(2)

A mãe é uma ótima cozinheira! A minha irmã também. Minha irmã é assim uma cozinheira de mão cheia. Eu não sou muito chegada não. Gosto de fazer mas eu não... *Tinha* uma época que eu não *tinha* paciência. Eu não *tinha* paciência de deixar as coisas cozinhar assim separadamente. Agora até que eu tenho isso. Eu gosto de cozinhar com bastante calma.

(3)

E: Tu te lembras de alguma coisa especial na tua infância, que te marcou?

F: Ah, lembro, achei uma muito divertida. Na época que estava passando aquele filme do King-Kong, pois a gente fomos assistir, né? Imagina! E como na casa do meu avô é tipo assim

uma chácara, então a gente quando voltou do filme, né? a gente sempre *costumava* brincar que *ia procurar* o King-Kong. Então, se *metia* no meio do mato, *iam todos procurar* o King-Kong.

Em (1), a continuidade da situação *amava*, cujo ponto de referência é depreendido discursivamente da pergunta feita pela entrevistadora (gibis e desenhos da infância), é marcada textualmente pela oração *como continuo amando até hoje*. As situações de (2), não ter paciência e não ter paciência para cozinhar, são completas. O completamento é textualmente marcado pela frase *Agora até que eu tenho isso*. Já (3) apresenta situações cujo completamento ou continuidade não são passíveis de determinação. Apesar das situações serem decorrentes da pergunta da entrevistadora (um episódio marcante da infância), não é possível determinar se, no momento da fala, elas são acabadas ou não, pois não é possível afirmar se as brincadeiras de procurar King-Kong ainda prosseguem (ou melhor, ainda prosseguiam no momento da fala).

3.2.2.10 Tipo de seqüência discursiva

Seqüências discursivas são as estruturas convencionalizadas de que o falante dispõe na língua para organizar o seu discurso, marcadas por características como tempo, modo e aspecto verbal, pessoa do discurso em referência, unidades sintática e semântica predominantes (Paredes Silva, 1999, p. 81-82). O uso dessas estruturas em situações reais de comunicação caracteriza os *gêneros do discurso*.² Paredes Silva (1999) aponta três abordagens para seqüências discursivas que interessam para pesquisa sociolinguística laboviana:

- a abordagem da estrutura da entrevista sociolinguística;
- a influência do tipo de texto sobre determinada variável linguística;
- a caracterização do tipo de texto pela recorrência de determinada variável linguística.

Na perspectiva da gramaticalização, a seqüência discursiva costuma influenciar um tipo

² Discute-se muito acerca do estatuto da entrevista sociolinguística quanto a ser ou não um gênero discursivo. Não vou adentrar na discussão.

de mudança que Heine *et al.* (1991) chamam de *reinterpretação induzida pelo contexto*. A recorrência de uma forma em um determinado contexto faz com que a forma assimile traços predominantes no contexto. Uma forma recorrente em um contexto argumentativo pode assimilar traços modais de (des)comprometimento; é o que acontece com alguns marcadores, como o *quer dizer* (Dal Mago, 2001), *acho que e parece que* (Freitag, 2003), *olha e veja* (Rost, 2002).

Rodrigues *et al.* (1996) constatarem a correlação entre certos tempos verbais – especificamente, pretérito perfeito e IMP – e certas situações comunicativas. Os resultados encontrados indicam que o IMP é característico (por ser mais recorrente) de seqüências narrativas e descritivas. Por isso, no plano textual-discursivo, é assumida a proposta de Travaglia (1991, p. 49-50), que, por sua vez, inspirou-se em Orlandi (1988, *apud* Travaglia, 1991).³ A proposta de Travaglia articula a perspectiva do enunciado (modo da enunciação) com o objetivo de enunciação, sistematizada no quadro 10.

Quadro 10: Tipologia textual-discursiva das seqüências discursivas

| | Perspectiva do enunciadador | Objetivo da enunciação |
|-------------|--|---|
| Descrição | Espaço em seu conhecer | Caracterizar, dizer como é |
| Narração | Tempo | Contar, dizer os fatos |
| Dissertação | O conhecer, abstrahindo o tempo e o espaço | Refletir, explicar, avaliar, conceituar, expor idéias |
| Injunção | O fazer posterior ao tempo da enunciação | Incitar à realização de uma situação, dizer a ação requerida, desejada, dizer o que ou como fazer |

3.2.2.11 Tipo de episódio

Para o controle do tipo de episódio, é tomada a proposta tipológica de Labov e Waletzky ([1978] 2003) para o estudo da narrativa, aqui tomada como equivalente a *episódio* (ver seção 3.1.3). A narrativa recapitula a experiência na mesma ordem que os acontecimentos originais.

³ Faltou dizer que Rodrigues *et al.* (1996) também adotam a proposta de Travaglia (1991).

Uma narrativa completa é constituída por unidades menores, formadas por conjuntos de orações narrativas. As unidades formadoras da narrativa, discutidas na seção 3.1.3, são *abstract, orientação, complicação, avaliação e resolução*.

Rodrigues *et al.* (1996) constatarem que nem todas as partes da narrativa estão presentes em todas as narrativas. A orientação é a parte da narrativa mais propensa para a ocorrência do passado imperfeito, já que esta parte é essencialmente descritiva, o que justifica o uso da forma. Em contrapartida, a complicação, parte do discurso narrativo em que é relatada a ordem seqüencial dos acontecimentos, é a parte onde é mais recorrente a forma de pretérito perfeito. Os casos em que ocorre IMP na complicação, segundo Rodrigues *et al.*, são restritos às narrativas que podem ser rotuladas como hipotéticas ou irrealis.

Com o controle do tipo de episódio, espera-se constatar correlações entre formas de passado imperfeito – IMP e PPROG – e contextos de uso, como constatarem Rodrigues *et al.* (1996), ao estudarem a oposição pretérito perfeito e IMP.

3.3 Análise estatística e resultados

Coletados e codificados, os dados foram submetidos à análise estatística. Como a variação na expressão do passado imperfeito tem duas variantes discretas (não-contínuas), o modelo estatístico adotado foi a regressão logística, mais especificamente, a regressão logística com o cálculo de desvio da média ponderada que é realizada pelo programa GoldVarb X (Sankoff, Tagliamonte e Smith, 2005).⁴ A regressão logis-

⁴ Parece haver um mito difundido na literatura sociolinguística de que só o Varbrul (GoldVarb 2.0, GoldVarb 2001 e GoldVarb X são versões) é capaz de analisar adequadamente os dados de pesquisas variacionistas. Entretanto, o modelo utilizado pelo programa é adotado em outras áreas do conhecimento, e pode ser encontrado em vários pacotes estatísticos, como o SPSS e o R. Apesar da especificidade do método do Varbrul – *desvio da média ponderada* – não ser o método usual dos modelos de regressão logística (que adotam o método do *fator de referência*), não há alterações significativas nos

tica é um modelo utilizado para investigar, dentro de um conjunto de possíveis variáveis independentes contínuas ou discretas, quais estão associadas à ocorrência da variável dependente discreta.

Os resultados são calculados em função de um valor de aplicação (ou *sucesso*, em Estatística). Nos níveis gramaticais mais altos, os conceitos sociolinguísticos de estigma e prestígio nem sempre são aplicáveis. Para definir um valor de aplicação (aplicação da regra) nesses níveis de análise, costuma-se evocar o critério do princípio da marcação (Givón, 1995, 2001), que considera a frequência e a complexidade das estruturas, e diferenças quanto à marcação poderiam restringir ou favorecer o uso das formas linguísticas em determinados contextos, linguísticos e sociais.⁵ No caso da expressão do *passado imperfectivo*, PPROG tende a ser a forma mais marcada por conta da sua complexidade estrutural em relação ao IMP (forma perifrástica, em comparação à forma simples, o que demandaria maior complexidade de processamento), e também por conta da sua frequência (IMP é mais recorrente, dada a diversidade de funções que pode desempenhar). Considerando o princípio da marcação, IMP seria a forma mais indicada como valor de aplicação da regra. Para consolidar efetivamente a escolha, pode-se considerar o fato de que IMP é uma forma gramaticalizada na língua, enquanto PPROG está em processo de gramaticalização (Mendes, 1999, Wachowicz, 2005).

Há ainda mais uma justificativa para a escolha de IMP como aplicação da regra: a caça às bruxas do gerundismo. Em um teste de atitude aplicado em 38 estudantes de graduação (já mencionado na última nota da seção 2.3.3), no qual era proposta a escolha entre uma forma simples e uma forma perifrástica de gerúndio, alguns alunos perguntaram se era alguma “pegadinha”, e houve um aluno que preencheu todas as lacunas com a forma simples, mesmo nos

casos em que a frase ficava estranha. A aversão à forma *IRpresente* + estar + *Vndo* parece estar se transformando em uma aversão ao gerúndio. E, neste contexto, PPROG poderia ser considerada uma forma socialmente marcada.

A distribuição dos dados, em três modelos rodados pela análise binomial *up and down*, com IMP como valor de aplicação, é explicitada a seguir (a ordem de apresentação dos fatores corresponde à ordem de seleção estatística):

- O primeiro modelo, na tabela 1, considerou todos os dados recobertos pelo rótulo de *passado imperfectivo* (ou seja, *progresivo*, *continuativo*, *iterativo* e os casos *ambíguos*) computando 882 ocorrências, das quais 546 de IMP e 336 de PPROG.
- O segundo modelo, na tabela 2, considerou apenas os dados referentes ao aspecto imperfectivo durativo, computando 616 ocorrências, das quais 384 de IMP e 232 de PPROG, detalhado na tabela 2.
- E o terceiro modelo, na tabela 3, considerou apenas os dados referentes ao aspecto durativo e que formavam *pares mínimos*, computando 495 ocorrências, das quais 322 de IMP e 173 de PPROG.

O contexto de *pares mínimos* é proposto por Menon (2006, p. 136) na análise da indeterminação do sujeito, mas pode ser expandido para todos os fenômenos de variação nos níveis gramaticais mais altos. Par mínimo é o contexto idêntico em que duas ou mais formas podem ocorrer, ou seja, contextos em que as formas têm o mesmo significado referencial. Contexto idêntico, para a autora, refere-se ao mesmo item lexical, como em (1) e (2).

- (1)
 - a. em geral, *a gente embala* em isopor.
 - b. então você embala no isopor. (Menon, 2006, p.137) exemplo (11) (146)
- (2)
 - a. *0 não pensávamos* em rapazes.
 - b. *Não se pensava* em rapazes. (*op. cit., loc. cit.*) exemplo (14) (159)

Para a variação na expressão do passado imperfectivo, foram considerados pares mínimos os verbos que receberam as formas de IMP e de PPROG, e que codificam o mesmo valor aspectual, o de *duratividade*. Foram computados 66 itens lexicais que formam pares mínimos, ou seja, contextos em que os mesmos verbos recebem tanto a forma de IMP como de PPROG, como em (3) a (8).

resultados (Oliveira, 2006). Outros pacotes ainda dispõem de outros testes de significância entre os fatores. Apesar disso, ainda opto pelo Varbrul, que é um software gratuito.

⁵ Sobre a relação entre o princípio da marcação no plano linguístico e sua interação com o papel social do indivíduo, ver as discussões de Tavares (2006) e Freitag e Gorski (2006).

- (3) Na época que eu mais precisei dele, que eu mais *precisava* de um apoio, foi quando a minha mãe morreu. (SC FLP FAP 03)
- (4) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *estava precisando* economizar pra começar nossa vida. (SC FLP FAP 01)
- (5) Eu cuidei muito disso, porque eu *sabia* que ele é muito do tipo machão, que ele ia se importar muito pelo meu futuro. (SC FLP FAC 20)
- (6) Aí voltamos para o hospital, quer dizer, uma não *estava sabendo* da outra, que a outra estava doente, né? (SC FLP FAP 03)
- (7) Eu *trabalhava* lá há oito meses. Fez um mês que eu saí. E agora está ruim de serviço, né? (SC FLP FJP 03)
- (8)

Por exemplo, se é um dia que estão pegando peixe, a época da tainha, vão aquelas crianças tudo já pra praia. Então eles acham que a gente tem que dar frequência pra criança, porque a criança *estava trabalhando*. (SC FLP MAG 12)

Os resultados quantitativos são retomados nos capítulos 4 e 5, a seguir, com a seguinte sistemática: os resultados das três tabelas são discutidos simultaneamente para elucidar as motivações semântico-cognitivas (que se respaldam nos fatores lingüísticos apresentados na seção 3.2.2) e as motivações sociais (fatores sociais, apresentados em 3.2.1). Para alguns grupos de fatores, como o aspecto inerente, por exemplo, foram realizadas análises complementares *one-level* e novas análises com amalgamação de fatores para melhorar elucidar relações associativas entre os grupos de fatores e a ocorrência do fenômeno.

Tabela 1: Modelo de regressão contendo todas as variáveis independentes selecionadas por up and down para a variável IMP com todos os dados de análise

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|---|---------------|------|------------|
| Extensão da situação | | | |
| <i>instantânea</i> | 0,38 | 48,0 | 167/348 |
| <i>curta</i> | 0,44 | 57,9 | 81/140 |
| <i>média</i> | 0,57 | 71,3 | 207/286 |
| <i>longa</i> | 0,71 | 82,4 | 89/108 |
| Dinamismo | | | |
| + | 0,40 | 52,8 | 297/563 |
| - | 0,66 | 78,1 | 249/319 |
| Aspecto | | | |
| <i>Progressivo</i> | 0,17 | 20,0 | 12/60 |
| <i>Durativo</i> | 0,49 | 62,3 | 384/616 |
| <i>Iterativo</i> | 0,76 | 84,3 | 59/70 |
| <i>Ambíguo</i> | 0,57 | 66,9 | 91/136 |
| Polaridade | | | |
| <i>Positiva</i> | 0,46 | 57,8 | 435/752 |
| <i>Negativa</i> | 0,72 | 85,4 | 111/130 |
| Tipo de referência | | | |
| <i>IMP em oração coordenada</i> | 0,59 | 74,0 | 135/169 |
| <i>PP em oração coordenada</i> | 0,51 | 63,8 | 67/105 |
| <i>IMP em oração subordinada</i> | 0,49 | 64,2 | 43/67 |
| <i>PP em oração subordinada</i> | 0,22 | 33,8 | 27/80 |
| <i>Oração temporal</i> | 0,63 | 72,0 | 36/50 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,40 | 50,4 | 61/121 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,55 | 64,5 | 187/290 |
| Faixa etária | | | |
| <i>15 a 21 anos</i> | 0,34 | 42,7 | 91/213 |
| <i>25 a 49 anos</i> | 0,57 | 70,1 | 356/508 |
| <i>Mais de 50 anos</i> | 0,48 | 61,5 | 99/161 |
| Escolaridade | | | |
| <i>4 a 5 anos</i> | 0,50 | 63,1 | 234/371 |
| <i>8 a 9 anos</i> | 0,59 | 64,3 | 189/294 |
| <i>10 a 11 anos</i> | 0,37 | 56,7 | 123/217 |
| Total | | 61,9 | 546/882 |
| Input: 0,65 Log -457,819 Significância: 0,000 | | | |

Tabela 2: Modelo de regressão contendo todas as variáveis independentes selecionadas por up and down para a variante IMP com dados de aspecto imperfeito durativo

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|----------------------------------|---------------|---------------|-------------|
| Extensão da situação | | | |
| <i>instantânea</i> | 0,33 | 44,1 | 109/247 |
| <i>curta</i> | 0,42 | 62,2 | 56/90 |
| <i>média</i> | 0,60 | 74,0 | 142/192 |
| <i>longa</i> | 0,80 | 88,5 | 77/87 |
| Dinamismo | | | |
| + | 0,38 | 48,1 | 155/322 |
| - | 0,64 | 77,9 | 229/294 |
| Polaridade | | | |
| <i>Positiva</i> | 0,45 | 57,3 | 293/511 |
| <i>Negativa</i> | 0,74 | 86,7 | 91/105 |
| Tipo de referência | | | |
| <i>IMP em oração coordenada</i> | 0,61 | 76,3 | 74/97 |
| <i>PP em oração coordenada</i> | 0,52 | 62,5 | 50/80 |
| <i>IMP em oração subordinada</i> | 0,57 | 70,8 | 34/48 |
| <i>PP em oração subordinada</i> | 0,25 | 40,3 | 25/63 |
| <i>Oração temporal</i> | 0,55 | 66,7 | 22/33 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,41 | 52,9 | 46/87 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,54 | 63,6 | 133/209 |
| Escolaridade | | | |
| <i>4 a 5 anos</i> | 0,50 | 64,5 | 156/242 |
| <i>8 a 9 anos</i> | 0,61 | 63,1 | 130/206 |
| <i>10 a 11 anos</i> | 0,37 | 58,3 | 98/168 |
| Faixa etária | | | |
| <i>15 a 21 anos</i> | 0,36 | 42,6 | 75/176 |
| <i>25 a 49 anos</i> | 0,57 | 72,1 | 248/344 |
| <i>Mais de 50 anos</i> | 0,50 | 63,5 | 61/96 |
| total | | 63,2 | 384/616 |
| | Input: 0,67 | Log: -315.975 | Sig.: 0,004 |

Tabela 3: Modelo de regressão contendo todas as variáveis independentes selecionadas por up and down para a variante IMP com dados de aspecto imperfeito durativo formando pares mínimos (495 tokens distribuídos entre 66 types)

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|----------------------------------|---------------|----------------|-------------|
| Extensão da situação | | | |
| <i>instantânea</i> | 0,32 | 46,3 | 88/190 |
| <i>curta</i> | 0,42 | 62,9 | 44/70 |
| <i>média</i> | 0,61 | 77,5 | 124/160 |
| <i>longa</i> | 0,78 | 88,0 | 66/75 |
| Dinamismo | | | |
| + | 0,41 | 52,1 | 136/261 |
| - | 0,60 | 79,5 | 186/234 |
| Polaridade | | | |
| <i>Positiva</i> | 0,44 | 60,5 | 244/405 |
| <i>Negativa</i> | 0,74 | 86,7 | 78/90 |
| Tipo de referência | | | |
| <i>IMP em oração coordenada</i> | 0,63 | 79,7 | 63/79 |
| <i>PP em oração coordenada</i> | 0,54 | 65,1 | 41/63 |
| <i>IMP em oração subordinada</i> | 0,53 | 67,6 | 25/37 |
| <i>PP em oração subordinada</i> | 0,22 | 41,3 | 19/46 |
| <i>Oração temporal</i> | 0,61 | 78,3 | 18/23 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,39 | 56,2 | 41/73 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,53 | 66,1 | 115/174 |
| Escolaridade | | | |
| <i>4 a 5 anos</i> | 0,48 | 65,5 | 131/200 |
| <i>8 a 9 anos</i> | 0,62 | 66,7 | 112/168 |
| <i>10 a 11 anos</i> | 0,37 | 62,2 | 79/127 |
| Faixa etária | | | |
| <i>15 a 21 anos</i> | 0,38 | 46,8 | 65/139 |
| <i>25 a 49 anos</i> | 0,55 | 72,5 | 206/284 |
| <i>Mais de 50 anos</i> | 0,54 | 70,8 | 51/72 |
| Homogeneidade | | | |
| + | 0,52 | 68,6 | 295/430 |
| - | 0,35 | 41,5 | 27/65 |
| total | | 65,1 | 322/495 |
| | Input: 0,70 | Log: -248, 660 | Sig.: 0,039 |

4 Motivações semântico-cognitivas

Os resultados estatísticos apresentados na seção 3.3 apontam que os fatores lingüísticos que influenciam na variação entre IMP e PPROG são de natureza semântico-cognitiva: a natureza aspectual, o aspecto inerente do predicado, o tipo semântico-cognitivo do verbo, a extensão da situação, a polaridade e o tipo de referência. Neste capítulo, são discutidos os resultados obtidos para os fatores mencionados acima e o que eles podem indicar no processo de variação/mudança na expressão do passado imperfeito.

4.1 Valores aspectuais do imperfeito passado

Como discutido na seção 2.3, o domínio aspectual do imperfeito pode ser subespecificado em nuances de imperfectividade. As relações de dominância estabelecidas na proposta de classificação aspectual de Comrie (1976) respaldam uma hipótese de que há um sentido mais específico, o progressivo, do qual derivam os demais sentidos, até o imperfeito genérico, que afrouxa as exigências semânticas para a determinação das nuances da imperfectividade, e pode recobrir todos os valores aspectuais do imperfeito.¹ Considerando a oposição

¹ Gonçalves (2007) defende que o habitual é o valor aspectual mais específico do imperfeito, do qual derivam todos os demais. Essa idéia merece uma discussão mais aprofundada, principalmente porque o valor habitual é a ponte entre o aspecto e a modalidade (ver seção 4.1.3.2).

específico/genérico, as nuances da imperfectividade podem ser distribuídas em função de uma trajetória de gramaticalização, que pode dar pistas de como se deu a generalização/expansão dos contextos de uso das formas na expressão do passado imperfeito.

4.1.1 Gramaticalização dos valores aspectuais

No plano gramatical, a recorrência de certa forma em certo contexto tende a levar à convencionalização, ou, no modelo evolutivo, à replicação alterada, que é motivada funcionalmente, dirigida e em processo unidirecional – gramaticalização. Apesar de ser um processo predominantemente social, a seleção pode ser funcionalmente motivada pela mudança histórica e pela variação translingüística existente, o que levaria a universais de mudança lingüística. Em busca de universais lingüísticos, Bybee (2003a) sugere que a mudança lingüística também segue trajetórias universais de desenvolvimento diacrônico. Para o domínio do presente/imperfeito, a autora sugere três trajetórias que ocorrem com relativa regularidade nas línguas.

- ‘estar localizado em’
- ‘movimento’ → progressivo → presente/imperfeito
- reduplicação

A trajetória proposta por Bybee é pertinente ao português. A autora afirma que centenas de línguas africanas têm o progressivo como origi-

nário de um locativo (Heine *et al.*, 1991); no português verifica-se o mesmo. Verbos de movimento originam progressivos no espanhol, tojolabal, tok pisin, entre outras línguas (Bybee *et al.* 1994), dentre elas, novamente o português.²

(1)

Andaba escribiendo para los periódicos.
iIMP 3p.s. escrever-ndo
'Andava escrevendo para os jornais'

Da reduplicação decorre o iterativo, que pode vir a tornar-se um progressivo, ou um imperfeito, como nas línguas nakanai, rukai, gugu-yanlaji e trukese (Bybee *et al.* 1994).

(2)

Eia o-io sa-sapa. Nakanai
(Johnston, 1980 *apud* Bybee, 2003a)
3p. s. lá REDUP-varrer
'Ela estava varrendo'

(3)

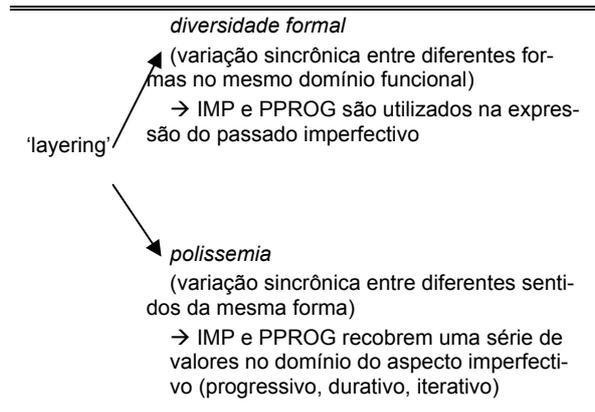
Eia sa-sapa te la kavikoki.
3p.s. REDUP-varrer PREP MN manhãs
(MN: marcador nominal)
'Ela varria/estava varrendo nas manhãs'

No português, a possibilidade de imperfetividade por reduplicação pode ser aventada, considerando que o aspecto iterativo pode vir a ser marcado lexicalmente, como nos pares *saltar* e *saltitar*, *cantar* e *cantarolar*.

Bybee ainda cita a constatação de Comrie (1976), de que progressivos podem se tornar imperfectivos genéricos em yorubá, gálico da Escócia e turco. A dinamização da trajetória de mudança do imperfectivo gera o que Hopper (1991) chama de *layering*, camadas. Na perspectiva sociofuncionalista, a coexistência de camadas, ou seja, a coexistência de diferentes formas, leva à situação de estratificação/variação. Torres Cacoullos (2001) revê o princípio das camadas. Segundo a autora, o termo 'layering' pode ser visto em duas perspectivas nos estudos de gramaticalização, e ambas são essenciais para garantir a aproximação com a teoria variacionista. Na proposta original de Hopper (1991), o princípio das camadas é explorado em termos da sua *diversidade formal*. Porém o princípio das camadas pode ser explorado no que Torres Cacoullos chama de *polissemia*. A abordagem de ca-

madas como polissemia é a adotada, por exemplo, por Thompson e Mulac (1991), ao discutir a gramaticalização dos parentéticos epistêmicos no inglês, em que *I think* como núcleo de oração principal (*I think that...*) coexiste com *I think*, parentético epistêmico.³

Quadro 11: Layering como diversidade formal e polissemia (Torres Cacoullos, 2001, p. 463)



A gramaticalização resulta em camadas de dois tipos, que são complementares: formal e semântico, como no quadro 11. Na expressão do passado imperfectivo verifica-se a atuação do princípio das camadas como diversidade formal, variação sincrônica entre diferentes formas no mesmo domínio funcional: duas formas, IMP e PPROG, que funcionam como equivalentes semânticos do ponto de vista da expressão da imperfectividade. No fenômeno também se verifica a atuação do princípio das camadas como polissemia, ou variação sincrônica entre diferentes valores da mesma forma, o que é comprovado pela existência de uma gama de valores do imperfectivo, do progressivo ao iterativo, passando por casos ambíguos. A perspectiva diacrônica se encarrega de providenciar uma solução para o problema das diferenças de significado nas variáveis sob gramaticalização, por meio de sobreposição ou especialização de funções (Tavares, 2003).

² A trajetória de PPROG é apresentada e discutida na seção 3.2.1.3. Para mais detalhes, ver Mendes (1999).

³ Para o português, ver Freitag (2003).

4.1.2 Valores do passado imperfectivo

Como foi discutido na seção 2.3, o passado imperfectivo é um rótulo amplo que recobre uma escala de valores dentro da imperfectividade, do mais ao menos específico: *progressivo*, *durativo* e *iterativo*, como em (1), (2) e (3), respectivamente. O valor habitual, o menos específico na escala do imperfectivo, foi excluído da análise por conta da correlação categórica com a forma IMP, como já mencionado anteriormente.

- (1) F Eu li do Marcos Rey, “Sozinha no Mundo”, que eu gostei.
E Como é que era?
F Que conta a história de uma menina, que ela *ia* pra Serra Azul procurar um tio dela, né? que mandava dinheiro pra ela e pra mãe dela. Daí, quando ela *estava indo*, ela conheceu uma família muito legal, né? (SC FLP FGJ 07)
- (2) No judô uma coisa que marcou foi, eu era, acho, faixa laranja. Meu irmão também na época *fazia* judô, meu irmão mais velho, né? *fazia* judô, e a Suzana deu um, entrou um fioitôxi e caiu com o cotovelo em cima da barriga dele e hoje aquela imagem já, hoje essa, até hoje a imagem fica gravada na minha cabeça (SC FLP MJC 01)
Aí eu *estava trabalhando* com ele, tudo, aí *trabalhava* na obra dentro, que eles *estavam fazendo* algumas repartições ali dentro da Imprensa Oficial. (SC FLP MJP 10)
- (3) Ah! eu quando *ia* pra casa do meu irmão eu tinha dezesseis anos, dezesseis pra dezessete. (SC FLP MJP 10)

Foram ainda considerados os casos aspectualmente ambíguos, ou seja, casos em que não é possível definir qual o valor aspectual considerado naquele contexto, provavelmente porque a especificação aspectual do imperfectivo não era relevante para a situação comunicativa, como apresentado na seção 2.1.3.

- (4) Ah! eu quando *ia* pra casa do meu irmão eu tinha dezesseis anos, dezesseis pra dezessete. É que eu *brigava* muito aqui, né? se juntava com o meu primo, *estava brigando* muito. (SC FLP MJP 10)

A ocorrência de ambigüidade é uma consequência do princípio das camadas como polissemia. O fato de uma mesma forma assumir

diferentes valores pode gerar ambigüidade, que, dependendo da relevância para a situação comunicativa, pode ou não ser desfeita, por meio de paráfrase ou repetição.

O controle dos valores aspectuais do passado imperfectivo, definido no capítulo 2, tem como propósito evidenciar a atuação do *layering*, princípio das camadas (Hopper, 1991), e averiguar os efeitos da seleção de formas funcionalmente motivadas – os universais lingüísticos – como a dimensão histórica e a dimensão translingüística.

A hipótese norteadora do controle desse fator está relacionada com a escala hierárquica do aspecto imperfectivo de Comrie (1976): a frequência do progressivo, o valor aspectual mais específico, deve estar correlacionada à forma PPROG; a frequência do iterativo, por conta da sua proximidade do valor habitual (categórico para IMP) deve estar associada à forma IMP. Antes de partir para a apresentação dos resultados quantitativos, a trajetória de gramaticalização das formas é apresentada na seção a seguir.

4.1.3 Trajetórias de gramaticalização

Considerando os domínios funcionais salientes na expressão do passado imperfectivo, e transformando os critérios para a definição dos valores aspectuais do imperfectivo, apresentados no quadro 5, em parâmetros para a determinação de instâncias de gramaticalização (recorrência da situação e extensão do intervalo da estrutura temporal), a trajetória de mudança semântico-discursiva para as formas é a seguinte:

- *Progressivo* (pontual, uma única vez) →
- *Durativo* (estendido, uma única vez) →
- *Iterativo* (estendido, mais de uma vez) →
- *Habitual*⁴ (indeterminado)

A trajetória traça a transferência semântica que ocorre no processo, por estágios de sobreposição de valores (A → A, B → B), modelo que Heine *et al.* (1991) denominam de *reinterpretação induzida pelo contexto*. A reinterpretação induzida pelo contexto consiste na transição

⁴ Lembrando que o valor habitual está excluído da análise quantitativa por conta da ocorrência categórica de IMP.

gradual e contínua de um significado A para um significado B que está presente no contexto, mesmo que implicitamente, por meio de inferência. Tome-se um contexto em que a forma A, além do valor A, permita a inferência de um valor B, por contigüidade (processo metonímico). Em dado momento, o valor B convencionaliza a inferência e dá-se a mudança.

A correlação entre forma e função, mais especificamente, PPROG → aspecto imperfectivo progressivo e IMP → aspecto imperfectivo iterativo, aponta para a possibilidade de as trajetórias de gramaticalização das formas serem opostas, indicando a tendência à especialização de usos. Ou seja, PPROG parte do progressivo ao iterativo, enquanto IMP parte do iterativo ao progressivo. As trajetórias são opostas porque partem de domínios funcionais diferentes: PPROG sai do domínio aspectual estrito do imperfectivo ao genérico; IMP sai do domínio da modalidade e chega ao domínio do aspecto, via *iterativo*.

4.1.3.1 Do aspecto estrito ao aspecto genérico

Para PPROG, a trajetória segue a delineada por Torres Cacoullós (2001) que, na sua análise do espanhol, aponta que a perífrase *estar* + gerúndio, diacronicamente, perdeu o sentido locativo espacial estrito por conta de esvaziamento semântico decorrente da gramaticalização, assim como ocorre no português, e expandiu o sentido aspectual para imperfectivo. Na trajetória de gramaticalização, quanto às propriedades semânticas do auxiliar, o valor aspectual progressivo perde o sentido específico, assumindo o sentido genérico de imperfectivo (esta trajetória é analisada mais especificamente na seção 4.2.1.3), por conta da generalização semântica ou *bleaching* (Bybee *et al.*, 1994). No espanhol falado no México, as construções *estar* + gerúndio e *andar* + gerúndio recobrem um leque de usos no territó-

rio do imperfectivo, do progressivo ao habitual, funcionando, inclusive, como variantes de uma variável socialmente estratificada. A direção da mudança é *progressivo* → *durativo* → *iterativo* → *habitual*, o que ainda não é verificado no português em termos de frequência de uso (iterativo) e de ocorrência (habitual), pelo menos na fatia temporal analisada.

4.1.3.2 Da modalidade ao aspecto

Para IMP, a trajetória parte do domínio da modalidade. O estudo de Travaglia (1987) sugere uma classificação para o IMP que considera o grau de afastamento da realidade que o falante atribui à situação, que, segundo o autor, é capaz de explicar quase todos os usos discursivos do IMP: “esta se caracteriza por *permitir ao falante afastar um processo verbal da realidade* (seja este afastamento real ou apenas da perspectiva do falante) e *não se comprometer perante o ouvinte em virtude do que diz, afastando de si qualquer responsabilidade pelo enunciado na situação de enunciação* (op. cit., p. 85, grifos do autor). As relações de afastamento da realidade e de comprometimento/descomprometimento do falante acerca do conteúdo proposicional estão no domínio da modalidade.

A classificação de Travaglia pode ser vista como um contínuo de gramaticalização, que se materializa na forma de um gradiente de afastamento da realidade, representado pela linha contínua horizontal (figura 11). Quanto mais à esquerda está situado o uso, maior o grau de afastamento da realidade. A linha vertical tenta estabelecer um limite entre o afastamento e o não-afastamento da realidade; o tracejado é justamente para denotar que o limite não é preciso, abarcando casos em que não há afastamento considerável da realidade, mas permanece o não-comprometimento do falante.

Figura 11: Valores discursivos do IMP (Travaglia, 1987, p. 86)

| Total afastamento da realidade | | | | Presença da realidade ou não marcação da realidade do processo verbal no momento da enunciação | | |
|---|---|--------------------------------|----------------------------|--|------------------------------------|--|
| - Situação de fantasia do faz-de-conta infantil | - Situação de compra | - Pergunta indireta e delicada | - Hipótese com condicional | - Hábito | - Descrição de situações dinâmicas | - Expressão de um processo que estava em curso, quando outro ocorreu |
| - Discurso onírico | - O IMP indica um processo em cuja possibilidade o falante não acreditava, mas que efetivamente se realizou | - IMP de cortesia | - Hipótese sem condicional | - Descrição de cenários, lugares, paisagens e situações estáticas. | | - Passado próximo |

Na figura 11, os valores do IMP à esquerda da linha vertical tracejada correspondem à definição de Travaglia (1987) e de De Mulder (2004). Os estudos de Costa (1997), Silva (1998), Karam (2000) e Domingos (2004) tratam, em certo grau, desses valores.¹

- Costa (1997) analisa a variação entre formas de futuro do pretérito (*-ria* e *ia + infinitivo*) e de IMP em amostras orais e escritas do falar carioca. Os resultados apontam para a influência do tipo de seqüência discursiva na escolha das formas: IMP tende a ser utilizado em contextos narrativos, ainda que significando *irrealis*, enquanto o futuro do pretérito tende a ser utilizado em contextos argumentativos.
- Silva (1998) ressalta que a variação entre futuro do pretérito e IMP já é prevista por algumas gramáticas normativas nos contextos: (i) o uso do imperfeito pelo futuro do pretérito indicando certeza sobre os fatos futuros; (ii) o futuro do pretérito pelo imperfeito marcando incerteza sobre fatos passados; e (iii) o uso de uma dessas formas pelo presente indicando polidez. Porém, na fala, a variação não se dá dessa forma.
- Karam (2000) discute a variação entre IMP e o futuro do pretérito, e também da perífrase *ir + infinitivo*. A análise dos dados aponta que: (i) a *modalidade* é importante

condicionante no uso da regra variável, com o fator *extremo epistêmico* favorecendo o uso de perífrase, que indica mais futuridade; (ii) o uso do 'futuro do pretérito' inibe o uso de formas similares nas orações subsequentes; e (iii) quando a referência e o evento estão no passado, a forma verbal de pretérito imperfeito é favorecida.

- Domingos (2004) analisa a variação entre IMP, pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do pretérito na função cotemporalidade a um ponto de referência passado *irrealis*. Os contextos lingüísticos que condicionam o uso das formas verbais IMP e pretérito imperfeito do subjuntivo são: modalidade, tipo de verbo na oração principal e verbo cognitivo. O paralelismo formal também é um fator importante no condicionamento da variação, se IMP já apareceu antes no discurso, há grandes probabilidades de ser este o tempo verbal usado nas orações subordinadas.

O afastamento da realidade pode ser associado à codificação de modalidade *irrealis*, valor prototípico de outras formas verbais com as quais o IMP pode variar. A variação está prevista, em alguns casos, nas gramáticas normativas da língua portuguesa, como a variação entre IMP e futuro do pretérito e, em outros casos, não, como a variação entre IMP e pretérito imperfeito do subjuntivo.

De acordo com Travaglia (1987), os usos à esquerda da linha tracejada podem ser resumidos pelo seguinte valor discursivo básico: "o falante usa o pretérito imperfeito do indicativo sempre

¹ Cipria (2004) e Thieroff (1999) também lidam com valores do IMP em línguas românicas, como o IMP inceptivo: *Frida dijo que ensayaba el libreto em una hora*, equivalente à *Frida disse que ensaiaria/ensaiava o libreto em uma hora*.

que deseja ou precisa se afastar (fugir, escapar, ausentar-se) da realidade ou vê ou quer apresentar um fato como fora da realidade, afastando de si qualquer responsabilidade ou comprometimento pelo que diz, ante o ouvinte” (*op. cit.*, p. 70). Esse valor abarca, por exemplo, os usos como o de situações de fantasia do faz-de-conta infantil, como ilustra o primeiro verso da música *João e Maria*, de Chico Buarque e Sivuca, em (1).²

- (1) Agora eu *era* o herói/ E o meu cavalo só *falava* inglês/ A noiva do cowboy *era* você/ Atrás de outras três

Os outros usos abarcados pela definição são o *imperfeito de polidez* ou *cortesia*, em (2), *pergunta indireta e delicada*, em (3), *situação de compra*, em (4), *hipótese sem condicional*, em (5), e a *hipótese com condicional*, em (6).

- (2) Será que você não me emprestava seu livro?
Você *segurava* minha bolsa enquanto eu telefono?
- (3) João disse que você *fazia* belos calçados.
- (4) Comprador: Você não *tinha* aí uma lapiseira de 3 mm?
Vendedor: Não. Só tenho de 5 e de 7 mm.
- (5) Eu estou tão cansado. Eu *precisava* descansar.
- (6) Se ele viesse, eu *falava* com ele.
O patrão é porque não tem força. Tivesse ele os meios e isso *virava* um fazendão (Cunha, 1972, p. 317)

Nos usos de (2) a (5), o IMP pode alternar com o presente do indicativo, mas nesse caso, o distanciamento se perderia. O mesmo se dá com (6), em que o IMP pode alterar com futuro do pretérito, mas o fato, ao invés de ser apresentado como certo, mas afastado da realidade por falta de meios, segundo Travaglia (1987), seria apresentado como hipotético, provável, mas não fora da realidade.

Nos usos à direita da linha vertical tracejada o valor proposto “ou não está presente ou aparece tão atenuado que fica difícil dizer se ele realmente está presente ou não” (Travaglia, 1987, p. 81). Esses valores não têm sido contemplados com estudos, possivelmente porque não costumam ser associados a uma forma variante, assim como o são os usos à esquerda da linha tracejada. São as descrições estáticas (7), o hábito (8), as descrições dinâmicas (9), o passado simultâneo a outro (10) e o passado que se estende até o presente (11), ilustrados a seguir.

- (7) A cidade *era* muito calma. Quase não *havia* barulho.
- (8) Nos fins de semana, ele *visitava* os pais na fazenda.
- (9) Debaxo de um itapicuru, eu *fumava* e *apreciava* a tropilha de cavalos, que *retouçavam* no gramado vasto. A cerca *impedia* que eles me vissem.
- (10) Quando minha irmã *arrumava* as malas, o noivo a chamou ao telefone, para terminarem tudo.
- (11) Obrigado, há vinte e quatro horas eu não *comia*.

Nesses usos, os valores temporais-aspectuais são mais salientes do que os valores modotemporais, que caracterizam os usos à esquerda da linha vertical. Temporalmente, esses usos caracterizam situações que ocorrem em um momento anterior ao momento da fala. Em alguns casos, a situação tem um limite determinado, ainda no momento anterior ao da fala, e em outros, como no caso do passado que se estende até o presente, a situação pode perdurar para além do momento da fala.

Em princípio, os valores situados à direita da linha tracejada podem ser considerados passíveis de intercâmbio entre IMP e PPROG: descrições estáticas, habitualidade, descrições dinâmicas, passado simultâneo a outro, e passado que se estende até o presente. Vejam-se as restrições.

As descrições estáticas estão entre a linha limítrofe do afastamento/não-afastamento da realidade. Em descrições estáticas (descrições de lugares, cenários e paisagens ou situações estáticas), de acordo com Travaglia (*op. cit.*, p. 78-79), o falante tem como opção utilizar duas for-

² Os exemplos (1)-(11) foram retirados de Travaglia (1987).

mas verbais, o presente e o IMP. A escolha por IMP nas descrições estáticas é dependente do juízo de valor que o falante faz, mais especificamente, dependente do grau de asseveração do falante em relação ao estado de coisas. Funciona como uma espécie de marcador de descomprometimento com a realidade. IMP, neste valor, está na fronteira do domínio modo-temporal, tanto que Travaglia situa-o sob a linha limítrofe do afastamento da realidade.

Nas descrições estáticas, os verbos mais recorrentes são os verbos estáticos, como *ser, haver, ter, ficar*, etc., tipos semânticos de verbo que, como apontam Ilari e Mantoanelli (1983, p. 32), salvo raros contextos, são incompatíveis com PPROG; o valor de IMP em descrições estáticas, portanto, não pode ser considerado candidato à equivalente semântico de PPROG. Por conta da categoricidade de IMP, o valor que Travaglia (1987) denomina de ‘descrições estáticas’ é eliminado.

O valor habitual do IMP também está situado sob a linha limítrofe do afastamento da realidade, conforme a proposta de Travaglia (1987). Refere-se à expressão de um processo habitual passado, e a escolha da forma está relacionada com o não-comprometimento do falante com a validade do hábito no presente (momento da fala), embora o hábito seja considerado real e válido no passado. Nesse sentido, o valor habitual de IMP, segundo Travaglia, pode ser considerado próximo ao do das descrições estáticas. Segundo Travaglia (1987), no uso habitual, o IMP não se alterna com outros tempos verbais, diferentemente do que pode ocorrer com os valores situados à esquerda da linha limítrofe do afastamento da realidade. Porém, o PPROG parece um candidato à alternância, como ilustrado no exemplo (12).

(12) Nos fins de semana ele *estava visitando* os pais na fazenda.

A situação de (12) pode ser parafraçada por “Nos fins de semana, ele *costumava* visitar os pais na fazenda”. Wachowicz (2003) também sugere a possibilidade de PPROG expressar valor habitual, em certos contextos. Porém, apesar da virtual possibilidade de intercâmbio entre as formas, o valor habitual foi excluído porque nos contextos de narrativa das entrevistas da amostra

de Florianópolis do VARSUL não foram encontradas ocorrências de PPROG com valor habitual. A inclusão de uma variável categórica traz implicações metodológicas sérias, a ponto de inviabilizar a análise (cf. seção 2.3.4).

Os usos de IMP nas *descrições dinâmicas* e nas *situações passadas em andamento* em relação a outra situação também passada são diferentes, de acordo com Travaglia (1987), por conta do afastamento da realidade, presente no primeiro e ausente no segundo. Nas descrições dinâmicas, a situação é apresentada como não comprometida com o resultado, pois é apresentada como em curso, em desenvolvimento no passado, o que deixaria uma leve nuance de afastamento da realidade (*op. cit.*, p. 81).³ Nas situações passadas em andamento em relação à outra, Travaglia argumenta que o afastamento parece se anular, por conta do contraste na relação de figura e fundo no plano narrativo (Hopper, 1979). O IMP constitui o fundo ao qual se superpõe a figura, codificada pelo pretérito perfeito. O falante salienta através do uso do pretérito perfeito o processo subjetivo mais importante. Também nesses dois usos, de acordo com Travaglia, o IMP não se alterna com outros tempos verbais. Mas o intercâmbio com PPROG parece ser perfeitamente aceitável, com em (13).

(13) Quando minha irmã *estava arrumando* as malas, o noivo a chamou ao telefone para terminar tudo.

A situação de (10)/(13) ilustra o que Travaglia define como *situações passadas em andamento* em relação à outra, em que o IMP codifica a situação de fundo, em andamento em relação à situação de figura, em um intervalo temporal que não pode ser delimitado (por conta da exiguidade do contexto).

O último valor de IMP proposto por Travaglia, o de passado próximo que parece se estender até o momento de fala, é muito amplo, e está mais relacionado com as escolhas aspectuais que o falante faz para estruturar a situação e com o

³ Travaglia não exemplifica este tipo de uso do IMP; de acordo com a descrição dada, o comportamento é muito semelhante ao valor de situação passada em andamento. O caráter descritivo parece mais estar relacionado ao plano narrativo do que ao valor de IMP propriamente.

contexto discursivo.⁴ Os valores que Travaglia denomina de *descrições dinâmicas* e de *passado em andamento* em relação a outro são os que propiciam a variação entre IMP e PPROG (ex. (8) e (12); (10) e (13)).

Considerando a proposta de Travaglia, a trajetória de gramaticalização de IMP é estabelecida em função do grau de afastamento da realidade. Os contextos em que a forma pode intercambiar com PPROG são aqueles em que o afastamento da realidade não é tão saliente. Ou seja, considerando que as formas verbais são um conjunto de traços de TAM, os contextos em que IMP pode alternar com PPROG são TAM.

O mecanismo específico atuante no processo de gramaticalização de IMP é o mesmo de PPROG, a generalização semântica. Porém, a trajetória parece ser contrária à de PPROG, ou seja, *habitual* → *iterativo* → *durativo* → *progressivo*, ou da modalidade ao aspecto.

O elo de ligação entre aspecto e modalidade na expressão do passado imperfectivo é o valor habitual. Via modalidade, o valor habitual deriva o valor iterativo (Cristofaro, 2004).

O afastamento/distanciamento da realidade é uma nuance do domínio funcional da modalidade, na medida em que o afastamento implica baixa adesão com o conteúdo proposicional, ao passo que a aproximação implica adesão ao conteúdo proposicional. Givón (1995) divide a modalidade em epistêmica, que está relacionada à verdade, crença, probabilidade, certeza e evidência; ou deontica, relacionada à preferência, dese-

jo, intenção, habilidade, obrigação e manipulação. As modalidades epistêmicas da tradição lógica aristotélica, segundo Givón (*op. cit.*), teriam equivalentes comunicativos: à verdade necessária da tradição lógica corresponde o equivalente comunicativo da *pressuposição*; à verdade factual, a asserção *realis*; à verdade possível, a asserção *irrealis*; e à não-verdade, a asserção *negativa*.

A redefinição comunicativa para as modalidades epistêmicas da tradição clássica concebe a pressuposição como uma proposição assumida como sendo verdadeira por concordância anterior, convenção cultural, ou obviedade a todos os presentes na situação de fala. A asserção *realis* toma uma proposição fortemente assertada como sendo verdadeira. A asserção *irrealis* tem uma proposição fortemente assertada como sendo possível, provável ou incerta. A asserção negativa toma a proposição fortemente assertada como sendo falsa, mais comumente em contradição com a crença explícita ou assumida pelo ouvinte.

Givón (1995, p. 116) aponta ainda que a correlação entre tempo-aspecto e modalidade epistêmica é fortemente previsível, especialmente passado/perfectivo, correlacionado ao *realis* ou pressuposição; presente/progressivo, correlacionado ao *realis*; futuro, correlacionado ao *irrealis*; e habitual, correlacionado ao *irrealis* e/ou *realis*. A correlação tempo-aspecto/modalidade epistêmica apontada por Givón é discutida por Fleischman (1995), mais especificamente imperfectivo e *irrealis*.

Fleischman segue a tendência de Comrie (1976) e de Bybee *et al.* (1994) de agrupar sob aspecto imperfectivo as subcategorias aspectuais de contínuo, habitual/iterativo e progressivo. A noção de *irrealis* é ampliada para além da verdade possível de Givón. Fleischman (1995, p. 522) caracteriza *irrealis* como uma categoria prototípica no nível semântico que codifica uma gama de significados que sinalizam a falta de crença do falante ou a falta de compromisso com:

- a realidade ou a referencialidade da situação;
- a possibilidade de que um desejo ou intenção do agente seja efetivamente realizado;
- a autenticidade de um pronunciamento ou um pedaço do discurso; ou

⁴ Para falar a verdade, não concordo com os julgamentos de valor propostos por Travaglia (1987), e referendados por 10 alunas do 9º período de Letras. Sob o rótulo de passado que se estende até o presente está “Obrigada, há vinte e quatro horas que não comia”, em que a escolha de IMP (e não de presente do indicativo) *significa que o falante acabou de comer e só usará tal frase imediatamente após comer* (*op. cit.*, p. 83). Para codificar este valor, eu usaria a forma de pretérito mais-que-perfeito composto “Obrigada, há vinte e quatro horas que *não tinha* comido”. Com o IMP, só me parece aceitável o contexto em que o falante está comendo, até acabar de comer, e por isso, passado que se estende ao presente. Já para Edair Gorski (comunicação pessoal), este uso pode ser interpretado como a pessoa recebeu comida, e *antes mesmo de começar a comer*, agradeceu o gesto: “Obrigada, há vinte e quatro horas que eu não comia. Vou comer agora”.

- a normalidade de uma situação comunicativa.

Há, segundo Fleischman (1995), indícios sincrônicos e diacrônicos da possibilidade de correlação entre a categoria aspectual imperfectivo e a modalidade *irrealis*. A manifestação desses indícios se dá por meio do uso de formas verbais marcadas pelo aspecto imperfectivo para codificar uma gama de sentidos e funções sob o domínio modal do *irrealis*. É o que ocorre com a trajetória de IMP, com base no critério de afastamento/distanciamento da realidade proposto por Travaglia (1987).

A história gramatical de IMP também se reflete na sua distribuição sincrônica, asseverando o princípio da persistência. A trajetória de gramaticalização de IMP parte de domínio diferente do de PPROG. O afastamento/distanciamento da realidade é uma nuance do domínio funcional da

modalidade, na medida em que o afastamento implica baixa adesão com o conteúdo proposicional, ao passo que a aproximação implica adesão ao conteúdo proposicional.

4.1.4 Variação e gramaticalização no passado imperfectivo

A análise geral dos dados aponta correlações interessantes em termos de forma e função na expressão do passado imperfectivo no português. Os resultados gerais, retirados da tabela 1 da seção 3.3, são rerepresentados na tabela 4, ordenados em função da escala aspectual, do sentido mais estrito ao mais amplo (*progressivo* > *durativo* > *iterativo* > *ambíguo*), com IMP como valor de aplicação da regra.

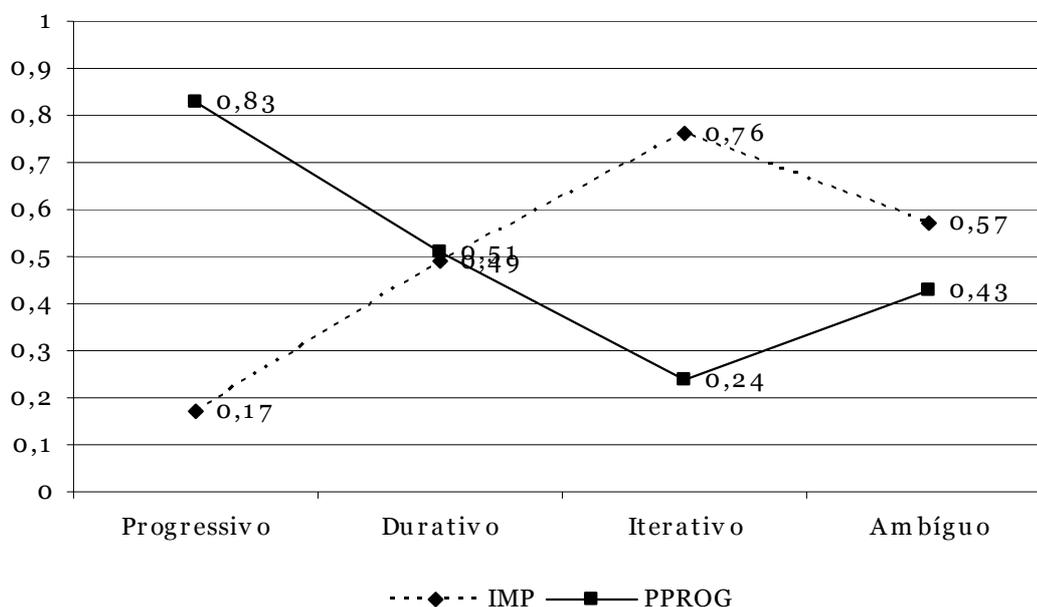
Tabela 4: Valores de IMP para a variável valor aspectual do imperfectivo

| Aspecto | Peso Relativo | % | Apl./total |
|--------------------|---------------|---------------|-------------|
| <i>Progressivo</i> | 0,17 | 20,0 | 12/60 |
| <i>Durativo</i> | 0,49 | 62,3 | 384/616 |
| <i>Iterativo</i> | 0,76 | 84,3 | 59/70 |
| <i>Ambíguo</i> | 0,57 | 66,9 | 91/136 |
| Total | | 61,9 | 546/882 |
| | Input: 0,65 | Log. -457,819 | Sig.: 0,000 |

Como esperado, cada um dos valores aspectuais progressivo e iterativo mostra-se fortemente correlacionado com uma forma para sua expressão. O imperfectivo progressivo associa-se à forma PPROG, com peso relativo de 0,83, ao passo que o imperfectivo iterativo associa-se à forma IMP, com peso relativo de 0,76. A ressalva a ser feita para a correlação é a recorrência de

dados, 60 e 70, respectivamente, para o progressivo e o iterativo, muito baixa se contraposta aos 616 que o aspecto imperfectivo durativo contabiliza. A visualização dos pesos relativos no gráfico 1 evidencia a correlação entre formas e funções, ou como atua o princípio das camadas.

Gráfico 1: Distribuição dos pesos relativos de IMP e PPROG na expressão de passado imperfeito em função dos valores aspectuais



Também está apontado no gráfico o campo de disputa mais acirrada na variação entre as formas: o aspecto durativo. Recapitulando a discussão da seção 2.3.1, o imperfeito durativo é o valor aspectual que Bertinetto, Ebert e De Groot (2000) atribuem às situações que são concebidas como em desenvolvimento em relação a um intervalo temporal. O excerto (1) traz duas ocorrências de aspecto durativo, com as duas formas sob análise.

(1)

Então ele *queria* a bola pra jogar um pouco, aí o meu primo não quis dar, aí eles *estavam soltando* pipa, aí o meu primo foi lá, rasgou a pipa dele toda, aí começo, né? a briga assim. (SC FLP MJC 13)

O ponto de referência passado se realiza na forma de um intervalo que pode ser recuperado no contexto discursivo, o qual é base para as situações de *querer a bola* e de *estar soltando pipa*. As situações são apresentadas como em andamento em relação ao intervalo estabelecido pelo ponto de referência; característica do valor aspectual progressivo durativo.

Em termos translingüísticos, nas línguas românicas, conforme os dados do Projeto EUROTYP (Bertinetto *et al.*, *op. cit.*), a expressão do aspecto durativo se alterna entre as formas IMP e PPROG: além do romeno e do francês, o

italiano e o espanhol também tendem a preferir a forma IMP para expressar o valor aspectual progressivo durativo, enquanto o catalão faz uso da forma PPROG. O português (europeu) é classificado como língua que adota a forma IMP, embora a variedade brasileira também faça uso de PPROG, como ilustrado acima. Os resultados obtidos – peso relativo de 0,51 para IMP e 0,49 para PPROG – reforçam o argumento de que o português tem uso variável entre IMP e PPROG para expressar passado imperfeito durativo.

Os dados classificados como ambíguos perfazem a segunda maior totalização de ocorrências, perdendo apenas para o aspecto durativo. A decisão metodológica de controlar os dados ambíguos na análise quantitativa tem como motivação o caráter fluido e contínuo do processo de gramaticalização, captando uma instância do processo em que as formas ainda não adquiriram totalmente as características da função-alvo e também não perderam as características da função fonte. O controle da categoria de dados ambíguos para a forma de gerúndio também foi realizado nos estudos de Mendes (2005) e Mothé (2006). Os resultados gerais apontam que a ocorrência de aspecto imperfeito ambíguo predomina com a forma IMP, que concentra 66,9% das ocorrências.

Considerando a tendência à mudança no quadro da expressão do passado imperfectivo, a coexistência de formas – diversidade formal – é produtiva para um dos valores coexistentes, em que a variação ocorre com maior sistematicidade. A coexistência de valores – polissemia – parece se encaminhar para a estabilização, dado que uma trajetória de especialização das formas em funções específicas é delineada, ou seja, PPROG → aspecto imperfectivo progressivo e IMP → aspecto imperfectivo iterativo.

As análises estatísticas específicas para o imperfectivo durativo, apresentadas nas tabelas 2 da seção 3.3, considerando a interação com outros fatores, inclusive em contextos restritos, como os pares mínimos (tabela 3 da seção 3,3), podem auxiliar a delinear a deriva das formas. Nas seções a seguir, os resultados das tabelas específicas para o aspecto durativo (inclusive nos pares mínimos) são retomados em função do agrupamento dos fatores lingüísticos: motivações no plano do léxico conceitual e motivações no plano da codificação da informação gramatical.

4.2 Motivações no plano do léxico conceitual

A introdução do capítulo 2 apresenta uma justificativa para a abordagem dos constituintes do domínio funcional complexo TAM em unidades compartimentalizadas: apesar de os compartimentos serem inter-relacionados – a ponto de, na prática, não ser possível dissociar um domínio de outro –, para analisá-los é preciso fazer recortes. O recorte que designa motivações no plano do léxico conceitual é fundamentado na busca pelo menor traço associado às formas IMP e PPROG na expressão de passado imperfectivo. Menor traço significa a menor unidade que compõe o significado das formas.

O aspecto inerente ao verbo e o tipo semântico-cognitivo do verbo – fatores apontados como significativos estatisticamente para a determinação da escolha das formas – foram colocados no plano do léxico conceitual porque, em princípio, são conhecimentos gerais e que podem ser vistos descontextualizados. Por exemplo, na fátia sin-

crônica atual, um verbo como *caminhar* carrega consigo o traço de movimento, independentemente da sua interação com os argumentos, a operação de modificadores aspectuais, temporais e de modalidade. Um verbo como *pensar* sai do léxico com o traço de experimentação mental; a interação com elementos gramaticais não altera esse traço. Já o traço de homogeneidade de um verbo, como visto na seção 2.3.2, pode ser alterado pela interação com os argumentos e modificadores aspectuais.

Considerando que a aspectualidade é vista como composicional, a escolha de incluir no plano do léxico conceitual o aspecto inerente ao verbo e o tipo semântico-cognitivo do verbo é arbitrária, mas parte do roteiro de leitura aspectual de Wachowicz (2003), que coloca no plano da aspectualidade interna a interação entre aspecto lexical (aspecto inerente) e aspecto gramatical (IMP e PPROG).

4.2.1 Aspecto inerente

A variável aspecto inerente do verbo tem se mostrado significativa em fenômenos de variação em categorias verbais, como apontam os estudos de Coan (1997), para a variação entre o pretérito perfeito e o pretérito mais-que-perfeito na expressão do passado anterior, e Mendes (2005), para a variação entre *estar + gerúndio* e *ter + participípio* na expressão de aspecto imperfectivo durativo e iterativo. Ambos os autores partem da proposta de classificação de tipos de verbos de Vendler (1967). Porém, como visto na seção 2.3.2, os tipos de Vendler podem ser desdobrados em traços, como sugerem Rothstein (2004) e Bertinetto (2001).

A hipótese para o controle desse grupo de fatores é fundamentada na hipótese de Bonomi (1998) para o italiano, já discutida em 2.3.2:

- com predicados de atividade, IMP e PPROG são intercambiáveis, sem particular variação de sentido;
- com predicados *accomplishment*, IMP e PPROG podem ser intercambiáveis, dependendo do contexto;
- em predicados *achievement*, a interação com IMP e PPROG resulta em *accomplishments*;

- predicados estativos são compatíveis com poucos casos de PPROG (Ilari e Mantoaneli, 1983).

O controle dos traços de Bertinetto (2001) tem por objetivo refinar o controle dos tipos de verbo de Vendler (1967).

Na expressão de passado imperfeito por IMP e PPROG, os resultados estatísticos apresentados nas tabelas 1-3 da seção 3.3 apontam que o aspecto inerente tem forte poder de motivar a escolha das formas. Para refinar a análise, foram realizadas duas rodadas para testar a influência do aspecto inerente na variação entre IMP e PPROG, com a amalgamação de fatores. Na primeira análise (a que está nas tabelas 1-3) foi considerada a proposta de classificação aspectual de Bertinetto (2001), composta pela articulação entre os traços de [duratividade], [dinamicidade] e [homogeneidade]. Na segunda análise, os fatores foram amalgamados de acordo com a proposta quadripartite de Vendler (1967), que classifica as situações em estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*.¹

4.2.1.1 Aspecto na perspectiva de Vendler (1967)

Primeiramente, observe-se a clássica proposta de classificação aspectual de Vendler, cujos resultados são apresentados na tabela 5.

Os dados foram analisados em três conjuntos: a *análise geral*, que considera todas as ocorrências da amostra; a análise que considera apenas o *aspecto durativo*, valor aspectual mais propício à variação entre IMP e PPROG; e a análise que considera o *aspecto durativo em pares mínimos* (cf. seção 3.3). Os resultados são apresentados em função de IMP como valor de aplicação, e os fatores estão ordenados em função da gradação de marcação, explicitada mais à frente.

As três análises (análise geral, aspecto durativo e aspecto durativo em pares mínimos) apresentam valores relativamente estáveis, tanto em

termos de percentuais como em termos de pesos relativos.

A distribuição dos resultados é escalar: estados tendem a favorecer o uso de IMP (peso relativo na casa de 0,60, variando entre 0,63 no conjunto mais específico a 0,68 no conjunto genérico), ao passo que atividades levemente restringem, com pesos relativos oscilando entre 0,46 e 0,41, e *accomplishments* restringem ainda mais IMP na expressão de passado imperfeito, com pesos relativos entre 0,32 e 0,28. O caminho inverso pode ser traçado para PPROG: estados restringem o uso da forma, enquanto atividades e *accomplishments* favorecem o seu uso.

Estes resultados apontam que o tipo do predicado, de acordo com a classificação de Vendler, é fator fortemente motivador na escolha da forma para a expressão do passado imperfeito:

- Estados tendem a selecionar a forma IMP;
- *Accomplishments* tendem a selecionar a forma PPROG.

A hipótese de Bonomi (1998) para o italiano encontra respaldo nos resultados quantitativos do português:

- Com atividades, IMP e PPROG são intercambiáveis, embora haja leve tendência à escolha de PPROG (peso relativo oscilando entre 0,54 e 0,58);
- Com *accomplishments*, IMP e PPROG podem ser intercambiáveis, dependendo do contexto, com tendência à escolha de PPROG (peso relativo oscilando entre 0,68 e 0,72);
- Com *achievements*, IMP e PPROG não são intercambiáveis, dado que a interação entre passado imperfeito e este tipo de predicado resulta em *accomplishments*;
- Com predicados estativos, IMP e PPROG também são intercambiáveis, embora haja tendência à escolha de IMP (peso relativo oscilando entre 0,68 e 0,63).

No espanhol, de acordo com Givón (2001), a interação entre o aspecto inerente ao verbo e as formas de imperfeito passado (aspecto interno, na perspectiva de Wachowicz (2003)) resulta em casos de ambigüidade aspectual. O espanhol tem gramaticalizadas duas formas de imperfeito no passado, o *imperfecto* e o progressivo, que se opõem ao *pretérito* [perfeito]. A interação entre o aspecto inerente do verbo e o morfema gramatical (IMP ou PPROG) permite diferentes leituras aspectuais, dentro do campo da imperfectividade.

¹ Os modelos de regressão que consideraram a proposta de classificação aspectual de Vendler (1967) apresentam as variáveis estatisticamente significativas do que as nos modelos da seção 2.3.

Tabela 5: Valores de IMP para a variável classificação aspectual de Vendler.

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|-----------------------------------|---------------|------|------------|
| Análise geral | | | |
| Aspecto do predicado | | | |
| <i>Estado</i> | 0,68 | 78,4 | 240/306 |
| <i>Atividade</i> | 0,46 | 57,1 | 197/345 |
| <i>Accomplishment</i> | 0,32 | 47,2 | 109/231 |
| Aspecto durativo | | | |
| <i>Estado</i> | 0,65 | 78,4 | 221/282 |
| <i>Atividade</i> | 0,41 | 53,4 | 133/247 |
| <i>Accomplishment</i> | 0,28 | 35,6 | 31/87 |
| Aspecto durativo em pares mínimos | | | |
| <i>Estado</i> | 0,63 | 80,1 | 181/226 |
| <i>Atividade</i> | 0,42 | 56,0 | 117/207 |
| <i>Accomplishment</i> | 0,30 | 40,3 | 25/62 |

Verbos compactos (*achievements*) costumam ocorrer com aspecto perfectivo; quando combinados ao aspecto imperfeito, tornam-se construções marcadas e tendem a codificar aspecto iterativo. Mas, como aponta Givón, no espanhol (e também no português), a relação entre o tipo de verbo marcado (os compactos) e o aspecto imperfeito gera ambigüidade aspectual, entre habitual e iterativo, como em (1).

- (1)
- Lo-tiró (PRET)/*Ele atirou em X* (uma única vez)
 'Lo-tiraba (IMP)/*Ele atirava em X*
 'Ele atirava repetidamente em X (intervalo definido) - iterativo
 "Ele atirava várias vezes em X (intervalo indefinido) - habitual
 Lo-estaba tirando (PPROG)/'Ele estava atirando em X várias vezes - iterativo

Givón salienta que a combinação entre verbos do tipo *accomplishment* e aspecto gramatical imperfeito é também pouco freqüente. Com IMP, a interpretação habitual-iterativa é possível. Com PPROG, a ênfase fica no sentido de duração, ou seja, de processo precedendo a fronteira final, como em (15).

- (2)
- Llegó a la casa (PRET)/*Ele chegou em casa*. (uma única vez)
 Llegaba a la casa (IMP)/*Ele chegava em casa* (iterativo, habitual)
 Estaba llegando a la casa (PPROG)/*Ele estava chegando em casa*. (processo em andamento)

A combinação entre verbos de atividade/processo com aspecto imperfeito também gera ambigüidade, como em (16).

- (3)
- Lo-leó (PRET)/*Ele leu* (e acabou)
 Lo-leía (IMP)
 'Ele lia (diferentes vezes)
 "Ele lia (situação estendida)/Lo-estaba leyendo (PPROG)
 Ele estava lendo (situação estendida)

Verbos estativos tendem a rejeitar a interação com aspecto perfectivo. Rejeitam também a interpretação progressiva, talvez porque este tipo de verbo já foca a situação em andamento. Os verbos estativos retêm sua aspectualidade inerente no imperfeito, que é seu mais comum aspecto não-marcado no passado.

- (4)
- Conocío (*bien) a Juan (PRET)
 Conheci (?bem) João
 Conocía bien a Juan (IMP)
 Conhecia bem João
 *Estaba conociendo (bien) a Juan (PPROG)
 (?) Estava conhecendo bem João

O traço comum a estados, atividades e *accomplishments* é a duratividade; o traço [-duratividade] barra o aspecto imperfeito, e pode ser visto na perspectiva da marcação. Considerando a convergência entre o aspecto inerente e o aspecto gramatical, Givón (*op. cit.*) propõe uma escala de (im)perfectividade para os verbos em função do critério da marcação. A (im)perfectividade é determinada a partir da

interação entre dois traços, *fronteira temporal* (nítida vs. difusa) e *duração* (curta vs. longa):

- Verbos compactos (*achievements*): em um extremo da escala de perfectividade, estão os verbos que codificam situações cujas fronteiras inicial e final são definidas e coincidentes.
- Verbos *accomplishments*: codificam a completção de uma situação. É uma situação com a fronteira final nítida, cuja duração é maior do que a dos verbos compactos.
- Verbos de atividade: a situação codificada por esse tipo de verbo pode ter as fronteiras inicial e final definidas, mas o foco está na duração.
- Verbos de estado: no outro extremo da escala de (im)perfectividade, verbos de estado focam a duração do evento, sem delimitação das fronteiras.

Quadro 12: Escala de marcação de (im)perfectividade (Givón, 2001)

| | Compacto | Accomplishment | Atividade | Estado |
|-----------|----------|----------------|-----------|--------|
| Fronteira | + | + | +/- | - |
| Duração | - | +/- | +/- | + |

+ Imperfectividade

Verbos do tipo *accomplishment* podem ter maior ou menor duração, sendo mais usual não haver foco na duração. Verbos de atividade podem apresentar tanto o traço de fronteira como o de duração, sendo definido em função da perspectiva comunicativa, que determina a escolha do aspecto gramatical. No plano da perfectividade, a combinação entre aspecto perfectivo e verbos de estado é a relação aspectual mais marcada; e a combinação entre aspecto perfectivo e verbos compactos, a menos marcada. Como o aspecto gramatical imperfectivo é o aspecto marcado, a correlação traçada entre as combinações de aspecto gramatical e aspecto inerente inverte a polaridade quanto à marcação: no plano da *imperfectividade*, a combinação entre *aspecto imperfectivo* e *verbos de estado* seria a relação aspectual *menos marcada*, e mais previsível; e a combinação entre *aspecto imperfectivo* e *verbos compactos*, a *mais marcada*, e menos previsível.

A escala de (im)perfectividade e marcação de Givón se verifica na distribuição das ocorrências de IMP expressando passado imperfectivo: estados, menos marcados e mais previsíveis, são os que mais contabilizam ocorrências, seguidos escalarmente por atividades e *accomplishments*,

até a não-ocorrência de *achievements*, mais marcados e menos previsíveis. Porém, PPROG apresenta distribuição contrária ao contínuo da marcação: estados, em princípio, menos marcados e mais previsíveis, contabilizam menos ocorrências, e *accomplishments*, relativamente mais marcados e menos previsíveis, são os que mais contabilizam ocorrências.

Se ambas as formas são responsáveis pela expressão da imperfectividade, o que explica a incongruência? Na seção 4.2.1.3 esta questão é retomada. Antes, vejam-se os resultados relativos à classificação aspectual de Bertinnetto (2001) – que desdobra as classes de Vendler (1967) em três traços – e que podem ajudar a elucidar a incongruência dos contínuos de marcação de IMP e PPROG na expressão de passado imperfectivo.

4.2.1.2 Aspecto na perspectiva de Bertinnetto (2001)

Como visto, a classificação aspectual de Vendler (1967) pode ser desdobrada em traços semânticos que se articulam e manifestam o valor aspectual. Bertinnetto (2001) sugere três traços semânticos que estão associados à expressão de aspecto inerente: [duratividade], [dinamismo] e [homogeneidade], como já apresentado em 2.3.2. O controle do aspecto por meio de feixe de traços permite verificar qual a menor unidade significativa que atua na variação entre IMP e PPROG na expressão de passado imperfectivo.

Recapitulando, a duratividade é a propriedade de a situação ser construída por uma seqüência de átomos dinâmicos ou por átomos estáticos, propriedade compartilhada por estados, atividade e *accomplishments*. A homogeneidade refere-se à propriedade de granularidade, presente nos átomos dinâmicos, que não os torna divisíveis infinitamente, o que diferencia *accomplishments* [- homogêneos] de estados e atividades [+ homogêneos]. Dinamismo refere-se ao desenvolvimento interno da situação: estados são situações “densas”, que não apresentam desenvolvimento interno, recebendo traço [- dinâmico], o que o diferencia de atividade e *accomplishments*. O quadro 13 apresenta os feixes de traços aspec-

tuais pertinentes à expressão do passado imperfectivo (*achievements*, ao interagirem com o aspecto gramatical, resultam em *accomplishments*).

Quadro 13: Arranjo dos traços aspectuais de IMP e PPROG

| | Durativo | Dinâmico | Homogêneo |
|------------------------|----------|----------|-----------|
| <i>Estados</i> | + | - | + |
| <i>Atividades</i> | + | + | + |
| <i>Accomplishments</i> | + | + | - |

Assim como no aspecto na perspectiva de Vendler (1967), os dados foram analisados em três conjuntos (análise geral, aspecto durativo e pares mínimos). Os resultados para o traço [dinamismo], já apresentados na tabela 2 (seção 3.3), foram obtidos pelo método *step up & down*, que realiza cálculos progressivos e regressivos em busca dos fatores estatisticamente significativos e os distribui por ordem de seleção. Para os demais fatores – [duratividade] e [homogeneidade] – os pesos relativos foram calculados pelo método *one-level*, o qual apresenta os pesos relativos para todos os fatores sem realizar ordenação de significância. Essa diferença é explicada abaixo.

Os resultados da tabela 6 apontam que o traço [duratividade] tem comportamento categórico na expressão do aspecto imperfectivo, o que já fora confirmado com a ocorrência de atividades, *accomplishments* e estados, que têm em comum o traço [+ duratividade], de acordo com a classificação de Bertinetto (2001), no quadro 13.

O traço [homogeneidade] não se mostrou significativo estatisticamente nas duas primeiras análises (método *step up & down* – análise geral e aspecto durativo), por isso, os pesos relativos foram calculados pelo método *one-level* e estão apresentados entre parêntesis; o valor de 0,41 indica leve tendência ao uso de PPROG na presença do traço [- homogêneo]. A tendência é ressaltada no modelo de aspecto durativo e pares mínimos, em que o peso relativo para o traço [- homogêneo] de 0,35 indica restrição ao uso de IMP e favorecimento de uso de PPROG. O traço

[+ homogêneo], oscilando entre 0,53 e 0,52, está muito próximo do ponto neutro, indicando que o traço não exerce influência significativa na variação entre as formas para a expressão do passado imperfectivo.

Já o traço [dinamismo] mostrou-se significativo nas três análises e indica tendências opostas para a expressão do passado imperfectivo. Na presença do traço [+ dinâmico], a forma PPROG é favorecida, com peso relativo entre 0,60 (0,40 para IMP) e 0,64 (0,36 para IMP), enquanto na presença do traço [- dinâmico], a forma IMP é favorecida, com pesos relativos oscilando entre 0,66 (0,34 para PPROG) e 0,60 (0,40 para PPROG).

A duratividade é uma propriedade temporal definidora do passado imperfectivo (seção 2.2), logo não poderia haver ocorrências de IMP ou PPROG nesse valor aspectual com o traço [- durativo].

A comparação dos traços aspectuais que atuam na expressão de passado imperfectivo, apresentada no quadro 14, aponta para o papel central que o dinamismo exerce para motivar a escolha das formas.

Quadro 14: Tendências de uso de IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo quanto aos traços aspectuais

| | IMP | PPROG |
|-----------|-----|-------|
| Durativo | + | + |
| Dinâmico | - | + |
| Homogêneo | -/+ | - |

A tabulação entre o dinamismo e os valores aspectuais, na tabela 7, aponta que o traço [+ dinâmico] trava forte relação com o valor aspectual progressivo, especialmente relacionado com a forma PPROG, com 82% das ocorrências. Já a iteratividade interage fortemente com o traço [- dinâmico] e a forma IMP, com 85% das ocorrências.

Tabela 6: Resultados referentes aos traços aspectuais extraídos dos modelos de regressão (tabelas 1-3), com IMP como valor de aplicação¹

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|-----------------------------------|---------------|------|------------|
| Análise geral | | | |
| Duratividade | | | |
| + | *** | 100 | 882/882 |
| - | *** | 0 | 0/0 |
| Dinamismo | | | |
| + | 0,40 | 52,8 | 297/563 |
| - | 0,66 | 78,1 | 249/319 |
| Homogeneidade | | | |
| + | (0,53) | 66,6 | 424/637 |
| - | (0,41) | 49,8 | 122/245 |
| Aspecto durativo | | | |
| Duratividade | | | |
| + | *** | 100 | 616/616 |
| - | *** | 0 | 0/0 |
| Dinamismo | | | |
| + | 0,38 | 48,1 | 155/322 |
| - | 0,64 | 77,9 | 229/294 |
| Homogeneidade | | | |
| + | (0,52) | 66,2 | 342/517 |
| - | (0,41) | 42,4 | 42/99 |
| Aspecto durativo em pares mínimos | | | |
| Duratividade | | | |
| + | *** | 100 | 495/495 |
| - | *** | 0 | 0/0 |
| Dinamismo | | | |
| + | 0,41 | 52,1 | 136/261 |
| - | 0,60 | 79,5 | 186/234 |
| Homogeneidade | | | |
| + | 0,52 | 68,6 | 295/430 |
| - | 0,35 | 41,5 | 27/65 |

Tabela 7: Tabela de contingência para a variante IMP com cruzamento das variáveis aspecto imperfectivo e dinamismo da situação

| | Progressivo | | Durativo | | Iterativo | | Ambíguo | |
|---------------|-------------|-----|----------|-----|-----------|-----|---------|-----|
| [+ dinamismo] | 10/57 | 18% | 155/322 | 48% | 58/68 | 85% | 74/116 | 64% |
| [- dinamismo] | 2/3 | 67% | 229/294 | 78% | 1/1 | 50% | 17/20 | 85% |

Os resultados da tabela 7 também apontam a forte correlação entre o aspecto ambíguo e o traço [+ dinâmico], com 116 ocorrências contra 20 do traço [- dinâmico]. Porém, das 20 ocorrências com o traço [- dinâmico], apenas 3 estão associadas à forma PPROG, o que é mais uma evidência da atuação do princípio da persistência.

O traço [dinamismo] exerce forte influência na escolha das formas para a expressão dos valores aspectuais do passado imperfectivo. Quais as motivações para a atuação do dinamismo na variação entre as formas? Entender o processo de gramaticalização de PPROG pode trazer pistas para elucidar a questão.

¹ A variável *homogeneidade* foi estatisticamente significativa apenas na análise de *aspecto durativo em pares mínimos*. Para os outros dois modelos, os pesos relativos (entre parêntesis) foram calculados pelo método *one-level*.

4.2.1.3 Aspecto, variação/mudança e marcação

Para entender o efeito do traço [dinamismo] na variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito, é preciso traçar um retrospecto da trajetória de gramaticalização da forma PPROG e seu valor progressivo. Uma explicação sobre a origem diacrônica de PPROG pode auxiliar na interpretação da sua distribuição sincrônica.

Quadro 15: Do progressivo ao imperfeito nas línguas românicas (Bertinetto, 2000)

| |
|--|
| (i) <i>puramente locativo</i> = estativo, durativo (ex.: o sentido observado em exemplos latinos) |
| (ii) <i>progressividade I</i> = residualmente locativo, durativo, aspectualmente neutro (ex.: perífrases progressivas baseadas no verbo 'vir', que preserva algum tipo de orientação dêitica) |
| (iii) <i>progressividade II</i> = durativo, aspectualmente neutro (ex.: perífrases progressivas baseadas no verbo "ir") |
| (iv) <i>progressividade III</i> = focalizada, estritamente imperfeita (ex.: italiano "stare + gerúndio") |
| (v) <i>pura imperfectividade</i> = perda da característica progressiva (ex.: possibilidade observada em variantes não-standard do espanhol da América Latina) |

Do ponto de vista formal, a origem de P-PROG está no português arcaico. A análise de Mattos e Silva (2001) de construções verbais com *ser*, *jazer*, *estar*, *andar* e *ir* + gerúndio nos séculos XIII a XV sugere que os verbos auxiliares passaram por processo de gramaticalização, com a perda do valor lexical do candidato a auxiliar que, combinado às formas nominais do verbo principal, tornou-se "suporte para as marcas de modo/tempo e número pessoa" (*op. cit.*, p. 62) da construção.¹ Dentre as construções candidatas, a perífrase *estar* + gerúndio caracteriza-se pela continuidade no processo de gramaticalização e pela produtividade do uso do recurso na língua.² Mendes (1999) postula o seguinte

Assumindo a escala hierárquica do aspecto de Comrie (1976), Bertinetto (2000) traça um contínuo para dar conta da mudança do progressivo ao imperfeito genérico nas línguas românicas. O quadro 15 apresenta a escala de valores da forma PPROG, partindo da sua origem latina como estativo durativo, passando pelo durativo, focalizado até a perda do sentido progressivo.

No português, o progressivo predominantemente situa-se entre (iv), progressividade III, e (v), pura imperfectividade.

percurso de gramaticalização para a perífrase *estar* + *gerúndio* no português:

- *estar* + locativo →
- *estar* + locativo + gerúndio →
- *estar* + gerúndio + locativo →
- *estar* + gerúndio

Apesar do processo de gramaticalização, a perífrase *estar* + gerúndio apresenta restrição de co-ocorrência com o verbo *estar*: não há registro de ocorrências de *está*_[estar auxiliar] *estando*_[verbo pleno].³

panhado das descrições gramaticais desde o português arcaico acerca do uso dessas construções.

¹ Wachowicz (2005) defende que, além das marcas de modo/tempo e número pessoa, o auxiliar carrega a marca de aspecto.

² Os verbos *jazer* e *ser* não podem ser considerados gramaticalizados nas construções com gerúndio, dada a não-continuidade do processo de esvaziamento semântico e consequente não-produtividade. Para uma análise fartamente ilustrada da emergência das perífrases de gerúndio no português arcaico, remeto à leitura do artigo de Menon (2005), que, para desmistificar o que vem sendo chamado de "praga do gerundismo", traz um a-

³ A incompatibilidade com o verbo *estar* não é a única restrição que a perífrase *estar* + gerúndio apresenta. Existe uma restrição quanto ao modo verbal, apontada por Ilari e Mantoanelli (1983): a perífrase *estar* + gerúndio não ocorre com o imperativo (Edair Gorski, em comunicação pessoal, ilustra a ocorrência de *estar* + gerúndio no imperativo com 'Esteja chegando aqui sem falta às 15h'; eu particularmente não compartilho desta opinião; Já Ina Emmel (comunicação pessoal) ilustra com 'Quando o chefe chegar, esteja trabalhando!', a qual me convence da possibilidade de ocorrência de progressivo com imperativo, derrubando o argumento de Ilari e Mantoanelli). Outras restrições mais brandas

Do ponto de vista funcional, dada a diversidade de valores que a perífrase *estar* + gerúndio assumiu no português – como pode ser visto nos estudos de Wachowicz (2003) e Ilari e Mantoanelli (1983) –, a forma tem despertado o interesse para abordagens. Basicamente, a forma de presente do indicativo é a que tem recebido mais atenção. O estudo de Ilari e Mantoanelli (*op. cit.*), por exemplo, apresenta uma descrição dos valores que *estar* + gerúndio pode assumir no português, mas usa apenas um exemplo com IMP:

- (1) Quando o encontrei, *estava trabalhando* na Bosch. (Ilari e Mantoanelli, 1983, p. 27, ex. (3))

O exemplo (1) ilustra o *passado progressivo* (PPROG). O termo *passado* do rótulo refere-se a uma situação que ocorre em um momento anterior ao de fala. Já o termo *progressivo* é definido de acordo com Bybee *et al.* (1994), segundo os quais o progressivo codifica uma situação em andamento em relação ao tempo de referência em predicados dinâmicos.

Como visto na seção 4.1.1, Bybee (2003) aponta que o progressivo deriva de (i) verbos locativos, (ii) da construção *estar* + forma não-infinitiva – o que é comprovado pelos estudos de Mendes (1999) e de Mattos e Silva (2001) – e (iii) também de verbos de movimento, como em algumas línguas românicas. A perífrase *estar* + gerúndio vem se gramaticalizando não só no português, mas nas línguas românicas. Parece ser uma tendência sistemática, que evidencia as hipóteses de Bybee (2003) e também Bybee *et al.* (1994).

O quadro 16 apresenta uma classificação das formas perifrásticas nas línguas românicas. As formas chamadas de progressivo não-cinético são as constituídas por um verbo auxiliar estático mais uma forma nominal, como *estar* no catalão, espanhol, português e italiano.

As formas chamadas de progressivo cinético são as constituídas por um verbo auxiliar de movimento mais gerúndio, como *andar*, *ir* e *vir*, no catalão, espanhol, francês, italiano e portu-

guês. Há ainda as línguas que possuem formas marginais, como o francês e o romeno. As formas marginais são assim chamadas por não se originarem das construções que Bybee *et al.* (1994) apontam.⁴

A forma de progressivo envolvendo um auxiliar estático sempre deriva de uma construção que originalmente envolvia um elemento com sentido locativo (menos freqüentes, os verbos de movimento também originam progressivo, como o auxiliar *andar*). O exemplo (2), dado por Bybee *et al.* (1994), tenta deixar clara a origem locativa do progressivo.

- (2) - Onde estava Sara?
- *(estava) tomando* banho.
Sara não pôde atender ao telefone porque estava tomando banho.

O progressivo, ainda de acordo com Bybee *et al.*, implica envolvimento do sujeito com a atividade (agente/objeto afetado). A estrutura do progressivo é (implícita ou explícita):

- um agente
- localizado espacialmente
- no meio de
- uma atividade
- em relação ao tempo de referência

são verificadas na combinação entre tempo verbal e a base do verbo. Porém, dentre as combinações possíveis, as formadas com presente do indicativo e com IMP são as que menos sofrem restrições.

⁴ Gallotti (2004) apresenta um estudo comparativo entre as formas de progressivo do português e do francês, *estar* + *Vndo* e *être en train de* + *Vinfinitivo*, respectivamente.

Quadro 16: Classificação das formas perifrásticas nas línguas românicas (Bertinetto, 2000, p. 601)

| | Progressivo não-cinético | Progressivo cinético | Formas marginais |
|-----------|--|----------------------------------|---------------------------------------|
| Catalão | <i>estar</i> + gerúndio | <i>añar</i> + gerúndio | ? |
| Espanhol | <i>estar</i> + gerúndio | <i>ir/andar/venir</i> + gerúndio | ? |
| Francês | — | <i>aller</i> + gerúndio | <i>être en train de</i> + infinitivo |
| Italiano | <i>stare</i> + gerúndio <i>stare a</i> + infinitivo | <i>andare/venire</i> + gerúndio | <i>essere dietro a</i> + infinitivo |
| Português | <i>estar</i> + gerúndio <i>estar a</i> + infinitivo | <i>ir / vir</i> + gerúndio | ? |
| Romeno | — | — | <i>a fi în curs de a</i> + infinitivo |

Retomando em (3) o exemplo de Ilari e Mantoanelli (1983), verifica-se a estrutura do progressivo. Existe um agente implícito, é introduzido pelo pronome *o* da oração subordinada, que está localizado espacialmente *na Bosch*. Não há indicação sobre os extremos temporais da situação de *trabalhar*, o morfema de IMP indica que a situação ocorreu em um momento anterior ao da fala. A situação tem limites temporais (início e fim), porém o progressivo tem como característica codificar o valor de ‘meio’, andamento da situação.

(3)

Quando o_i encontrei $i_{[agente]}$ estava trabalhando
no meio da atividade] [na Bosch localização espacial]

Esse é o uso prototípico do progressivo no português (e também em outras línguas). O dinamismo da situação – a agentividade do sujeito – é um resquício do processo de gramaticalização da construção *estar* + *Vndo*. Observe-se a trajetória proposta por Torres Cacoullós (2001) para o espanhol do México: a perífrase *estar* + gerúndio, diacronicamente, perdeu o sentido locativo espacial estrito por conta de esvaziamento semântico decorrente da gramaticalização, assim como no português, e expandiu o

sentido aspectual para imperfectivo. Na trajetória de gramaticalização, quanto às propriedades semânticas do auxiliar, o valor aspectual progressivo perde o sentido específico, assumindo o sentido genérico de imperfectivo. Torres Cacoullós evidencia que, no espanhol falado no México, as construções *estar* + *Vndo* e *andar* + *Vndo* recobrem um leque de usos no território do imperfectivo, do progressivo ao habitual, funcionando, inclusive, como variantes de uma variável socialmente estratificada.

O sentido locativo de (a) é esvaziado, levando à perda do sentido espacial. Com a perda do traço espacial, a construção tem seu contexto de uso ampliado, adentra no domínio temporal (aspectual), originando o progressivo (b) e o imperfectivo genérico, (c). Por *imperfectivo genérico*, Torres Cacoullós refere-se a uma gama de usos, incluindo progressivo, contínuo, freqüentativo e também o habitual. O rótulo ‘imperfectivo genérico’, como já mencionado, é determinado pelas relações de dominância estabelecidas na proposta de classificação aspectual de Comrie (1976), e pode recobrir qualquer um dos valores aspectuais do imperfectivo.

Quadro 17: Esvaziamento semântico de *estar* + gerúndio no espanhol. (Torres Cacoullós, 2001, p. 447)

| <i>estar</i> + <i>Vndo</i> | | |
|--|---|-------------------------|
| (a) Sujeito está localizado <i>espacialmente</i> em ação simultaneamente com a referência. | | |
| | ↓ | |
| (b) Sujeito está <i>localizado</i> em ação simultaneamente com o momento de referência. | Θ | = progressivo |
| | ↓ | |
| (c) Sujeito está em ação | Θ | = imperfectivo genérico |

Os estudos de Bybee *et al.* (1994) e de Torres Cacoulios (2001) explicam a importância do traço [dinamismo] na ocorrência de PPROG na expressão de passado imperfectivo. É uma reminiscência do processo de gramaticalização da forma *estar* + *Vndo* e que persiste na trajetória da forma PPROG. Hopper (1991), ao propor princípios da gramaticalização, fala da *persistência*: “quando uma forma sofre gramaticalização passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical” (*op. cit.*, p.24). É o que está acontecendo com PPROG: um detalhe da sua história gramatical (quando funcionava como progressivo estrito) tem reflexo na sua distribuição nos contextos em que a forma já gramaticalizou o valor de passado imperfectivo, determinando a incongruência no contínuo da marcação para o aspecto imperfectivo no que se refere à PPROG (Givón, 2001).

Apesar da possibilidade de IMP e PPROG expressarem o mesmo valor semântico-discursivo, a incongruência entre os contínuos de marcação (do menos ao mais marcado) para a interação entre aspecto inerente e IMP [*estados* > *atividades* > *accomplishments* > *achievements*] e o da interação entre aspecto inerente e PPROG [*accomplishments* > *atividades* > *estados*] se deve à persistência do traço de agentividade do sujeito na origem da forma inovadora – PPROG – que ainda se mostra atuante, ao ponto de influenciar a escolha das formas em contextos onde o traço [dinamismo] é saliente, ou seja, em verbos *accomplishment* e *atividade*.¹ Os dados estatísticos discutidos nas seções 4.2.1.1 (aspecto na perspectiva de Vendler (1967)) e 4.2.1.2 (aspecto na perspectiva de Bertinetto (2001)) respaldam a hipótese da persistência (Hopper, 1991) e confluem com a tendência apontada por Torres Cacoulios (2001) no espanhol falado no México.

¹ O traço [+/- agentividade] é indiretamente captado através do controle dos valores aspectuais, por meio da propriedade do dinamismo (Bertinetto, 2001; Wachowicz, 2005).

4.2.2 Tipo semântico-cognitivo do verbo

O grupo de fator *tipo semântico-cognitivo do verbo* foi excluído das análises *step up & down* porque, dada a interação com o aspecto inerente, resulta em um grande número de células vazias (cruzamentos entre grupos de fatores que não contabilizariam ocorrências), o que influencia a seleção dos fatores estatisticamente significativos. Porém, este fator tem se mostrado influente em fenômenos de variação/mudança e gramaticalização, como atesta Tavares (2003), e no caso específico da expressão do passado imperfectivo, o controle dessa variável pode evidenciar ainda mais a importância do traço aspectual [dinamismo] na variação entre IMP e PPROG. A seguir, o fator e as motivações para seu controle são apresentados, seguidos dos resultados para IMP e PPROG.

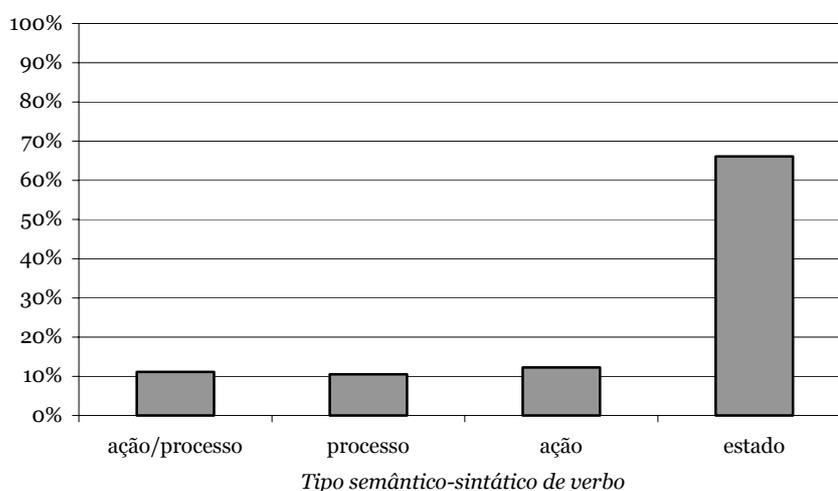
4.2.2.1 O controle do tipo do verbo

A correlação entre o tipo semântico do verbo e a ocorrência de formas verbais tem mostrado resultados interessantes na análise de fenômenos de expressão variável. Na oposição entre pretérito perfeito e IMP, Campos *et al.* (1993, p. 60-61) constatam que a recorrência de IMP está associada a um tipo semântico de verbo específico.

Os autores propõem uma classificação sintático-semântica, inspirada na semântica de casos, que relaciona o valor semântico dos verbos com seus argumentos:

- *Ação*. Verbo com o traço semântico de atividade relacionado a um argumento com o papel de agente: *Viajei a São Paulo*; *A moça falou palavras de amor*; *O rapaz bebeu a cerveja*.
- *Processo*. Acontecimento/evento com um argumento afetado: *O gato morreu*; *A onça cheirava a alho*.
- *Ação/processo*. Além do traço de atividade, tem um argumento afetado: *Já tricotei o pulôver*; *A empregada feriu o gato*.
- *Estado*. Expressa condição ou estado, acompanhado por um argumento inativo, que não é agente, nem paciente, nem causativo, ou por um experienciador. *Fábio tem três filhos*; *A viúva permanece triste*; *Maria gosta de Pedro*.

Gráfico 2: Distribuição de IMP quanto ao tipo sintático-semântico de verbo (Campos et al., 1993, p.62)



O gráfico 2 apresenta a distribuição dos dados em função da classificação dos tipos semânticos dos verbos.

Com relação aos tipos de verbos, os resultados de Campos *et al.* (1993) apontam que a recorrência de IMP está associada a verbos estativos. Das 171 ocorrências de IMP, 66% são de verbos de estado, em contraponto aos 34% dos demais tipos de verbo (ação, ação/processo e processo). Na classificação proposta por Campos *et al.* para o tipo de verbo, o rótulo 'estado' recobre uma gama distinta de tipos, como verbos de posse e verbos existenciais. Estudos, como o de Tavares (2003), mostram relação entre o tipo semântico(-pragmático)¹ do verbo e gramaticalização de conectores retroativo-propulsores. Tavares controlou o tipo semântico do verbo com base na proposta de Schlesinger (1995).² Schlesinger propõe 11 classes para o tipo de verbo:

- *Atividade específica* (escrever, fatiar);
- *Atividade difusa* (trabalhar, aprender);
- *Evento momentâneo* (pular, bater);
- *Evento transitório intencional* (chegar, parar);
- *Evento transitório não-intencional* (perder, morrer);
- *Processo* (amadurecer, crescer);
- *Instância* (sentar, deitar);
- *Estímulo mental* (impressionar, agradecer, surpreender);
- *Experiência mental* (pensar, ouvir);
- *Relacional* (depende, necessitar);
- *Sensação corporal* (sentir, ferir).

A categorização de Schlesinger (1995) é constituída em função do grau de atividade envolvida na situação, do maior ao menor. Tavares (2003) correlacionou a categorização de Schlesinger (*op. cit.*) às nuances de atividade *genérica, concreta e abstrata/difusa*: quanto mais atividade envolvida, mais nuance concreta; à medi-

¹ Coan (1997, 2003) e Tavares (2003) utilizam a denominação *tipo semântico-pragmático de verbo*. Scheibman (2000) denomina apenas *tipo de verbo*, sem caracterizar a classificação como semântica, pragmática ou semântico-pragmática. Schlesinger (1995) também não se compromete quanto à terminologia.

² A classificação de Schlesinger é adaptada da proposta de Quirk *et al.*, (1972, *apud* Schlesinger, 1995, p. 181). A categorização dos tipos de verbo de Quirk *et al.* é definida a partir do grau de atividade relacionado ao verbo: *atividade* (*escrever, trabalhar*), *momentâneo* (*pular,*

bater), *evento transitório* (*chegar, morrer*), *processo* (*crescer, amadurecer*), *percepção inerte e cognição* (*impressionar, agradecer, pensar*), *relacional* (*depende, necessitar*) e *sensação corporal* (*sentir, ferir*). Schlesinger (1995, p. 182-83) subdivide algumas categorias de Quirk *et al.*, (1972, *apud* Schlesinger, 1995), como *atividade* (*atividades específicas e atividades difusas*), *eventos transitórios* (*eventos transitórios intencionais e eventos transitórios não-intencionais*), *percepção inerte e cognição* (*estímulo mental e experimentação mental*), e cria uma nova categoria, a de *instância*.

da que a atividade decresce, mais nuança abstrata/complexa; a ausência de atividade (verbos estativos e existenciais) está relacionada à nuança genérica.³

A classificação do tipo de verbo costuma ser adaptada para o tipo de fenômeno sob análise. Para a expressão do passado imperfeito, a classificação do tipo semântico-cognitivo do verbo proposta considera o contínuo *concreto* > *abstrato/difuso* > *genérico* de Tavares (*op. cit.*), porém correlacionado ao dinamismo das situações: [+ *dinâmico*] > [- *dinâmico*]. A distribuição das categorias no contínuo do dinamismo é escalar e crescente, do mais ao menos dinâmico, mas a distribuição não discreta; ou seja, verbos momentâneos necessariamente não têm mais dinamismo do que verbos específicos, mas necessariamente verbos específicos têm mais dinamismo do que verbos existenciais.

O tipo semântico-cognitivo do verbo se sobrepõe ao controle pelos traços aspectuais de Bertinetto (2001) ou pelas classes de Vendler (1967), o que causa interação no modelo estatístico. Porém, a distribuição das frequências do tipo semântico-cognitivo do verbo é um fator explanatório adicional para evidenciar a importância do traço [dinamismo] na variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito.

³ Tavares (2003, p. 233-35) estabelece mais duas subdivisões à classificação de Schlesinger (1995): distingue, dos verbos de atividade específica, os verbos *dicendi*; distingue também, dos verbos de experimentação mental, os verbos de *atenuação*, como *achar* e *pensar*, que envolveriam grau de atividade ainda menor do que os verbos de experimentação mental; e adiciona duas novas categorias, *existência* e *estado*, desprovidas de traços de atividade. Assim como Schlesinger (*op. cit.*), Tavares (2003) não considerou em sua categorização os modais (*dever*, *poder*) e os auxiliares (*estar*, *ser*); em construções, o verbo principal foi controlado, por exemplo, a construção *posso dizer* foi considerada como *dicendi*, *estava cantando*, como atividade específica, etc.

Quadro 18: Tipo semântico-cognitivo do verbo

| | |
|--|--|
| Momentâneo | Atividade repentina, instantânea |
| <i>Saltar, chutar, bater, derrubar, quebrar</i> (intencional) | |
| Específico | Evoca uma imagem específica |
| <i>Escrever, beber, desenhar, correr</i> | |
| Difuso | Não evoca uma atividade específica |
| <i>Trabalhar, aprender, estudar</i> | |
| Instância | Posição corporal estática |
| <i>Deitar, sentar, reclinar</i> | |
| Estímulo mental | Sujeito da oração é o estímulo da experiência mental de outrem |
| <i>Impressionar, agradar, surpreender, assustar, espantar, lembrar</i> (x <i>lembrou</i> y) | |
| Transição/processo | Mudança de estado determinada pelo sujeito da oração |
| <i>Chegar, partir, parar</i> | |
| Verbal | <i>Dicendi</i> (introduz o discurso) |
| <i>Dizer, falar, perguntar, responder</i> | |
| Manipulativo | Sujeito da ação manipula paciente |
| <i>Mandar, fazer com que</i> | |
| Volicional | Sujeito da oração expressa emoção ou desejo |
| <i>Querer, desejar, sentir</i> | |
| Experimentação mental | Sujeito da oração é o "experenciador mental" |
| <i>Lembrar-se</i> (x <i>lembrou(-se) de telefonar</i>), <i>entender, pensar</i> | |
| Relacional | Expressa relações estabelecidas no processo humano de percepção da realidade: identidade, analogia, comparação |
| <i>Depender de, merecer, precisar, servir como, assemelhar-se, parecer, ser, ser como, tornar-se</i> | |
| Existência | <i>Ter, haver, existir</i> |

O quadro 18 apresenta a classificação adotada para o tipo semântico-cognitivo do verbo na expressão do passado imperfeito. Como em Tavares (2003, p. 232), foram consideradas as entradas lexicais dos verbos; caso um verbo seja polissêmico, tem suas entradas consideradas independentemente (como *ter* posse e *ter* existencial).

4.2.2.2 Tipo do verbo e dinamismo na expressão do passado imperfectivo

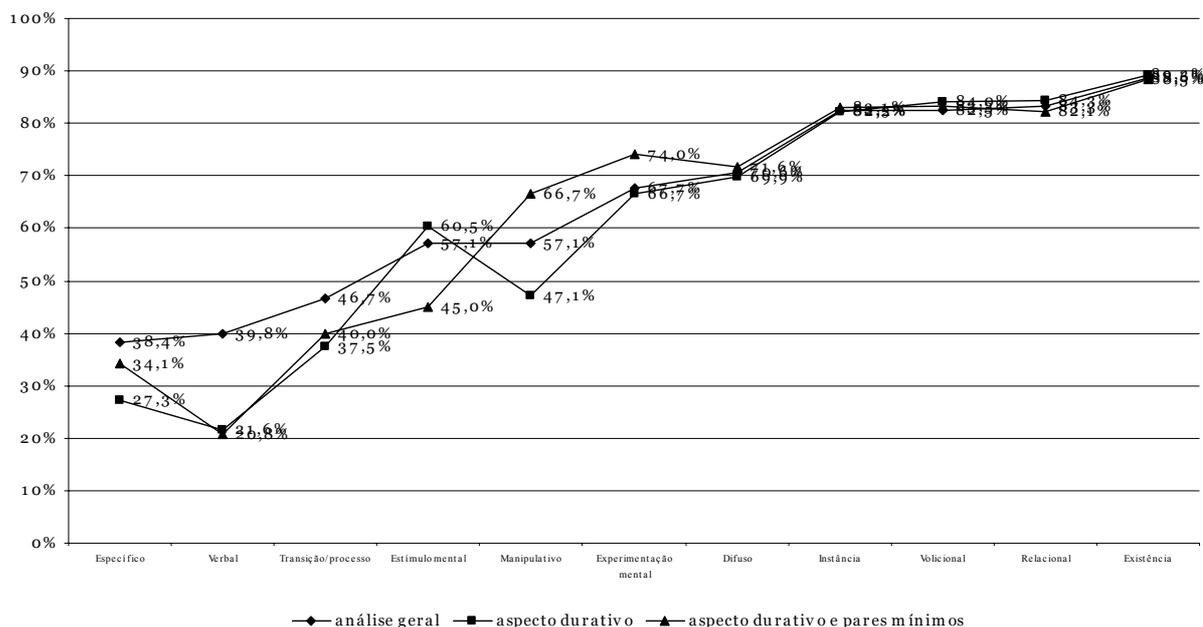
A análise para o tipo semântico-cognitivo do verbo é fundamentada apenas nas frequências, dado que a distribuição irregular e superposta aos traços aspectuais leva à interação com os

demais fatores gerando grande número de células vazias. Os resultados para o tipo semântico-cognitivo de verbo são apenas ilustrativos de como o traço [dinamismo] ocorre nos itens lexicais.

Tabela 8: Tabela de contingência do tipo semântico-cognitivo do verbo em função de IMP

| | % | Apl./total |
|-----------------------------------|------|------------|
| Análise geral | | |
| <i>Específico</i> | 38,4 | 58/151 |
| <i>Verbal</i> | 39,8 | 33/83 |
| <i>Transição/processo</i> | 46,7 | 49/105 |
| <i>Estímulo mental</i> | 57,1 | 28/49 |
| <i>Manipulativo</i> | 57,1 | 16/28 |
| <i>Experimentação mental</i> | 67,7 | 67/99 |
| <i>Difuso</i> | 70,6 | 72/102 |
| <i>Instância</i> | 82,5 | 65/79 |
| <i>Volicional</i> | 82,5 | 66/80 |
| <i>Relacional</i> | 83,3 | 45/54 |
| <i>Existência</i> | 88,6 | 31/35 |
| <i>Momentâneo</i> | 94,1 | 16/17 |
| | 61,9 | 542/882 |
| Aspecto durativo | | |
| <i>Verbal</i> | 21,6 | 11/51 |
| <i>Específico</i> | 27,3 | 18/66 |
| <i>Transição/processo</i> | 37,5 | 18/48 |
| <i>Manipulativo</i> | 47,1 | 8/17 |
| <i>Estímulo mental</i> | 60,5 | 23/38 |
| <i>Experimentação mental</i> | 66,7 | 64/96 |
| <i>Difuso</i> | 69,9 | 51/73 |
| <i>Instância</i> | 82,2 | 60/73 |
| <i>Volicional</i> | 84,0 | 63/75 |
| <i>Relacional</i> | 84,3 | 43/51 |
| <i>Existência</i> | 89,3 | 25/28 |
| | 62,3 | 384/616 |
| Aspecto durativo em pares mínimos | | |
| <i>Verbal</i> | 20,8 | 10/48 |
| <i>Específico</i> | 34,1 | 14/41 |
| <i>Transição/processo</i> | 40,0 | 16/40 |
| <i>Estímulo mental</i> | 45,0 | 9/20 |
| <i>Manipulativo</i> | 66,7 | 4/6 |
| <i>Difuso</i> | 71,6 | 48/67 |
| <i>Experimentação mental</i> | 74,0 | 57/65 |
| <i>Relacional</i> | 82,1 | 32/39 |
| <i>Instância</i> | 83,1 | 54/65 |
| <i>Volicional</i> | 83,3 | 55/66 |
| <i>Existência</i> | 88,5 | 23/26 |
| | 65,1 | 322/495 |

Gráfico 3: Distribuição das frequências de IMP quanto ao tipo semântico-cognitivo do verbo



A tabela 8 apresenta os resultados para o tipo semântico-cognitivo do verbo, com IMP como valor de aplicação. Foram consideradas as frequências obtidas nas três análises: a análise geral, a análise considerando o aspecto durativo e a análise considerando o aspecto durativo em pares mínimos. A ordenação dos fatores obedece ao critério da frequência.

A ocorrência de verbos momentâneos com aspecto durativo gera uma célula vazia, o que explica a ausência do fator nas duas últimas análises.

A distribuição irregular das ocorrências não permite generalizações seguras sobre os efeitos do tipo semântico-cognitivo do verbo, mas alguns resultados são salientes. Verbais, específicos e transicionais/processuais são os tipos de verbo que mais concentram ocorrências de P-PROG; relacionais, instanciais, volicionais e existenciais são os verbos que mais concentram ocorrências de IMP. Quanto ao IMP, a distribuição dos resultados para os verbos com menos dinamismo (relacionais, instanciais, volicionais e existenciais) é regular nas três análises, como pode ser observado no gráfico 3. Para P-PROG, a distribuição é irregular, embora os tipos de verbo que concentram as ocorrências possam ser considerados com mais dinamismo.

Cotejada ao tipo de aspecto imperfeito, a distribuição das ocorrências aponta para a correlação entre o tipo semântico-cognitivo do verbo e a forma de expressão, conforme os dados da tabela 9.

Quanto ao aspecto progressivo, a forma P-PROG é predominante com verbos específicos, de transição/processo, difusos e instâncias, ou seja, verbos que podem ser considerados como [+ dinâmicos]. Já a forma IMP somente ocorre com verbos de transição/processo e específicos, ainda que contabilize apenas 10 ocorrências, quando expressa passado imperfeito progressivo.

Na expressão de aspecto durativo, aspecto que mais contabiliza ocorrências, a forma P-PROG predomina com verbos de atividade verbal, específicos, transição/processo e manipulativos; e IMP, com verbos de instância, volicionais, relacionais e existenciais. Com o aspecto durativo, o papel do dinamismo fica indefinido, pois verbos manipulativos têm menos dinamismo do que específicos e transicionais/processuais, e verbos de instância têm mais dinamismo do que volicionais, relacionais e existenciais, não permitindo a associação direta entre [- dinâmico] e IMP, e [+ dinâmico] e P-PROG.

O aspecto iterativo é expresso predominantemente por IMP. Os verbos momentâneos e a imperfectividade, aparentemente incompatíveis, combinam-se na expressão de passado imperfectivo iterativo. Já os verbos específicos e de transição/processo são os únicos tipos que contabilizam, ainda que poucas, ocorrências de PPROG. Os casos de ambigüidade aspectual ocorrem em sua maioria com os verbos específicos.

Apesar de serem apenas descritivos, os resultados para o tipo semântico-cognitivo do verbo e a expressão do passado imperfectivo ressaltam a influência do dinamismo do item lexical na escolha da forma para codificar a função. Os resquícios do histórico gramatical da forma PPROG ainda atuam na escolha/restricção de itens lexicais na expressão de passado imperfectivo.

Tabela 9: Tabela de contingência para a variante IMP com cruzamento das variáveis aspecto imperfectivo e tipo semântico-cognitivo do verbo

| | Progressivo | | Durativo | | Iterativo | | Ambíguo | |
|-----------------------|-------------|-----|----------|------|-----------|------|---------|------|
| Verbal | 0/1 | 0% | 11/51 | 22% | 2/3 | 67% | 20/28 | 71% |
| Específico | 3/18 | 14% | 18/66 | 27% | 11/15 | 73% | 26/49 | 53% |
| Transição/processo | 7/28 | 25% | 17/47 | 36% | 16/19 | 84% | 9/11 | 82% |
| Manipulativo | *** | *** | 8/17 | 47% | 3/3 | 100% | 5/8 | 62% |
| Experimentação mental | 0/3 | 0% | 23/38 | 61% | 0/1 | 0% | 5/7 | 71% |
| Estímulo mental | *** | *** | 64/96 | 67% | 1/1 | 100% | 2/2 | 100% |
| Difuso | 1/3 | 33% | 51/73 | 70% | 8/8 | 100% | 12/18 | 67% |
| Instância | 1/2 | 50% | 60/73 | 82% | *** | *** | 4/4 | 100% |
| Volicional | *** | *** | 63/75 | 84% | 1/2 | 50% | 2/3 | 67% |
| Relacional | 0/1 | 0% | 43/51 | 84% | 1/1 | 100% | 1/1 | 100% |
| Existência | *** | *** | 25/28 | 89% | 2/3 | 67% | 4/4 | 100% |
| Momentâneo | *** | *** | 1/1 | 100% | 14/15 | 100% | 1/1 | 100% |

4.3 Motivações no plano da codificação da informação gramatical

De acordo com os pressupostos sócio-biolinguísticos, a gramática é uma estrutura adaptativamente motivada e convencional, sensivelmente relacionada com o contexto. A recorrência entre contextos de codificação da informação gramatical e certa forma pode resultar em um padrão associativo, ou gramaticalização. Na variação entre IMP e PPROG para expressar passado imperfectivo, fatores como a extensão da situação, polaridade e tipo da referência apontam tendências de regularidade e convencionalização de contextos em formas para codificar o conteúdo gramatical, além de evidenciarem a atuação do princípio da marcação em direção ao equilíbrio cognitivo.

4.3.1 Extensão da situação

O português não apresenta um sistema gramaticalizado (no sentido de pertencer à gramática da língua) de extensão/duração de uma situação. Para codificar esse tipo de informação, fazemos uso de recursos lexicais, como advérbios e nomes que denotem extensão ou duração temporal. Porém, é possível considerar a hipótese de que na expressão do passado imperfectivo as formas IMP e PPROG se diferenciem quanto ao uso em função da extensão temporal.

A extensão da situação – ou, por quanto tempo dura a situação – foi uma variável controlada por Mendes (2005) para averiguar a variação entre *ter + participio* e *estar + gerúndio* na expressão dos aspectos durativo e iterativo no português. A hipótese que norteou a inclusão do fator *extensão da situação* na análise de Mendes (*op. cit.*) foi a impressão intuitiva dos alunos dos cursos de Sociolinguística da USP de que *ter + participio* e *estar + gerúndio*, independentemente do aspecto que expressam, são diferentes

quanto à extensão de tempo ao longo do qual a situação se desenvolve. Em termos empíricos, ‘Eu tenho comido muito ultimamente’ e ‘Eu estou comento muito ultimamente’ são diferentes porque codificam diferentes extensões temporais da situação. Uma situação cuja extensão temporal é mais longa seria composta por *ter* + *particípio*, enquanto uma situação cuja extensão temporal é mais curta seria composta por *estar* + *gerúndio*. A hipótese, entretanto, foi refutada; os resultados obtidos apontam que justamente quando se trata de tempo longo, o uso de *ter* + *particípio* é fortemente restringido, favorecendo o uso da forma *estar* + *gerúndio*.

A constatação de Mendes pode ter reflexo na variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo, uma vez que PPROG é constituído por *estar* + *Vndo*. O autor estabeleceu uma classificação para a extensão do intervalo de tempo circunscrito pelo aspecto: *tempo curto*, *tempo longo* e *tempo muito longo*, a qual é ilustrada no quadro 19.

Quadro 19: Extensão do intervalo de tempo circunscrito pelo aspecto (Mendes, 2005, p. 109)

| | |
|--|--|
| <i>Tempo curto</i> [em termos de dias, semanas] | <ul style="list-style-type: none"> Como nós <i>estamos estudando</i> o desenvolvimento das fases da inteligência, então af... Nesses últimos dias <i>tenho ouvido</i> de outras pessoas em outros locais queixas extremamente ácidas sobre o correio |
| <i>Tempo longo</i> [em termos de meses] | <ul style="list-style-type: none"> No país hoje em dia <i>está entrando</i> muitos bens de capital Não <i>tenho</i> mais <i>ido</i> ao teatro |
| <i>Tempo muito longo</i> [em termos de anos] | <ul style="list-style-type: none"> O aluno <i>está trabalhando</i> mais Agora ultimamente de uns dois anos (...) eu também <i>tenho andado</i> mais de automóvel |

De acordo com Mendes (*op. cit.*, p. 109), “a extensão do intervalo de tempo circunscrito pelo aspecto nem sempre vem expressa na sentença. Em muitos casos, tal extensão é inferível no contexto em que a sentença se insere. A ocorrência ‘O aluno *está trabalhando* mais’, por exemplo, é classificada no modo acima porque o informante está fazendo uma comparação entre ‘o aluno de antigamente’ com ‘o aluno dos últimos anos’.”

Para dar conta da expressão do passado imperfectivo, a classificação de Mendes foi ampli-

ada, pois os valores aspectuais envolvidos são diferentes. No aspecto progressivo, por exemplo, a situação é vista em seu desenvolvimento a partir de um único ponto temporal, que não necessariamente perfaz dias ou semanas; pode-se pensar em tempo quase instantâneo, medido em minutos ou horas.¹

O mesmo vale para o aspecto durativo e iterativo, e também para as situações aspectualmente ambíguas. Assim, a classificação de Mendes (*op. cit.*), adaptada à expressão do passado imperfectivo, conta com quatro possibilidades para a extensão do intervalo temporal: *instantâneo*, *curto*, *longo* e *muito longo*.

Quadro 20: Extensão do intervalo temporal da situação

| | |
|---|---|
| <i>Tempo instantâneo</i> [em termos de minutos, horas] | <ul style="list-style-type: none"> Daí a moça tinha ido para o hospital e o cara morreu. Daí a gente, a hora que a gente <i>estava olhando</i>, eles <i>tiravam</i> o cara morto ainda. (SC FLP FGJ 07) |
| <i>Tempo curto</i> [em termos de dias, semanas] | <ul style="list-style-type: none"> Fui [posto] na rua da aula de história, de química, de ciências, mas também <i>aprontava</i> pra caramba. De ciências eu fui umas três vezes, de história eu cheguei a ser suspenso da aula dele, uma semana, é, eu parei de fazer barulho, fui obrigado, né? Fui suspenso, só <i>estava pegando</i> no meu pé. (SC FLP MCJ 13) |
| <i>Tempo longo</i> [em termos de meses] | <ul style="list-style-type: none"> Agora até que a gente <i>estava lendo</i>, só que no começo do ano a gente <i>estava lendo</i> bastante. (SC FLP FGJ 07) Eu, não, é que eu tinha, eu <i>estudava</i> no Aplicação e deu um rolo ali com um cara ali, professora me chamou atenção e chamou meus pais, tudo, que eu ia ser expulso do colégio, tal, e não sei mais o que. (SC-FLP MJP 09) |
| <i>Tempo muito longo</i> [em termos de anos] | <ul style="list-style-type: none"> Dizem que ela estava bem doente. É, foi o ano passado, o meu irmão esteve aqui, ele entrou de férias e veio passar uns dias aqui em casa, porque ele mora no Rio, né? e ele falou que ela <i>estava morando</i> pra cá. Tinha vendido, parece, uma casa lá no Rio e veio morar pra cá. (SC FLP FAP 03) |

A hipótese para o controle da extensão da situação na expressão do passado imperfectivo

¹ Para maior detalhamento, ver os comentários para o exemplo (6) da seção 2.3.1

considera a origem das formas. PPROG está relacionado com a expressão de aspecto progressivo, que toma a situação em andamento em relação a um ponto temporal (ponto de referência); essa propriedade pode persistir no processo de gramaticalização e generalização semântica da forma, com a associação de PPROG a tempo instantâneo/curto. IMP, relacionado ao deslocamento/distanciamento da realidade, também evocando a persistência, pode ser associado a tempo longo.

A tabela 10 apresenta os resultados para a extensão do intervalo temporal da situação, que delinea a polarização entre IMP e PPROG. Quanto maior a extensão do intervalo temporal da situação, maior é a tendência pela opção por IMP, e o contrário é válido para PPROG: quanto menor a extensão do intervalo temporal da situação, maior é a tendência de uso de PPROG.

Na análise geral, o peso relativo de 0,38 restringe o uso de IMP em intervalos classificados como *instantâneos*, enquanto o peso relativo de 0,71 favorece seu uso em intervalos temporais classificados como *muito longos*. A distribuição dos resultados é crescente: intervalos temporais classificados como curtos têm peso relativo de

0,44, enquanto intervalos temporais classificados como longos têm peso relativo de 0,57. A tendência à polarização fica mais acentuada nas análises considerando apenas o aspecto durativo e o aspecto durativo em pares mínimos.

No aspecto *durativo*, a tendência à especialização das formas na expressão de extensão temporal se manifesta. O aspecto durativo contabiliza a maior parte das ocorrências de passado imperfeito. Os pesos relativos de 0,33 e 0,32, respectivamente, tendem a restringir o uso de IMP em intervalos temporais instantâneos, enquanto pesos de 0,80 e 0,78, respectivamente, tendem a favorecer seu uso em contextos em que o intervalo temporal é muito longo.

A correlação entre os valores aspectuais e a extensão do intervalo temporal da situação, na tabela 11, reforça a tendência de polarização dos resultados. O aspecto iterativo, que trava forte correlação com a forma IMP, tem distribuição muito equilibrada quanto à extensão do intervalo temporal. Os casos aspectualmente ambíguos também não parecem apresentar regularidade quanto à distribuição em função da extensão do intervalo temporal.

Tabela 10: Tabela de contingência da extensão do intervalo temporal da situação em função de IMP

| Extensão da situação | Peso Relativo | % | Apl./total |
|----------------------|-----------------------------------|------|------------|
| | Análise geral | | |
| <i>instantânea</i> | 0,38 | 48,0 | 167/348 |
| <i>curta</i> | 0,44 | 57,9 | 81/140 |
| <i>longa</i> | 0,57 | 71,3 | 207/286 |
| <i>muito longa</i> | 0,71 | 82,4 | 89/108 |
| | Aspecto durativo | | |
| <i>instantânea</i> | 0,33 | 44,1 | 109/247 |
| <i>curta</i> | 0,42 | 62,2 | 56/90 |
| <i>longa</i> | 0,60 | 74,0 | 142/192 |
| <i>muito longa</i> | 0,80 | 88,5 | 77/87 |
| | Aspecto durativo em pares mínimos | | |
| <i>instantânea</i> | 0,32 | 46,3 | 88/190 |
| <i>curta</i> | 0,42 | 62,9 | 44/70 |
| <i>longa</i> | 0,61 | 77,5 | 124/160 |
| <i>muito longa</i> | 0,78 | 88,0 | 66/75 |

Tabela 11: Tabela de contingência para a variante IMP com cruzamento das variáveis aspecto imperfeito e extensão do intervalo temporal da situação

| | Progressivo | | Durativo | | Iterativo | | Ambíguo | |
|--------------------|-------------|-----|----------|-----|-----------|-----|---------|-----|
| <i>Instantânea</i> | 5/30 | 17% | 109/247 | 44% | 17/20 | 85% | 36/51 | 71% |
| <i>Curta</i> | 4/16 | 25% | 56/90 | 62% | 6/7 | 86% | 15/27 | 56% |
| <i>Média</i> | 3/11 | 27% | 142/192 | 74% | 29/35 | 83% | 35/48 | 73% |
| <i>Longa</i> | 0/3 | 0% | 77/87 | 89% | 7/8 | 88% | 5/10 | 50% |

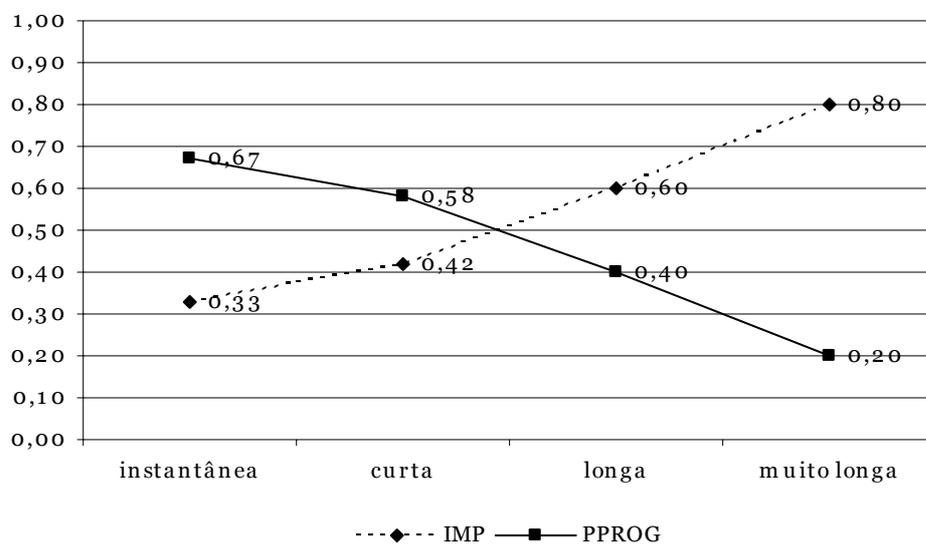
A visualização dos pesos relativos no gráfico 4 evidencia a especialização/polarização dos resultados, especialmente nos intervalos temporais classificados como *muito longos*: PPROG tem forte restrição, com peso relativo de 0,20, e IMP tem alto favorecimento, com peso relativo de 0,80. Nos intervalos temporais intermediários (curto e longo), a polarização do resultado é incipiente. No intervalo temporal classificado como *instantâneo*, a polarização dos resultados também ocorre, mas com menos força do que no intervalo temporal classificado como *muito longo*.

O princípio da marcação também atua na correlação entre forma e expressão de extensão da situação no passado imperfeito. Quanto mais

duradoura uma situação, mais complexa estrutural e cognitivamente, pois demanda maior esforço de processamento. A relação entre uma forma menos marcada e situação mais marcada quanto à extensão se manifesta pela associação entre IMP e situações longas e PPROG e situações curtas/instantâneas.

Os resultados obtidos confluem para a corroboração da hipótese postulada, de que na expressão do passado imperfeito as formas tendem a se especializar em função da extensão do intervalo temporal da situação, em decorrência da atuação do princípio da persistência (Hopper, 1991).

Gráfico 4: Distribuição dos pesos relativos de IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito em função da extensão do intervalo temporal (aspecto durativo)



4.3.2 Polaridade

A polaridade da situação pode ser resumida à situação expressando passado imperfectivo que está ou não sob escopo de negação. Em termos de frequência absoluta, orações afirmativas são muito mais recorrentes do que orações negativas. Entretanto, os contextos em que ocorrem orações negativas podem ser analisados do ponto de vista do número de situações negadas e da marcação. Portanto, o controle da variável *polaridade da situação* pode dar resposta a duas questões. A primeira é fundamentada no estudo da variação entre as formas *ter + particípio* e *estar + gerúndio* na expressão dos aspectos durativo e iterativo. Mendes (2005, p. 147) coloca a seguinte questão “se se quer expressar iteratividade com uma sentença negativa, que perífrase tende a ser mais empregada?” Seus resultados apontam que *ter + particípio* é a forma selecionada para expressar aspecto iterativo, embora os resultados mostrem interação da negação com o aspecto do verbo.¹

Considerando o princípio da marcação (Givón, 2001), o critério da complexidade estrutural pressupõe que a oração negativa é marcada em relação à afirmativa, e considerando também que na expressão do passado imperfectivo há uma forma estruturalmente mais marcada (PPROG) do que a outra (IMP), como se dá a interação entre formas e negação em função do critério da marcação? Contextos marcados (com presença de negação) tendem a atrair formas marcadas?

¹ Ilari (2000), ao sugerir que a regra semântica da negação é próxima da dos tempos verbais, afirma que “negar a reiteração regular de uma certa ação não é o mesmo que negar que esta ação tenha ocorrido uma ou outra vez”; e “não se chega a excluir que um determinado fato tenha ocorrido afirmando que se repete com alguma regularidade a sua não-realização”. De acordo com Mendes (2005, p. 146), em “Não tenho assistido filmes”, é difícil afirmar com segurança que *assistir a alguns filmes* tenha ocorrido no intervalo temporal, possibilitando uma interpretação durativa, parafraseável por “desde a última vez que assisti a um filme, já faz algum tempo”. Entretanto, há também a possibilidade da interpretação de que há uma reiteração regular da atividade *assistir filmes*, mas, ao mesmo tempo, é possível que a atividade tenha ocorrido alguma vez.

Ou contextos marcados tendem a atrair formas não-marcadas? Dito de outro modo, a interação entre polaridade e forma verbal pode seguir o princípio do paralelismo, “marcas levam a marcas”, ou o arranjo cognitivo pode entrar em equilíbrio: forma complexa (marcada) harmoniza com contexto não-marcado (afirmativo), e forma menos complexa (não-marcada) harmoniza com contexto marcado (negativo). Os resultados para a polaridade da situação, na tabela 12, apontam para o equilíbrio cognitivo: contextos de oração afirmativa tendem a favorecer a ocorrência da forma mais complexa, PPROG, enquanto contextos de oração negativa tendem a favorecer a ocorrência da forma menos complexa, IMP. Forma marcada tende a ser utilizada em contexto menos marcado e forma não-marcada é preferível em contexto marcado. Na análise mais específica (*aspecto durativo em pares mínimos*), a tendência ao equilíbrio cognitivo fica mais acentuada. Quanto ao valor aspectual do passado imperfectivo, a hipótese de Mendes (2005), de que pode haver correlação entre formas e aspecto iterativo, parece se verificar, pois todas as 10 ocorrências de aspecto iterativo são realizadas por IMP. A tabulação cruzada entre o valor aspectual do imperfectivo e a presença/ausência de negação, na tabela 13, aponta que apenas dois contextos de negação ocorrem com aspecto progressivo, com a ocorrência de uma de cada forma. O aspecto durativo é o que agrupa o maior número de ocorrências de negação, as quais tendem a escolher a forma IMP para se manifestar.

Tabela 12: Tabela de contingência da polaridade da situação em função de IMP

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|----------------------------------|---------------|------|------------|
| Polaridade | | | |
| Análise geral | | | |
| Oração afirmativa | 0,46 | 57,8 | 435/752 |
| Oração negativa | 0,72 | 85,4 | 111/130 |
| Aspecto durativo | | | |
| Oração afirmativa | 0,45 | 57,3 | 293/511 |
| Oração negativa | 0,74 | 86,7 | 91/105 |
| Aspecto durativo e pares mínimos | | | |
| Oração afirmativa | 0,44 | 60,5 | 244/405 |
| Oração negativa | 0,74 | 86,7 | 78/90 |

O processo de equilíbrio cognitivo que se manifesta na expressão do passado imperfectivo é uma evidência que confirma o processo de

gramaticalização/generalização do imperfectivo genérico.

Tabela 13: Tabela de contingência para a variante IMP com cruzamento das variáveis aspecto imperfectivo e polaridade da situação

| | Progressivo | | Durativo | | Iterativo | | Ambíguo | |
|-------------------|-------------|-----|----------|-----|-----------|------|---------|-----|
| Oração afirmativa | 11/58 | 19% | 293/511 | 57% | 49/60 | 82% | 82/123 | 67% |
| Oração negativa | 1/2 | 50% | 91/105 | 87% | 10/10 | 100% | 9/13 | 69% |

4.3.3 Tipo de ponto de referência

Temporalmente, o passado imperfectivo costuma ser associado à simultaneidade entre o intervalo da situação e ponto de referência.¹ Nesta seção, são apresentadas as motivações para o controle desta variável, já apontadas na seção 2.2.1, e os resultados obtidos são discutidos no sentido de evidenciar a influência do tipo de ponto de referência na escolha de uma forma para expressão do passado imperfectivo.

O controle da variável *tipo de ponto de referência* tem se mostrado significativo nos fenômenos de variação em categorias verbais. Na análise da variação na expressão do passado anterior, Coan (1997; 2003) constata que o tipo de ponto de referência influencia na escolha das formas (pretérito mais-que-perfeito simples e pretérito perfeito). Para a expressão do passado imperfectivo, o controle do tipo de ponto de referência das situações está fortemente relacionado com a delimitação do contexto de análise dentro da entrevista sociolinguística. A unidade de análise tomada para o fenômeno – a narrativa episódica – propicia a ocorrência textualmente explícita de ponto de referência para o passado imperfectivo. A orientação, parte da narrativa que contextualiza temporal e espacialmente as situações, é o ambiente discursivo onde se estabelece o ponto de referência temporal, e, possivelmente, também para a expressão do passado imperfectivo.

¹ Do ponto de vista *temporal*, qualquer sobreposição entre o intervalo ou momento da situação e o intervalo/ponto de referência pode ser considerada como *simultaneidade*, como apontado na seção 2.2.1.

Para a investigação do fenômeno, os pontos de referência foram classificados inicialmente em *textuais* ou *discursivos*. Os pontos de referência textuais são aqueles que se manifestam por meio de marca formal na narrativa, ou seja, são explícitos, por meio de forma verbal, oração ou adjunto. Os pontos de referência discursivos são os que podem ser inferidos pelo contexto ou presumivelmente reconstituídos por meio de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, ou seja, o âmbito discursivo tem a ver com o pragmático.

4.3.3.1 Ponto de referência textual

O ponto de referência textual é o expresso linguisticamente, ou seja, por meio de palavras. Como as narrativas referem-se a fatos passados, o ponto de referência para o passado imperfectivo pode ser dado, por exemplo, por uma situação codificada por *pretérito perfeito* (PP), como aponta Ikeda (1992), exemplificada em (1) e (2).

(1)

Aí eu disse: “Eu não te quero mais dentro de casa, e se não saíres saio eu. Eu passo a mão nas crianças e saio, saio por aí. Nós vamos morar até debaixo da ponte, em qualquer lugar”, ele viu que não *tinha* mais jeito, ele pegou e foi embora. (SC FLP FAP 03).²

² Há que se ressaltar que o exemplo pode ser ambíguo entre uma interpretação de passado imperfectivo e factual, expressando modalidade *realis* – e de futuro do pretérito, situação *irrealis*, comparável a ‘ele viu que não *teria* mais jeito’. A variação do uso de IMP, pretérito imperfectivo do subjuntivo e futuro do pretérito na expressão de simultaneidade passada *irrealis* foi abordada por Domingos (2004). No entanto, considerando a possibilidade de intercâmbio entre IMP e PPROG, a interpretação em favor do passado imperfectivo parece ser mais adequada ao contexto.

(2)

Aí eu disse: “Eu não te quero mais dentro de casa, e se não saíres saio eu. Eu passo a mão nas crianças e saio, saio por aí. Nós vamos morar até debaixo da ponte, em qualquer lugar”, ele viu que não *estava tendo* mais jeito, ele pegou e foi embora.

Em (1), *viu*, PP, funciona como ponto de referência para *tinha*, IMP, e em (2), para *estava tendo*, PPROG.

O IMP (ou o PPROG) também pode funcionar como ponto de referência para outra situação que expressa passado imperfeito. A referência textual pode travar forte relação com a configuração sintático-semântica da oração em que ocorre; é pertinente controlar também a configuração sintático-semântica da oração e a forma verbal que funciona como referência: PP em período composto por coordenação e por subordinação; IMP em período composto por coordenação e subordinação.

Ainda de acordo com Ikeda (*op. cit.*), *expressões adverbiais de tempo* também podem funcionar como ponto de referência para o passado imperfeito.

(3)

Numa ocasião, o nosso motorista bateu com a caminhonete. Ele *morava* perto do dono da firma, lá em Biguaçu. *Num domingo*, ele veio de Biguaçu avisar pra mim, aqui no Aeroporto, que eu *morava* no Aeroporto, que o motorista tinha batido na caminhonete. (SC FLP 02 MAP)

(4)

Numa ocasião, o nosso motorista bateu com a caminhonete. Ele *estava morando* perto do dono da firma, lá em Biguaçu. *Num domingo*, ele veio de Biguaçu avisar pra mim, aqui no Aeroporto, que eu *estava morando* no Aeroporto, que o motorista tinha batido na caminhonete.

Em (3) e (4), os adjuntos adverbiais de tempo *numa ocasião* e *num domingo* estabelecem o ponto de referência para a narrativa; o primeiro situa a narrativa num tempo, que é retomado e especificado pelo segundo adjunto adverbial.

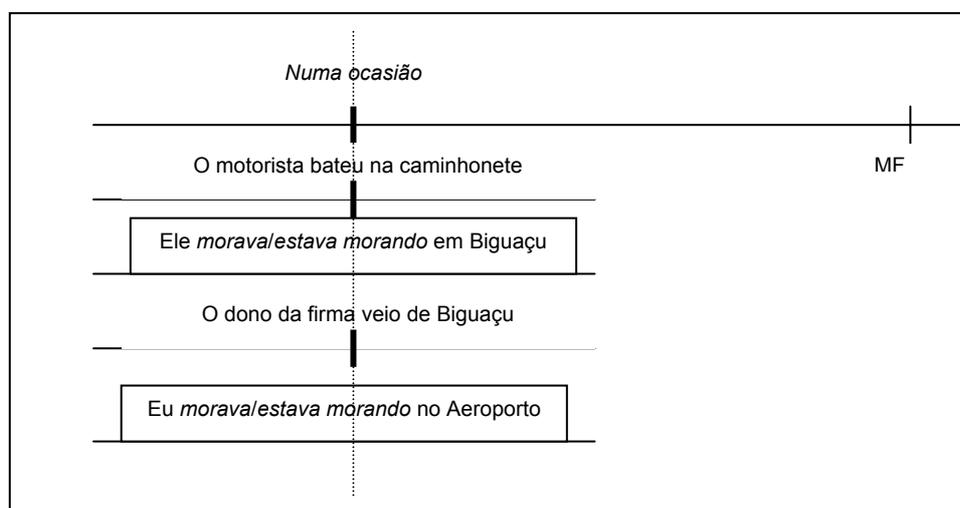
Dadas as possibilidades de realização do ponto de referência textual para o passado imperfeito, discutir questões metodológicas de como identificá-lo se faz essencial. Primeiramente, retome-se o conceito de ponto de referência, já apresentado e discutido na seção 2.2.2.

- Ponto de referência é uma coordenada temporal em função da qual se definem os valores temporal e aspectual de enunciado.

Há que se considerar, ainda, conforme apontam Ikeda (1992) e Matos (1996), a possibilidade de um ponto de referência ancorar toda uma seqüência de situações, como é o caso de (3)-(4).

Como visto acima, adjuntos adverbiais, formas verbais e orações podem funcionar como coordenada temporal para o passado imperfeito. No par (3)-(4), os adjuntos adverbiais temporais *numa ocasião* e *num domingo*, (que estabelecem relação de correferencialidade, uma vez que *num domingo* retoma *numa ocasião*), estabelecem ponto de referência para a seqüência de situações que constituem o episódio relatado: “o motorista bateu na caminhonete”; “o motorista estava morando em Biguaçu”; “o dono da firma veio de Biguaçu avisar o falante sobre o ocorrido”; “o falante estava morando no aeroporto”. Interessam como dados de análise as situações que expressam passado imperfeito. As relações entre a situação e o ponto de referência estão diagramadas na figura 12.

Figura 12: Relações entre ponto de referência e situação para (3)-(4)



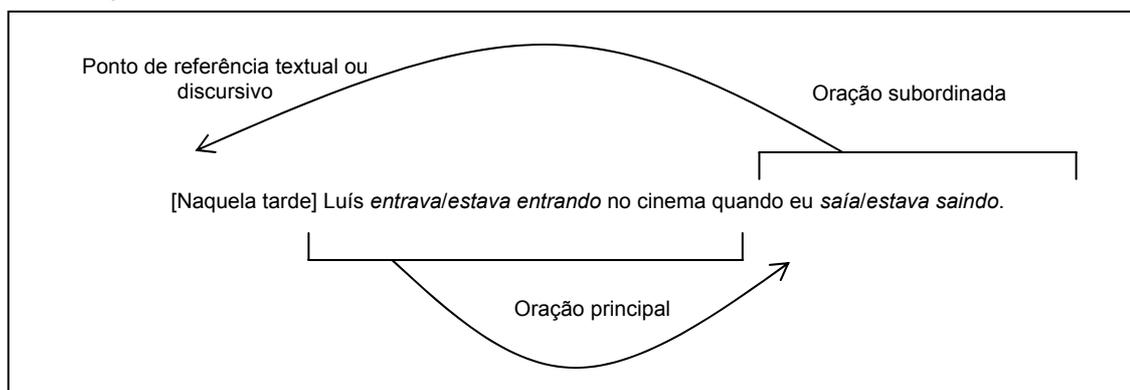
No diagrama, o ponto de referência, em itálico, estabelece uma âncora temporal para as situações, representada pela linha tracejada. “Bater” e “vir” são situações apresentadas como fechadas, e por isso, são representadas no diagrama por um traço pontual. Já as situações de “morar” são apresentadas como em andamento, e no diagrama são representadas por um intervalo retangular. Embora todas as situações tenham ocorrido *numa ocasião*, especificada como *num domingo*, é possível estabelecer uma ordem seqüencial de acontecimento: *morar, bater, vir*. A ordenação seqüencial é possível somente na perspectiva da situação. Na perspectiva do falante/ouvinte, todas as situações são vistas como simultâneas ao ponto de referência. A perspectiva de análise a ser considerada é a perspectiva do falante/ouvinte, pois, de acordo com Travaglia (1991), a ordem seqüencial das situações de passado imperfeito tende a seguir a ordem linear dos acontecimentos no mundo.

O ponto de referência textual estabelecido por um adjunto adverbial é o mais facilmente identificado e reconhecido.

Também uma oração adverbial pode funcionar como ponto de referência para o passado imperfeito. O estabelecimento da referência para uma situação no plano oracional segue a proposta de Hinrichs (1986) para a ordenação de situações ligadas pelo conector temporal *when* (quando) no inglês. O princípio básico de ordenação é que a oração com *when* introduz um novo ponto de referência. Por extensão, as orações subordinadas temporais sempre serão consideradas ponto de referência a uma oração principal, ainda que a principal seja a oração com IMP ou PPROG.

Por exemplo, uma situação como “*Luís entrava/estava entrando no cinema quando eu estava saindo/saía*”, em que há dois dados de análise, a oração principal toma como ponto de referência a oração subordinada, que por sua vez, necessita de um outro ponto de referência no passado – o qual é estabelecido no discurso ou através de um adjunto adverbial temporal – que ancore a seqüência de situações, como diagramado na figura 13; *Naquela tarde, Luís entrava/estava entrando no cinema quando eu estava saindo/saía*. (Brucart, 2003, p. 9)

Figura 13: Diagramação da relação estabelecida entre oração principal e subordinada como ponto de referência.



O par (5)-(6) ilustra uma situação expressando passado imperfeito que está ancorada em um ponto de referência constituído por oração subordinada adverbial.

(5)

Quando eu comecei a parar pra pensar que tipo de vida que eu estava levando, eu estava achando assim: “Meu Deus, eu sou tão esquisita”, eu

fiquei pensando comigo assim, né? (SC FLP FAP 03)

(6)

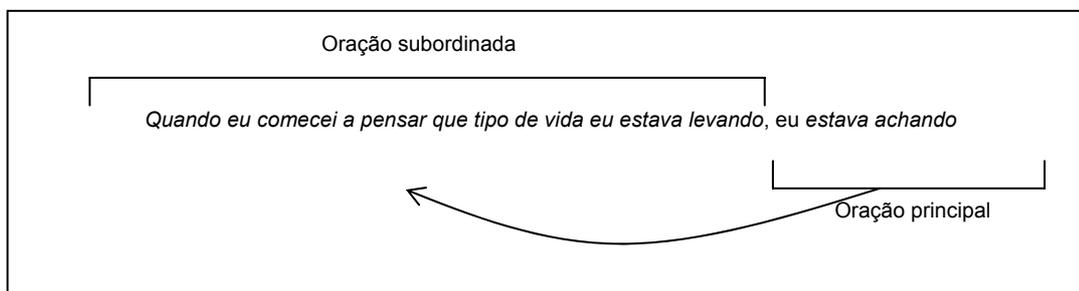
Quando eu comecei a parar pra pensar que tipo de vida que eu estava levando, eu achava assim: “Meu Deus, eu sou tão esquisita”, eu fiquei pensando comigo assim, né?

A oração subordinada “*quando eu comecei a parar pra pensar que tipo de vida que eu estava*

levando” funciona como ponto de referência para a oração principal “eu achava/estava a-

chando assim”. A diagramação é apresentada na figura 14.

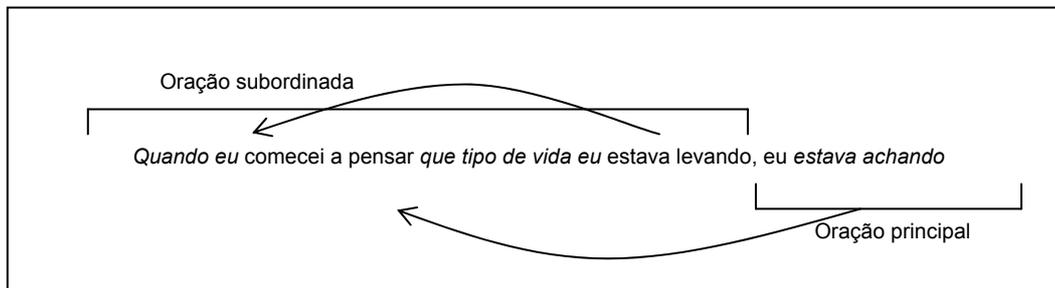
Figura 14: Diagramação do par (5)-(6) quanto ao estabelecimento do ponto de referência



Em suma, a oração subordinada adverbial funciona como ponto de referência para a oração principal. Porém, ainda no par (5)-(6), há outro dado de análise que necessita do estabelecimento do ponto de referência. Dentro da oração subordinada adverbial há um dado de análise: “quando eu comecei a pensar que tipo de vida eu estava levando”. Onde buscar o ponto de referência? Seguindo a proposta de Ikeda (1992), uma forma verbal pode funcionar como ponto de referência para o passado imperfeito, como no par (1)-

(2). A oração é subordinada em relação à oração principal “eu estava achando assim”. Mas a sua estrutura é complexa: a construção “comecei a parar pra pensar” tem como objeto uma oração: “que tipo de vida eu estava levando”. Para o estabelecimento da referência nos casos em que a situação sob análise está na oração subordinada, o critério adotado é buscar primeira forma verbal flexionada acessível no nível do enunciado. Nesse caso, a primeira forma verbal acessível é o PP em *comecei* (figura 15).

Figura 15: Diagramação do ponto de referência da oração subordinada substantiva do par (5)-(6)



Como já apontado anteriormente, o par (1)-(2) também apresenta um dado de análise do passado imperfeito (figura 16). A forma *tinha/estava tendo*, que ocorre em uma oração subordinada substantiva, toma como ponto de referência a forma de PP na oração principal, que, por sua vez, estabelece suas relações temporais tomando como ponto de referência a forma verbal *disse*.¹

(7) Apesar de que esse fez uma coisa muito errada: em vez de tocar a mão no dinheiro do grande, ele pegou aquele coitadinho que *tinha* uma poupança de cento e cinquenta mil, que *estava querendo* comprar um terreninho e confiscou. (SC FLP MAP o2)

(8) Apesar de que esse fez uma coisa muito errada: em vez de tocar a mão no dinheiro do grande, ele pegou aquele coitadinho que *estava tendo* uma poupança de cento e cinquenta mil, que *queria* comprar um terreninho e confiscou.

¹ Não estão sob análise as relações temporais estabelecidas pela forma PP. Entretanto, cabe salientar que a forma *disse* estabelece relação de anterioridade à forma *viu* (passado anterior a outro ponto de referência passado,

cujas formas canônicas são o pretérito mais-que-perfeito). Para maior detalhamento sobre essa função, ver Coan (1997, 2003).

No par (7)-(8), há dois dados de análise: *tinha/estava tendo* e *queria/estava querendo*; *tinha/estava tendo* é uma situação na oração relativa, que toma como ponto de referência a forma verbal de PP na oração principal, *pegou*. Já *queria/estava querendo* é uma forma verbal em uma oração subordinada relativa, que estabelece seu ponto de referência na primeira forma verbal acessível, a forma de passado imperfeito *tinha/estava tendo*.

O escopo do ponto de referência textual está relacionado com a constituição da unidade de análise. Uma narrativa episódica, como já apresentado na seção 3.1.3, é constituída por:

- *Evento*: unidade semântico-discursiva, constitutiva do episódio, que corresponde a uma unidade de ação, com mudança entre os estados-de-coisas inicial e final, constituído por situações.
- *Situação*: unidade sintático-semântica, composta de um predicado mais os seus argumentos, cujo conteúdo é uma verdade factual.

O ancoramento de pontos de referência tem uma delimitação *default*: a primeira forma verbal acessível no nível do evento. Ou seja, uma seqüência de situações pode estabelecer um ponto de referência desde que esteja no nível do even-

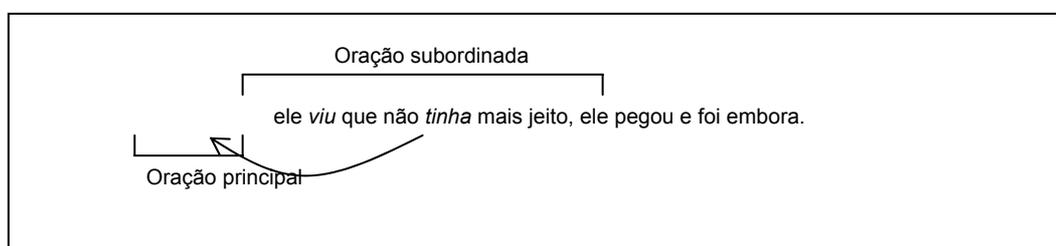
to. Para além do evento, o ponto de referência será considerado discursivo. É uma decisão que tem como consequência o inchaço da manifestação de ponto de referência discursivo, como será visto na seção a seguir. Em suma, o protocolo de estabelecimento do ponto de referência textual é o seguinte: o ponto de referência para o passado imperfeito é estabelecido no nível do evento, buscando:

- um adjunto adverbial temporal, ou
- uma oração subordinada temporal, ou
- a 1ª forma verbal acessível no nível do evento.

As formas de manifestação do ponto de referência textual são as seguintes:

- Adjunto adverbial, como no par (3)-(4);
- Oração temporal, como no par (5)-(6);
- IMP em período composto por coordenação;
- PP em período composto por coordenação, como no par (1)-(2);
- IMP em período composto por subordinação, como na segunda oração do par (7)-(8);
- PP em período composto por subordinação, como na primeira oração do par (5)-(6) e na primeira oração do par (7)-(8).

Figura 16: Diagramação do ponto de referência da oração subordinada substantiva do par (1)-(2)



4.3.3.2 Ponto de referência discursivo

Por opção metodológica, o ponto de referência discursivo é todo aquele que não for de natureza textual. Ou seja, se o ponto de referência não for dado por meio de um adjunto adverbial, ou por uma oração temporal, ou recuperável pela primeira forma verbal flexionada no nível do evento, o ponto de referência da situação que expressa passado imperfeito será considerado como discursivo. Discursivo, nesse caso, recobre

tanto a natureza pragmática, como de conhecimento compartilhado e de inferível pelo contexto. Se o ponto de referência estiver fora do escopo do evento, ainda que seja textualmente dado, será considerado como ponto de referência discursivo. Como consequência dessa decisão, as primeiras orações de períodos compostos que abrem um evento que não tiverem um ponto de referência dado por uma oração temporal ou por um adjunto adverbial, terão seu ponto de referência classificado como discursivo.

A inferência contextual permite, por exemplo, recuperar o ponto de referência da situação

destacada em (1), *estava fazendo*. O evento que recobre a situação analisada não apresenta um ponto de referência textualmente dado. O ponto de referência é inferido pelo contexto e pelo conhecimento de mundo. Esse tipo de situação terá seu ponto de referência classificado como discursivo.

(1)

E pra fazer a casa lá na praia dos Ingleses. É, lá na casa de madeira. Aí, nós ficamos lá, né?. Aí, o pai que chegou assim: “É, queria ter um cachorrinho.” Aí, de repente o pai foi lá no meu tio. Ele *estava vendo* televisão, ele bateu na janela assim. Ele botou a cabeça do cachorrinho assim na janela. Eu não acreditei. SC FLP MJG 15

4.3.3.3 Primeiros resultados

De acordo com os critérios adotados para o controle da variável, os resultados obtidos evidenciam a importância do tipo de ponto de referência na escolha das formas para expressar passado imperfeito.

A variável foi considerada estatisticamente significativa em todas as análises; os resultados expressos na tabela 14 foram retomados das tabelas 1-3, com IMP como valor de aplicação.

Tabela 14: Tabela de contingência do tipo de referência da situação em função de IMP

| Tipo de ponto de referência | Peso Relativo | % | Apl./total |
|---|---------------|---------------|-------------|
| Análise geral | | | |
| <i>IMP em período composto por coordenação</i> | 0,59 | 74,0 | 135/169 |
| <i>PP em período composto por coordenação</i> | 0,51 | 63,8 | 67/105 |
| <i>IMP em período composto por subordinação</i> | 0,49 | 64,2 | 43/67 |
| <i>PP em período composto por subordinação</i> | 0,22 | 33,8 | 27/80 |
| <i>Oração temporal</i> | 0,63 | 72,0 | 36/50 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,40 | 50,4 | 61/121 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,55 | 64,5 | 187/290 |
| | Input: 0,65 | Log: -457,819 | Sig.: 0,000 |
| Aspecto durativo | | | |
| <i>IMP em período composto por coordenação</i> | 0,61 | 76,3 | 74/97 |
| <i>PP em período composto por coordenação</i> | 0,52 | 62,5 | 50/80 |
| <i>IMP em período composto por subordinação</i> | 0,57 | 70,8 | 34/48 |
| <i>PP em período composto por subordinação</i> | 0,25 | 40,3 | 25/63 |
| <i>Oração temporal</i> | 0,55 | 66,7 | 22/33 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,41 | 52,9 | 46/87 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,54 | 63,6 | 133/209 |
| | Input: 0,67 | Log: -315,975 | Sig.: 0,004 |
| Aspecto durativo em pares mínimos | | | |
| <i>IMP em período composto por coordenação</i> | 0,63 | 79,7 | 63/79 |
| <i>PP em período composto por coordenação</i> | 0,54 | 65,1 | 41/63 |
| <i>IMP em período composto por subordinação</i> | 0,53 | 67,6 | 25/37 |
| <i>PP em período composto por subordinação</i> | 0,22 | 41,3 | 19/46 |
| <i>Oração temporal</i> | 0,61 | 78,3 | 18/23 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,39 | 56,2 | 41/73 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,53 | 66,1 | 115/174 |
| | Input: 0,70 | Log: -248,660 | Sig.: 0,039 |

Como esperado, o maior número de ocorrências de tipo de ponto de referência é o discursivo, com 290 dados na análise geral, 209 na análise que considera apenas o aspecto durativo, e 174 dados na análise que considera o aspecto

durativo em pares mínimos. Quando o ponto de referência é discursivo, a escolha das formas não parece ser influenciada; uma leve tendência à forma IMP é apontada pelo peso relativo oscilando de 0,55 na análise geral, que recua na análise mais restrita (aspecto durativo em pares mínimos) para 0,53.

Os fatores que favorecem a ocorrência de IMP para expressar passado imperfeito são *oração temporal* e *IMP em período composto por coordenação*, ambos com pesos relativos na casa de 0,60. Já PPROG é fortemente favorecido em contextos de PP em *período composto por subordinação*, com peso relativo de 0,78 (0,22 para IMP), e também em contextos de *adjunto adverbial*, com pesos relativos na casa de 0,60 (0,40 para IMP).

Os resultados apontam para um possível enriquecimento de fatores: IMP em período composto por coordenação vs. PP em período composto por subordinação. É a estrutura sintática ou é o tipo de ponto de referência (perfectiva vs. imperfectiva) que atua na escolha entre as formas na expressão do passado imperfeito? Para dirimir a questão, os dados foram submetidos a outros arranjos dos fatores da variável *tipo de referência*. Primeiramente, os fatores foram amalgamados em função da estrutura sintática, na oposição coordenação vs. subordinação, apresentados na seção a seguir.

4.3.3.4 Ponto de referência quanto à estrutura sintática

Com a realização de novas análises, com a amalgamação de fatores quanto à estrutura sintática,¹ (os quais estão apresentados na tabela 15), a subordinação atua na variação do passado imperfeito, restringindo IMP e favorecendo PPROG, enquanto a coordenação favorece IMP e restringe PPROG.

Os resultados para adjuntos adverbiais temporais e as orações subordinadas adverbiais temporais – pesos relativos de 0,38 e 0,61, respectivamente – também se mantêm na análise com amalgamação em função da estrutura da oração. Os resultados divergentes para as expressões temporais podem ser explicados se considerar

que as orações subordinadas adverbiais temporais estão associadas à IMP, denotando um intervalo temporal, expresso como em andamento, enquanto os adjuntos adverbiais referem-se a um instante ou a um intervalo pontual e fechado. Essa correlação é representada prototipicamente pelos pares (3)-(4) e (5)-(6) da seção 4.3.3.2.

Tabela 15: Tabela de contingência do tipo de referência da situação em função de IMP considerando a oposição estrutural coordenação vs. subordinação (análise geral)

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|------------------------------|---------------|------|------------|
| <i>Coordenação</i> | 0,57 | 70,1 | 192/274 |
| <i>Subordinação</i> | 0,36 | 47,6 | 70/147 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,38 | 50,4 | 61/121 |
| <i>Oração adverbial</i> | 0,61 | 72,0 | 36/50 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,52 | 64,5 | 187/290 |

Input: 0,62 Log: -571.118 Sig.:0,000

A noção de perfectividade vs. imperfectividade (pontual, fechado vs. intervalo, andamento) pode ser mais produtiva na amalgamação de fatores do que a estrutura sintática, possibilidade discutida na seção a seguir.

4.3.3.5 Ponto de referência quanto à perspectiva

Desta vez, a amalgamação dos fatores foi realizada considerando a perfectividade/imperfectividade do ponto de referência verbal. Assim, os fatores “PP em período composto por coordenação” e “PP em período composto por subordinação” foram amalgamados sob o rótulo de “ponto de referência verbal perfectivo” e “IMP em período composto por coordenação” e “IMP em período composto por subordinação” foram amalgamados sob o rótulo de “ponto de referência verbal imperfectivo”. Os resultados para a nova análise com essas amalgamações estão na tabela 16.

¹ Na nova análise, PP em período composto por coordenação foi amalgamado com IMP em período composto por coordenação, sob o rótulo “coordenação”; e PP em período composto por subordinação foi amalgamado com IMP em período composto por subordinação, sob o rótulo “subordinação”. A análise foi realizada com todo o conjunto de dados (sem restrição à duratividade ou aos pares mínimos).

Tabela 16: Tabela de contingência do tipo de referência da situação em função de IMP a perfectividade vs. imperfec-tividade da referência verbal

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|--|---------------|------|------------|
| Análise geral | | | |
| <i>Ponto de referência verbal perfectivo</i> | 0,38 | 50,8 | 94/185 |
| <i>Ponto de referência verbal imperfectivo</i> | 0,60 | 71,2 | 168/236 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,38 | 50,4 | 61/121 |
| <i>Oração adverbial</i> | 0,61 | 72,0 | 36/50 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,52 | 64,5 | 187/290 |
| Input 0,62 Log: -572.105 Sig.: 0.000 | | | |
| Aspecto durativo | | | |
| <i>Ponto de referência verbal perfectivo</i> | 0,40 | 52,8 | 75/142 |
| <i>Ponto de referência verbal imperfectivo</i> | 0,63 | 74,5 | 108/145 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,40 | 52,9 | 46/87 |
| <i>Oração adverbial</i> | 0,54 | 66,7 | 22/33 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,51 | 63,6 | 133/209 |
| Input 0,62 Log: -398.715 Sig.: 0.001 | | | |
| Aspecto durativo e pares mínimos | | | |
| <i>Ponto de referência verbal perfectivo</i> | 0,39 | 55,0 | 60/109 |
| <i>Ponto de referência verbal imperfectivo</i> | 0,62 | 75,9 | 88/116 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,40 | 56,2 | 41/72 |
| <i>Oração adverbial</i> | 0,65 | 78,3 | 18/23 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,51 | 66,1 | 115/174 |
| Input 0,65 Log: -312.626 Sig.: 0.006 | | | |

Os resultados obtidos com essa amalgamação evidenciam a correlação entre ponto de referência perfectivo e a forma PPROG e ponto de referência imperfectivo e a forma IMP. O comportamento das formas verbais que funcionam como ponto de referência para o passado imperfectivo é estatisticamente muito próximo do comportamento das expressões temporais, que apontam a correlação entre adjuntos adverbiais temporais e perfectividade (com pesos relativos de 0,38 e 0,38; 0,40 e 0,40; e 0,39 e 0,40, respectivamente, para IMP) e orações subordinadas adverbiais temporais e imperfectividade (com pesos relativos de 0,60 e 0,61; 0,63 e 0,54; e 0,62 e 0,65, respectivamente, para IMP).

Os pesos relativos para o ponto de referência verbal perfectivo e para adjunto adverbial são exatamente os mesmos (exceto na análise que considera pares mínimos em aspecto durativo), o que pode ser interpretado como evidência da semelhança de comportamento no que se refere à (im)perfectividade e licenciando a amalgamação dos fatores “ponto de referência verbal perfectivo” e “adjunto adverbial” (*referência perfectiva*) e “ponto de referência verbal imperfectivo” e “oração subordinada adverbial” (*referência im-*

perfectiva) (cf. Guy, 1998). Cabe ressaltar que essa possibilidade de amalgamação não foi planejada no momento da codificação dos dados, portanto, a amalgamação precisa ser vista com muitas ressalvas. O argumento mais forte para justificar essa amalgamação é a proximidade do comportamento estatístico. Registre-se que o controle desse grupo de fatores precisa ser revisito, com o desdobramento em dois ou mais grupos de fatores que interajam entre si para compor uma descrição mais detalhada do tipo de ponto de referência para o passado imperfectivo. Os resultados obtidos com a amalgamação dos fatores em função da (im)perfectividade, apresentados na tabela 17, apontam duas tendências de polarização: o ponto de referência imperfectivo tende a favorecer a forma IMP, com peso relativo de 0,60, e o ponto de referência perfectivo tende a favorecer a forma PPROG, com peso relativo de 0,62.

O ponto de referência discursivo mantém-se estatisticamente neutro; por ser um fator que envolve a aproximação do ponto de vista do analista com o de ouvinte, o que torna a análise e classificação relativamente permeada por dúvidas, os resultados devem ser relativizados. Dada

a quantidade significativa de ocorrências (se comparada ao total da amostra), este fator é passível de uma análise mais acurada para buscar

evidências para descartá-lo ou torná-lo pertinente ao fenômeno (tarefa fora da alçada desta tese).

Tabela 17: Tabela de contingência do tipo de referência da situação em função de IMP quanto à perfectividade vs. imperfectividade do ponto de referência

| | Peso Relativo | % | Apl./total |
|---|---------------|------|------------|
| Análise geral | | | |
| <i>Ponto de referência perfectivo</i> | 0,38 | 50,7 | 155/306 |
| <i>Ponto de referência imperfectivo</i> | 0,60 | 71,3 | 204/286 |
| <i>Ponto de referência discursivo</i> | 0,52 | 64,5 | 187/290 |
| Input 0,62 Log: -572,114 Sig.: 0,000 | | | |
| Aspecto durativo | | | |
| <i>Ponto de referência perfectivo</i> | 0,40 | 52,8 | 121/229 |
| <i>Ponto de referência imperfectivo</i> | 0,61 | 73,0 | 130/178 |
| <i>Ponto de referência discursivo</i> | 0,51 | 63,6 | 133/209 |
| Input 0,62 Log: -399,118 Sig.: 0,000 | | | |
| Aspecto durativo e pares mínimos | | | |
| <i>Ponto de referência perfectivo</i> | 0,39 | 55,5 | 101/182 |
| <i>Ponto de referência imperfectivo</i> | 0,63 | 66,1 | 106/139 |
| <i>Ponto de referência discursivo</i> | 0,51 | 66,1 | 115/174 |
| Input 0,65 Log: -312,668 Sig.: 0,000 | | | |

4.3.3.6 Valores aspectuais do passado imperfectivo quanto ao tipo de ponto de referência

Cotejando os resultados do tipo de ponto de referência com os valores aspectuais, na tabela 18, o panorama da expressão do passado imperfectivo fica mais polarizado. O aspecto progressivo, predominantemente expresso por PPROG,

apresenta aproximadamente a mesma quantidade dos três tipos de ponto de referência. Entretanto, quando o ponto de referência é imperfectivo, há o maior percentual de ocorrências de IMP. O aspecto durativo, quando atrelado a um ponto de referência imperfectivo, contabiliza mais ocorrências de IMP do que quando atrelado a um ponto de referência perfectivo, que apresenta uma distribuição relativamente equilibrada das formas.

Tabela 18: Tabela de contingência para a variante IMP com cruzamento das variáveis aspecto imperfectivo e tipo da referência

| | <i>Progressivo</i> | | <i>Durativo</i> | | <i>Iterativo</i> | | <i>Ambíguo</i> | |
|---|--------------------|-----|-----------------|-----|------------------|-----|----------------|-----|
| <i>Ponto de referência perfectivo</i> | 2/23 | 9% | 121/229 | 53% | 13/17 | 76% | 19/37 | 51% |
| <i>Ponto de referência imperfectivo</i> | 6/20 | 30% | 130/178 | 73% | 33/39 | 85% | 35/49 | 71% |
| <i>Ponto de referência discursivo</i> | 4/17 | 24% | 133/209 | 64% | 13/14 | 93% | 37/50 | 74% |

A atuação da marcação novamente evidencia a tendência ao equilíbrio cognitivo: o imperfectivo é o aspecto marcado, em relação ao perfectivo. A referência perfectiva harmoniza com a forma mais marcada PPROG, enquanto a referência imperfectiva harmoniza com a forma menos marcada, IMP. O resultado do controle da variável ‘tipo de ponto de referência da situação que expressa passado imperfectivo’ aponta para

a polarização de tendências de uso que são resumidas no quadro 21.

Quadro 21: Tendências de uso de IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito quanto ao tipo de ponto de referência

| | IMP | PPROG |
|--------------------------------|-----|-------|
| Ponto de referência perfectivo | - | + |
| Ponto de referência imperfeito | + | - |
| Ponto de referência discursivo | -/+ | -/+ |

Para aprofundar a análise do tipo de ponto de referência no passado imperfeito, foi realizado um cruzamento entre o tipo de ponto de referência e o tipo de oração da situação (grupo de fatores apresentado e discutido na seção 3.2.2.6 e que não se mostrou significativo em nenhuma das análises *step up & down*). Os resultados estão apresentados na tabela 19

Tabela 19: Contingência para a variante IMP com cruzamento das variáveis tipo de ponto de referência e apresentação formal da oração da situação

| | Referência perfectiva | | Referência imperfectiva | | Referência discursiva | |
|--|-----------------------|-----|-------------------------|-----|-----------------------|------|
| 1ª coordenada | 12/29 | 41% | 3/4 | 75% | 67/116 | 58% |
| 2ª coordenada | 73/123 | 59% | 120/158 | 76% | 17/30 | 57% |
| Oração principal anteposta | 12/21 | 57% | 3/7 | 43% | 30/39 | 77% |
| Oração principal posposta | 1/3 | 33% | 31/40 | 78% | 3/3 | 100% |
| Oração subordinada adverbial anteposta | 9/18 | 50% | 2/3 | 67% | 10/26 | 45% |
| Oração subordinada adverbial posposta | 7/16 | 44% | 5/7 | 71% | 2/2 | 100% |
| Oração subordinada adjetiva | 9/20 | 45% | 18/30 | 60% | 3/5 | 60% |
| Oração subordinada objetiva | 19/51 | 37% | 22/34 | 65% | 5/6 | 83% |
| Oração absoluta | 13/25 | 52% | 0/3 | 0% | 5/36 | 79% |

O tipo de oração da situação que mais apresenta ocorrências de passado imperfeito é a 2ª coordenada, com 123 ocorrências de ponto de referência perfectivo, 158 ocorrências de ponto de referência imperfeito e apenas 20 ocorrências de ponto de referência discursivo. E o segundo tipo de oração de situação que mais apresenta ocorrências é a 1ª coordenada, com 116 ocorrências de ponto de referência discursivo, das quais 67 são de IMP e 49 de PPROG. Essa distribuição era esperada, por conta do critério estabelecido para determinar o ponto de referência discursivo.

Em suma, a polarização das formas quanto ao tipo de ponto de referência, assim como a extensão da situação e os traços aspectuais da situação, é mais uma evidência que precisa ser confrontada com a trajetória de gramaticalização de PPROG.

4.4 A configuração semântico-cognitiva da variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito

Sendo a gramática adaptativamente motivada, convencional e dependente do contexto, a associação entre forma e traços contextuais é resultado do processo de gramaticalização. Em termos de convencionalização, antes da mudança adaptativa, não é o morfema IMP ou a construção PPROG que expressam o valor de passado imperfeito; o valor é construído pelo contexto, que direciona a leitura, considerando a atuação de adjuntos adverbiais, traços do próprio item lexical verbal ao qual o morfema (ou a construção) se associa, a extensão da situação, a configuração sintático-semântica da referência. A mudança se dá quando a recorrência do arranjo dos traços é convencionalizada e associada à forma, via gramaticalização, abrindo espaço para a replicação diferenciada, e a seleção das formas.

O quadro 22 sumariza as tendências de uso de IMP e PPROG para a expressão do passado

imperfectivo no português. As extremidades do quadro apontam os fatores que indicam a tendência à especialização das formas: IMP tende a se especializar na expressão de aspecto imperfectivo iterativo, em predicados estativos ou com traço [- dinâmico], situações cuja extensão é muito longa e sob escopo da polaridade negativa, e ponto de referência imperfectivo; e PPROG tende a se especializar na expressão de aspecto

imperfectivo progressivo, em predicados do tipo *accomplishment*, ou com o traço [+ dinâmico], situações cuja extensão é instantânea/curta, polaridade negativa e ponto de referência perfectivo. O meio do quadro é o ambiente em que as formas competem pela expressão do aspecto imperfectivo durativo. Os fatores que propiciam a variação são os predicados de atividade e a extensão intermediária da situação.

Quadro 22: Tendências de uso de IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo

| IMP | IMP / PPROG | PPROG |
|--------------------------------------|--|--|
| Aspecto iterativo | Aspecto durativo | Aspecto progressivo |
| Predicados estativos | Predicados de atividade | Predicados <i>accomplishment</i> |
| [- dinamismo] | [+/- dinamismo] | [+ dinamismo] |
| Extensão da situação: muito longa | Extensão da situação: intermediária | Extensão da situação: curta/instantânea |
| Polaridade negativa | | Polaridade positiva |
| Ponto de referência imperfectivo | | Ponto de referência perfectivo |

O aparato metodológico da sociolinguística permite traçar um quadro das tendências de uso e associação entre formas e significados, por meio dos resultados estatísticos gerados por análise multivariada. Duas forças funcionais interagem no processo: o princípio da persistência e o princípio da marcação.

4.4.1 Efeitos do princípio da persistência

O arranjo de combinação de traços contextuais que se associa à expressão do passado imperfectivo conta com efeitos da história de gramaticalização individual de cada uma das formas, subsumidos ao princípio da persistência (Hopper, 1991, p. 22): quando uma forma sofre gramaticalização passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical. A persistência explica a relação associativa entre PPROG e predicados [+ dinâmicos], mais evidente na comparação entre

aspecto progressivo e PPROG. Nas primeiras instâncias da trajetória de gramaticalização de PPROG, o verbo auxiliar trava relações com verbos que necessitem de abastecimento de energia, que expressem atividade em andamento, ou seja, verbos que já venham lexicalmente com o traço [+ dinâmico]. A associação de PPROG com situações curtas e instantâneas também decorre de reminiscências da sua história gramatical. A progressividade, sentido mais estrito do imperfectivo, é uma propriedade semântica que estende situações, ou seja, atua como se fosse um extensor de situações pontuais. Por isso, é frequente a associação entre PPROG e *accomplishment*.

A associação entre PPROG e ponto de referência perfectivo também é resultado da persistência. De acordo com Bertinetto, De Groot e Delfitto (2001), o progressivo estrito é o progressivo focalizado, ou seja, aquele em que a situação é vista em seu desenvolvimento a partir de um único ponto temporal, denominado “ponto de focalização”. O ponto de focalização precisa ser perfectivo, ou seja, visto como completo, por inteiro. Na instância seguinte do processo de gramaticalização está o progressivo multifocalizado, ou durativo, em que a situação é avaliada

em relação a um intervalo de tempo, ou seja, uma sucessão de “pontos de focalização”, ou, mesmo uma focalização pontual, mas que denote a idéia de duração. Pontos de focalização, ou intervalos, são pontos de referência imperfectivos, pois focalizam o andamento da situação ao invés de suas extremidades.

A trajetória de PPROG parte do mais específico em termos de valor aspectual ao mais genérico, ou seja, do progressivo ao imperfectivo genérico. As diferentes camadas correspondentes às instâncias de gramaticalização de PPROG coexistem na fatia sincrônica analisada, mostrando tendência à concentração de ocorrência na camada do aspecto imperfectivo *durativo*, mesma camada da trajetória de gramaticalização de IMP que concentra as ocorrências de passado imperfectivo, cuja trajetória parte do domínio da modalidade (afastamento/distanciamento da realidade) ao aspecto, via habitualidade e iteratividade.

4.4.2 Efeitos do princípio da marcação

Na expressão do passado imperfectivo, o princípio da marcação tem se mostrado como uma motivação que leva ao equilíbrio cognitivo contextual. Ou seja, um contexto marcado tende a requisitar uma forma menos marcada, e vice-versa, funcionando como uma espécie de autorregulação do sistema. Esse problema também foi encontrado por Bispo (2003), ao estudar a variação entre a relativa canônica e a relativa cortadora na fala de Natal/RN.

A aplicação dos critérios de marcação (complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva) à construção relativa, aponta que a copiadora em (2) é mais marcada do que (1).

(1)

... todo mundo via que ele saía ... aí todo mundo *que tava escondido* voltava de uma vez ... porque era o lugar nos mato aí dava pra se esconder ... (Corpus D&G, língua falada, ensino superior, p. 81).

(2)

... todo o nosso material de estudo ... saindo desse quarto ... você dá de frente para um outro

quarto ... *que esse quarto dá para a rua* ... esse é um quarto que eu fiz como um quarto de hóspedes ... (Corpus D&G, língua falada, ensino superior, p. 58).

A oração (1) é menos complexa estruturalmente do que (2) (é menor), e a oração (2) é menos freqüente do que (1) (dados da tabela 8 de Bispo (*op. cit.*) apontam que de um total de 120 orações relativas consideradas, apenas 5 eram cortadoras). Porém, a maior complexidade estrutural de (2), segundo o autor, não é seguida de maior complexidade cognitiva: apesar de (1) ser estruturalmente menos complexa que (2), não há menor esforço cognitivo em seu processamento em relação à cortadora, pois o referente do relativo não é expresso textualmente na forma canônica, mas vem repetido na cortadora, o que facilita o processamento da informação.

Bispo recorre a Dubois e Votre (1994) para explicar o aumento na forma sem o decorrente aumento na complexidade cognitiva por conta do seu processamento, caso semelhante ao passado imperfectivo, em que um contexto menos marcado favorece a ocorrência de uma forma mais marcada, e vice-versa. Dubois e Votre (1994) propõem o princípio de *expressividade retórica*, segundo o qual um procedimento discursivo marcado tende a reduzir ou eliminar o esforço de codificação. “É preciso repensar o princípio de marcação, também, no que concerne à complexidade cognitiva, no sentido de que não é qualquer aumento de cadeia que vai implicar naturalmente um aumento das tarefas de decodificação.” (Dubois e Votre, 1994, p. 12).

No caso das adjetivas copiadoras, a repetição do antecedente do pronome relativo facilita o processamento do interlocutor, eliminando o esforço de recuperar o seu referente. Na expressão do passado imperfectivo, a forma IMP, estruturalmente mais simples, tende a ser mais recorrente com situações que são classificadas como longas (em oposição a situações instantâneas/curtas, menos complexas) e de polaridade negativa (em oposição à polaridade positiva/afirmativa, menos complexa). A menor complexidade estrutural de IMP é equilibrada por sua recorrência em contextos considerados mais complexos; o mesmo pode ser dito de PPROG, forma estruturalmente mais complexa, mas sem a contraparte de complexidade cognitiva, pois a complexidade estru-

tural é compensada pela recorrência em contextos menos complexos.

4.4.3 Interação entre marcação e persistência: direcional para a trajetória de mudança

Os princípios da marcação e da persistência mostram-se atuantes na trajetória de variação e mudança nas formas de expressão do passado imperfeito. A marcação atua tentando evitar deixar os contextos carregados, distribuindo o peso cognitivo entre os elementos: se o contexto é mais marcado, eleger uma forma menos marcada, para compensar. A persistência funciona como uma espécie de trilha virtual que direciona o uso das formas no decorrer das camadas. Os princípios da marcação e da persistência atuam como motivações competidoras no processo de gramaticalização/variação das formas IMP e

PPROG na expressão do passado imperfeito no português.

No processo evolutivo, a replicação inovadora produz variação. A replicação inovadora deu-se em dado momento, fazendo com que as trajetórias de IMP e de PPROG, originárias de domínios específicos (a modalidade e o aspecto, respectivamente) se cruzassem, no domínio do passado imperfeito, com a sobreposição de camadas por diversidade formal (IMP e PPROG) e polissemia (aspecto progressivo, durativo, iterativo e os casos ambíguos).

Indícios funcionais translingüísticos e diacrônicos apontam para os caminhos da seleção, replicação diferenciada que propaga a mudança, quando uma variante é favorecida em relação às outras na replicação. Entretanto, a propagação na língua dá-se por meio do uso, por trilhas sociais. Juízos de valores sociais (preconceito, estigma, valoração, “feio”, “bonito”, “certo”, “errado”) podem potencializar ou refrear uma mudança cuja trilha funcional é traçada.

5 Motivações sociais

Como visto no capítulo 2, os resultados estatísticos apontam que a variação na expressão *do passado imperfectivo* mostra-se sensível aos fatores sociais *faixa etária* e *tempo de escolarização*. A constatação da influência de fatores sociais em fenômenos de variação e mudança lingüística é um resultado desejado na pesquisa sociolingüística, pois pode ajudar a delinear o modo como se dá a seleção das formas lingüísticas no processo evolutivo. Neste capítulo, os resultados da variação entre IMP e PPROG na expressão de passado imperfectivo são correlacionados à hipótese clássica para a mudança lingüística – a partir do constructo teórico do *tempo aparente* – e à hipótese do padrão curvilíneo de distribuição em função das faixas etárias, conforme as hipóteses da seção 3.2.1. Também é discutida a influência da escola no fenômeno, bem como se é possível associar estigma social a algumas das variantes.⁸⁸ Porém, antes é preciso tecer algumas considerações acerca do banco de dados e sua constituição.

5.1 Relativização dos resultados

A amostra sociolingüística deve ser representativa de um determinado grupo, denominado ‘comunidade de fala’. Para Labov (2001, p. 38), uma amostra verdadeiramente representativa de uma comunidade de fala precisa tomar como

⁸⁸ As variáveis *sexo* e *indivíduo* não se mostraram estatisticamente significativas na motivação da variação na expressão do passado imperfectivo.

base uma coleta aleatória em que cada um dos muitos falantes que a constituem tenha a mesma chance de ser selecionado.

Apesar de a proposta do projeto VARSUL ser audaciosa – descrever o português falado na região sul do Brasil – e respaldada em um aparato teórico-metodológico forte, e de apresentar resultados empíricos efetivos para a descrição do português, como atesta a produção científica relacionada, não se pode negar que existem problemas na constituição do banco de dados. A amostra básica de cada cidade é formada por um conjunto de 24 entrevistas, correspondentes a 12 perfis sociais (sexo masculino e feminino, três níveis de escolarização e duas faixas etárias) de duas entrevistas (exceto Florianópolis, que dispõe de uma amostra de informantes da faixa etária 15 a 21 anos), totalizando 288 entrevistas (96 em cada Estado).⁸⁹ A meta inicial do projeto era contar com um número mínimo de cinco informantes por célula social, mas por conta de questões financeiras, a amostra ficou restrita a apenas dois informantes por célula. Este recorte fomenta questões tais como: A amostra é representativa? A homogeneização da amostra é pertinente? Ou seja, será que os mesmos dois informantes são suficientes para representar uma

⁸⁹ “Vale salientar que o Banco VARSUL vem sendo constantemente ampliado com o acréscimo de novas amostras em todas as sedes. À amostra básica, constituída de informantes sem curso superior, distribuídos por grau de escolaridade, sexo e faixa etária (acima de 25 anos), outras vêm sendo acrescentadas, contemplando novas regiões, diferentes faixas etárias, bem como níveis de escolaridade.” (Bisol; Menon; Tasca, 2005).

cidade como Porto Alegre, com aproximadamente 1.400.000 habitantes, e Panambi, com cerca de 35.000 habitantes? A homogeneização dos perfis sociais não distorceria os resultados? E se, por algum descuido, um dos dois informantes não atenda aos critérios? Um informante equivocadamente alocado no banco pode alterar os resultados. A falta de proporcionalidade entre a amostra do banco de dados e a população efetiva da cidade torna o resultado da análise destoante da realidade.

As entrevistas que constituem o banco de dados estão estratificadas em três níveis de escolarização: de 4 a 5 anos (ou o equivalente à 4^a e 5^a séries do ensino fundamental); 8 a 9 anos (ou o equivalente à 8^a série do ensino fundamental e 1^o ano do ensino médio); e 10 a 11 anos (ou 2^o e 3^o anos do ensino médio) (Knies e Costa, 1996). Novamente, cabem questionamentos, motivados por constatações empíricas: será que a homogeneização dos três níveis de escolaridade reflete a realidade social de todas as cidades da amostra? Tome-se o caso de Florianópolis, que está ampliando a amostra para a faixa etária jovem (15 a 21 anos) desde 1994. Foram previstos quatro informantes por perfil social, e até agora não foi encontrado o 4^o informante que atenda à faixa etária, seja do sexo masculino e que tenha estudado até a 4^a série do ensino fundamental, e que atenda aos requisitos pré-estabelecidos.

Até que ponto a amostra do banco de dados VARSUL reflete a realidade sócio-econômica da cidade considerada? Até que ponto os resultados de uma amostra homogeneizada podem ser generalizados para um grupo maior, heterogêneo? Calvet (2002) questiona se é válida a relação entre a heterogeneidade social e a homogeneização da amostra, o que pode vir a produzir efeitos de interação entre as variáveis sociais e linguísticas. Mollica e Roncarati (2001) também consideram esta questão ao tratar de uma agenda de trabalho para a área no Brasil. A homogeneização da amostra do VARSUL, especialmente no que se refere à estratificação por faixas de escolaridade, pode ser a responsável pelos resultados distorcidos e incongruentes, como tem acontecido em muitos dos trabalhos realizados com o banco de dados, e que, não fugindo à regra, também ocorre no fenômeno de variação na expres-

são do passado imperfectivo, como é discutido na seção 5.3.

Esta discussão motiva reflexões ainda mais profundas, relacionadas com a ramificação da disciplina: a “sócio-lingüística” que pende mais para a “lingüística” do que para a “sócio”, (e vice-versa) reflete a falta de diálogo nesta área que nasceu inter e multidisciplinar.

Diante deste quadro, o que fazer com os resultados obtidos nas análises? Como interpretá-los? O que eles indicam? Dos quatro fatores sociais controlados – faixa etária, tempo de escolarização, sexo e indivíduo – apenas os dois primeiros mostraram-se estatisticamente significativos na realização do passado imperfectivo no português falado em Florianópolis, com base nos dados coletados na amostra do Banco de Dados VARSUL, os quais são detalhados nas seções a seguir.

5.2 Idade e mudança linguística

A função essencial das variáveis linguísticas é marcar a relação de pertinência a um grupo. A idade é uma das três supercategorias sociais nas sociedades industrializadas modernas, junto com a classe e o sexo, e seu atributo social é a correlação primária com a mudança linguística. Correlações entre variantes linguísticas e classe social e sexo do falante não são prototipicamente associadas à mudança linguística, apesar da possibilidade de membros de uma classe ou de um sexo serem líderes do grupo na vanguarda da mudança. Desnecessário dizer que sexo, classe social e idade são elementos intrínsecos de identidade, mas certas variantes linguísticas têm valor social como expressão de um ou outro atributo. (Chambers, 2005, p. 349-350). Na expressão do passado imperfectivo, a idade comporta-se como o índice social de avaliação das formas, indicando um rumo de mudança.

Intuitivamente, percebemos a influência da idade nos processos de variação e mudança linguística: uso de uma expressão “fora de moda”, gírias desatualizadas, enfim, percebemos que o tempo passou e ainda guardamos traços daquela época em nosso repertório linguístico.

Como aponta Naro (2002, p. 43-50), a hipótese clássica para a relação entre idade e a mudança lingüística parte do pressuposto de que o processo de aquisição da língua se encerra pelo início da puberdade, e, a partir de então, a língua do indivíduo fica essencialmente estável. Isso significa que o atual estado da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente 15 anos de idade. Assim, um indivíduo com 60 anos hoje representa a língua de 45 anos atrás, uma gravação feita em 1990 com um informante de 70 anos representa o estado da língua adquirida em 1935. Esse tipo de mudança – como é visto a seguir – é a que Labov (1994)⁹⁰ denomina de *mudança geracional*, em que o comportamento do indivíduo é estável contrastando com a instabilidade da comunidade com o passar do tempo. Em termos empíricos, o padrão de distribuição das ocorrências em função das faixas etárias é *linear*, ou quase linear, tanto descendente, apontando para a implementação da variante, quanto paralela, indicando variação estável.

Ainda conforme Naro (*op. cit.*), há outra hipótese que prevê que o sistema lingüístico do indivíduo muda ao longo do tempo, por conta da atuação de forças externas, principalmente os efeitos do mercado de trabalho. Em termos empíricos, a distribuição dos dados apresenta padrão *curvilinear*, ou seja, os grupos extremos (jovens e velhos) apresentam um comportamento semelhante, contrastando com o grupo de meia-idade. A explicação para este comportamento é que há um aumento do uso da variante padrão no momento do ciclo da vida em que diminuem as pressões sociais do círculo imediato de amigos do adolescente e aumentam as pressões do mercado profissional. Depois da aposentadoria, as pressões do mercado deixam de agir e o indivíduo pode relaxar lingüisticamente.

Para operacionalizar essas hipóteses acerca da relação entre língua e faixa etária, Labov (1994) propõe uma metodologia que se resume à observação de dois estados de língua e a garantia de que haja continuidade entre eles. Significa que, em um dado momento, colem-se dados do

fenômeno de uma amostra *x*. E, passado um período *y*, repete-se a coleta de dados, na mesma amostra *x*.⁹¹ A observação de um estado de uma língua é feita através de estudo quantitativo de uma amostra randômica e representativa de todos os segmentos de uma comunidade de fala. Estudos desse tipo, chamados estudos em tempo real se subdividem em *estudo de tendência* e *estudo de painel*. O estudo de tendência (*trend study*) é mais simples: requer uma amostra randômica da mesma comunidade de fala em um período *y*, posterior ao da primeira coleta. Já o estudo de painel (*panel study*) é mais complexo, pois requer o recontato com os mesmos indivíduos informantes da primeira coleta, com a aplicação do mesmo instrumento. É possível estabelecer algumas correlações entre estudos de tempo real e de tempo aparente no que se refere à estabilidade/instabilidade da mudança e a relação entre comunidade e indivíduo, como pode ser observado no quadro 23.

Quadro 23: Correlações entre tempo real e tempo aparente (Labov, 1994, p. 83)

| | Indivíduo | Comunidade |
|-------------------------|-----------------|-----------------|
| (1) Estabilidade | <i>Estável</i> | <i>Estável</i> |
| (2) Gradação etária | <i>Instável</i> | <i>Estável</i> |
| (3) Mudança geracional | <i>Estável</i> | <i>Instável</i> |
| (4) Mudança comunitária | <i>Instável</i> | <i>Instável</i> |

Se o comportamento lingüístico dos indivíduos é estável durante toda a sua vida e o comportamento lingüístico da comunidade também, não há variação a analisar, refletindo o padrão (1). Já se os indivíduos mudam seu comportamento lingüístico durante o decorrer da sua vida e a comunidade não mostra a mesma mudança, o padrão é caracterizado como gradação etária, em

⁹⁰ A primeira menção à mudança geracional e as correlações entre tempo real e aparente é feita em Labov (1982).

⁹¹ A constituição da amostra e a extensão do período são conceitos relativos. Labov usa *comunidade de fala* para se referir à amostra. Quanto à extensão do período entre as observações, não existe um valor seguro. Estimam-se períodos de cinco anos, 10 anos, 20 anos, como o caso do /r/ em Nova York (Labov, 1994) ou até 40 anos, como é o caso do estudo na comunidade de Martha's Vineyard, em 1962 por Labov, e em 2002 por Blake e Josey (2003).

(2). Os padrões (3) e (4) não são transparentes, requerem um controle mais refinado para serem identificados. O padrão (3) reflete mudança geracional, no qual alguns membros da comunidade – normalmente os mais jovens – desencadeiam a mudança. E o padrão (4) reflete mudança comunitária, no qual toda a comunidade desencadeia a mudança.

A outra estratégia para identificar, descrever e analisar um dado fenômeno de variação ou de mudança lingüística em um período de tempo reduzido proposta por Labov (*op. cit.*) é que a mudança pode ser observada em tempo aparente. Essa saída metodológica pressupõe que a idade cronológica dos indivíduos represente uma “passagem no tempo”, e se apóia na hipótese clássica de que a língua de um indivíduo se constitui até cerca de seus quinze anos de idade.

A análise em tempo aparente considera a distribuição das ocorrências do fenômeno em estudo em função das faixas etárias para caracterizar uma situação de estabilidade, mudança incipiente, mudança em progresso ou mudança completa. Eckert (1997) vê problemas nos estudos que consideram somente o tempo aparente. A estratificação etária pode refletir mudança em uma comunidade de fala em relação ao tempo (mudança histórica) e também a mudança na fala de um indivíduo em relação ao tempo de sua vida (gradação etária). Segundo a autora, o problema da análise da mudança em tempo aparente é que considerar o tempo refletido na idade cronológica dos indivíduos pode levar a equívocos entre mudança em tempo aparente de fato e gradação etária. Isso porque, de acordo com Eckert (*op. cit.*), o comportamento lingüístico de todos os indivíduos muda no decorrer de sua vida. E as mudanças lingüísticas individuais não são exclusivamente decorrentes de mudanças lingüísticas

históricas. São mudanças decorrentes da história do indivíduo. Nascermos, crescemos, nos tornamos adultos, envelhecemos. A cada etapa do ciclo vital, mudanças de ordem biológica e social ocorrem e refletem também na língua do indivíduo, o que Eckert denomina de *curso da vida lingüística*. A aquisição da língua, a entrada na escola, a aplicação da rede de relações sociais, a entrada e a saída do mercado de trabalho são fatores que se refletem diretamente nas faixas etárias. Para Eckert, a faixa etária é apenas um rótulo que agrupa vários fatores de ordem social e biológica do indivíduo. É preciso então definir quantas e quais as faixas etárias que podem ser controladas e que fornecem pistas significativas para a compreensão real do fenômeno de variação e de mudança lingüística. Labov (1994) propõe duas faixas extremas: a dos mais velhos e a dos mais jovens. Chambers (2003) propõe três: crianças, adolescentes e adultos. Eckert (1997), por sua vez, propõe que as faixas etárias representem o curso da vida lingüística: infância, adolescência, vida adulta e velhice.

A variável faixa etária foi apontada como estatisticamente significativa nas três análises realizadas, conforme as tabelas 1-3 da seção 3.3. Recapitulando, os resultados da análise da variação entre IMP e PPROG na expressão de aspecto imperfectivo foram analisados em três conjuntos de dados: *análise geral*, que considerou todas as ocorrências das formas codificando passado imperfectivo; *aspecto durativo*, que considerou apenas as ocorrências com valor aspectual imperfectivo durativo; *aspecto durativo em pares mínimos*, que considerou a expressão do valor aspectual imperfectivo durativo em contextos de *pares mínimos*. Estes resultados são retomados na tabela 20.

Tabela 20: Contingência da expressão do passado imperfeito quanto à faixa etária, com IMP como valor de aplicação

| Faixa etária | Peso relativo | % | Aplicação/total |
|-------------------------------|---------------|------|-----------------|
| Análise geral | | | |
| 15 a 21 anos | 0,34 | 42,7 | 91/213 |
| 25 a 49 anos | 0,57 | 70,1 | 356/508 |
| Mais de 50 anos | 0,48 | 61,5 | 99/161 |
| Duratividade | | | |
| 15 a 21 anos | 0,36 | 42,6 | 75/176 |
| 25 a 49 anos | 0,57 | 72,1 | 248/344 |
| Mais de 50 anos | 0,50 | 63,5 | 61/96 |
| Duratividade em pares mínimos | | | |
| 15 a 21 anos | 0,38 | 46,8 | 65/139 |
| 25 a 49 anos | 0,55 | 72,5 | 206/284 |
| Mais de 50 anos | 0,54 | 70,8 | 51/72 |

Como já foi dito na seção 3.1.1, a amostra de Florianópolis do Banco de Dados VARSUL é atualmente a única que conta estratificação em três faixas etárias: jovens (15 a 24 anos, preferencialmente 15 a 20 anos); faixa A (25 a 49 anos, preferencialmente 25 a 45 anos); e faixa B (mais de 50 anos, preferencialmente 55 a 75 anos). Esta distribuição retrata parcialmente o curso da vida linguística, faltando a infância.⁹² O estudo da variação entre IMP e PPROG na expressão de passado imperfeito na fala de Florianópolis foi realizado com esta amostra, e os resultados já apresentados na seção 2.3 são retomados e discutidos a seguir.

A distribuição dos dados da função, ou seja, da expressão de passado imperfeito, está, nos três modelos, concentrada na faixa etária 25 a 49

anos. É essa faixa etária que mais faz uso desta função, independentemente da forma utilizada para a sua expressão, no corpus analisado. Quais as motivações para explicar esta distribuição centralizada? Há uma série de fatores que devem ser considerados. Primeiramente, o contexto especificado para a análise do fenômeno. As ocorrências de IMP e PPROG que foram coletadas deveriam estar dentro de uma narrativa, seja narrativa plena ou oração narrativa, conforme a caracterização realizada na seção 3.1.2. Indivíduos que, apesar das instruções do roteiro, produziram poucas narrativas em suas entrevistas influenciam nesse resultado. Ter o que contar também tem relação com o papel social do indivíduo. Uma dona de casa pode ter menos fatos reportáveis do que um indivíduo que é ativo no mercado de trabalho. Já entre indivíduos ativos, aqueles que lidam diretamente com o público, como auxiliar de escritório (SC FLP 01), bancário (SC FLP 12) ou professora primária (SC FLP 17), possivelmente são mais desinibidos do que aqueles colocados em funções que não exigem interação direta com o público, como cozinheira (SC FLP 03 e 07), ou auxiliar de serviços (SC FLP 32). A inibição/desinibição pode se refletir nas entrevistas: inibidos fariam menos do que os desinibidos, com a consequência de menor probabilidade de realizar o fenômeno analisado.

Em segundo lugar, a “opcionalidade” do fenômeno. Considerando que existem duas possibilidades de expressar uma situação passada no português, perfectiva ou imperfectiva, o falante pode optar, primariamente, por uma ou por ou-

⁹² Coan (2003) e Tavares (2003) utilizaram em suas análises uma amostra da faixa de 9 a 12 anos, coletada paralelamente. “As entrevistas com informantes de 09 a 12 anos foram realizadas no primeiro semestre do ano 2000 por doutorandas em Sociolinguística da Pós-Graduação em Linguística da UFSC (Adriana de Oliveira Gibbon, Maria Alice Tavares, Mariléia dos Santos Reis e Márluce Coan) e posteriormente doadas ao Projeto VARSUL.” (Tavares 2003, p. 144). Porém, ainda não estão transcritas. Como a faixa etária desta amostra complementar está mais para a adolescência (pré-adolescência) do que para a infância, e também, dada a distância temporal entre a coleta da amostra principal e da amostra complementar, decidi não considerar estas entrevistas na análise da expressão do passado imperfeito, apesar de os dados encontrados em análise preliminar serem predominantemente de PPROG.

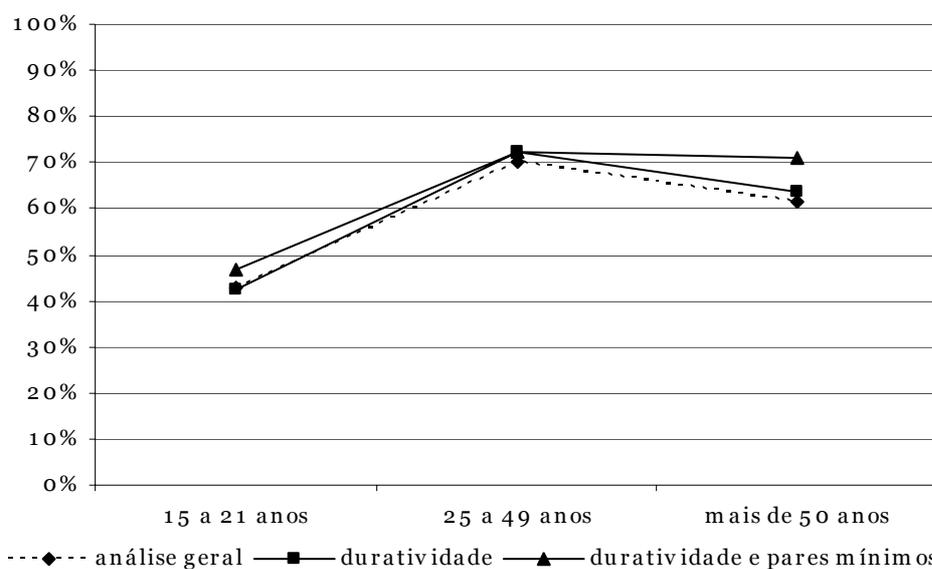
tra. Dentro da unidade narrativa, é uma escolha estilística: o falante pode optar por marcar uma situação em primeiro ou segundo plano, escolhas associadas à expressão aspectual perfectiva e imperfectiva. Só se optar pela imperfectividade é que o falante passa a dispor de duas formas, o que reduz as possibilidades de ocorrência e possibilita a concentração em certos grupos formados em função de características estilísticas.

Há que se considerar ainda que a extensão da faixa etária 25 a 49 anos é muito ampla, especi-

almente se comparada à faixa de 15 a 21 anos. Talvez se fosse desmembrada em duas faixas (25 a 35 anos e 36 a 49 anos) os resultados ficassem distribuídos de maneira mais equilibrada.

Feitas essas considerações acerca da concentração de ocorrências na faixa etária medial, passe-se à análise da linha formada pela distribuição escalar das ocorrências em função das faixas etárias, apresentada no gráfico 5.

Gráfico 5: Distribuição das freqüências de IMP na expressão de passado imperfectivo em função das faixas etárias



Considerando o contexto mais específico de uso das formas – duratividade com pares mínimos –, o padrão de distribuição das freqüências da expressão do passado imperfectivo na fala de Florianópolis é quase-linear. Há uma forte correlação entre o uso de PPROG e a faixa etária mais jovem, em oposição às faixas mais velhas, que apresentam um comportamento estatisticamente mais próximo.

Assim como agrupa a maior parte das ocorrências da expressão de passado imperfectivo, a faixa etária 25 a 49 anos também agrupa o maior percentual de aplicação da regra (IMP). O comportamento dos três modelos no que se refere à faixa etária é muito semelhante. Apenas o modelo que considera o aspecto durativo em pares mínimos parece ter leve diferença em relação aos outros dois. Neste modelo, o comportamento da faixa intermediária e da faixa mais velha é

muito próximo, com pesos de 0,55 e 0,54, respectivamente, muito próximos do ponto neutro, que se opõem à faixa etária mais jovem, com peso de 0,38, restringindo a aplicação da regra. A restrição à aplicação da regra também se manifesta na análise geral e no aspecto durativo, com pesos de 0,34 e 0,36, respectivamente.

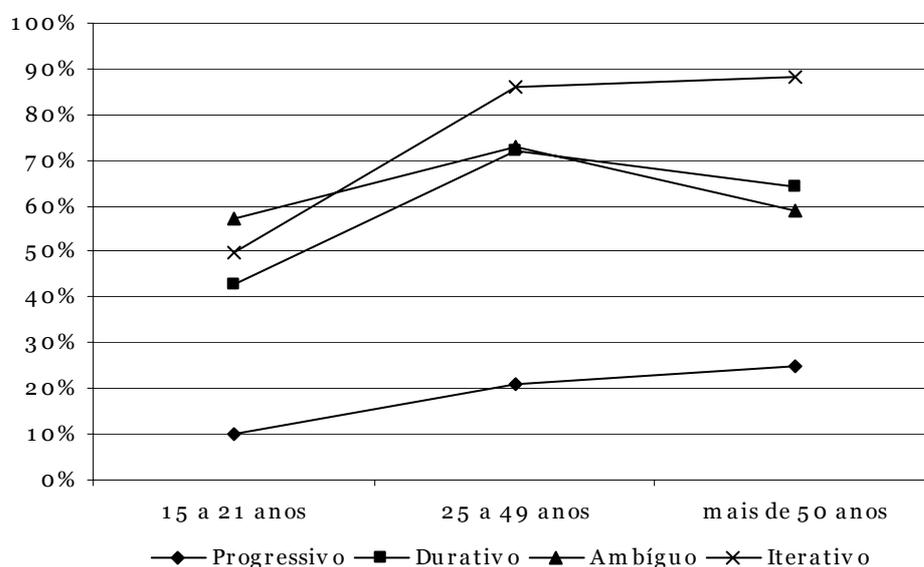
Os resultados apontam para uma leve e incipiente tendência à polarização entre faixa etária mais jovem, implementando a variante inovadora, PPROG. Apesar de contabilizarem freqüências de aplicação da regra sensivelmente mais altas do que a faixa mais jovem, na casa dos 60% a 70%, os pesos relativos apontam que as faixas etárias mais velhas praticamente não afetam a ocorrência do fenômeno, em torno de 0,50 (tabela 20).

A distribuição dos valores aspectuais do passado imperfectivo também delinea a implemen-

tação de PPROG, conforme aponta o gráfico 6. O valor progressivo, o valor aspectual mais específico do imperfeito, sinaliza a implementa-

ção de PPROG: quanto mais jovens, maior o percentual de uso da variante inovadora. O valor iterativo também delinea esta tendência.

Gráfico 6: Distribuição das frequências de IMP na expressão do passado imperfeito nas faixas etárias em função do valor aspectual



A correlação entre valor aspectual e faixas etárias também é verificada por Mendes (2005) na análise da variação entre *estar + gerúndio* e *ter + participio* na expressão dos aspectos iterativo e continuativo. Os resultados estatísticos de Mendes (*op. cit.*, p. 123-24) apontam que, prototipicamente, a forma *ter + participio* está associada à expressão do aspecto iterativo, enquanto *estar + gerúndio* está associada à expressão de aspecto continuativo. Porém, ao cruzar os dados da categoria aspectual com a faixa etária dos informantes analisados, o autor constata que a polarização prototípica se verifica nas faixas etárias mais elevadas, enquanto o uso das faixas etárias mais jovens é predominantemente ambíguo.

Na expressão do passado imperfeito, no entanto, não parece haver uma polarização entre valor aspectual de forma tão marcada quanto a

encontrada por Mendes (*op. cit.*), como atesta o cruzamento das variáveis faixa etária e tipo de aspecto imperfeito, na tabela 21.

Apesar das restrições consideradas, os jovens assumem papel de vetores na implementação de PPROG como forma de expressão de passado imperfeito, configurando um quadro de *mudança em tempo aparente*. Evidentemente, estudos comparando outras sincronias são necessários para averiguar se de fato trata-se de mudança histórica ou apenas efeitos da gradação etária, conforme Eckert (1997), ou se a mudança se dá na comunidade ou no indivíduo, por meio de gradação etária ou por mudança geracional, respectivamente, conforme o modelo de Labov (1994).

Tabela 21: Contingência para a variável dependente IMP com cruzamento das variáveis faixa etária e tipo de aspecto imperfeito

| Tipo de aspecto | Faixa etária | | | | | | | |
|--------------------|--------------|----|--------------|----|-----------------|----|---------|----|
| | 15 a 21 anos | | 25 a 49 anos | | Mais de 50 anos | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| <i>Progressivo</i> | 1/10 | 10 | 7/34 | 21 | 4/16 | 25 | 12/60 | 20 |
| <i>Durativo</i> | 75/176 | 43 | 248/344 | 72 | 61/96 | 64 | 384/616 | 62 |
| <i>Ambíguo</i> | 13/23 | 57 | 59/81 | 73 | 19/32 | 59 | 91/136 | 67 |
| <i>Iterativo</i> | 2/4 | 50 | 42/49 | 86 | 15/17 | 88 | 59/70 | 84 |
| Total | 213 | 43 | 508 | 70 | 161 | 61 | 882 | |

5.3 A escolaridade

O controle da variável escolaridade é bastante recorrente na sociolinguística brasileira. Na ausência de critérios seguros para estratificar informantes em classes sociais,⁹³ a alternativa en-

⁹³ A classe social é o fator sociolinguístico mais forte e recorrente nos estudos europeus e americanos. A divisão em classes sociais costuma equiparar classes e profissões, e, conseqüentemente, correlacionar níveis de poder aquisitivo com níveis de estudo. Chambers (2003, p. 43) propõe o seguinte quadro:

| | | |
|----------------------------|-------|--|
| | Alta | Proprietários, diretores, pessoas que herdaram riqueza |
| <i>Classe média</i> | Média | Profissionais, gerentes executivos |
| | Baixa | Semi-profissionais, gerentes de níveis mais baixos |
| <i>Classe trabalhadora</i> | Alta | Comerciários, trabalhadores manuais qualificados |
| | Média | Trabalhadores manuais semi-qualificados |
| | Baixa | Trabalhadores não qualificados e temporários |

No contexto social brasileiro a classificação de Chambers (*op. cit.*) não se aplica, pois há incongruências na correlação entre o poder aquisitivo e o estudo. Há casos de profissionais (com curso superior) que têm poder aquisitivo inferior ao de trabalhadores manuais semi-qualificados e não classificados (a classe do magistério, por exemplo), e proprietários que não possuem grau de instrução (como ambulantes e empresários). Os institutos de pesquisa no Brasil atualmente adotam o *Critério Brasil* (Critério de Classificação Econômica Brasil), que estima o poder de compra dos indivíduos e famílias

contrada foi a estratificação por níveis de escolarização. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 48) “os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico. Observe que esses fatores estão intimamente ligados ao *estatuto* socioeconômico, na sociedade brasileira.” Sobre os efeitos da escolaridade nas investigações do PEUL, no Rio de Janeiro – no qual o Projeto VARSUL se inspira –, Scherre e Paiva (1999, p. 217-218) resumem:

“Dadas as características da sociedade brasileira, na qual um imenso contingente da população é excluído do direito à escolarização formal, a variável escolaridade suplanta as demais, moldando, em grande parte, a heterogeneidade linguística que se pode constatar no uso do português carioca. A escolarização continuada, refinando a consciência linguística e insistindo na necessidade de padronização, favorece o emprego de determinadas variantes linguísticas, em especial das que estão sujeitas a uma avaliação social positiva. [...] Em síntese, a ocorrência das variantes linguísticas prestigiadas socialmente está correlacionada de forma saliente à variável escolaridade. É preciso

urbanas, classificando-os por classes econômicas (classes de consumo) ao invés do pouco esclarecedor critério de classes sociais. O Critério Brasil tem um sistema de pontos no qual a posse de bens e o nível de escolaridade do chefe da família são ranqueados e o total de pontos enquadra o indivíduo em uma classe de consumo. Porém, o critério continua mantendo incongruências. Se um analfabeto possuir carro, aspirador de pó e empregada mensalista, vai ter a mesma classe social de um indivíduo com ensino superior completo, mas que não tem posse destes bens. Os bancos de dados sociolinguísticos ainda não consideram a classe de consumo dos seus informantes. Alguns trabalhos pontuais lidam, de alguma forma, com a classificação do Critério Brasil, como Assis (2004). Também merecem nota os trabalhos de Borges (2004) e Amaral (2003).

salientar no entanto que, de um ponto de vista estatístico, a variável escolaridade atua igualmente sobre fenômenos menos marcados socialmente, como a monotongação de [ey], uso de artigo diante de possessivo ou uso de seu/dele, que não são alvos explícitos de um ensino regular. Este fato leva a crer que a escola, além de fazer uma pressão direta sobre o uso lingüístico, atua também de forma indireta, ao iniciar e inserir o falante em uma modalidade mais rígida e mais homogênea como a escrita. É possível também que a influência da variável escolaridade reflita, na verdade, a ação da variável classe social. Se assim for, as conseqüências são ainda mais perversas: não se modificam variantes lingüísticas, mas, sim, se excluem os indivíduos que não possuem determinadas variantes lingüísticas.”

Como já apresentado na seção 3.1.1, a *escolaridade*, ou nível de escolarização é um fator de estratificação social do banco de dados VARSUL. Na primeira etapa, três faixas de escolarização foram previstas: 4 a 5 anos (ou o equivalente à 4ª e 5ª séries do ensino fundamental), com o rótulo de *primário*; 8 a 9 anos (ou o equivalente à 8ª série do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio), com o rótulo de *ginásio*; e 10 a 11 anos (ou 2º e 3º anos do ensino médio), com o rótulo de *colegial*. Algumas cidades que constituem o banco já possuem uma quarta faixa de escolarização, a de *ensino superior*, como Porto Alegre (que também herdou as entrevistas do NURC, gravadas na década de 1970, o que possibilita estudos em tempo real de tendência nesta faixa de escolarização), e outras que estão em fase de coleta, como Florianópolis. No estudo da expressão do passado imperfectivo, a escolaridade foi considerada e se mostrou estatisticamente significativa nos três modelos. Os resultados referentes à escolaridade são retomados na tabela 22.

Não há diferença no comportamento da variável nos três modelos. Em todos os casos, o comportamento dos informantes mais escolarizados tende ao uso da forma PPROG para expressar passado imperfectivo, enquanto os informantes menos escolarizados mantêm-se no ponto neutro, ou seja, não há preferência por uma forma ou por outra para expressar passado imperfectivo. O que causa um certo estranhamento é o fato de a faixa de escolarização intermediária destoar da distribuição delineada pelas

faixas extremas (mais e menos escolarizados). Ao contrário da faixa etária, que tem hipóteses para justificar a distribuição curvilínea das ocorrências de um fenômeno, a escolaridade apóia-se em uma hipótese escalar. Presumivelmente, quanto mais avança o tempo de escolarização, mais o indivíduo tende a sofrer as pressões normativas e consolidar o uso da variedade de prestígio, ou a variante inovadora, desde que não seja estigmatizada. Porém, enquanto o PEUL tem obtido resultados escalares com a variável escolaridade, o VARSUL tem obtido resultados curvilíneos, tal como o encontrado para a expressão do passado imperfectivo por IMP e PPROG, que pode ser observado na tabela 22.

A distribuição irregular das freqüências quanto à escolaridade não ocorre em apenas um fenômeno. É fato recorrente, e aparentemente, não apresenta uma explicação plausível. Tanto que alguns pesquisadores, como Naumann (1996) e Coelho (2000) optaram por excluir o ginásio (8 a 9 anos de escolarização) de suas análises. Porém, apesar do comportamento irregular, as pesquisas partem do pressuposto de que a escolarização afeta os fenômenos de variação. Tomem-se os casos da variação na expressão do passado anterior, ordem do quantificador, expressão do futuro, variação entre presente do indicativo e subjuntivo, concordância com o pronome *tu*, que foram analisados no banco de dados VARSUL considerando a cidade de Florianópolis, com três faixas etárias e três faixas de escolarização.

A expressão do passado anterior, analisada por Coan (1997), trata da variação no uso de formas do *pretérito perfeito vs. pretérito mais-que-perfeito* composto⁹⁴ para codificar uma situação passada em relação a outra, como em (1) e (2).

- (1) Aí eu peguei, telefonei pra Macarronada e descobri que *aconteceu* um acidente. (SC FLP FAB 03)
- (2) Aí eu peguei, telefonei pra Macarronada e descobri que *tinha acontecido* um acidente.

⁹⁴ Como já dito na seção 2.1, não foi encontrada, na amostra de Florianópolis, nenhuma ocorrência de pretérito mais-que-perfeito simples (*acontecera*).

Tabela 22: Resultados referentes ao tempo de escolarização extraídos dos modelos de regressão (tabelas 1-3)

| Tempo de escolarização | Peso relativo | % | Aplicação/total |
|------------------------------|---------------|------|-----------------|
| Análise geral | | | |
| 4 a 5 anos | 0,50 | 63,1 | 234/371 |
| 8 a 9 anos | 0,59 | 64,3 | 189/294 |
| 10 a 11 anos | 0,37 | 56,7 | 123/217 |
| Duratividade | | | |
| 4 a 5 anos | 0,50 | 64,5 | 156/242 |
| 8 a 9 anos | 0,61 | 63,1 | 130/206 |
| 10 a 11 anos | 0,37 | 58,3 | 98/168 |
| Duratividade e pares mínimos | | | |
| 4 a 5 anos | 0,48 | 65,5 | 131/200 |
| 8 a 9 anos | 0,62 | 66,7 | 112/168 |
| 10 a 11 anos | 0,37 | 62,2 | 79/127 |

nada, pelo contrário, o mundo *vai viver* em paz. (SC FLP MBG 13)

Back (2000) analisa a variação da ordem do quantificador universal (QU) no sintagma nominal (SN) em contextos em que o fenômeno se realiza nas formas *tudo*, *todo/toda* e *todos/todas*, como em (3) e (4).

- (3)
- todos* os meus tios ficaram muito chateados. (SC FLP FAC 20)
 - os meus tios *todos* ficaram muito chateados.
 - os meus tios ficaram *todos* muito chateados.
- (4)
- porque ela conhecia as famílias *todas*. (SC FLP FBC 24)
 - porque ela conhecia *todas* as famílias.
 - porque as famílias, ela conhecia *todas*.

A expressão de futuro enquanto categoria lingüística, de acordo com a análise de Gibbon (2000), tem, entre outras, três variantes: *presente do indicativo*, *forma perifrástica*, composta pelo auxiliar IR (*presente do indicativo*) + *infinitivo*, e o *futuro do presente*, como em (5), (6) e (7).

- (5)
- A seleção que *vai ter* em março, de repente, *faço* carreira. (SC FLP MAP 04)
- (6)
- Tu não *vais ter* matéria pra estudar e *chega* no dia da prova tu não *consegues* a média. (SC FLP MAG 10)
- (7)
- Eu acho que o dia que o povo der conta de que a educação é a base de tudo, acho que nós não *teremos* guerra, não *teremos* briga, não *teremos*

Pimpão (1999) analisa o uso variável entre a forma de presente de subjuntivo e de presente do indicativo em contextos de subjuntivo (dúvida, incerteza, futuridade), como em (8).

- (8)
- Ela tem muitos que ela não prefere, né? Aí é. Professor de Física porque quer que ela *vá* de short curto: “Ah, mãe, não sei porque ele quer que eu *vou* de short curto”. Porque ela vai de short mais comprido, ele acha que tem que ser mais curto (SC FLP FAC 11).

E Loregian (1996) analisa a variação na concordância verbal com o pronome *tu*, como ilustrado em (9) e (10).

- (9)
- Assim tu *queres* parecer igual aquelas pessoas (SC FLP MJG 21)
- (10)
- Tu *descasca* o camarão, depois tu *bota* tudo na fervura. (SC FLP FAP 02)

Para todos os fenômenos, foram postuladas hipóteses relativas ao fator escolaridade que previam uma distribuição escalar. Back (2000, p. 93) correlaciona a ordem [QU SN], prevista na gramática normativa, com a faixa de maior escolaridade: “a hipótese que cerca esta variável entende que os informantes devem apresentar comportamento diferenciado conforme o grau de escolaridade de cada um, de modo que esperamos encontrar o uso da ordem [QU SN] na fala de pessoas de nível colegial, pois esse uso reflete aquele tido como ‘correto’, segundo os parâme-

tros da gramática normativa abordados nas escolas.” (Back, *op. cit.*, *loc. cit.*)

Pimpão (1999, p. 90) também prevê a associação entre o uso da forma de subjuntivo, prevista pela gramática normativa, aos níveis mais altos de escolaridade, pois “a escola concentra o domínio do padrão culto tentando preservar as imposições da tradição normativa para o uso linguístico não-estigmatizado e de prestígio. O efeito da escolaridade a variáveis linguísticas prevê o uso mais próximo à norma gramatical para os níveis escolares mais elevados. A maior permanência na escola pressupõe o contato mais direto e intenso do ensino prescritivista sobre o idioleto do aluno.” (*op. cit.*, *loc. cit.*)

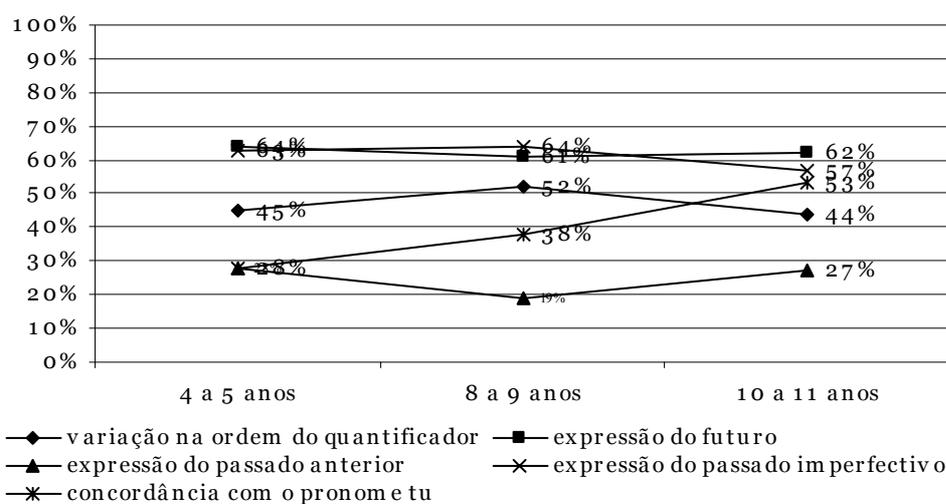
Já Coan (1997) vê com mais cautela a correlação entre o uso de uma forma e a escolaridade dos informantes:

“Por se tratar de um fenômeno não claramente percebido, o uso da variante pretérito perfeito em lugar do mais-que-perfeito para

codificar a função de anterioridade é bem pouco discriminado e corrigido nas escolas. [...] O nosso objeto de estudo não parece ser tão marcante em termos de “certo” ou “errado”. A todo o momento, encontramos indivíduos de todos os níveis de escolaridade e de todas as classes fazendo variação. A possibilidade de itens linguísticos variarem sem que lhes seja atribuído qualquer estigma pode facilitar uma mudança linguística.” (Coan, 1997, p. 12)

Os resultados quanto à escolaridade, entretanto, não corroboraram as hipóteses levantadas, com exceção da variação na concordância com o pronome *tu*, que se mostra distribuída escalarmente em função da escolaridade. Na variação na ordem do quantificador, expressão do futuro, expressão do passado imperfeito e expressão do passado anterior, a faixa de escolarização intermediária, “ginásio”, desvia a trajetória da linha formada pelas faixas etárias extremas, conforme aponta o gráfico 7.

Gráfico 7: Influência da variável escolaridade em fenômenos de variação sintática (Florianópolis/VARSUL)⁹⁵



⁹⁵ Foram considerados apenas os fenômenos que apresentam os dados de frequência. Não estão incluídos os dados da variação do presente do indicativo/subjuntivo porque foram apresentados apenas os pesos relativos.

Tomando apenas as faixas de escolarização extremas, com exceção do fenômeno de variação na concordância verbal com o pronome *tu*, os demais fenômenos não parecem ser sensíveis ao nível de escolarização do indivíduo. Como explicar a anomalia produzida pelos informantes pertencentes ao nível intermediário de escolaridade no projeto VARSUL? Não se trata de um comportamento específico da amostra de Florianópolis; para Porto Alegre, Loregian (1996, p. 13) encontra resultados na variação da concordância verbal com o pronome *tu* que são alterados por causa da faixa etária intermediária.⁹⁶ Como lidar com a variável escolaridade no projeto VARSUL? O que a escolaridade indicia?

Há duas hipóteses que podem ser exploradas: i) a possibilidade de interação entre escolaridade e faixa etária; e ii) como a variável se correlaciona com os mecanismos de promoção ou resistência à mudança lingüística?

Na primeira hipótese, é possível considerar que o comportamento incongruente do nível de escolarização seja decorrente da sua interação com as faixas etárias que compõem a amostra, principalmente por conta dos informantes que cursaram o antigo ginásio, que é diferente do nível de 8 a 9 anos de estudo (5ª a 8ª série do Ensino Fundamental). O antigo ginásio vigorou no período de 1931-1969 e exigia que o estudante prestasse um rigoroso exame de admissão, além de uma diversidade de disciplinas que hoje sequer são vistas no Ensino Médio, como latim, retórica e francês (Menezes, 2001). Indivíduos que cursaram o antigo ginásio teriam, por hipótese, um comportamento muito diversificado do daqueles que cursaram o equivalente à 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Para averiguar esta hipótese, foi realizado um cruzamento dos dados da expressão do passado

imperfectivo quanto à escolaridade e à faixa etária, que está apresentado na tabela 23.

Os resultados obtidos para o passado imperfectivo não oferecem respaldo à hipótese. Na faixa etária mais alta (mais de 50 anos), os informantes que têm de 10 a 11 anos de escolarização devem ter cursado o antigo ginásio, e, por isso, deveriam ter um comportamento superior aos que somente concluíram o antigo ginásio, o que não ocorre. O comportamento da escolaridade intermediária (8 a 9 anos) é muito próximo do comportamento da escolaridade mais baixa (4 a 5 anos). O mesmo ocorre com a faixa etária intermediária (25 a 49 anos), as escolaridades mais baixa e intermediária têm um comportamento muito próximo, em contraste com a escolaridade mais alta. E na faixa etária jovem (15 a 21 anos), a tendência da escolaridade se inverte: as escolaridades intermediária e mais alta têm um comportamento relativamente mais próximo, que se opõe ao comportamento da escolaridade mais baixa.

Outra possibilidade, também relacionada com a interação de fatores, é que a homogeneização das faixas de escolaridade do banco de dados VARSUL pode estar interferindo na incongruência dos resultados. A amostra CENSO, do PEUL, por exemplo, não preenche as células relativas à escolaridade com o mesmo número de informantes. Segundo Oliveira e Silva (1996, p. 60), “como uma amostra deve refletir até certo ponto as características da população, e considerando que nesta última não há distribuição equilibrada antes os níveis de escolarização, havendo muito mais pessoas no 1º grau do que no 2º grau, optou-se por escolher 19 falantes do *primário*, 16 do *ginásio* e 13 do 2º grau.” Os resultados do PEUL que consideram a amostra CENSO apresentam uma distribuição escalar para a escolaridade; talvez se o número de informantes por estrato fosse o mesmo, os resultados seriam diferentes.

⁹⁶ De acordo com Menon (2006, p. 152) “O nível que classificamos de ginásio, correspondente a oito anos de escolaridade, tem apresentado, em muitos trabalhos, resultados conflitantes com as expectativas. Ora aponta resultados superiores aos informantes do segundo grau (11 anos de escolaridade), ora inferiores ao do nível primário (04 anos de escolaridade). Estamos tentando, em nossas reuniões anuais encontrar uma solução; por ora, para fins de teste, alguns pesquisadores estão excluindo essa faixa de escolaridade e, pelo menos em princípio, isso parece estar sendo proveitoso.”

Tabela 23: Contingência para a variável dependente IMP com cruzamento das variáveis faixa etária e escolarização

| | Faixa etária | | | | | | | |
|---------------|--------------|----|--------------|----|-----------------|----|---------|-----|
| | 15 a 21 anos | | 25 a 49 anos | | Mais de 50 anos | | Total | |
| Escolarização | N | % | N | % | N | % | N | % |
| 4 a 5 anos | 24/77 | 31 | 186/256 | 73 | 24/38 | 63 | 234/371 | 63 |
| 8 a 9 anos | 55/109 | 50 | 81/109 | 74 | 53/76 | 70 | 189/294 | 64 |
| 10 a 11 anos | 12/27 | 44 | 89/143 | 62 | 22/47 | 47 | 123/217 | 57 |
| Total | 213 | 43 | 508 | 70 | 161 | 61 | 882 | 100 |

Na tentativa de refinar os resultados ainda mais e esgotar as possibilidades de explicação para a incongruência na escolaridade, foram realizadas mais duas análises com os dados da expressão do passado imperfectivo, uma com o modelo excluindo a escolaridade intermediária, e outra, excluindo a faixa etária mais jovem. Como podem ser observados na tabela 24, os fatores lingüísticos mantêm o comportamento em ambos os modelos. Entretanto, se comparado com os modelos que consideraram todas as faixas etárias e todas as escolarizações, a distribuição das frequências e o peso relativo dos fatores

escolaridade e faixa etária se alteram significativamente.

Com a exclusão da escolaridade intermediária, os pesos relativos apontam que os informantes mais escolarizados tendem a usar a forma PPROG para expressar passado imperfectivo, enquanto informantes menos escolarizados se manteriam próximo do ponto neutro, com leve tendência para o uso IMP. Porém, com a exclusão da faixa etária mais jovem (15 a 21 anos), a tão desejada distribuição escalar se confirma, como pode ser observado no gráfico 8, na página a seguir.

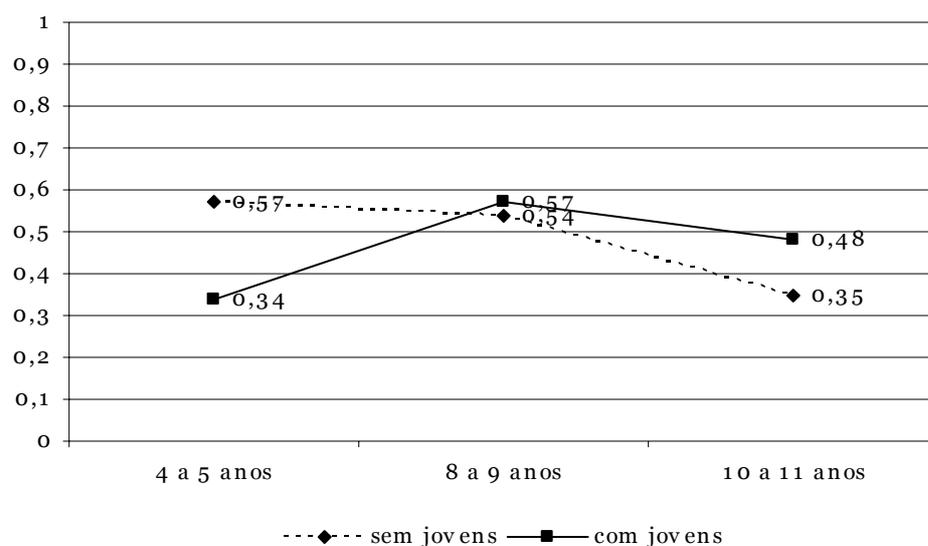
Tabela 24: Análise step up/down (sem a escolaridade intermediária e sem a faixa etária mais jovem) com IMP como valor de aplicação.⁹⁷

| | Sem a escolaridade intermediária | | | Sem a faixa etária mais jovem | | |
|---------------------------------|----------------------------------|------|------------|-------------------------------|------|------------|
| | Peso Relativo | % | Apl./total | Peso Relativo | % | Apl./total |
| Extensão da situação | | | | | | |
| <i>instantânea</i> | 0,40 | 49,5 | 107/216 | 0,39 | 57,5 | 123/214 |
| <i>curta</i> | 0,41 | 54,5 | 61/112 | 0,40 | 59,6 | 65/109 |
| <i>média</i> | 0,55 | 68,1 | 128/188 | 0,55 | 74,6 | 179/240 |
| <i>longa</i> | 0,79 | 84,7 | 61/72 | 0,70 | 83,0 | 88/106 |
| Aspecto | | | | | | |
| <i>Progressivo</i> | 0,34 | 25,6 | 11/43 | 0,16 | 22,0 | 11/50 |
| <i>Durativo</i> | 0,49 | 62,0 | 254/410 | 0,49 | 70,2 | 309/440 |
| <i>Iterativo</i> | 0,75 | 82,1 | 32/39 | 0,78 | 86,4 | 57/66 |
| <i>Ambíguo</i> | 0,55 | 62,5 | 60/92 | 0,53 | 69,0 | 78/113 |
| Dinamismo | | | | | | |
| + | 0,41 | 51,1 | 185/362 | 0,40 | 60,0 | 240/413 |
| - | 0,64 | 76,1 | 172/226 | 0,68 | 80,9 | 207/256 |
| Polaridade | | | | | | |
| <i>Positiva</i> | 0,47 | 57,3 | 287/501 | 0,47 | 64,9 | 365/562 |
| <i>Negativa</i> | 0,65 | 80,5 | 70/87 | 0,67 | 84,1 | 90/107 |
| Tipo de referência | | | | | | |
| <i>IMP em oração coordenada</i> | 0,62 | 75,0 | 30/40 | 0,60 | 78,5 | 102/130 |

⁹⁷ Na análise sem a faixa etária mais jovem, o fator faixa etária não se mostrou significativo estatisticamente. Os resultados percentuais foram apresentados para permitir a comparação com o modelos sem a escolaridade intermediária.

| | | | | | | |
|----------------------------------|---------------|------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| <i>PP em oração coordenada</i> | 0,47 | 73,1 | 79/108 | 0,49 | 71,4 | 50/70 |
| <i>IMP em oração subordinada</i> | 0,62 | 59,2 | 42/71 | 0,50 | 70,4 | 38/54 |
| <i>PP em oração subordinada</i> | 0,20 | 30,6 | 15/49 | 0,17 | 33,9 | 19/56 |
| <i>Oração temporal</i> | 0,67 | 75,7 | 28/37 | 0,62 | 78,0 | 32/41 |
| <i>Adjunto adverbial</i> | 0,38 | 46,2 | 37/80 | 0,41 | 57,4 | 54/94 |
| <i>Referência discursiva</i> | 0,62 | 62,1 | 126/203 | 0,55 | 71,4 | 160/224 |
| Escolaridade | | | | | | |
| <i>4 a 5 anos</i> | 0,55 | 63,1 | 234/371 | 0,57 | 71,4 | 210/294 |
| <i>8 a 9 anos</i> | | | | 0,54 | 58,4 | 111/190 |
| <i>10 a 11 anos</i> | 0,42 | 56,7 | 123/217 | 0,35 | 72,4 | 135/185 |
| Faixa etária | | | | | | |
| <i>15 a 21 anos</i> | 0,28 | 34,6 | 36/104 | | | |
| <i>25 a 49 anos</i> | 0,57 | 68,9 | 275/399 | | 70,1 | 256/508 |
| <i>Mais de 50 anos</i> | 0,46 | 54,1 | 46/85 | | 61,5 | 99/161 |
| total | | 60,7 | 357/588 | | 68,0 | 455/669 |
| | Log: -312,248 | Sig. 0,017 | Input: 0,643 | Log: -336,070 | Sig. 0,005 | Input: 0,717 |

Gráfico 8: Influência da escolaridade na variação entre IMP e PROG na expressão do passado imperfeito considerando o modelo com duas faixas etárias e o modelo com três faixas etárias



Porém, obtido o resultado escalar para a escolaridade, resultam ainda mais dúvidas:

- Qual a peculiaridade da faixa etária mais jovem para interagir com a escolaridade?
- Qual o papel do tempo de escolarização dos indivíduos para determinar a variação na expressão do passado imperfeito na fala de Florianópolis?
- O que este resultado significa exatamente?

Para responder a primeira questão, seria necessário realizar uma investigação detalhada

sobre a trajetória escolar e também profissional de cada um dos indivíduos que compõem a amostra. Para responder as duas perguntas seguintes, é necessário refletir sobre os aspectos que estão envolvidos na escolarização e como estes aspectos interagem com o ensino e a valoração social das formas que expressam passado imperfeito no português. Votre (2004, p. 51-54) enumera quatro aspectos da escolarização que podem ser verificados na dinâmica social em que

a escola interage e que podem estar associados à variação e mudança lingüística:

- Formas de prestígio e formas relativamente neutras;
- Fenômeno socialmente estigmatizado e fenômeno imune à estigmatização;
- Fenômenos objeto do ensino escolar e fenômenos que escapam à atenção normativa;
- Fenômeno discursivo (ou no mais alto nível gramatical) ou fenômeno da gramática (níveis gramaticais intermediários entre o fonológico e o discursivo).

Os três primeiros aspectos não parecem influenciar na variação entre IMP e PPROG na expressão de passado imperfeito. A forma inovadora – PPROG – não parece ser alvo de estigma social, nem IMP parece ser forma de prestígio. Ambas as formas são relativamente neutras e o fenômeno parece imune à estigmatização, assim como a expressão do passado anterior também o é (Coan 1997). O fato de serem neutros socialmente torna os fenômenos de variação nas categorias verbais pouco salientes ao ensino normativo. Porém, o último aspecto parece ser relevante, pois se relaciona com a opcionalidade (ou não obrigatoriedade) do fenômeno, já discutida na seção 1.1.1. As categorias verbais estão a serviço da intenção dos propósitos comunicativos do falante; são recursos estilísticos à disposição no repertório de estratégias comunicativas. Não só categorias verbais, mas, como coloca *Votre (op. cit.)*, fenômenos nos níveis gramaticais mais altos. A variação das categorias

que expressam tempo e aspecto está relacionada com fatores internos e cognitivos, como a relação entre figura/fundo e valores inerentes ao item lexical, como aspecto (Coan, 1997, Mendes, 2005) e movimento (Gibbon, 2000). Já a categoria modalidade trava relações fortes com fatores externos, como as relações entre os interlocutores (assimetria e simetria) e a variação entre imperativo/afirmativo para a expressão de atos de fala manipulativos, como aponta Reis (2003).

O controle da variável escolaridade na variação entre IMP e PPROG na expressão de passado imperfeito, apesar de estatisticamente significativo, não mostrou um resultado pontual e clarificador da situação, mas motivou uma reflexão sobre a pertinência do fator na análise do fenômeno. Talvez a escolaridade não seja um fator influente na variação entre formas para a expressão de tempo e aspecto, e controlá-lo sobrecarregaria o modelo estatístico, além de frustrar expectativas. Ou a escolaridade é apenas a ponta do iceberg dos fatores não estratificados (como poder aquisitivo, rede de relações sociais, engajamento social, etc.) e seus resultados devem ser avaliados com uma lente multifocal. Ou ainda, a estratificação homogênea da escolaridade na amostra do VARSUL é a causa das incongruências nos resultados. É salutar a continuidade desta discussão; e para isso, a variável escolaridade precisa ser controlada...

6 A gramaticalização como direcional da variação nos níveis gramaticais mais altos

Considerando os objetivos delineados na introdução, o encaminhamento do estudo sobre o uso variável de IMP e de PPROG sinaliza que:

- A análise da expressão do passado imperfectivo no português aponta que as formas IMP e PPROG funcionam como variantes de uma variável lingüística, a qual se situa no domínio semântico-discursivo TAM. Há matiz temporal porque ambas as formas referem-se a uma situação anterior ao momento de fala. O valor aspectual manifesta-se de modo escalar, com matizes que vão do sentido mais específico, o *progressivo*, passando pelo *durativo* e *iterativo*, além de casos aspectualmente ambíguos, os quais evidenciam o processo de variação/mudança pelo qual passam as formas. O matiz de modalidade decorre da origem de IMP, relacionada à expressão de distanciamento da realidade (cf. Travaglia, 1987), que é menos saliente no recorte em que as formas funcionam como variantes da mesma variável lingüística.
- As formas IMP e PPROG passam por processo de gramaticalização, cada qual em uma trajetória de mudança específica. Elas funcionam como variantes de uma mesma variável lingüística quando desempenham a mesma função semântico-discursiva de passado imperfectivo, o que as situa na mesma camada sincrônica, (*layering* como diversidade formal (cf. Torres Cacoulios, 2001)). Ao mesmo tempo, cada forma está em diferentes camadas (*layering* como polissemia (*op. cit.*)).
- A trajetória de cada uma das formas é refletida na sua distribuição, em termos de frequência. A forma IMP tende a ser escolhida para expressar passado imperfectivo quando o valor aspectual é iterativo, o predicado é estativo ou que apresenta a propriedade [- dinâmico], a extensão da situação é longa, a polaridade da oração é negativa e a referência é imperfectiva. Já a forma PPROG tende a ser escolhida quando o valor aspectual é progressivo, o predicado é do tipo *accomplishment* ou que apresenta a propriedade [+ dinâmico], a extensão da situação é curta/instantânea, a polaridade da oração é positiva (oração afirmativa) e a referência é perfectiva. Este cenário tende a configurar uma situação de distribuição complementar.
- Porém, quando se trata do valor aspectual durativo, especialmente se o predicado for do tipo atividade e a extensão da situação for intermediária, as formas IMP e PPROG estão em variação para expressar passado imperfectivo.
- Atuam paralelamente duas forças no condicionamento do fenômeno: os efeitos do princípio da persistência (Hopper, 1991) e do princípio da marcação (Givón 1995). A marcação e a persistência são motivações competidoras no processo de gramaticalização/variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo no português.
- De acordo com Hopper (1991), quando uma forma sofre gramaticalização passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem se refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical; este é o princípio da persistência. O efeito do princípio da persistência é verificado na distribuição das formas em contextos determinados pelo histórico da trajetória de gramaticalização. Assim, IMP associa-se ao iterativo (e habitual), por conta da sua origem relacionada ao distanciamento da realidade (Travaglia, 1987). Já PPROG guarda reminiscências da sua origem progressiva, o que se reflete na sua correlação com este valor aspectual (Torres Cacoulios, 2001). O traço [dinamismo] também determina as associações entre formas na expressão do passado imperfectivo por conta do histórico

aspectual de PPROG, marcado com relação direta com o traço [+ dinâmico], e IMP, associado com o traço [- dinâmico] por conta do seu histórico de marcar distanciamento.

- A atuação do princípio da marcação se manifesta no estabelecimento do equilíbrio cognitivo contextual. Basicamente, os resultados estatísticos sinalizam que contextos mais marcados tendem a selecionar uma forma menos marcada. Das formas para a expressão do passado imperfectivo, IMP é a menos marcada e PPROG é a mais marcada, considerando os critérios de complexidade estrutural (e pelo princípio meta-icônico da marcação, complexidade cognitiva) e distribuição de frequência. A manifestação do equilíbrio cognitivo contextual na expressão do passado imperfectivo dá-se pela tendência estatística de associação entre IMP e orações negativas/PPROG e orações afirmativas, IMP e extensão temporal longa/PPROG e extensão temporal curta/instantânea.
- Considerando a distribuição dos usos em função da gradação etária dos indivíduos que compõem a amostra analisada, os jovens mostram-se como vetores da implementação da forma PPROG para a expressão de passado imperfectivo. Ainda considerando que a habitualidade é o valor mais associado à forma IMP, é possível projetar os seguintes cenários para o paradigma verbal do português:

(1) A forma PPROG se especializa na expressão do passado imperfectivo no português, suplementando IMP (que ainda conta com 62% de aplicação), que se especializa em outra função, como a expressão da habitualidade;

(2) A extensão da situação torna-se um valor gramaticalizado no português na expressão do passado imperfectivo, com a especialização das formas (IMP/extensão longa e PPROG/extensão curta ou instantânea).

A variação na expressão do passado imperfectivo é um fenômeno decorrente do processo de gramaticalização. As trajetórias de gramaticalização podem evidenciar a existência de um componente cognitivo universal (a trajetória do imperfectivo, do futuro, por exemplo), que pode ser incorporada ao rol dos universais da mudança, apontando para a regularidade e determinação da mudança em certos domínios funcionais. Não seriam mais apenas trajetórias de gramaticalização, mas sim universais lingüísticos, como propõe Bybee (2003a).

Mas a existência de uma trajetória universal de mudança não garante, por si só, que a mudan-

ça de fato ocorra. Pressões sociais disseminam a mudança funcionalmente motivada, por meio da seleção. Agora é que vem o problema: a variação leva à mudança? Ou a mudança leva à variação? A variação indicia gramaticalização? Ou a gramaticalização direciona a variação? Apesar de parecer, o questionamento não é filosófico como a primazia do ovo ou da galinha. Estão em jogo os pressupostos teóricos da gramaticalização e da sociolingüística. Porém, a abordagem sócio-biolingüística acomoda a questão adequadamente, resguardando a importância do papel funcional, motivando e propiciando a replicação diferenciada, e do papel social, selecionando a forma e dinamizando ou restando a mudança. Primeiramente, passe-se à articulação teórica que considera a variação como indício de gramaticalização.

6.1 Resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização

No plano discursivo, Gorski *et al.* (2003) discutem aspectos teórico-metodológicos da gramaticalização e variação a partir da identificação de usos variáveis de determinados itens em processo de gramaticalização assumindo a perspectiva de que resultados variacionistas podem dar pistas de fenômenos de gramaticalização.

A possibilidade de tratar um fenômeno de mudança tanto da perspectiva da gramaticalização como da variação, em princípio, parece ser complicada, pois são abordagens que tomam a mudança sob pontos de vista diferentes. O princípio de Hopper (1991) da *estratificação*, que prevê a possibilidade de emergência e coexistência de novas formas para o desempenho de uma função sem que isso signifique o desaparecimento imediato das formas preexistentes, aponta para a possibilidade de tratar fenômenos de gramaticalização também como fenômenos de variação lingüística.

Já os postulados de Weinreich *et al.* (1968) para o estudo do processo da mudança lingüística são fundamentados em três momentos: o falante aprende uma forma alternante para uma variável lingüística; o tempo em que as formas

coexistem; e o tempo em que uma das formas torna-se obsoleta. Para que haja a mudança, necessariamente duas ou mais formas concorreram durante um tempo; a mudança pressupõe a existência de um período de variação.

O problema da união das abordagens não está no objeto de estudo, mas no enfoque dado ao processo: é *variação e mudança* ou *mudança e variação*? Na perspectiva variacionista, a variação precede a mudança; na visão da gramaticalização, a mudança precede a variação. Assim como a gramaticalização, a variação também é cíclica. Logo, períodos de variação seguem períodos de mudança, e assim sucessivamente: → *mudança* → *variação* → *mudança* → *variação* → *mudança* → As abordagens variacionistas recortam, no contínuo maior, um dado período de variação entre duas ou mais formas até o momento em que a disputa se resolve, ou seja, a mudança. As abordagens segundo o paradigma funcional da gramaticalização recortam, no contínuo maior, uma dada mudança, que abre possibilidade para variação. Ou seja, a mudança linguística pode ser resolvida por meio de variação, que pode ser resolvida por uma mudança por gramaticalização e assim por diante, sucessivamente. Unir as duas abordagens é vantajoso porque permite uma visão mais ampla do fenômeno em questão, já que um olhar complementa o outro.

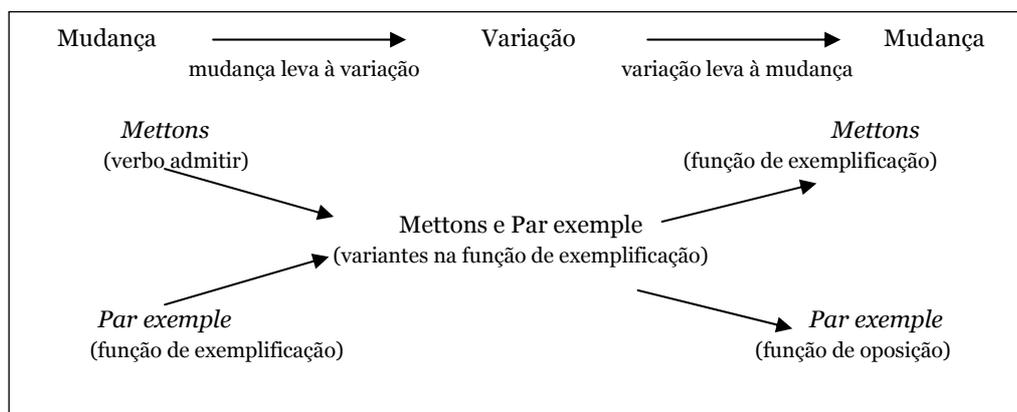
Para argumentar a favor da união das abordagens, Valle (2001) retoma a discussão de Vincent *et al.* (1993, p.85-9), que propõem uma trajetória de mudança via gramaticalização das construções *par exemple* e *mettons* no francês quebecois. A construção *mettons* (crystalização do verbo *admettre* na 1ª pessoa do plural) expande seu contexto de modo a abarcar também a função exemplificadora, da qual *par exemple* era prototípico. Já *par exemple* passa a desempenhar a função de oposição. A partir de um processo de mudança, as duas formas, *mettons* e *par exemple*, entram em variação na função de exemplificação. Essa variação desencadeia outro processo de mudança, e cada uma das construções segue a trajetória de especialização em uma função, como ilustrado no quadro 24.

A especialização se manifesta, conforme apontam Hopper e Traugott (1993), por meio de preferências contextuais, sejam tipos semânticos, gêneros discursivos e situações comunicativas. A metodologia variacionista mapeia contextos (por meio de fatores sociais e lingüísticos) que funcionam como indícios da especialização das formas.

A variação como indício da gramaticalização é o pressuposto da abordagem sociofuncionalista que enfoca as relações entre funções e formas, decorrentes de pressões lingüísticas e sociais, com destaque para a história e a coexistência de diferentes formas, situação de estratificação/variação (Hopper, 1991). Existem estágios de gramaticalização, pressupondo que a estratificação/variação decorre do percurso de gramaticalização. Ou seja, a existência de variação *indicia* a gramaticalização da forma/função. A variação entre *mettons* e *par exemple* na função de exemplificação é um indício de que as formas estão passando por gramaticalização. Este tipo de abordagem considera essencialmente a fatia sincrônica sob análise.

Essa é uma possibilidade de abordar o problema. E se a ótica for inversa: *a gramaticalização direciona a variação*?

Quadro 24: Processo de mudança via gramaticalização de *par exemple* e *mettons* no francês quebeçois (Vincent et al., 1993; Valle (2001, p. 46)



6.2 Trajetórias de gramaticalização como direcionais da variação

Assumir a premissa de que a gramaticalização direciona a mudança é aceitar a primazia da mudança sobre a variação. A abordagem sócio-biolingüística é baseada no modelo evolutivo de Croft (2000, 2002), inspirado no modelo darwiniano. Estruturas lingüísticas são replicadas a todo o momento, a cada situação comunicativa, em todos os lugares. Uma das replicações pode vir a originar uma replicação alterada – a mudança do ponto de vista da *inovação*. A língua muda por meio da replicação alterada de estruturas, e a seleção de estruturas variantes, a mudança do ponto de vista da *propagação*. A evolução é um processo em etapas: primeiro, ocorre a replicação inovadora, que produz variação, e depois a seleção, replicação diferenciada que propaga a mudança, quando uma variante é favorecida em relação às outras na replicação. Na mudança lingüística, a replicação é *funcional* e a seleção é *social*, o que conflui para uma abordagem sócio-biolingüística.

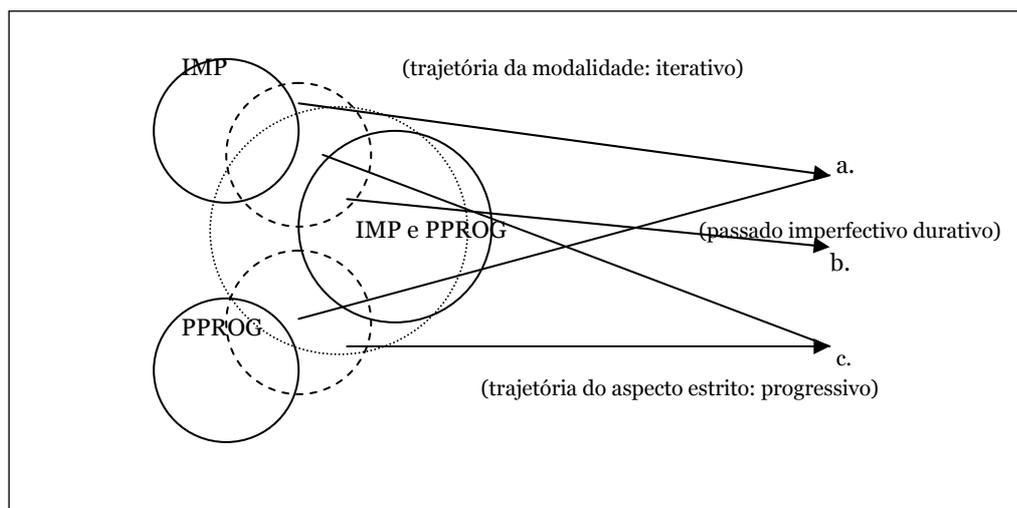
A replicação alterada é motivada funcionalmente, dirigida e em processo unidirecional, ou seja, a replicação alterada é mais comum ocorrer em uma direção motivada funcionalmente. A seleção é um processo social, funcionalmente neutro, mas cujas redes poderiam ser funcionalmente motivadas pela mudança histórica e pela

variação translingüística existente. Assim, assumindo a concepção sócio-biolingüística, a gramaticalização é uma espécie de tutora da variação. Só é possível haver variação porque a gramaticalização direciona o movimento. A expressão da direção do processo, do ponto de vista sincrônico, são os efeitos da atuação do princípio da persistência: a distribuição e a co-ocorrência entre formas e contextos têm uma trilha virtualmente traçada pela história lexical do elemento. O princípio da unidirecionalidade da gramaticalização é nada além da manifestação do princípio da persistência. Ou seja, a unidirecionalidade se dá por conta da persistência de traços de sentido lexical original da forma, que tendem a continuar e se refletir na sua distribuição gramatical. E os fatores translingüísticos e históricos, que funcionalmente direcionam a deriva social, são os reflexos pancrônicos da gramaticalização que direcionam a variação sincrônica.

O fenômeno da variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito ilustra a atuação da direcionalidade da gramaticalização. A trajetória de cada uma das formas é refletida na sua distribuição na camada sincrônica, em termos de frequência, conforme já salientado, IMP está relacionado com a expressão de aspecto iterativo, predicado estativo ([- dinâmico]), extensão longa da situação, polaridade negativa e referência imperfeita; PPROG está relacionado com aspecto progressivo, predicado *accomplishment* ([+ dinâmico]), extensão curta/instantânea da situação, polaridade positiva e referência perfectiva. Essa polarização indica que as formas vêm de trajetórias de gramaticalização

zação distintas: uma relacionada com a expressão de modalidade (IMP) e outra relacionada à expressão de aspecto imperfectivo estrito (PPROG). Porém, em dado momento, as trajetórias se sobrepõem, especificamente no domínio do aspecto imperfectivo durativo: há sobreposição de camadas por diversidade formal e também por polissemia, uma vez que uma mesma forma pode expressar diferentes matizes aspectuais do passado imperfectivo.

Quadro 25: Sobreposição de camadas na trajetória aspectual de IMP e PPROG



Os círculos com linha cheia são os domínios aspectuais específicos, correspondentes a valores aspectuais do imperfectivo: IMP é prototipicamente relacionado ao iterativo; PPROG é prototipicamente relacionado ao progressivo (a.). Os círculos tracejados são as camadas transitórias, que estabelecem relação entre o valor aspectual de origem – iterativo e progressivo – e o valor aspectual alvo, o durativo, por reinterpretação induzida pelo contexto (b.). É nessas camadas que surgem as situações aspectualmente ambíguas, ou seja, as que não ficam na interseção entre o círculo tracejado e o círculo de linha contínua. O círculo pontilhado representa o domínio da expressão do passado imperfectivo, que recobre matizes desde o aspecto progressivo até o iterativo, incluindo os casos ambíguos e, principalmente, o aspecto durativo (c.). A sucessão das camadas se dá de modo a sempre estabelecer vínculo com a camada anterior; às vezes, os elementos não preenchem os traços prototípicos nem de um domínio nem de outro, o que gera a ambigüidade na instância transitória, que tende a

se resolver quando a mudança atinge o domínio alvo.

A gramaticalização não é um processo que deixa as formas tal qual uma nau à deriva: existe uma espécie de carta náutica especificando as correntes marítimas que favorecem/direcionam/encaminham o processo de mudança. É nesse sentido que a gramaticalização é um direcional para a variação.

6.3 Rumo à diacronia

O estudo da variação entre IMP e PPROG para a expressão do passado imperfectivo no português tomou como base uma fatia temporal muito específica, a recoberta pela amostra do Projeto VARSUL, que teve sua coleta no decorrer da década de 1990. Entretanto, a variação entre as formas, e a ambigüidade decorrente do processo é muito mais anterior, já observada nas origens do português por Epiphânio Dias

([1908]1970), na sua *Syntaxe historica portuguesa*, fundamentada em textos de autores dos séculos XIII a XVII:

querendo-se designar explicitamente o que se estava passando no momento em que uma causa aconteceu, de modo que não haja confusão com a designação do que costumava acontecer, emprega-se a conjugação periphrastica [sic] – composta com o verbo estar com o particípio em –ndo, ou com o infinitivo presente precedido de a: não lhe falei porque estava a jantar/ estava jantando. (*op. cit.*, p. 186).

Assumindo a premissa de que a gramaticalização atua como um direcional da variação, é interessante acompanhar o processo em outras fatias temporais. De acordo com Furtado da Cunha, Oliveira e Votre (1999, p. 5):

a gramaticalização deve ser concebida como um processo pancrônico que apresenta uma perspectiva diacrônica, já que envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica, já que implica variação que pode ser descrita como um sistema sem referência a tempo. Uma vez que um elemento lingüístico - palavra ou construção - é capaz de adquirir e reter novos sentidos e usos sem perder os antigos, seu estudo requer uma perspectiva pancrônica. Nesse sentido, dizemos que a lingüística funcional é essencialmente pancrônica, pois os princípios que a norteiam podem ser aplicados quer aos padrões fluidos do uso da língua que se observam num corte sincrônico, quer aos processos de mudança que se depreendem na trajetória diacrônica.

Os autores arrolam argumentos para justificar a extensão do estudo de fenômenos de variação para outras fatias temporais, os quais podem ser sintetizados da seguinte forma:

- aumento do poder explanatório da teoria lingüística, já que a simples demonstração de que uma dada forma ou construção desempenha determinada função não justifica a existência dessa forma ou construção. O estado sincrônico é resultado de um desenvolvimento passado que continua no presente (princípio do uniformitarismo, (Labov, 1994));
- os fatores cognitivos e comunicativos que subjazem ao significado gramatical são mais claramente revelados à medida que a mudança ocorre, ou seja, em situações de dinamismo ao invés de situações de estabilidade;
- a língua não apresenta uma organização estável do significado, uma vez que este está constantemente mudando: a língua

não é, mas está. Considerar a fatia sincrônica como apenas um estágio em uma longa série de desenvolvimentos ajuda-nos a explicar/entender a natureza da gramática num momento particular;

- generalizações são mais efetivamente formuladas como generalizações sobre rotas ou trajetórias de desenvolvimento do que como generalizações sobre estados sincrônicos; a diacronia fornece explicações mais reveladoras das correlações entre forma e significado ou função.

A hipótese do *uso do presente para explicar o passado* parte da premissa de que a língua é um instrumento de comunicação utilizado por uma dada comunidade de fala. E, se a língua está envolvida no curso da história do homem como um instrumento de comunicação e se adapta às suas necessidades, a estabilidade deve ser a sua propriedade mais importante. Partindo desse pressuposto, Labov (1994) busca uma explicação da geologia, já aplicada na lingüística por Whitney (1867 *apud* Labov 1994), que é o *princípio do uniformitarismo*: o conhecimento de processos que atuaram no passado pode ser inferido pela observação de processos em andamento no presente; é o uso do presente para explicar o passado. O princípio do uniformitarismo, na geologia, opõe-se ao princípio do catastrofismo, segundo o qual a origem da terra e das coisas vivas é devida a um súbito e único evento no passado, e todas as coisas fixaram suas características desde então.

Dados históricos poderiam ser objeto para o estudo da variação e mudança lingüística. Porém, existem problemas no uso de dados históricos. Segundo Labov, documentos históricos sobrevivem ao acaso; a forma lingüística dos documentos escritos é diferente do vernáculo dos seus escritores, que sempre registrariam a norma e nunca a ‘sua língua nativa’; documentos sofrem efeitos de revisão, mistura dialetal, erros do escritor; não há transcrição fonética ou gravações de fala, exceto recentemente. Além disso, se sabe muito pouco sobre o papel social do escritor: quais dialetos ele conhecia e o seu grau de compreensão das diferenças dialetais.

A tentativa de realizar uma análise que contemple dados sincrônicos e diacrônicos é apontada por Labov (*op. cit.*) como o *paradoxo da lingüística histórica*, segundo o qual não se pode simplesmente juntar dados do século 20 e do

século 16 como se eles fossem da mesma comunidade de fala. O objetivo da lingüística histórica, de acordo com Labov, é explanar sobre as diferenças entre o passado e o presente, mas não existem meios suficientemente seguros para saber o quanto diferentes eram.

Porém, nem todos os pesquisadores vêem problemas em usar dados históricos para o estudo de fenômenos de variação e mudança. Mattos e Silva (1991) discorda de que a forma lingüística dos documentos escritos é diferente do vernáculo dos seus escritores, que sempre registrariam a norma e nunca a “sua língua nativa”. Segundo a autora, textos do período arcaico do português, anteriores às primeiras propostas de normatização ortográfica, são caracterizados pela variação gráfica e morfossintática. Mattos e Silva (*op. cit.*) argumenta que, a partir da variação gráfica, é possível depreender indícios das realizações fônicas em vigor na época que o texto fora escrito, bem como a partir da variação morfossintática é possível depreender possibilidades estruturais. Com as primeiras propostas de ortografia para o português, em meados do século XVI, e a normatização gramatical, a escrita passou a valer-se de algumas das variantes, as de prestígio.

Destaca-se neste tipo de abordagem o Projeto PROHPOR (Projeto para a História da Língua Portuguesa – Programa de Pós-graduação em Letras/Universidade Federal da Bahia), que tem como objetivo “contribuir para a construção de uma história da língua portuguesa, a partir de sua

fase arcaica, origem do português brasileiro e, da segunda metade do século XVI em diante, reunir informações sistematizadas para a *história interna* e para a *história externa* do português brasileiro, fundamentadas nos avanços teóricos e metodológicos da Lingüística Histórica contemporânea” (Mattos e Silva, 1999, p.00). O projeto tem já realizados estudos de gramaticalização contemplando aspectos da morfossintaxe e sintaxe do português arcaico em direção ao contemporâneo: clíticos no século XVI (Lobo, 2001); advérbios e locuções adverbiais (Borba Costa, 2003); conjunções e locuções conjuntivas (Barreto, 2004); locuções prepositivas (Poggio, 1999, Nolasco de Macêdo, 2003), entre outros. Está em curso o projeto “Aspectos da gramaticalização na história do português” (Barreto *et al.*, 2004), vinculado ao PROHPOR, que amplia a análise dos fenômenos para textos do século XVII: (Cartas Brasileiras de Antonio Vieira, escritas por ocasião da sua permanência no Maranhão (1651-1661) e na Bahia (1682-1687) e quatro Sermões: os três Sermões da Quarta-feira de Cinzas e o Sermão da Sexagésima), com o objetivo de determinar a trajetória de gramaticalização desses itens, enfocando o século XVII.

A extensão da análise sócio-biolingüística ao português arcaico pode prover indícios para traçar um panorama mais acurado da trajetória de gramaticalização de IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito

Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo geral contribuir com a descrição do português falado na região sul do Brasil, uma das metas do Projeto VARSUL – Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil. E, dentro dos objetivos específicos, as contribuições do estudo da variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo no português ao projeto *Descrição de categorias verbais* são as seguintes:

- Caracterização do valor semântico-discursivo passado imperfectivo, que no português falado em Florianópolis apresenta duas formas de realização: a forma de pretérito imperfeito do indicativo (IMP) e a forma perifrástica constituída pelo auxiliar estar acompanhado do morfema de pretérito imperfeito do indicativo e verbo principal no gerúndio (PPROG).
- O passado imperfectivo é uma função caracterizada temporalmente pela relação de ordenação e sobreposição, e aspectualmente, pela relação de inclusão.
- Em relação ao tempo, o passado imperfectivo refere-se a uma situação anterior ao momento de fala e simultânea ao ponto de referência, também anterior, daí a noção de passado.
- Em relação ao aspecto, o passado imperfectivo refere-se a uma situação cujo intervalo inclui o ponto de referência, o que manifesta o andamento da situação em relação à referência, daí a noção de imperfectividade.
- No domínio da imperfectividade, o passado imperfectivo recobre valores que vão desde o progressivo até o habitual, passando pelo durativo, iterativo e por casos de ambigüidade aspectual (imperfectivo genérico, valor em que a especificidade aspectual não é não relevante nem para o falante nem para o ouvinte).
- Ambas as formas desempenham a mesma função semântico-discursiva, funcionando

como variantes de uma mesma variável lingüística. Entretanto, cada forma tem contextos de recorrência específicos.

- A forma IMP está relacionada à expressão dos aspectos habitual e iterativo, predicados [- dinâmicos], situações longas, de polaridade negativa e ponto de referência imperfectivo.
- A forma PPROG está relacionada à expressão do aspecto progressivo, predicados [+ dinâmicos], situações instantâneas e curtas, de polaridade positiva e ponto de referência perfectivo.
- A polarização entre formas e contextos de recorrência é consequência das trajetórias de gramaticalização pelas quais passam as formas IMP e PPROG.
- Socialmente, a variação na expressão do passado imperfectivo está relacionada com a gradação etária dos informantes.

Quanto às contribuições teóricas decorrentes da análise da variação do passado imperfectivo, destacam-se:

- A abordagem evolutiva da língua (Croft, 2000, 2002), inspirada no modelo de Darwin, que acomoda as duas dimensões da mudança lingüística no mesmo arcabouço teórico: a mudança como *inovação* (paradigma funcional da gramaticalização) e a mudança como *propagação* (sociolingüística variacionista).
- Evidências de que a gramaticalização atua como direcional do processo de variação, e não o contrário.
- Contribuições descritivas do português falado para os estudos semânticos da categoria aspecto.

Apesar dos avanços descritivos e teóricos do estudo, há limitações a serem superadas:

- A redefinição do grupo de fatores *tipo de ponto de referência*, com o possível desdobramento em dois outros grupos de fatores no que se refere ao ponto de referência

textual, separando o componente semântico do componente sintático do grupo controlado neste trabalho (seção 4.3.3).

- Refinamento da categoria *ponto de referência discursivo*, que ficou inflada, contemplando desde conhecimento compartilhado, pressuposição, conhecimento de mundo e também distância cognitiva do ponto de referência.
- Ampliação da amostra sincrônica para outras cidades do Banco de Dados VARSUL, a fim de refinar a análise social, buscando evidências da propagação da mudança e contribuir de maneira mais significativa para a descrição do português falado na região sul do Brasil.
- Realização de novas análises estatísticas, com reagrupamento de grupos de fatores e amalgamação de fatores, a fim de verificar a influência dos grupos de fatores textuais (tipo de episódio e tipo de texto) e dos demais que não foram considerados significativos neste estudo.

Como sugestões para pesquisas futuras, com base nas constatações desta pesquisa:

- Abordagem do fenômeno do ponto de vista da diacronia, com vistas a buscar as origens da mudança inovadora e também verificar a consistência do princípio da extensão imagética instantânea (Votre, 2002, 2006) na expressão do passado imperfeito por IMP e PPROG.

- Realização de um estudo contrastivo *fala vs. escrita*. A análise intuitiva sugere que o funcionamento do passado imperfeito na modalidade escrita seja diferente do funcionamento na modalidade falada, com predomínio da forma IMP inclusive em contextos em que seria esperada a forma PPROG. Uma análise do fenômeno considerando a influência do tipo de registro e grau de formalidade em diferentes gêneros escritos, como redações de vestibular e textos jornalísticos, pode ajudar a dimensionar o atual estágio de propagação da mudança no domínio da expressão do passado imperfeito no português.

Finalizando, como contribuição ao ensino de língua portuguesa, este estudo fornece subsídios acerca do funcionamento do passado imperfeito para livros didáticos e gramáticas pedagógicas, especialmente aos destinados para o ensino de português como língua estrangeira para falantes de línguas anglo-germânicas, que não possuem uma forma para pretérito imperfeito do indicativo e o *past progressive* tem usos muito restritos, especialmente quanto à dinamicidade dos predicados, além de falantes de línguas eslavas, que codificam as diferenças aspectuais diretamente na morfologia verbal.

Referências

- AMARAL, Luis Isaiás Centeno. *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações lingüísticas e sociais*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- ANDERSON, Stephen R., LIGHTFOOT, David W. Biology and language: a response to Everett. *Journal of Linguistics*, 42. 2006, p. 377–383.
- ANDERSON, Stephen R., LIGHTFOOT, David W. *The language organ: linguistics as cognitive physiology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- ARNAULD, Antoine, LANCELOT, C. *Gramática de Port Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. [tradução de Bruno Basseto e Henrique Murchaco].
- ASSIS, Jaqueline Souza Borges de. *Infinitivo perifrástico em PE e PB: um caso de variação sintática*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, 2004.
- BACK, Angela Cristina Di Palma. *A dimensão sincrônica do pretérito imperfeito do subjuntivo numa perspectiva sociofuncionalista*. Projeto (Doutorado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- BACK, Angela Cristina Di Palma. *O uso variável do quantificador universal no sintagma nominal na língua falada de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. São Paulo: Contexto, 2000.
- BARBOSA, João. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1830.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello *et alii*. *Aspectos da gramaticalização na história do português*. Projeto de pesquisa (Programa para a história da Língua Portuguesa) – Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia, 2004.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Conjunções: aspectos da sua constituição e funcionamento na história do português*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 1999.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. 3ª ed. [organizada por José Pedro Machado, original de 1540].
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- BELLO Andrés. Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana. In: _____. *Obra literaria*. Caracas: Ayacucho, 1979 (1809). p. 415-459.
- BERBER SARDINHA, Tony. *Lingüística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. *A ordem VS no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

- BERTINETTO, Pier Marco, DELFITTO, Denis. Aspect vs. actionality: why should they be kept apart. In: Östen Dahl (ed.). *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p.189-226, 2000.
- BERTINETTO, Pier Marco, EBERT, Karen, DE GROOT, Casper. The progressive in Europe. In: Östen Dahl (ed.). *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p.517-558, 2000.
- BERTINETTO, Pier Marco. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the 'perfective-telic confusion'. In: Carlo Cecchetto, Gennaro Chierchia, Maria Teresa Giusti (eds.). *Semantic interfaces: reference, anaphora and aspect*. Stanford: CSLI Publications, 2001.
- BERTINETTO, Pier Marco. The progressive in Romance, as compared with English. In: Östen Dahl (ed.). *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000.
- BIBER, Douglas. Using register-diversified corpora for general language studies. *Computational Linguistics*, vol. 19, n. 2, 1993, p. 243-258.
- BISOL, Leda; MENON, Odete Pereira da Silva e TASCA, Maria. *VARSUL, um banco de dados*. 2005. Disponível em <http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul/interno.php?cont=histórico>
- BISPO, Edvaldo Balduino. *Relativa copiadora: uso, regularização e ensino*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2003.
- BLAKE, Renée, JOSEY, Meredith. The /ay/ diphthong in a Martha's Vineyard community: what com we say 40 years after Labov? In: *Language in Society*, n. 32. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 451-485.
- BOLINGER, Dwigth. *Meanig and form*. London: Longman, 1977
- BONOMI, Andrea. Semantical remarks on the progressive reading of the imperfective. *Tubingen Workshop on Tense and Aspect*, 1998.
- BORBA COSTA, Sônia Bastos. *Gramaticalização de adverbiais espaciais e temporais*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- BORBA COSTA, Sônia Bastos. *O Aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.
- BORGES, Paulo Ricardo Silveira. *A gramaticalização de "a gente" no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRUCART, José. El valor del imperfecto de indicativo en español. *Estudios Hispánicos*, n.6, 2003. p. 193-233.
- BUCHSTALLER, Isabelle. Diagnostics of age-graded linguistic behaviour: the case of the quotative system. In: *Journal of Sociolinguistics*, vol. 10, n.1, 2006, p. 3-30.
- BYBEE, Joan, HOPPER, Paul. (eds.) *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.
- BYBEE, Joan, PERKINGS, Revere, PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- BYBEE, Joan. Cognitive processes in grammaticalization. In: Michael Tomasello (ed.) *The New Psychology of Language*, Volume II. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2003a, p. 145-167.
- BYBEE, Joan. Mechanism of change in grammaticalization: the role of frequency In: B. D. Joseph and J. Janda (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003b. p. 602-623.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *A forma verbal portuguesa em -ria*. Washington D. C., 1967.
- CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CAMPBELL, Lyle. What's wrong with grammaticalization? In: *Language Sciences*, n.23, 2001. p. 113-161.
- CAMPOS, Odete, RODRIGUES, Angela, GALEM-BECK, Paulo de Tarso. A flexão modo-temporal no português culto do Brasil: formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. In: Ataliba Castilho, Margarida Basílio (orgs.). *Gramática do Português Falado: as abordagens*. Campinas: Ed. da Unicamp/Fapesp, vol. IV, 1993. p.35-78.
- CARDOSO, Adriana, PEREIRA, Susana. Contributos para o estudo da emergência do tempo composto

- em português. In: *Revista da ABRALIN*, vol. 2, n. 2, 2003. p. 159-181.
- CASTILHO, Ataliba. Aspecto verbal no português falado. In: Maria Bernadete Abaurre, Angela Rodrigues (orgs.). *Gramática do português falado – novos rumos*. Campinas: Editora da Unicamp, vol. VIII, 2003. p. 83-121.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Problemas do aspecto verbal no português. In: Ebehart Gärtner *et al.* (eds). *Estudos de gramática portuguesa*, vol. 3. Frankfurt am Main: TFM, 2000, p. 17-46.
- CHAMBERS, J. K. Patterns of variation including change. In: _____, Peter Trudgill, Natalie Schilling-Estes (eds.). *The handbook of language, variation and change*. Oxford: Blackwell, 2005, p.333-348.
- CHAMBERS, J.K. *Sociolinguistics*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2003.
- CHESHIRE, Jenny, KERSWILL, Paul, WILLIAMS, Ann. On the non-convergence of phonology, grammar and discourse. In Peter Auer, Paul Kerswill, Frans Hinskens (eds.). *Dialect change: convergence and divergence in European languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 135–167.
- CIPRIA, Alicia. The inchoative interpretation of the imperfecto. In: Julie Auger (ed.). *Contemporary approaches to Romance linguistics. Selected papers from the 33rd Linguistic Symposium on Romance Languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2004, p. 65-81.
- CLARK, John, YALLOP, Collin. *An introduction to phonetics and phonology*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.
- COAN, Márluce. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais que) perfeito*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.
- COAN, Márluce. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Tese (Doutorado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- COELHO, Izete Lehmkuhl. *A ordem V SN em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese (Doutorado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- COMRIE, Bernd. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- COMRIE, Bernd. *Tense*. 4ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CORÔA, Maria Luiza. *O tempo dos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola, 2005.
- COSTA, Ana Lúcia. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Letras/Lingüística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1979.
- CROFT, William. Evolutionary models and functional-typological theories of language change. In: van Kemenade e Los (eds.). *Handbook of the History of English*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 68-91.
- CROFT, William. *Explaining language change: An evolutionary approach*. Essex: Longman, 2000.
- CROFT, William. The Darwinization of linguistics. *Selection*, n. 3, n. 1, p. 75-91, 2002.
- CROFT, William. *Typology and universals*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.
- DAHL, Östen (ed.). *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin/New York, York: Mouton de Gruyter, 2000.
- DAHL, Östen. *The growth and maintenance of linguistic complexity*. Studies in language companion series, n. 71. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publisher, 2004.
- DARWIN, Charles. *The origin of species*. London: John Murray, 1859.
- DAWKINS, Richard. Replicators and vehicles. In: *Current Problems in Sociobiology* (eds. King's College Sociobiology Group). Cambridge: Cambridge University Press, 1982 pp. 45-64.
- DE MULDER, Walter. Can there be a nontemporal definition of the french imparfait? - a network approach. In Frank Brisard, Sigurd Hondt, Tanja Mortelmans (eds.). *Language and Revolution/Language and Time*. Antwerp Papers in Linguistics, 106, 2004.

- DOMINGOS, Rosemay de Fátima Assis. *Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: Maria da Conceição Paiva, _____. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p. 115-128.
- DUBOIS, S., VOTRE, Sebastião Josué. *Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico: à procura da essência da linguagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994
- ECKERT, Penelope. Ages as a sociolinguistic variable. In: Florian Coulmas (ed.). *The handbook of sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997, p. 151-167.
- EMMEL, Ina. “Die kann nun nich’, die is’beim treppenputzen”: O progressivo no alemão de Pomerode-SC. Florianópolis Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- EPIPHANIO DIAS, Augusto. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, [1918]1970.
- EVERETT, Daniel L. Biology and language: a consideration of alternatives. *Journal of Linguistics*, 41 (2005), p. 157–175.
- EVERETT, Daniel L. Biology and language: response to Anderson & Lightfoot. *Journal of Linguistics*, 42 (2006), p. 385–393.
- FLEISCHMAN, Suzanne. Irrealis and imperfective. In: Joan Bybee, Suzanne Fleischman (eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.
- FREITAG, Raquel Meister. *Gramaticalização e variação de acho (que) e parece (que) na fala de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica, OLIVEIRA, Mariangela Rios de, VOTRE, Sebastião. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *DELTA*, Fev. 1999, vol.15, no.1, p.00-00.
- GALLOTTI, Leticia Tancredo. *O progressivo: comparando o PB e o francês*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- GIBBON, Adriana de Oliveira. *A expressão do futuro na língua falada em Florianópolis: variação e gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- GIRÓ, José Luis Mendivil. Biolingüística: qué es, para qué sirve y cómo reconocerla. In: *Revista Española de Lingüística*, vol. 35, n. 2 (2005).
- GIVÓN, Talmy. *Bio-Linguistics – the Santa Barbara Lectures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001. v. 1 e 2.
- GLEISER, Marcelo. *O humanismo de Darwin*. Folha de São Paulo, Caderno + Ciência, 19/11/2006.
- GODOI, Elena. *Aspectos do aspecto*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- GODOI, Elena. O progressivo: além do aspecto. *Revista Letras*, Curitiba, v. 41-42, p.165-170, 1997.
- GONÇALVES, Cláudio Castro. *Imperfectividade e morfologia verbal*. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- GORSKI, Edair, FREITAG, Raquel Meister Ko. Marcação e Comportamento Sociolingüístico de marcadores discursivos interacionais na fala de Florianópolis. In: Paulino Vandresen (org.). *Variação, mudança e contato lingüístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006, p. 28-50.
- GORSKI, Edair, GIBBON, Adriana de Oliveira, VALLE, Carla Regina, DAL MAGO, Diane, TAVARES, Maria Alice. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: Claudia Roncarati, Jussara Abraçado (orgs.). *Português brasileiro - contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 106-122.
- GORSKI, Edair, GIBBON, Adriana, COAN, Márluce, PIMPÃO, Tatiana, SILVA, Teresa. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In: Paulino Vandresen (org.). *Variação e*

- mudança no português falado da região sul*. Pelotas: Educat, 2002. p. 217-268.
- GORSKI, Edair. Motivações discursivas em competição na ordenação de orações temporais. *Letras de Hoje*, PUC-RS. Porto Alegre, v. 35, p. 97-120, 2000.
- GORSKI, Edair. *O tópico semântico-discursivo na narrativa oral e escrita*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GUY, Gregory. VARBRUL: Análise avançada. In: *Cadernos de Tradução* – Instituto de Letras/UFRGS – nº 1, 1998, p. 27-49.
- HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike, HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HEINE, Bernd. On the role of context in grammaticalization. In: Ilse Wischer, Gabriele Diewald (eds.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing 2002, p. 83-101.
- HINRICHS, Erhard. Temporal anaphora in discourse of English. In: *Linguistics and Philosophy*, vol. 9, nº 1, fev. 1986. p. 63-81.
- HOPPER, Paul, TRAUOGOTT, Elizabeht Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HOPPER, Paul. Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistics Society*, n. 13. 1987. p. 139-157.
- HOPPER, Paul. On some principles in the grammaticalization. In: E. Traugott, B. Heine (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v. 1. p. 17-35
- HULL, David. *Science as a process*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- IKEDA, Sumiko. O pretérito imperfeito: a importância da superestrutura na sua compreensão. In: *DELTA*, v. 8, n. 1, 1992. p. 43-70.
- ILARI, Rodolfo, MANTOANELLI, Ivonne. As formas progressivas do português. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas: IEL, Unicamp, n. 5, 1983. p. 27-60.
- ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ILARI, Rodolfo. Notas sobre o passado composto em português. *Revista Letras*, Curitiba, v. 55, p. 129-52, 2001.
- JANDA, Richard. Beyond ‘pathways’ and ‘unidirectionality’: on the discontinuity of language transmission and the counterability of grammaticalization. In: *Language Sciences*, n. 23, 2001. p. 265-340.
- JENKINS, Lylle. *Biolinguistics: exploring the biology of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- JOHNSON, Marion. A unified temporal theory of tense and aspect. In: Tedeschi & Zaenen (eds). *Tense and aspect*. New York: Academic Press. 1981.
- KARAM, Lenara. *A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do RS*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- KNIES, Clarice, COSTA, Iara Benquerer. (orgs.) *Manual do usuário banco de dados lingüísticos Var-sul*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Paraná, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1996.
- KROCH, Antony. Syntactic Change In: Mark Baltin, Chris Collins (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 699-729.
- LABOV, William, WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. (1967) In: C. Paulston & G. Tucker (eds.). *Sociolinguistics – the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 74-104.
- LABOV, William. Building on empirical foundations. In: Winfred Lehmann e Yakov Malkiel (eds.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982. p. 17-41.
- LABOV, William. Introduction. In: _____. (ed.). *Locating language in time and space*. New York: Academic Press, 1980, p. xiii-xx.
- LABOV, William. *Language in the inner city*. Philadelphia, University of Philadelphia Press 1972 b
- LABOV, William. Narrative pre-construction. In: Michael Bamberg (ed.). *Narrative – state of the art* (Narrative Inquiry 16:1), p. 37-45, 2006.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

- LABOV, William. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.
- LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972a.
- LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: *Sociolinguistics Working Paper*. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, n. 44, 1978. p. 43-88
- LASS, Roger. Remarks on (uni)directionality. In Olga Fischer (ed.). *Pathways of change*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2000. p. 207-227.
- LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop?. In: *Language Society*, n. 7, 1978. p. 171-182.
- LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization: second, revised edition*. Erfurt: Arbeitspapiere des Seminars für Sprachwissenschaft der Universität Erfurt, [1982] 2002.
- LEISS, Elisabeth. *Artikel und Aspekt. Die grammatischen Muster von Definitheit*. Studia Linguistica Germanica 55. Berlin: Walter de Gruyter, 2000.
- LEISS, Elisabeth. *Die Verbalkategorien des Deutschen*. Studia Linguistica Germanica n.31. Berlin: Walter de Gruyter, 1992.
- LICHTENBERK, Frantisek. On the gradualness of grammaticalization. In: Elizabeth Closs Traugott, Bernd Heine (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v. 1. p. 37-80.
- LOBO, Tânia. *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de São Paulo, 2001.
- LONGO, Beatriz, CAMPOS, Odete. A auxiliaridade: perífrases de tempo e aspecto no português falado. In: Maria Bernadete Abaurre, Angela Rodrigues (orgs.). *Gramática do Português falado – novos estudos*. Campinas: Editora da Unicamp, vol. VIII, 2003. p. 455-475.
- LOREGIAN, Loremi. *Concordância verbal com o pronome Tu na fala do Sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. 8ª ed. Porto Alegre: Globo, 1978.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 8ª ed. Porto Alegre: Globo, 1987.
- MACAULAY, Ronald. Discourse variation. In: J. K. Chambers, Peter Trudgill, Natalie Schilling-Estes (eds.). *The handbook of language, variation and change*. Oxford: Blackwell, 2005, p.283-305.
- MACEDO, Alzira Tavares de, OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais – In: Alzira Tavares de Macedo, Cláudia Nívea Roncarati, Maria Cecília Mollica (orgs.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996, p. 11-50.
- MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Almedina, 1983.
- MATOS, Sérgio. Aspectos da semântica e pragmática do imperfeito do indicativo. In: *Revista da Faculdade de Letras 'Língua e Literaturas'*, n. 8, 1996. p. 435-473.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico – morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. especial, 1999.
- MATZENAUER, Carmem Lúcia Barreto. O espaço fonológico da variação. In: Edair Gorski, Izete Lehmkuhl Coelho (orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006. p. 174-184.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. 6ª ed. Paris: Librairie Honoré Champion Éditeur. [1912]. 1965.
- MENDES, Ronald Beline. *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- MENDES, Ronald Beline. *Estar + gerúndio e ter + particípio: aspecto verbal e variação no português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em estudos da linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- MENEZES, Luis Carlos de. O novo público e a nova natureza do ensino médio. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 208-228, 2001.
- MENON, Odete Pereira da Silva. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VAR-SUL. In: Paulino Vandresen (org.). *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006, p. 125-168.

- MENON, Odete Pereira da Silva. E não me fique grávida! ou o caso do dativo ético. In: Edair Gorski, Izete Lehmkuhl Coelho (orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006. p. 155-173.
- MENON, Odete Pereira. Gerundismo? In: *Revista Língua(gem)*. Macapá: ILAPEC, vol. 1, n. 2, p. 191-236, 2005.
- MILROY, Lesley, GORDON, Matthew. *Sociolinguistics: Method and Interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003.
- MOLENDIJK, Arie. The imparfait in French and the past progressive in English. In: Bart Hollebrandse, Angeliek van Hout, Co Vet (eds.) *Crosslinguistic Views on Tense, Aspect and Modality*. Amsterdam: Rodopi, 2005. p. 119-130.
- MOLLICA, Maria Cecília, RONCARATI, Cláudia Nívea. Questões teórico-descritivas em Sociolinguística e em Sociolinguística Aplicada e uma proposta de agenda de trabalho. *DELTA*, vol. 17 número especial. São Paulo, 2001, p. 45-55.
- MOTHÉ, Núbia Graciella Mendes, Gerúndio versus Infinitivo Gerundivo: Brasil e Portugal em contraste nos séculos XIX e XX. In: *Estudos Linguísticos*, XXXV, p. 1554-1563, 2006.
- NARO, Antony Julius, SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variação linguística, expressividade e tradição gramatical. In: Edair Gorski, Izete Lehmkuhl Coelho (orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006. p. 235-266.
- NARO, Antony Julius. O dinamismo das línguas. In: Maria Cecília Mollica, Maria Luiza Braga (org.). *Introdução à Sociolinguística*. Rio de Janeiro, Contexto, 2002, p.43-50.
- NARO, Antony, VOTRE, Sebastião Josué. Mecanismos funcionais do uso da língua. In: *DELTA*, vol. 5, n. 2, 1989, p. 169-184.
- NAUMANN, Isaura Maria Longo. *Construções bitransitivas em português: forma e função*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- NEVALAINEN, Terttu. Three perspectives on grammaticalization: Lexico-grammar, corpora and historical sociolinguistics. In Hans Lindquist, Christina Mair (eds.). *Corpus approaches to grammaticalization in English*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2004. p. 1–31.
- NEWMeyer, Frederick. Deconstructing grammaticalization. In: *Language Sciences*, n.23, 2001. p.187-229.
- NICHOLS, Joan. Functional theories of grammar. In: *Annual Review of Anthropology*, vol. 13, 1984. p. 97-117.
- NOLASCO DE MACÊDO, Anna Maria. *Gramaticalização de locuções prepositivas na história do galego e do português*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- OLIVEIRA, Alan Jardel. *Variação em itens lexicais terminados em // + vogal na região de Itaúna/MG*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- PAIVA, Maria da Conceição, SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. In: *DELTA*, vol. 15, n.º especial, 1999, p. 201-232.
- PIAGET, Jean. *A Equilibração das Estruturas Cognitivas. Problema central do desenvolvimento*. [Trad. Álvaro Cabral]. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PIMPÃO, Tatiana Schwochow. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- POGGIO, Rosaura Maria. *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 1999.
- RAMOS, Jânia. “Sociolinguística paramétrica” ou “variação paramétrica”? In: Dermeval da Hora, Elizabeth Christiano (orgs.). *Estudos Linguísticos: Realidade Brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999, p. 83-93.
- REICHEMBACH, Hans. The tenses of verbs. In: _____. (ed.), *Elements of symbolic logic*. New York: The MacMillan Company, 1947. p. 287-298.
- REINECKE, Katja. *Função e variação dos róticos em posição intervocálica na fala de Blumenau: uma abordagem funcional*. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

- REIS, Mariléia da Silva dos. *Atos de fala não-declarativos de comando na expressão do imperativo a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- ROBERTS, Ian, ROUSSOU, Anna. *Syntactic change: a minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge Press, 2003.
- RODRIGUES, Angela, CAMPOS, Odete, GALEMBEK, Paulo de Tarso, TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo no plano textual-discursivo. In: Ingedore Koch (org.) *Gramática do português falado – desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 415-461.
- ROMAINE, Suzanne. On the problem of syntactic variation: a reply to Beatriz Lavandera and William Labov. *Sociolinguistics working papers*, n. 82. Austin, Texas, 1981.
- RONCARATI, Claudia Nivea. Domínios referenciais e a hipótese da trajetória universal. In: _____, Jussara. *Abraçado* (orgs.). Português brasileiro - contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 144-159.
- ROST, Claudia Andréa. *Olha e veja: multifuncionalidade e variação*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- ROTHSTEIN, Susan. *Structuring events – A study in the Semantics of Lexical Aspects*. Oxford: Blackwell, 2004.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática história da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971.
- SANKOFF, David, TAGLIAMONTE, Sali, SMITH, Eric. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics of University of Toronto, Department of Mathematics - University of Ottawa, 2005.
- SCHIFFRIN, Deborah. Tense variation in narrative. In: *Language*, vol. 57, n. 1, p. 45-62, 1981.
- SCHLESINGER, Izchak. *Cognitive space and linguistic case*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- SILVA, Tereza Santos da. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- SILVÉRIO, Sandra Mara. *O sistema temporal do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- SQUARTINI, Mario. *Verbal periphrases in Romance: aspect, actionality, and grammaticalization*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.
- TAGLIAMONTE, Sally. "Was/Were" Variation across the generations: view from the city of York. In: *Language Variation and Change*, v. 10, n. 2, p. 153-92, 1998.
- TARALLO, Fernando, KATO, Mary. Harmonia trans-sistêmica: variação intra e inter-lingüística. In: *Preedição*, n. 6, 1989, p. 1-41.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ, e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- TAVARES, Maria Alice. O papel da marcação na expressão variável da seqüenciação na fala de Florianópolis. In: Paulino Vandresen (org.). *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006, p. 51-76.
- TAVARES, Maria Alice. *Um estudo variacionista de AÍ, DAÍ, ENTÃO e E como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- THIEROFF, Rolf. Preterites and imperfects in the languages of Europe. In: Abraham Werner (ed.). *Tense-aspect, transitivity and causativity*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1999, p. 141-161.
- THOMPSON, Sandra, MULAC, Antony. A quantitative perspective on the grammaticalization of epistemic parenteticals in English. In: Elizabeth Closs Traugott, Bernd Heine (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v.2. p. 313-329.
- TOMLIN, Russell S. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam/New York, John Benjamins, 1987.
- TORRES CACOULOS, Rena. From lexical to grammatical to social meaning. In: *Language in Society*, n. 30, 2001. p. 443-478.

- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Legitimate counterexamples to unidirectionality*. Artigo apresentado na Freiburg University, 17/10/2001. Disponível em <http://www.stanford.edu/~traugott/ect-persononline.html>
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português – a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1981.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O discursivo no uso do pretérito imperfeito do indicativo no Português. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 12, p. 61-98, 1987.
- VALLE, C. *SABE? ~ NÃO TEM? ~ ENTENDE?: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- VENDLER, Zeno. Verbs and time. In: *Linguistics in philosophy*, 1967. p. 97-121.
- VERKUYL, Henry. *A theory of aspectuality – the interpretation between temporal and atemporal structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- VIARO, Mário Eduardo. Para uma abordagem sintático-semântica da projeção adverbial nos verbos portugueses do tipo jogar fora. In: *Filologia e lingüística portuguesa*, São Paulo, Humanitas, v. 5, p. 143-176, 2003.
- VINCENT, Diane, VOTRE, Sebastião Josué, LAFOREST, Marty. Grammaticalisation et post-grammaticalisation. In: *Langues et Linguistique*, n. 19, 1993, p. 71-103.
- VOTRE, Sebastião Josué. Continuidade e mudança na língua portuguesa no Brasil. In: Neusa Barbosa Bastos (org.). *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, 2002, p. 135-152.
- VOTRE, Sebastião Josué. O princípio da extensão imagética, uma nova ótica para a estabilidade lingüística. In: Edair Gorski, Izete Lehmkuhl Coelho (orgs.). *Sociolingüística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006. p. 139-154.
- VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: Maria Cecília Mollica, Maria Luiza Braga (orgs.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p.51-57.
- WACHOWICZ, Teresa Cristina. O aspecto do auxiliar. In: *Encontro do GT Teoria da Gramática da ANPOLL*. 2005.
- WACHOWICZ, Teresa Cristina. *As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, 2003.
- WEINER, Judith, LABOV, William. Constraints on the agentless passive. In: *Journal of Linguistics*, 1983. n. 19. p. 29-58
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William, HERZOG, Marvin. *Empirical foundations for a theory of language change*. Austin: University of Texas Press, 1968.
- WILSON, E.O. *Sociobiology: the new synthesis*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.
- ZILLES, Ana Maria Stahl, FARACO, Carlos Alberto. As tarefas da sociolingüística no Brasil: balanço e perspectivas. In: Edair Gorski, Izete Lehmkuhl Coelho (orgs.). *Sociolingüística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006. p. 23-52.